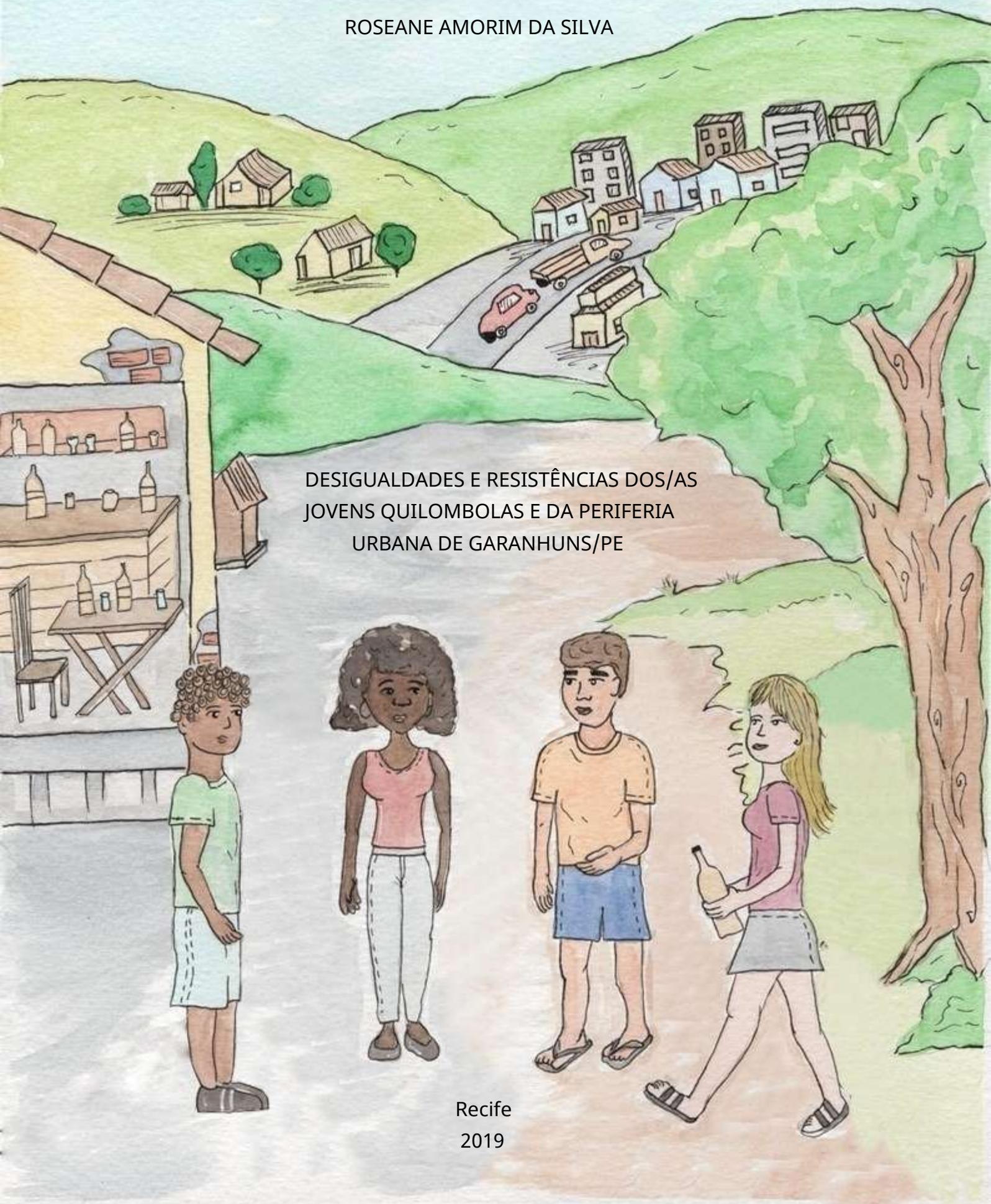


UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

ROSEANE AMORIM DA SILVA



DESIGUALDADES E RESISTÊNCIAS DOS/AS
JOVENS QUILOMBOLAS E DA PERIFERIA
URBANA DE GARANHUNS/PE

Recife
2019

ROSEANE AMORIM DA SILVA

**DESIGUALDADES E RESISTÊNCIAS DOS/AS JOVENS QUILOMBOLAS E DA
PERIFERIA URBANA DE GARANHUNS/PE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Orientadora: Prof^ª. Dra. Jaileila de Araújo Menezes.

Recife

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S586d Silva, Roseane Amorim da.
Desigualdades e resistências dos/as jovens quilombolas e da periferia urbana de Garanhuns/PE / Roseane Amorim da Silva. – 2019.
247 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Jaileila de Araújo Menezes.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2019.
Inclui referências e apêndices.

1. Psicologia. 2. Jovens. 3. Quilombolas. 4. Periferias. I. Menezes, Jaileila de Araújo (Orientadora). II. Título.

150 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-066)

ROSEANE AMORIM DA SILVA

**DESIGUALDADES E RESISTÊNCIAS DOS/AS JOVENS QUILOMBOLAS E DA
PERIFERIA URBANA DE GARANHUNS/PE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Aprovada em: 01/02/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Jaileila de Araújo Menezes
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
(Orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Andrea Mayorga Borges
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
(Examinadora externa)

Prof^ª. Dr^ª. Marilyn Dione de Sena Leal
Universidade de Pernambuco – UPE
(Examinadora externa)

Prof^ª. Dr^ª. Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
(Examinadora interna)

Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
(Examinador interno)

AGRADECIMENTOS

Ubuntu: “eu sou, porque nós somos”.

Dizer de onde vim, diz do caminho que percorri para chegar onde estou. A estrada foi longa, foram muitas as paisagens floridas, os percalços, e pessoas especiais que caminharam comigo na trajetória acadêmica. O momento agora é de gratidão, e aqui deixo registrado meus agradecimentos fazendo referência há algumas dessas pessoas, na impossibilidade de falar de todas/os que estão presentes nessa caminhada. Início agradecendo a Deus, por mais um caminho trilhado em prol no meu crescimento pessoal e profissional.

Agradeço a professora Jaileila Menezes, chegar a UFPE e conhecê-la como orientadora, foi um presente que a vida acadêmica me proporcionou. Obrigada pela competência, ética e leveza com que esse trabalho foi conduzido, pelos aprendizados, a parceria acolhedora e motivante, e por ser um exemplo de profissional na pesquisa, na docência, e antes de tudo como ser humano.

No âmbito escolar, agradeço ao Educandário Santa Terezinha, onde iniciei meus estudos, e ao Colégio Diocesano de Garanhuns, onde dei continuidade ao processo de escolarização. No Diocesano, agradeço em especial a prof^a Mônica Pereira, hoje uma grande amiga.

Agradeço aos/as que fazem parte da Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns, Instituição em que me tornei psicóloga. Minha gratidão a todos/as os/as professores/as, em especial a prof^a. Marilyn Sena, por ter me apresentado ao universo da pesquisa científica, pelos aprendizados, incentivo para que eu continuasse o percurso acadêmico após a graduação, pela escuta acolhedora sempre presente, e por fazer parte da finalização de mais um ciclo da minha vida profissional. Agradeço aos/as colegas da graduação, em especial a Anderson, Taysli, Thais, Renata, Márcio, Pualla e Leydy. A Márcio por ter me motivado desde a graduação para tentar o mestrado. A Leydy, agradeço imensamente por ter me acompanhado na realização das oficinas para essa tese.

Agradeço aos/as que fazem a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Meu muito obrigada a todos/as os/as professores/as do programa de pós-graduação em Psicologia, em especial a Karla Galvão e Luís Felipe. A minha turma de mestrado (2012-2014). E a minha turma do doutorado: Dani Rabelo e Marcella Padilha, obrigada pelas trocas de conhecimento e por caminharmos juntas. Agradeço ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, cultura e práticas coletivas – GEPCOL. Nesse aprendemos e produzimos

conhecimento, atravessado por muito afeto, sorrisos, e leveza. Agradeço a Roberta, Antônio, Juliana, Emília, Kátia, Dandara, Laís, Erika, Jessica, Keise, Edson, Débora, Vitória, Stella, Leylly, Angelita, Dani Moroni, Dani Sotero, Renata, Natália e Alcione.

Agradeço as pessoas que conheci através da UFPE, em especial a Tarcinara, Sâmella, Tatiana, e Sandra, hoje queridas amigas. Aos secretários da pós-graduação em Psicologia, João e Werick, pela disponibilidade e competência para resolver as questões burocráticas tornando esse processo mais leve.

As professoras Marilyn Sena, Cláudia Mayorga, Rose Cordeiro e ao professor Benedito Medrado, que aceitaram o convite para compor a banca de defesa, obrigada mais uma vez. Vocês fazem parte dessa caminhada há um tempo e as contribuições sempre foram muito valiosas.

Agradeço aos/as jovens que participaram dessa pesquisa, e que compartilharam suas histórias de vida. Aos/as moradores/as do Castainho e do Estivas por me receberem tão bem na pesquisa de campo. Agradeço também aos/as profissionais que atuam nas comunidades.

Agradeço aos meus/minhas alunos/as do CE-UFPE por me possibilitarem ser docente, pelas trocas, produção de conhecimento e os aprendizados constantes, vocês estão presentes nas reflexões desse trabalho.

Meus agradecimentos ao grupo Conexões de Saberes da Universidade Federal de Minas Gerais, onde realizei a mobilidade acadêmica do doutorado. A professora Claudia Mayorga, coordenadora do grupo, pelo carinho com que fui acolhida, a atenção, e por tantos aprendizados durante o período que estive no grupo.

Agradeço aos meus pais, minha mãe, Rosilda Amorim, por sempre acreditar em mim, apoiar minhas escolhas e não medir esforços para me ver feliz. Ao meu pai, João Cândido, (*In-memoriam*), que partiu muito cedo, mas me ensinou coisas que não estão nos livros, porque algumas só o exemplo ensina. Vocês são a melhor parte da minha vida. Agradeço aos meus irmãos, Alexssandro e João Paulo, por estarem presentes na minha vida, mesmo que geograficamente distantes. Obrigada pelo companheirismo de todas as horas e o apoio na pesquisa de campo. Agradeço as minhas sobrinhas, Laura e Lavínia, minha alegria nos momentos difíceis. As minhas cunhadas, Gislaine e Jacqueline pela amizade.

Agradeço as amigas de longa data: Milena, Janaina e Patrícia e a todos/as os/as amigos/as que estão comigo na caminhada da vida, meu muito obrigada.

À FACEPE pela bolsa concedida que possibilitou a realização dessa pesquisa.

Todas as manhãs

Todas as manhãs acoito sonhos
e acalento entre a unha e a carne
uma agudíssima dor.

Todas as manhãs tenho os punhos
sangrando e dormentes
tal é a minha lida
cavando, cavando torrões de terra,
até lá, onde os homens enterram
a esperança roubada de outros homens.

Todas as manhãs junto ao nascente dia
ouço a minha voz-banzo,
âncora dos navios de nossa memória.
E acredito, acredito sim
que os nossos sonhos protegidos
pelos lençóis da noite
ao se abrirem um a um
no varal de um novo tempo
escorrem as nossas lágrimas
fertilizando toda a terra
onde negras sementes resistem
reamanhecendo esperanças em nós.
(EVARISTO, 2008, p.13).

RESUMO

Este estudo investigou as opressões, desigualdades e resistências entre jovens de diferentes contextos, a partir da intersecção de gênero, raça/etnia, classe, geração, sexualidade e território. Participaram jovens de ambos os sexos (de 15 a 29 anos), de duas comunidades quilombolas, Castainho e Estivas, localizadas na área rural de Garanhuns/PE, e jovens da periferia urbana do referido município. A pesquisa foi desenvolvida em três etapas. Inicialmente, realizamos observação participante nas comunidades, e em uma escola na periferia urbana; na segunda etapa, fizemos oficinas em ambos os territórios. Na terceira, foram feitas entrevistas semiestruturadas com os/as jovens. O material construído teve como princípio organizador a análise de conteúdo temática, considerando a interseccionalidade. Observamos algumas das desigualdades que os/as jovens vivenciam por morarem nas comunidades e na periferia: preconceito, violência, dificuldades em dar continuidade ao processo de escolarização, conseguir um emprego, circular em alguns espaços da cidade, entre outras. As opressões de raça, vivenciadas pelos/as jovens de ambos os territórios, se expressam na discriminação devido, principalmente, à cor da pele e o tipo de cabelo, ainda que aconteçam de forma disfarçada, nem sempre compreendidas como discriminação racial. Refletimos sobre os usos de álcool como algo que aproxima os/as jovens quilombolas e urbanos e dizem das situações de desigualdades e resistências vivenciadas pelos/as mesmos/as. Observamos que existem questões comuns a esses/as jovens de territórios diferentes que produzem situações de opressão para os/as mesmos/as, e, dentre as quais, destacamos as de raça e classe social, a maioria são negros/as e pobres. Ao pensarmos na Psicologia, área do conhecimento em que nos localizamos, foi possível considerar o quanto é importante que essa ciência reflita sobre os efeitos de poder que incidem a partir da intersecção dos marcadores sociais referidos acima nos processos de subjetivação dos/as jovens.

Palavras-chave: Jovens quilombolas. Jovens urbanos da periferia. Interseccionalidade. Desigualdades. Resistência.

ABSTRACT

This study investigated the oppression, inequality and resistance among young people from different contexts, through the intersection of gender, race/ethnicity, class, generation, sexuality and territory. Youths of both sexes (15 to 29 years old), from two quilombola communities, Castainho and Estivas, located in the rural area of Garanhuns / PE, and young people from the urban periphery of the mentioned municipality have participated. The research was developed in three stages. Initially, we conducted participant observation in the communities, and in a school in the urban periphery; in the second stage, we gave workshops in both territories. In the third, semi-structured interviews were conducted with the youngsters. The constructed material had as its organizing principle the analysis of thematic content, considering the intersectionality. We observed some of the inequalities that young people experience because they live in communities and in the periphery: prejudice, violence, difficulties in continuing the schooling process, getting a job, circulating in some spaces of the city, among others. The oppressions of race experienced by the young people of both territories are expressed in the discrimination mainly due to the color of the skin and the type of hair, although these situations happen in a disguised form, do not always understood as racial discrimination. We reflected about the use of alcohol as something that brings the quilombolas and urban young people together and tells us about the situations of inequalities and resistance experienced by them. We observed that there are common issues to these young people from different territories that produce situations of oppression for them, among which we highlight the oppression by race and social class, the majority are blacks and poor. When we think about psychology, field of knowledge in which we are located, it was possible to consider how important it is that science reflects about the effects of power that focus from the intersection of the social markers above the subjective processes of young people.

Keywords: Young quilombolas. Urban young people from periphery. Intersectionality. Inequalities. Resistance.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Jovens homens e mulheres das comunidades quilombolas.....	103
Quadro 2 - Jovens homens e mulheres da periferia urbana.....	104
Quadro 3 - Participantes da área urbana.....	107
Quadro 4 - Participantes da área rural quilombola.....	108

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Casa de farinha (Castainho).....	81
Figura 2 - CRAS Quilombo (Castainho).....	81
Figura 3 - Escola (Castainho).....	81
Figura 4 - Igreja Católica (Entrada de Castainho).....	81
Figura 5 - Unidade de Saúde (Estivas).....	82
Figura 6 - Escola (Comunidade Estivas).....	82
Figura 7 - Casa de farinha (Comunidade Estivas).....	82
Figura 8 - Mapa com a localização de Garanhuns e de Castainho.....	84

LISTA DE SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
USF	Unidade de Saúde da Família
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
LGBTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros
US	Unidade de Saúde
JUBRA	Simpósio Sobre a Juventude Brasileira
IPEA	Instituto de Pesquisa Aplicada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CEAGA	Central de Abastecimento de Garanhuns
EAD	Educação à distância
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
UPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNOPAR	Universidade do Norte do Paraná
FIG	Festival de Inverno de Garanhuns
CID	Código Internacional de Doença
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	JOVENS DE DIFERENTES TERRITÓRIOS: QUILOMBOLAS E DA PERIFERIA URBANA.....	20
2.1	Jovens urbanos/as da periferia.....	23
2.2	Jovens quilombolas.....	28
2.3	Interseccionar marcadores de diferença para compreender as juventudes: rurais quilombolas e urbanos/as da periferia.....	33
3	OPRESSÃO, DESIGUALDADES E RESISTÊNCIA.....	36
3.1	O feminismo negro e a interseccionalidade.....	37
3.2	Gênero, raça/etnia, classe, geração, território e sexualidade.....	48
3.2.1	Gênero.....	48
3.2.2	Raça/etnia.....	51
3.2.3	Classe.....	56
3.2.4	Sexualidade.....	59
3.2.5	Território.....	62
3.2.6	Geração.....	65
4	A INTERSECCIONALIDADE NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....	68
4.1	Críticas ao uso da interseccionalidade.....	73
5	METODOLOGIA	76
5.1	O universo da pesquisa: participantes.....	77
5.2	Implicações éticas da pesquisa.....	84
5.3	Procedimentos para realização da pesquisa.....	85
5.3.1	Primeira etapa: observação participante nas comunidades quilombolas na área rural e na periferia urbana.....	86
5.3.2	Segunda etapa: Realização das oficinas em ambos os territórios: comunidade e periferia.....	97
5.3.3	Terceira etapa: entrevistas semiestruturadas com os/as jovens de ambos os territórios.....	105
5.4	Análise das informações construídas.....	109
6	JOVENS DE DIFERENTES TERRITÓRIOS E AS VIVÊNCIAS DAS DESIGUALDADES SOCIAIS.....	113

6.1 Jovens da periferia e território.....	114
6.2 Jovens quilombolas e território.....	120
6.3 Jovens dos diferentes territórios: periferia e quilombo.....	124
7 EXPERIÊNCIAS DOS/AS JOVENS SOBRE AS SITUAÇÕES DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL.....	127
7.1 Jovens quilombolas e raça/etnia.....	127
7.2 Jovens da periferia urbana e raça/etnia.....	143
7.3 Jovens do quilombo e da periferia urbana: questões raciais.....	148
8 JOVENS DE DIFERENTES TERRITÓRIOS E AS EXPERIÊNCIAS RELACIONADAS A SEXUALIDADE.....	150
8.1 Jovens da periferia urbana e sexualidade.....	151
8.2 Jovens quilombolas e sexualidade.....	159
8.3 Costura quilombo-periferia sobre sexualidade, gênero, classe e raça.....	163
9 O USO ABUSIVO DE ÁLCOOL ENTRE OS/AS JOVENS: UMA DAS FACETAS DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO, CLASSE, RAÇA E SEXUALIDADE.....	164
9.1 Jovens quilombolas e usos de álcool.....	166
9.2 Jovens da periferia urbana e usos de álcool.....	176
9.3 Usos de álcool entre a juventude quilombola e da periferia urbana.....	181
10 FORMAS DE RESISTÊNCIA ÀS SITUAÇÕES DE DESIGUALDADES SOCIAIS VIVENCIADAS PELOS/AS JOVENS DE DIFERENTES TERRITÓRIOS.....	185
10.1 Jovens da periferia urbana e situações de resistência.....	186
10.2 Jovens quilombolas e situações de resistência.....	190
10.3 Jovens quilombolas e da periferia urbana frente às situações de resistência as desigualdades sociais.....	198
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	200
REFERÊNCIAS.....	205
APÊNDICE A - TABELAS.....	223
APÊNDICE B – CARTA DE ANUÊNCIA.....	225
APÊNDICE C- TCLE PARA MAIORES DE 18 ANOS.....	226
APÊNDICE D – TALE PARA MENORES DE 18 ANOS.....	228
APÊNDICE E – TCLE PARA RESPONSÁVEIS	230
APÊNDICE F – ROTEIRO DAS OFICINAS.....	232
APÊNDICE G- ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	246

1 INTRODUÇÃO

Considero importante apresentar um pouco da minha trajetória na relação com os temas (jovens quilombolas, jovens urbanos, opressões, desigualdades e resistência), que me levaram à pesquisa que apresentarei aqui. Estudar as temáticas relacionadas à juventude foi um interesse que surgiu no período da graduação em Psicologia, quando pude participar de um projeto de iniciação científica, em que buscamos conhecer as experiências de consumo e percepções de risco entre os/as jovens sobre o uso de drogas, pesquisa que foi realizada em escolas públicas e privadas do município de Garanhuns/PE. Nesse período da graduação, conheci as comunidades quilombolas localizadas na área rural do município já referido, e soube que havia um quantitativo considerável de usuários de álcool nessas comunidades, entre eles/as, os/as jovens. Quando fui realizar o trabalho de conclusão de curso - TCC, estava em contato também com a discussão sobre vulnerabilidade (AYRES et al, 2009), e o mesmo foi desenvolvido nas comunidades quilombolas, considerando a noção de vulnerabilidade ao uso de álcool e outras drogas entre os/as jovens.

Nesse período da graduação, a problemática dos usos de álcool e outras drogas tornou-se uma preocupação para o que eu queria trabalhar e contribuir, enquanto profissional de Psicologia, que também tem uma formação em Ciências Biológicas, e refletia sobre os efeitos dos usos das substâncias psicoativas. Eu estava observando que os problemas desencadeados a partir dos usos de álcool e outras drogas eram muitos, com repercussões de diversas ordens para a vida dos/as jovens.

No mestrado em Psicologia, tive contato de modo mais direto com as discussões sobre juventude (DAYRELL, 2003; CARNEIRO, 2005; ABRAMO, 2005), que me proporcionaram certo deslocamento sobre o modo como eu vinha pensando o uso de álcool e outras drogas entre os/as jovens. Estes haviam sido participantes dos estudos realizados anteriormente, mas o intuito era bem mais abordar a temática das drogas, e as situações juvenis eram pouco demarcadas. A partir dos estudos sobre juventude, foi possível refletir sobre o modo como os/as jovens são constituídos, processo que ocorre de formas diferenciadas sejam estes fazendo parte do mesmo território ou não, e essas diferenças podem produzir desigualdades sociais, mas também impulsionar a luta por acesso a direitos, bem como a constituição desses enquanto sujeitos políticos. Várias situações têm implicação nas vivências dos/as mesmos/as e, conforme percebemos, na relação desses com os usos de álcool e outras drogas, com as experiências sexuais, o processo de escolarização, os projetos de vida,

entre outras dimensões.

Durante o mestrado, pude me aproximar também da discussão sobre as teorias feministas e de gênero, e de modo mais específico da perspectiva da interseccionalidade (PISCITELLI, 2008), e a pesquisa feminista (NEVES; NOGUEIRA, 2005), que foi fundamental para a compreensão dos usos de álcool realizado pelo/as jovens. E assim, em 2013 para construção da dissertação de mestrado realizamos a pesquisa em duas comunidades quilombolas: Castainho e Estivas, localizadas na área rural de Garanhuns/PE, no intuito de conhecer os significados do uso de álcool entre homens e mulheres jovens.

Observamos que o uso de álcool tem uma forte conotação cultural nas comunidades, visto que sempre esteve presente mediando as atividades realizadas pelos/as quilombolas, festas, trabalho, lazer, entre outras. Percebemos também que os/as jovens e adultos das periferias de Garanhuns/PE frequentavam as comunidades, principalmente nos finais de semana, quando faziam uso de álcool nos bares da localidade.

Retornamos às comunidades em julho de 2014 a fim de realizar a devolutiva dos resultados construídos na pesquisa, e, mais uma vez, os/as jovens fizeram referência aos casos de violência vivenciados pelas mulheres, em que, geralmente, os agressores são os maridos; os casos de uso abusivo de álcool; a presença dos/as moradores/as da área urbana no território quilombola e ao uso de álcool feito pelos/as mesmos/as (SILVA et al, 2017). Essa presença dos/as jovens da área urbana no território quilombola despertou minha atenção e comecei a refletir também sobre o que aproximava esses/as, o que significava essa relação urbana-rural, se essa só ocorria nas comunidades, como esses/as se relacionavam.

No que se refere aos usos de álcool, os efeitos que a pesquisa realizada em 2013, nas comunidades quilombolas (já mencionadas acima), provocaram em mim foram importantes para a elaboração das reflexões do presente estudo. Nestas percebemos muitas questões que se fazem presentes nos processos relacionais dos/as jovens com os usos de álcool e que nos revelaram o quanto pensar sobre essas relações é algo complexo e multidimensional. Vimos que o uso, dependendo de como era realizado, ou seja, com um padrão elevado para o/a jovem que consumia, ocasionava problemas, a exemplo do envolvimento em acidentes automobilísticos, dificuldade de conseguir um emprego formal, de dar continuidade aos estudos, casar ou manter o casamento, entre outros. No entanto, esse mesmo uso, para outros/as jovens era um modo de reivindicar um lugar de igualdade de gênero e geração no contexto local. Era também uma forma de lazer, diversão e prazer.

Ao observar essas, entre várias outras questões sobre juventude, e a relação juventude e usos de álcool, algumas indagações surgiram: Quais os efeitos produzidos pelos

marcadores sociais: gênero, geração, classe, raça/etnia, sexualidade e território nas vivências juvenis rurais/quilombolas e urbanas da periferia? O que os usos de álcool significam para as vivências de jovens quilombolas e urbanos/as da periferia? Quais as formas que os/as jovens quilombolas e os/as jovens da periferia têm encontrado para enfrentar as situações de opressões e desigualdades que vivenciam?

Essas foram nossas questões iniciais de pesquisa, e assim fomos observando o que era ser jovem no quilombo e ser jovem na periferia urbana, no intuito de compreendermos as especificidades juvenis dos/as jovens de diferentes territórios, a fim de conhecer as opressões, desigualdades e processos de resistência, a partir da intersecção de gênero, raça/etnia, classe, geração, sexualidade e território. E de modo específico buscamos: 1- Investigar os efeitos dos marcadores sociais (gênero, geração, classe, raça/etnia, sexualidade e território) nas vivências dos/as jovens quilombolas e urbanos/as; 2- Analisar as situações de opressões e desigualdades visibilizadas pelos usos de álcool entre jovens quilombolas e urbanos/as; 3- Identificar as formas encontradas pelos/as jovens quilombolas e urbanos/as para resistirem às situações de opressão e desigualdades vivenciadas.

Fizemos uso da perspectiva da interseccionalidade de gênero, geração, classe, raça/etnia, sexualidade e território. A noção de interseccionalidade teve sua origem junto as feministas negras norte-americanas, que questionaram o universalismo da categoria “mulher”. As autoras Kimberlé Crenshaw (2002), Adriana Piscitelli (2008), Avta Brah (2006) e outras fazem uso da interseccionalidade para abordar os marcadores: gênero, classe e raça/etnia, de modo articulados, pois, segundo as mesmas, estes estão entrelaçados na constituição das desigualdades sociais. Ou seja, os marcadores de opressão na sociedade não agem de forma independente uns dos outros; pelo contrário, essas formas de opressão se inter-relacionam criando um sistema de opressão que reflete a intersecção de múltiplas formas de discriminação.

Concordamos com Biroli e Miguel (2015, p.29) quando afirmam que ao se pensar em interseccionalidade é importante considerar gênero, classe e raça, pois

as assimetrias que se definem no entrecruzamento e constituição recíproca desses três eixos são incontornáveis para a análise das desigualdades nas sociedades contemporâneas. Entendemos, também, que qualquer análise que tenha a ambição de estabelecer relações entre os limites das democracias contemporâneas e as desigualdades sociais precisam incorporar como problema as hierarquias que se constituem na convergência entre os três eixos.

Com o exposto acima, não significa que a importância de outros marcadores sociais esteja sendo desconsiderada, mas os autores chamam atenção para a relevância dos

eixos mencionados não serem esquecidos quando se busca compreender as desigualdades e as hierarquias sociais. Além desses marcadores, no presente estudo, consideramos também sexualidade, geração e território, pois nos interessou compreender a intersecção desses nas experiências dos/as jovens de diferentes contextos. Destacamos, ainda, que quando pensamos no território quilombola e no território urbano periferia, esse marcador produz intersecção com outros, pois o primeiro já carrega as marcas de questões étnico/raciais, da ruralidade, das desigualdades e de classe, entre outros; enquanto o segundo, também as de classe, raça, gênero, assim consideramos essas relações.

A escolha pelo uso da interseccionalidade vem também do fato desta perspectiva possibilitar que os/as pesquisadores/as estejam atentos/as à forma como as pessoas vão se constituindo no jogo de forças a que estão expostas (NOGUEIRA, 2013). O olhar interseccional convocou-nos a considerar a diversidade de tramas que os marcadores sociais de diferenciação vão engendrando, o que contribuiu para visibilizarmos a repercussão dessas tramas nas vivências juvenis, tanto no que se refere às opressões e desigualdades vivenciadas, quanto às formas de enfrentamento dessas situações pelos/as jovens.

Os/as jovens quilombolas que fizeram parte deste estudo vivem em comunidades quilombolas localizadas na área rural do município de Garanhuns/PE. Essas são conhecidas como comunidades remanescentes de quilombos, são grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra. Essas comunidades se distinguem de outras por sua herança histórica de escravização, que ocasionou consequências de diversas ordens, e dificuldades no acesso a bens e serviços (BEZERRA et al, 2014).

A existência de quilombos contemporâneos é uma realidade latino-americana. As comunidades são encontradas em países como Colômbia, Equador, Suriname, Honduras, Belize e Nicarágua. E em diversos desses, como ocorre no Brasil, o direito às terras tradicionais é reconhecido na legislação. Na América do Sul, três constituições reconhecem os direitos dos quilombolas: as da Colômbia, do Brasil e Equador. Mas todos esses países têm enfrentado as dificuldades com o reconhecimento das terras (ANDRADE; BELLINGER, 2009).

No território nacional, há muitas comunidades quilombolas que foram certificadas. Dados da Fundação Cultural Palmares revelam que, desde 1988, foram reconhecidas oficialmente cerca de 3,2 mil comunidades quilombolas. Quase 80% delas foram identificadas a partir de 2003, quando foi editado o Decreto 4887, que traz os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por

quilombolas. Em Garanhuns, onde realizamos o estudo, existem seis comunidades: Castainho, Estivas, Timbó, Estrela, Tigre e Caluete.

Os/as jovens urbanos/as que participaram da pesquisa, a maioria são estudantes de uma escola da periferia de Garanhuns/PE, que acessamos no intuito de conhecer as vivências dos/as mesmos/as. Essa instituição de ensino recebe estudantes de diferentes localidades da cidade. Tivemos contato também com jovens que já haviam terminado o ensino médio na escola que estávamos, e outros/as que estudavam em outras instituições ou não estudavam mais, por terem terminado o ensino médio ou por terem abandonado os estudos.

Observamos, logo no início da pesquisa, que existiam, entre esses/as jovens de territórios diferentes, algumas questões em comuns que produzem situações de desigualdades para os/as mesmos/as, podendo-se destacar as de raça e classe social. A maioria desses/as jovens são negros/as e pobres, e sofrem os mais diversos tipos de preconceitos e discriminações devido à cor e a condição social que possuem. Importante ressaltarmos que observamos que os marcadores de opressão que incidem sobre esses/as jovens são semelhantes, mas os efeitos, diferentes. Com esse estudo, observamos que as experiências relacionadas ao uso de bebidas alcoólicas é o que mais aproxima os/as jovens quilombolas e os/as jovens da periferia. É através do uso de álcool que percebemos o quanto as desigualdades sociais produzem efeitos que incidem sobre a vida dos/as jovens pobres para eliminá-los/as e controlá-los/as socialmente. Ora estigmatizando-os, discriminando-os, excluindo-os por não serem considerados vidas que importam para a sociedade; ora retirando-lhes vários direitos, ao acesso à educação de qualidade, à saúde, ao lazer, ao mercado de trabalho, entre outras esferas.

Essa tese está construída a partir de três capítulos teóricos, um capítulo metodológico e cinco capítulos que abordam os resultados e reflexões sobre a pesquisa realizada. No primeiro capítulo, abordamos questões pertinentes à discussão sobre juventude, jovens quilombolas e jovens da periferia urbana. Discutimos o que estamos compreendendo por juventude, não a consideramos relacionada a uma determinada faixa etária, nem como uma oposição à adolescência, mas como construções históricas culturais de um momento da vida que nos interessou conhecer as vivências nos diferentes territórios estudados.

No segundo capítulo, apresentamos o que estamos entendendo por opressão, desigualdades e resistência. Discutimos sobre a perspectiva da interseccionalidade, que permite abordar a opressão a partir do cruzamento de sistemas de opressão de gênero, classe, raça/etnia, sexualidade e outros, e que pode produzir de modo articulado desigualdades e também impulsionar os sujeitos à resistência. No terceiro capítulo, discutimos algumas

questões a partir do estado da arte que realizamos considerando o tema interseccionalidade nas pesquisas. Assim foi possível observarmos como, nas produções científicas, a interseccionalidade tem sido abordada, metodologias e temáticas investigadas, entre outras questões. No capítulo metodológico, apresentamos quem foram os/as jovens participantes do estudo e como a pesquisa foi realizada. Discutimos a construção das três etapas que fizeram parte da pesquisa a partir da observação participante, as oficinas e as entrevistas. Nesse capítulo, abordamos também como realizamos a análise das informações construídas.

No primeiro capítulo analítico, discutimos algumas das desigualdades que os/as jovens vivenciam por morarem nas comunidades quilombolas, e na periferia urbana de Garanhuns, preconceito, violência, dificuldades em dar continuidade ao processo de escolarização, em conseguir um emprego, em circular em alguns espaços da cidade, entre outras. No segundo, abordamos as desigualdades de raça, considerando que essa é constituída por gênero, classe, território e sexualidade, abordamos várias situações de preconceito e discriminação vivenciadas nos territórios. No terceiro capítulo, refletimos sobre as experiências dos/as jovens, considerando a sexualidade constituída por outros marcadores sociais, gênero, classe, raça, geração, e refletimos sobre o quanto as situações de homofobia e lesbofobia fazem parte das vivências, sobretudo, da juventude da periferia. No quarto capítulo, discutimos sobre os usos de álcool, observando o quanto esses revelam situações de opressões, desigualdades e resistência vivenciadas pelos/as jovens. No quinto capítulo, apresentamos como eles/as têm resistido às situações de opressão e desigualdades. Em seguida refletimos sobre algumas considerações que chamamos de finais.

É importante ressaltar como essa tese foi escrita. O universo acadêmico exige coerência do/a autor/a na forma como vai se expressar no texto, mas, no presente trabalho, optei por ora falar em primeira pessoa do singular, visto ser um momento importante de ressaltar uma experiência vivenciada, ora falar em primeira pessoa do plural. Escrever este trabalho só em primeira pessoa do singular não dava conta do contexto em que o mesmo foi construído, pois outras vozes foram importantes nessa trajetória, como as muitas discussões realizadas com a professora orientadora e o Grupo de Estudos, Pesquisa, Poder, Cultura e Práticas coletivas – GEPCOL – UFPE, as discussões realizadas no grupo no qual foi feita a mobilidade acadêmica no doutorado – Conexões de Saberes - UFMG, além das trocas com professores/as da UFPE e de outras instituições. Então, nos momentos em que foi importante destacar o trabalho coletivo, usei a primeira pessoa do plural, assim o eu e o nós estão articulados na construção da tese.

2 JOVENS DE DIFERENTES TERRITÓRIOS: QUILOMBOLAS E DA PERIFERIA URBANA

Nesse capítulo, tecemos algumas reflexões sobre como compreendemos a juventude, os/as jovens que fazem parte do presente estudo e algumas especificidades sobre os/as mesmos/as. Concordamos com a concepção de juventude adotada por Knauth et al (2006), que a mesma não é restrita à ideia de faixa etária, mas entendida como um processo no qual um conjunto de elementos concorre para a autonomização (material e afetiva) dos/as jovens, o que nos permite compreender as diferenças que os contextos sociais e culturais imprimem a esse momento biográfico.

O termo juventude, muitas vezes, é usado, inclusive em estudos acadêmicos, como sinônimo de adolescência, mas alguns/mas autores/as abordaram diferenças entre os mesmos. A noção de adolescência surgiu vinculada à lógica desenvolvimentista caracterizando uma etapa pela qual todos/as passariam, independente de fatores socioculturais (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005). A psicologia foi responsável por instituir algumas características consideradas inerentes a essa etapa da vida, com seus tempos e atributos específicos, diferenciando sujeitos “normais” e “anormais” de acordo com seu grau de aproximação às normas estabelecidas para este período. Este posicionamento contribuiu para que fosse criada uma identidade do sujeito na adolescência, enquadrando-o através de normas e características, e afirmando uma homogeneidade que nega a multiplicidade e a diferença entre os seres humanos.

Embora existam alguns estudiosos/as que façam essa separação entre juventude e adolescência, concordamos com as discussões de pesquisadores/as que não consideram essas categorias a partir de uma distinção delimitada, mas como campos em relação, para serem estudados e refletidos a partir dos diversos fatores que constituem a subjetividade dos indivíduos. Em uma entrevista a Burgos e Canegal (2014), Lúcia Rabello aborda essa questão:

Eu tenho ouvido colegas dizerem que a psicologia fica com a adolescência e a sociologia fica com a juventude. Para mim, esta divisão tem sido até uma questão de reflexão teórica e de uma tentativa de reelaboração de significação desses campos.[...] eu acho que a psicologia tem começado a pensar a juventude tal como colocada dentro desse novo cenário, e que a sociologia também tem pensado a adolescência.[...]. Antes, se pensava que, a partir dos 21 anos, se tinha o “adulto jovem”. Eu acho que tem essa questão, vamos dizer assim, das novas condições que estão trazendo questões importantes para a gente pensar em termos teóricos, metodológicos.

Assim, percebemos que é necessário pensar o jovem sendo constituído em relações dialéticas entre o social e a história, visto como sujeito único, singular e histórico. A partir

dessa perspectiva, a adolescência não é negada, mas criada historicamente pelo ser humano, como representação, fato social e psicológico. Estamos sempre atribuindo significados aos fatos sociais através da cultura e da linguagem que perpassam nossas relações sociais. (OZELLA; AGUIAR, 2008).

A respeito dos estudos sobre juventude, Nascimento e Coimbra (2015) não os consideram como um campo de trabalho-saber especializado, baseado em categorias e conceitos fechados e identitários, ou saberes estanques e isolados, mas apostam na transversalidade, na processualidade e na mutabilidade desses saberes que estão sempre se fazendo. Tal proposta é uma prática política importante, pois a juventude, como outras categorias, opera dentro da lógica do capital, que influencia o seu funcionamento, através da imposição de determinados modos hegemônicos de subjetivação.

Abramo (2005, p.44), propôs ainda, a distinção entre condição juvenil e situação juvenil. A primeira diz do “modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, que alcança uma abrangência social maior, referida a uma dimensão histórica geracional”; e as situações juvenis “revelam o modo como tal condição é vivenciada a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais, classe, gênero, etnia”. E também local de moradia, especificidades regionais, relações rural-urbano, todo o contexto onde as juventudes se constituem e se expressam.

Em uma pesquisa realizada para construção do Estado da arte sobre os estudos que têm como foco juventude e uso de álcool, Silva, Aguiar e Menezes (2014) observaram que, em muitas das produções localizadas, há recorrência do uso do termo juventude como sinônimo de adolescência, sendo os dois termos utilizados, no decorrer do texto, com o mesmo sentido. Em um levantamento bibliográfico sobre a produção científica relacionada a juventude e adolescência no campo da Psicologia, realizado por Stengel e Dayrell (2017), também foram observados, em várias teses e dissertações, os termos adolescente e jovem usados como sinônimos, e até mesmo um deles no título e outro nas palavras-chave, nos resumos das produções científicas.

A forma como as discussões, nos trabalhos mencionados acima, colocam adolescência e juventude nos faz pensar sobre várias questões: como abordar ambas as categorias? O que as distingue? O que as une? Stengel e Dayrell (2017) lembram que a definição etária de adolescência e juventude não é suficiente para justificar a diferença. Inclusive, no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), é considerado que a adolescência se situa entre os 12 e 18 anos; no Estatuto da Juventude (2013), a juventude é o período entre 15 e 29 anos. Ou seja, o intervalo etário entre 15 e 18 anos está abarcado nos dois Estatutos.

Os referidos autores ainda ressaltam que a relação entre adolescência e juventude é possível, são complementares. O desafio é como articulá-las para não as tomar de qualquer forma, como foi encontrado em algumas produções científicas.

França (2014), em sua pesquisa sobre medidas socioeducativas, faz uma discussão entre adolescência e juventude, considerando esses termos em disputa, e afirma operar com esses de maneira fluída. A autora resalta ainda que essa liberdade no uso dos termos pode denunciar tanto o perigo do politicamente correto, tão presente nos modismos acadêmicos, quanto se mostra coerente com uma visão ético-teórico-metodológica, pois permite a visibilização do aglutinamento dos enunciados acerca da adolescência e da juventude como conceitos que estão em disputa e que devem ser problematizados, em seus usos e seus regimes de visibilidade.

Fazer essa articulação é algo complexo, nos anais do último Simpósio Sobre a Juventude Brasileira – JUBRA, que aconteceu em 2017, em Fortaleza, observamos que esse desafio ainda está presente. Encontramos trabalhos em que as categorias adolescência e juventude são usadas como sinônimos, trabalhos que usaram uma categoria no título e outra nas palavras-chaves dos resumos, e outros que no próprio título usaram as duas categorias. O JUBRA é um evento de grande visibilidade no campo dos estudos sobre juventude, e esta foi a VIII edição, o que tem contribuído inclusive para um aumento nas produções no âmbito da psicologia. Nesse evento de 2017, foi criada A REDE JUBRA de pesquisadores/as sobre juventude, sendo dessa área do conhecimento a maioria das pesquisadoras que estão à frente desse projeto. O que nos mostra também a juventude não como um tema de interesse apenas da sociologia e a adolescência, da psicologia, como outrora foi abordado.

No presente estudo, partimos do pressuposto de que não é possível atribuímos uma única definição para os sujeitos, é importante construirmos um conhecimento contextualizado sobre os/as adolescentes e jovens, considerando o pluralismo que os/as constituem. Concordamos com Birman (2006) que estudar a categoria juventude é um campo complexo, pois pressupõe, no seu interior, uma multiplicidade de temas possíveis, que poderiam ser inscritos no seu âmbito. Mas, na impossibilidade de trabalhar com todos os temas, é preciso realizar recortes e delinear algumas problemáticas. Assim, nos interessou pensar sobre algumas especificidades relacionadas a intersecção de gênero, classe, raça/etnia, geração e sexualidade no que se refere à juventude rural quilombola e à juventude urbana da periferia de Garanhuns/PE.

Compreendemos juventude e adolescência como construções históricas culturais de um momento biográfico, termos em disputa em diferentes áreas do saber. No presente estudo,

os/as participantes foram considerados sujeitos políticos constituídos a partir dos efeitos que os sistemas de opressão produzem nos/as mesmos/as. Em nossas reflexões, os/as posicionamos como jovens, visto ser esse o termo usado pelos/as próprios participantes. Os mesmos/as não fizeram referência à adolescência, seja nas oficinas ou nas entrevistas, colocavam-se como jovens, e, se assim se percebem, usar esse termo é um modo também de visibilizar as experiências que os/as constituem.

2.1 Jovens urbanos/as da periferia

Abordaremos, a seguir, algumas questões referentes aos/as jovens moradores/as de diferentes regiões periféricas. Para isso realizamos reflexões a partir de estudos que contemplaram os/as jovens e investigaram o que é ser jovem na periferia, como esses/as são vistos socialmente, as dificuldades vivenciadas, o que significa, por exemplo, ser negro/a, pobre e morar em tais regiões.

Existem distinções em relação à noção de periferia. Essa, geralmente, é vista como um lugar afastado de um centro urbano, onde mora principalmente a população de baixa renda. Moreira (2016) chama atenção para a diferenciação das periferias geográficas e das sociais. Enquanto a primeira é usada como referência ao que está ao redor das centralidades, a segunda faz referência aos lugares que não possuem os mesmos recursos urbanos que as demais regiões de uma cidade. Muitas vezes, a periferia social estar nos arredores das cidades, nas periferias geográficas. Assim, observamos, em alguns estudos que localizamos, o que o autor mencionado acima ressaltou, em vários casos, ambas se encontram no mesmo lugar.

É importante lembrarmos alguns fatores para os quais Rosa (2009) chama atenção: a noção de uma periferia uniforme, ocupada por um grupo socialmente homogêneo, os pobres, marcada pela ausência de equipamentos e serviços urbanos, vem sendo sistematicamente contraposta, a começar pela concepção de periferia como “território sem Estado”. Nas duas últimas décadas, houve um investimento público nas áreas periféricas, especialmente em termos de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos, o que teria sido acompanhado pela melhoria dos indicadores sociais dessas áreas¹. Mas, embora tenha acontecido uma melhora nas condições de vida de parte dos/as moradores/as a partir do aumento dos investimentos públicos, é possível constatar também que, em algumas áreas, ainda persistem significativas diferenças de condições de vida e acesso aos serviços,

¹ Não podemos esquecer o quanto essas áreas periféricas já estão sendo afetadas devido à atual conjuntura política do País, a exemplo da extinção do Ministério das Mulheres, bem como da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, em 2017.

revelando situações distintas da pobreza urbana.

Em alguns estudos com jovens pobres (RODRIGUEZ et al, 2013; CASTRO; BICALHO, 2013) na psicologia, encontramos também a discussão sobre favela, considerada um lugar de carência de serviços essenciais, mas não só da falta de infraestrutura como também um lugar destituído da própria constituição subjetiva da cidadania, já que a constituição desse território se deu a partir de um processo de exclusão socioespacial. A mesma se iniciou no século XIX quando surgiram propostas políticas e projetos urbanísticos para uma suposta organização da cidade. Nesse momento houve a construção de ruas largas para o transporte de automóveis e não voltado ao encontro entre as pessoas, como outrora, tornando-as um espaço de circulação e de consumo. Tal proposta partiu da ideia higienista de um corpo saudável e disciplinado, cujo o desenho urbano das cidades passou a funcionar da mesma maneira. Assim, populações pobres moradoras da cidade, devido ao seu caráter perigoso e sujo, foram compulsoriamente deslocadas e excluídas para outros territórios, a exemplo das encostas dos morros, que, posteriormente, ficaram conhecidas como favelas (CASTRO; BICALHO, 2013). Dessa forma, essas pessoas foram/são excluídas da cidade “limpa” e “organizada”.

As favelas enfrentam processos de estigmatização social decorrentes da associação entre a população residente nesses locais com uma classe perigosa, inserida no grande crescimento das áreas urbanas no Brasil. A falta de adequado investimento público gerou, historicamente, formas de atuação do governo e dos meios de comunicação que fortalecem a imagem de espaço dominado pela miséria e violência, que produz contraditoriamente mais medo das vítimas da pobreza do que a compreensão das causas desta, daqueles que representam o tipo estigmatizado do criminoso: jovem, sexo masculino, negro e morador de favela. Sendo percebidos como ameaça à ordem social da cidade. Estes são rejeitados socialmente, por serem grupos que têm suas práticas sociais e padrões estéticos desvalorizados também pelo fato de terem a favela como moradia (RODRIGUEZ et al, 2013). No presente estudo, estamos considerando a denominação periferia, visto que para os lugares onde os/as jovens que participaram da pesquisa moram não se usa o termo favela, e sim regiões periféricas da cidade.

Franch (2002) chama atenção para o fato de que, comumente, quando se pensa em jovens pobres de periferia, é feita uma relação desses/as com a criminalidade, assim como acontece com os/as da favela. Se estão ociosos, essa ociosidade é vista como periculosidade. A autora ressalta a importância de que estes preconceitos sejam desconstruídos e que a busca seja conhecer as vivências juvenis em suas diversidades. Compreende as dificuldades de

várias ordens vivenciadas por esses/as jovens, situações de moradia, emprego, escolaridade, acesso reduzido a equipamentos de lazer. E também destaca que eles/as têm realizado ações em suas comunidades que são importantes conhecermos para compreensão das juventudes.

Lachtim (2010) realizou uma pesquisa com jovens de diferentes regiões do município de Santo André, e foi visto que para os jovens das regiões periféricas, a responsabilidade é o valor escolhido para definir a diferença entre jovens e adultos, porém os jovens da periferia não tiveram oportunidade de se eximir desde cedo de responsabilidades, pois precisaram trabalhar em empregos informais para ajudar na renda familiar. Esses/as jovens da periferia foram também os/as que tiveram dificuldade em falar sobre projeto de vida, por reconhecerem as adversidades que os/as cercam. Esses dados lembram algumas das questões para as quais Dayrell (2003) chama atenção ao falar sobre os/as jovens pobres. Aqueles/as que participaram de seus estudos revelaram que viver a juventude não é preparar-se para o futuro, para um possível “vir-a-ser”, o tempo da juventude localiza-se no aqui e agora, o que não significa que estejam alienados e que não nutram sonhos e desejos, eles/as os têm com especificidades, centram-se no presente e nele vão se constituindo como jovens.

Em um estudo realizado por Kliksberg (2006), sobre a situação do jovem na América Latina, o autor destaca que as trajetórias de vida destes/as são diferentes segundo a classe social a que pertencem. As classes de uma situação econômica favorável podem aspirar a ter níveis de educação, saúde, trabalho e moradia semelhantes aos daqueles de países desenvolvidos. Por outro lado, os/as mais pobres veem sua vida marcada pela falta de oportunidades oferecidas pela sociedade. Geralmente começam a trabalhar com uma idade “precoce”, suas possibilidades de cursar estudos primários e secundários são limitadas e sua inserção no mercado de trabalho não é fácil. Mas, diante das várias dificuldades que são experienciadas pelos/as jovens em situação de pobreza, alguns e algumas têm encontrado formas para enfrentá-las, a exemplo dos jovens rappers que reelaboram as imagens correntes sobre a juventude, criando modos próprios de ser jovem, articulados em torno da cultura do contexto que fazem parte. Importante lembrar que essa cultura do rap, assim como a do funk e do brega, é um dos poucos espaços que se abrem como possibilidade para os/as jovens pobres.

Coimbra e Nascimento (2003), assim como Franch (2002), que já referimos acima, falam que existe um mito que articula periculosidade e criminalidade à pobreza, por serem pobres, são perigosos; se ainda não fizeram algo efetivamente suspeito, a condição de pobreza indica que há uma predisposição latente para tal, esperando apenas o momento propício para se manifestar. Aos considerados pobres dignos, que trabalham e se encontram

inseridos na lógica capitalista, é necessário reforçar os valores morais, a fim de que os maus costumes inerentes à pobreza não corrompam a saúde social. Os pobres que não trabalham e que vivem no ócio representam, dentro dessa lógica, um perigo social a ser erradicado, uma vez que são “portadores de delinquência, libertinos, maus pais e vadios” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003, p. 24).

O ócio e o ser negro/a morador/a de uma periferia são associados à atitude suspeita, à insubordinação, e esses são considerados pertencentes às classes perigosas, sobre as quais recai a atenção, sobretudo, do sistema criminal. Assim, são os/as negros/as que continuam a sofrer os mais diversos tipos de desigualdades sociais. Não há, nessas considerações, nenhuma intenção de vitimização dos/as jovens. Com essa discussão, queremos evidenciar os jogos de força que dão sustentação às lógicas de opressão em suas diferentes modulações.

Em um estudo realizado por Moreira (2016) com jovens estudantes de uma escola localizada em uma região periférica de Juiz de Fora, que recebia estudantes moradores/as de diferentes localidades, foi visto também que a trajetória dos/as jovens é marcada pela violência, a estigmatização, a discriminação por serem pobres e, a maioria, negros/as. Foi possível perceber o quanto as territorialidades se expressavam nos corpos dos/as jovens que anunciavam a chegada dos diferentes bairros (da periferia) na escola, das roupas usadas, das músicas que ouviam e produziam com o intuito de denunciar a realidade social em que se encontram, e, por vezes, essa cultura desses/as jovens era desconsiderada e subalternizada na escola, onde, mais uma vez, os/as jovens eram violentados ao não serem ouvidos/as e invisibilizados/as.

A juventude, enquanto grupo social plural, tem diferentes significados e os processos subjetivos são formados por um conjunto simbólico de interações sociais e sentidos fluidos. No estudo realizado com jovens da periferia de Salvador, Lima (2016) observou que os/as jovens tinham suas vivências e constituição das juventudes imbricadas em diversas situações de desigualdades sociais, mas essas também impulsionavam os/as jovens à melhoria de suas condições de vida, nas quais esses/as viam nos estudos e na preparação para o mercado de trabalho um meio de concretização das realizações pessoais. Ao mesmo tempo em que eles/as afirmaram que ser negro/a e morar em uma periferia dificulta obter um trabalho formal.

Algo recorrente nos estudos realizados com jovens moradores/as de periferia (FRANCH, 2002; MOREIRA, 2016; LIMA, 2016; RAMOS, 2017) são os relatos de discriminação e preconceito. Esses/as, em muitos casos, são colocados em uma posição de

subalternidade, como aqueles/as que devem ser segregados da sociedade, pois são um mal social. As imagens e discursos existentes, situam-os/as em completa condição de vulnerabilidade social, fragilizados por terem uma condição com poucos recursos materiais e bens culturais, além de privados de viver uma juventude plena.

Teixeira (2016) observou, em seus estudos, que a mídia é um dos principais veículos que contribuem para essa imagem que é formada acerca dos jovens da periferia, através da forma como a mesma divulga as informações, a exemplo de quando acontece alguma morte. Essas situações de preconceito e discriminação também são reforçadas através da ação policial, que, muitas vezes, acontece de forma truculenta. Assim, o sistema de segurança, que deveria proteger os/as jovens, funciona de modo a eliminá-los socialmente, a reforçar o medo existente em relação aos/as moradores/as da periferia. A segurança privada, o sistema de câmeras, filmagens nas casas, shoppings e restaurantes, revelam a segregação e quem pode ter acesso a determinados lugares ou não, além de outros meios também usados nesse mesmo sentido.

O alvo prioritário de sumarização do Estado tem geração, cor, raça/etnia, território, gênero e classe bem definidos. São, principalmente, homens jovens, pobres, negros e moradores de periferias, o principal contingente vitimizado e atingido pela violência. O racismo se dá por diferentes matrizes que vão desde o nível simbólico ao material. Pode-se dar como exemplo destas interdições o impedimento da construção de uma identidade negra, seja pela precária produção de referenciais positivos nas mídias, seja através das políticas de esterilização, de caráter penal e pelo genocídio desta população.

Os/as jovens negros/as são o bode expiatório da política proibicionista criminal de drogas, do mercado letal da segurança e de uma polícia militarizada e focada no direito penal do inimigo a combater nas periferias. Romper com os estigmas e preconceitos contra esses grupos e espaços, contra seus valores e modos de vida, é uma ação difícil, mas fundamental para a ruptura com o ciclo de genocídio contra os jovens negros e pobres (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005).

Olhar o/a jovem negro/a, pobre, da periferia por uma lente negativa, pela suspeita de que ele irá roubar, matar, traficar, usar drogas ou furtar é uma maneira de forjar uma posição social e institucional para eles/as pela visão de que esses grupos devem receber punições diversas. A morte desses/as não causa revolta, gera indiferença, já que eles/as foram privados/as de seus direitos, em primeiro lugar, do reconhecimento positivo para depois serem enclausurados e/ou mortos (LEMOS et al, 2017).

Em um estudo realizado com jovens da periferia de Bauru e Marília, Ramos (2017) observou que os/as jovens, apesar de submetidos a uma condição de segregação e estigmatização territorial, constroem, através de suas redes sociais no âmbito da diversão, formas de compor seus circuitos de lazer. Foi visto também que no horizonte de suas possibilidades objetivas, eles/as encontram e articulam, através de suas redes, meios para transitarem na cidade e assim, efetivamente, criarem formas de acessarem diversos espaços e terem suas experiências de sociabilidade. Encontraram meios de resistirem às opressões do sistema colonial de poder através de expressões culturais e musicais como funk, hip hop, rap, que ao mesmo tempo em que têm ajudado os/as jovens a resistirem, em alguns momentos, fazem esses/as sofrerem constrangimentos, intimidações e cerceamentos.

Os/as jovens da periferia têm enfrentado situações de estigmatização, preconceito, são vítimas de diversos tipos de violência. Foi visto, nos estudos, que esses/as se queixam da falta de oportunidades para ingressarem no mercado de trabalho, bem como a dificuldade em circularem por alguns espaços da cidade, sobretudo os que requerem um gasto financeiro, a exemplo de cinemas, clubes, entre outros. Muitas das dificuldades vivenciadas pelos/as jovens acontecem em decorrência da localidade onde moram, como também por serem pobres e negros. A seguir, abordaremos algumas questões que os estudos sobre os/as jovens quilombolas discutem e podemos observar que, em alguns momentos, as experiências desses/as têm pontos em comuns com os/as da periferia, a exemplo do preconceito e da discriminação devido à localidade onde moram, também por serem negros/as, pelas dificuldades para terem práticas de lazer, o processo de escolarização, entre outras.

2.2 Jovens quilombolas

“O que é ser quilombola? Você se considera como remanescente de quilombo?” Essas foram as questões que iniciaram o estudo realizado por Cavalcante e Beltrão (2015) com jovens que residem em comunidades quilombolas localizadas no município de Salvaterra, em Marajó. Diante dessas perguntas, as respostas foram: “ser quilombola é ter coragem, raça e ter orgulho da cor”. E, ainda: “ser quilombola é reconhecer a força do negro na sociedade brasileira” (p.8).

As respostas, conforme pontuam os autores, têm por referente o termo raça, que traz consigo “uma carga política forte, pois define o ser quilombola [...], indicando o pertencimento à raça que atribui valor à cor da pele” (CAVALCANTE; BELTRÃO, 2015, p. 9). O uso do termo raça é colocado também “como uma forma de empoderamento, de valorização de um passado de lutas e resistência contra a opressão” (Idem). Na pesquisa que

realizamos (SILVA; MENEZES, 2014) com jovens das comunidades quilombolas de Castainho e Estivas, em Garanhuns/PE, também buscamos conhecer o que é ser um/a jovem quilombola e vimos que alguns e algumas afirmaram ter orgulho de ser quilombola, o que corrobora com o estudo mencionado acima.

Em uma pesquisa realizada por Costa (2014) com jovens quilombolas do Vale do Jequitinhonha, foi visto que para eles/as, ser quilombola é possuir marcas culturais baseadas na descendência, na tradição na qual se mantêm e se revive através das festas religiosas e costumes relativos à alimentação, à parentela, a sua origem geográfica, e também destacaram a participação na associação comunitária local.

Na pesquisa com os/as quilombolas de Garanhuns (SILVA; SENA-LEAL, 2010; SILVA; MENEZES, 2014), assim como na pesquisa de Costa (2014), vimos que as festas tradicionais também são destacadas pelos/as jovens como símbolo da cultura quilombola, que faz com que eles/as se sintam pertencentes a esta identidade étnico/racial. Mas a participação nas reuniões da associação dos/as moradores/as existentes nas comunidades não é uma questão para os/as jovens de Garanhuns, pelo contrário, não consideram ser responsabilidade dos/as mesmos/as a participação política na luta por melhorias. Para eles/as, esta deve ficar a cargo dos adultos e das lideranças comunitárias. Refletindo sobre essa questão da participação política, observamos que os adultos e idosos das comunidades estudadas não consideram os/as jovens aptos para opinarem sobre decisões importantes para a vida dos/as quilombolas. Assim, percebemos que a hierarquia geracional existente na localidade produz efeitos nos modos de ser jovem.

Outra questão que foi vista nos estudos mencionados acima (CASTRO, 2014; SILVA; MENEZES, 2014; CAVALCANTE; BELTRÃO, 2015) foi à trajetória dos/as jovens, marcada por situações de preconceito e discriminação racial que refletem as desigualdades históricas, que alijam os/as negros/as de seus direitos básicos e promovem a exclusão dos mesmos/as nos sistemas de saúde, educação, e nos espaços de poder.

Morais (2017, p. 33), aborda a concepção moderna de raça “ que está atrelada ao empreendimento colonialista nas Américas, e serviu como síntese para a classificação de grupos humanos a partir de uma visão eurocêntrica colonial”. A ideia de raça foi usada também para justificar um antigo dilema filosófico: a separação entre a “razão/sujeito” e o “corpo” (QUIJANO, 2005, p. 239). As raças colonizadas foram relegadas à condição de sujeitos desprovidos de alma ou de inteligência, o que permitia, e até incentivava, o europeu-branco-civilizado a agir como seu dono, seu tutor (MORAIS, 2017). Quijano chama atenção para o fato de que

em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas [...]. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. [...] Em terceiro lugar, forçaram também em medidas variáveis em cada caso – os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa. [...] Todo esse acidentado processo implicou, no longo prazo, uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura (QUIJANO, 2005, p. 231).

Parte desse debate é em referência aos povos ameríndios e aos processos de colonização das Américas. Mas é importante lembrar a associação dos/as negros/as à ausência de alma, à condição de selvagens e a posição de subalternidade que foram colocados, de modo que essas formas se perpetuaram até os dias de hoje através dos sistemas de poder. A noção de raça interseccionada com classe e gênero há anos vem reproduzindo os efeitos da colonização nas populações tradicionais e na população negra de modo geral.

No estudo realizado por Costa (2014), foi visto que as identidades dos/as jovens do Vale do Jequitinhonha são formadas, afirmadas e, ao mesmo tempo, negadas dentro de um contexto cultural e em contraste com outras. Como não existe escola nas comunidades, os/as jovens se deslocam para o Distrito, distante cerca de 35 km do quilombo, e foi possível observar o quanto a escola contribui para a negação da cultura quilombola ao silenciar a existência dessa. Mesmo tendo os/as estudantes que possuem essa identidade étnico-racial, não era discutida e considerada a cultura quilombola no contexto escolar. E, embora tenham suas identidades silenciadas, foi visto que os/as jovens atribuem valores positivos à escola e veem nos estudos, a possibilidade de ascensão social.

Freire (2012), na pesquisa com jovens da comunidade quilombola Capoeiras, no Rio Grande do Norte, observou que a participação desses em danças tradicionais nas comunidades contribuía para o fortalecimento de uma identidade étnica e para a constituição dos/as jovens enquanto sujeitos políticos na luta por melhorias para as comunidades. Mas foi observado também que muitos/as jovens não participavam das danças, e negavam a identidade quilombola, pelo medo de serem excluídos ou tratados com preconceito pelos moradores do município de Iracema, que, muitas vezes, relacionam os remanescentes de quilombos com o não desenvolvimento. Além do preconceito devido à questão racial, pois é comum escutarem, de forma pejorativa, a expressão “um nego quilombola”. Essa questão é

presente também nas comunidades que participaram do presente estudo, Castainho e Estivas, principalmente quando estão em contato com os/as moradores/as urbanos/as, conforme abordaremos no capítulo sobre as experiências dos/as jovens frente às situações de preconceito e discriminação racial.

Vimos, na literatura, que é uma realidade das comunidades quilombolas de várias regiões do Brasil possuírem estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades, e a agricultura de subsistência, assim como os problemas com a infraestrutura, educação, saúde, lazer, e produção de renda. Nesses contextos, os/as jovens têm suas diversas experiências de vida, e alguns têm buscado outros meios de produção de renda para além do trabalho na agricultura, como vimos no estudo realizado por Bottega (2011), em que o autor concluiu que cursos voltados para a educação no meio rural não são suficientes para contribuir com jovens quilombolas, mas existe a necessidade de que políticas públicas estimulem as dinâmicas do meio rural e que extrapolem o setor agrícola; interligando-o a outros setores tais como serviços, comunicação, infraestrutura e comércio e, dessa forma, estimulem as ocupações não agrícolas, a fim de dinamizar a economia para que se torne um atrativo à juventude.

No estudo de Moraes (2017), realizado com os/as jovens quilombolas de Pacaratu, viu-se que a juventude funciona como linha que costura os temas da cultura, das relações raciais, da construção coletiva de significados, do aprendizado pela música, da política como experiência vivida e de práticas de resistência ao extermínio e silenciamento de formas de vida divergentes daquelas impostas pelos modelos hegemônicos de governo e de desenvolvimento econômico. A participação dos/as jovens em grupos culturais como os de dança afro, teatro e capoeira possibilitou-lhes elaborar seus processos subjetivos, além de contribuir com a manifestação pública de suas escolhas e desejos. Nesses espaços, eles/as puderam fortalecer suas identidades ao compreenderem, sobretudo, a importância dos/as negros/as na constituição da sociedade.

Na comunidade quilombola do Cafundó, os costumes e tradições, segundo os/as moradores/as, têm se perdido. Guedes (2016) fala sobre a falta de interesse dos/as jovens de seguir os hábitos que alguns quilombolas tentam ensinar. Não há uma reflexão sobre a perda da cultura e de sua importância, que depois poderá ser difícil retomar. O falecimento de alguns quilombolas mais antigos é visto como um dos fatores que tem ocasionado o silenciamento da cultura dessa comunidade que tem mais de 400 anos. A interferência de pessoas fora do quilombo influencia os/as jovens a se distanciarem da tradição, devido à discriminação que esses/as sofrem na escola e nos meios sociais, haja vista também a

dificuldade que eles/as encontram para conseguirem um emprego por serem moradores/as do Cafundó.

A realidade de Cafundó é diferente dos/as jovens de Paracatu, em que os/as jovens narram suas experiências através das linguagens do corpo e da música, experiências que se transformam em dança, teatro, capoeira. Jovens que tornaram suas as práticas culturais coletivas. Em um contexto de fronteira em que se sobrepõem, disputam conhecimentos, formas de vida tradicionais e grandes projetos desenvolvimentistas. São jovens que estão em diálogo, na negociação e encontraram instrumentos e possibilidades para enfrentarem as dificuldades do dia-a-dia nas artes e na cultura.

O silenciamento, a “perda” dos costumes e práticas culturais nos chama a atenção, visto que concordarmos com alguns autores/as (MOREIRA, 2017; CAVALCANTE; BELTRÃO, 2015) que consideram a cultura uma forma de resistência aos sistemas coloniais de poder. Sobre essa questão da tradição e da cultura, Nandy (2015) afirma que: “o arsenal de forças latentes e inarticuladas em uma sociedade, é estruturada como mitos, crenças, sentimentos e paixões. Esse arsenal permite pluralizar as escolhas pelas quais as sociedades e os indivíduos podem construir seus futuros, resistindo às demandas de um destino unívoco” (p.13).

Ainda segundo o mesmo autor, o resgate da cultura e a reelaboração das tradições, significa “usar o passado como uma alegoria aberta que amplifica as escolhas humanas e humaniza a política” (NANDY, 2015, p. 13). Podemos observar que as práticas culturais podem ter um papel importante para o enfrentamento das situações de discriminação e preconceito que os/as jovens quilombolas vivenciam, sobretudo quando em contato com os/as moradores/as das áreas urbanas. A cultura pode contribuir para o fortalecimento das identidades e da autoestima dos/as jovens, possibilitando, assim, que esses/as tracem seus caminhos sem necessariamente terem que seguir as culturas dominantes e hegemônicas.

Importante lembrarmos também que muitas das comunidades quilombolas, inclusive as que fizeram parte do presente estudo, localizam-se em áreas rurais, o que confere aos/as jovens outro marcador social, o jovem rural, que faz diferença nas trajetórias biográficas dos/as mesmos/as. Diante dos esforços realizados para compreender as juventudes rurais, Cavalcante e Silva (2016) ressaltam que um dos atributos que delineiam ser jovem rural é a constituição de uma subjetividade ancorada nas práticas laborais, a proximidade com a natureza, o manejo da terra, a ancoragem familiar e comunitária. As juventudes rurais também elaboram projetos de autonomia, de acesso à renda, bens, consumo e lazer, que, articulados, contribuem para a constituição de identidades e territorialidades.

Os/as jovens rurais habitam zonas fronteiriças entre o rural e o urbano, onde enfrentam a falta de transporte público, que dificulta a ida com frequência à cidade, bem como o seu transitar por este espaço, e a situação socioeconômica de muitos/as, que não permite que esses/as frequentem lugares para lazer. Além disso, em muitos territórios rurais não existem escolas ou quando existem, geralmente não atendem à demanda da localidade, o que também acontece com os serviços de saúde. Os/as jovens têm enfrentado, há anos, os efeitos que os sistemas de poder - raça, classe, gênero e território - produzem em suas vivências.

É importante dar atenção a um fato que Paulo (2011, p.78) enfatiza quando se refere ao jovem rural, categoria que “pode ter significados variados e ser vivenciada de forma totalmente diferente em contextos específicos. É nesse sentido que a juventude rural pode ser percebida como uma situação juvenil re-significada pelos atores no interior de sistemas sociais particulares”. Assim, a autora também enfatiza que, mesmo em meio às dificuldades, muitos/as têm construído práticas de lazer, de trabalho e estabelecido relações no território rural, o que faz com que esses/as não queiram sair das localidades que vivem, pois consideram as belezas que existem na vida rural.

A seguir apresentaremos a proposta do presente estudo para compreender a juventude rural quilombola e da periferia urbana, a partir da intersecção dos marcadores de diferença.

2.3 Interseccionar marcadores de diferença para compreender as juventudes: rurais quilombolas e urbanas da periferia

Os estudos realizados por Carneiro (1998) relatam que o/a jovem que vive na área rural tem a cidade como lugar de extensão da vida cotidiana, através da escola, do comércio, dos serviços, do lazer, entre outras atividades, que fazem com que ele/a frequente a urbe. Por outro lado, o/a jovem que vive na cidade pode ter no campo o seu lugar de trabalho, de investimento e de prazer também, de transcendência do cotidiano. A partir dessas situações, Carneiro (1998) questiona: o jovem rural e o jovem urbano seriam “rurbanos”?

O que nos tem chamado a atenção não é só o trânsito em si, mas a importância de refletir sobre os efeitos que os marcadores sociais - gênero, geração, classe, raça/etnia, sexualidade e território - produzem nas vidas desses/as jovens de territórios diferentes. Pois pensamos que estes marcadores produzem diferenças nas experiências das juventudes. Diferenças estas que podem repercutir em pontos de encontro nas biografias dos/as jovens, a

exemplo de aspectos comuns no projeto de vida, e também desigualdades, entre essas, poderíamos destacar o acesso a oportunidades de emprego, exposição à violência, homicídios, entre outras.

Os/as jovens constroem determinados modos de ser que apresentam especificidades, o que não significa, porém, que haja um único modo de ser jovem nas camadas populares e nas comunidades quilombolas. É nesse sentido que enfatizamos a importância de pensar juventude como um campo de estudos e enfatizar a diversidade de modos de ser jovem. Sobre essa questão de pensar a juventude em sua diversidade é que abordamos a importância de interseccionar categorias sociais para compreender as experiências dos/as jovens de territórios diferentes. Mayorga e Pinto (2013, p. 106) nos alertam que:

Interseccionar categorias [...] consiste em um exercício que não pode ser, como dito, uma simples somatória de elementos identitários como ser jovem + ser mulher + ser negra + ser favelada, como se tal movimento fosse suficiente para entender a juventude no plural. [...] deve-se considerar as tensões e hierarquias dentro do próprio campo da juventude. Pluralizar o olhar consiste, sim, em reconhecer diferenças, mas, sobretudo em identificar desigualdades entre os jovens, atentando e evitando dinâmicas estritamente diferencialistas que impediriam pensar a juventude como uma categoria transversal mais ampla. Isso também se faz importante, pois dentro do campo da juventude encontramos experiências que se antagonizam. Compreender as experiências da juventude a partir de sua pluralidade é considerar as especificidades vivenciadas pelos jovens, e como as categorias gênero, classe, raça/etnia e outras, se articulam e definem experiências de ser jovem que são distintas.

Refletir sobre essas experiências é o que possibilita compreendermos o que é ser um/a jovem quilombola e um/a jovem da periferia urbana. Uma vez que essas experiências para muitos/as desses/as estão carregadas de opressão, de controle dos seus corpos, de sua cultura, do silenciamento de seus desejos e projetos de vida. Para outros/as são justamente essas experiências que os/as levam a buscar formas de enfrentamento, a mudarem normas que são impostas em suas vidas, mesmo que vivenciem as consequências por não seguir o que é esperado de acordo com os padrões hegemônicos sociais.

Os sistemas de poder, com suas múltiplas e heterogêneas hierarquias, definem, orientam e diferenciam formas de dominação e exploração política, epistêmica, econômica, espiritual, linguística, sexual e racial dos/as jovens, sobretudo quando olhamos para a vida dos/as pobres e negros/as. O que leva à necessidade da superação da miopia colonial que insiste em manter os/as jovens das classes menos favorecidas economicamente em uma condição de subalternidade. Silenciando e reprimindo as potencialidades e as formas como eles/as recebem e elaboram as ideias produzidas sobre si e sobre o mundo. A própria

lógica epistêmica criou leituras orientadas pelas experiências sociais da juventude a partir de um olhar eurocêntrico que produz estereótipos e força os/as jovens a um enquadramento social, sem considerar a diversidade de experiências que constituem os/as mesmos/as (PEREIRA; GONÇALVES, 2016).

No pensamento Gramsciano, refletir sobre subalternidade, mais do que se concentrar em indivíduos ou classes sociais em situações de opressão e exploração, é recuperar os processos de dominação presentes na sociedade, desvendando as operações político-culturais da hegemonia que escondem, suprimem, cancelam ou marginalizam a história dos subalternos (PELÚCIO, 2012). Com isso, consideramos importante pensar os/as jovens quilombolas e os/as da periferia a partir da interseccionalidade de gênero, classe, raça/etnia, sexualidade e território, pois a perspectiva interseccional possibilita evidenciar os sistemas de opressão, desigualdades e subordinação que incidem sobre a juventude e também possibilita observarmos as condições de resistência da mesma.

As iniciativas do Estado e da sociedade civil em relação à juventude oram centram-se no combate à violência, ora na preparação para o mercado de trabalho, com todos os limites relacionados à baixa escolaridade e à falta de oportunidades. Paiva e Oliveira (2015, p. 52), diante disso, questionam: “as ações voltadas para esse público têm sido efetivas? Conseguem de fato dialogar com os/as jovens?” Pensamos, diante do que temos observados nos estudos localizados e na presente pesquisa, que é importante avançarmos no campo das políticas públicas juvenis, mas, para isso, é preciso de fato conhecer os/as jovens, livrando-se de concepções estereotipadas e preconceituosas e identificando áreas estratégicas que contribuam para a construção de redes que fortaleçam os projetos de vida da juventude.

3 OPRESSÃO, DESIGUALDADES E RESISTÊNCIA

Neste capítulo, abordaremos como compreendemos as opressões, desigualdades e resistência. Essas são questões que nortearam a realização do presente estudo e a discussão dos resultados da pesquisa que realizamos com os/as jovens. A perspectiva teórica usada para trabalharmos essas questões é a interseccionalidade, a qual conheci no período que realizei o mestrado, conforme já explicitado na introdução, e essa tem contribuído para tecermos reflexões sobre a juventude em meio aos sistemas de poder que oprimem, mas que também impulsionam a luta e a resistência.

No século XIX, a ideia de “direitos iguais à cidadania”, pressupondo igualdade entre os sexos, impulsionou uma mobilização feminista importante no Continente Europeu, na América do Norte e em outros países. Entre as décadas de 1920 e 1930, as mulheres conseguiram, em vários lugares, romper com algumas das expressões mais agudas das desigualdades em termos formais ou legais, particularmente no que se refere ao direito ao voto e ao acesso à educação. Essa história já é conhecida, mas o que nos interessa é a indagação formulada a partir desse movimento, decorrente da ideia de “direitos iguais”, ideia central no pensamento feminista, após a década de 1960, que questionava: se a subordinação da mulher não é justa, nem natural, como se chegou a ela e como se mantém? (PISCITELLI, 2001).

Em termos políticos, as feministas consideram que as mulheres ocupam lugares sociais subordinados em relação aos mundos masculinos. A subordinação feminina é pensada como algo que varia em função da época histórica e do lugar do mundo que se vive. No entanto, é considerada universal, pois ocorre em todas as partes e em todos os períodos históricos conhecidos. As diversas correntes do pensamento feminista afirmam a existência da subordinação feminina, mas questionam o suposto caráter natural dessa subordinação, argumentando que essa é decorrente do modo como a mulher é construída socialmente, e se é construída pode ser modificada. Assim, as feministas que seguem esse argumento têm trabalhado com várias perspectivas e criaram um sujeito político coletivo, as mulheres - categoria plural e heterogênea - e buscaram viabilizar estratégias para acabar com a subordinação, ao mesmo tempo em que procuraram ferramentas teóricas para explicar as causas da mesma (PISCITELLI, 2001).

Vale salientar que a criação da categoria mulher não acolheu as necessidades de todas elas e recebeu críticas, sobretudo das feministas negras que não se sentiam contempladas pela mesma, uma vez que essas sofriam opressões e desigualdades, inclusive na

relação com outras mulheres, as brancas de classe social mais favorecida economicamente. Essas reivindicações fizeram com que as feministas construíssem outras reflexões sobre as desigualdades sociais. O feminismo incorporou uma extensa variedade de discursos, resultando em uma grande diversidade de feminismos. Contudo, essa heterogeneidade interna não fragmentou, nem enfraqueceu a importância política do feminismo, pois ela traz em seu bojo a necessidade de construção de articulações entre as diversificadas posições de sujeito, o que, por sua vez, compõe a força específica do feminismo diante dos outros movimentos ou discursos sociais (COSTA, 2002).

3.1 Feminismo negro e a interseccionalidade

O feminismo negro norte-americano surgiu em uma perspectiva de resistência e organização, quando teóricas e militantes afrodescendentes como Patricia Hill Collins, bell hooks, Kimberle Crenshaw e outras, chamaram atenção para o fato de que o feminismo tradicional não conseguia contemplar as reivindicações e os direitos das mulheres negras, porque reduzia a categoria mulher a uma identidade única. A construção de um feminismo negro no Brasil, no que concerne às motivações, foi semelhante ao norte-americano. No movimento negro brasileiro, nas décadas de 1970 e 1980, dado o recorrente machismo em seu interior, predominavam as posições dos homens. O Movimento Negro Unificado, uma das principais organizações desse período, não entendia que as bandeiras delas deveriam ser defendidas pelo coletivo. Em função disto, as questões referentes às vidas das mulheres negras eram preteridas por questões gerais (SIQUEIRA, 2018).

Contudo, gradativamente, as mulheres negras passaram a reivindicar que as suas demandas (combate à violência de gênero, exercício de direitos reprodutivos, construção de creches e outras), que não eram abordadas ou eram secundarizadas, fossem levadas para as instâncias de decisão. Após muita luta e mobilização, as demandas das mulheres negras foram debatidas e inseridas nos documentos aprovados, consolidando-se no seu Programa de Ação (SIQUEIRA, 2018).

O feminismo negro produziu outras visões sobre a opressão e, nesse âmbito, surgiu a perspectiva que a aborda, a partir do cruzamento de categorias e/ou sistemas de opressão de gênero, classe, raça/etnia, sexualidade e outros, que produzem, de modo articulados, desigualdades e são constituídos mutuamente. A essa perspectiva algumas feministas (BRAH, 2006; NOGUEIRA, 2013) chamaram de interseccionalidade. Tal concepção criou uma tensão entre modelos tanto do marxismo tradicional quanto de algumas vertentes do feminismo da

chamada “segunda onda”², que julgavam que um determinado eixo de opressão era a raiz de todos os outros. A luta a partir dessa nova perspectiva é visibilizar que

uma análise focada nas relações de classe pode deixar de fora o modo como as relações de gênero e o racismo configuram a dominação no capitalismo, posicionando as mulheres e a população não-branca em hierarquias que não estão contidas nas de classe, nem existem de forma independente e paralela a elas. Reduz, com isso, sua capacidade de explicar as formas correntes de dominação e os padrões de desigualdade. Do mesmo modo, uma análise das relações de gênero que não problematize o modo como as desigualdades de classe e de raça conformam o gênero, posicionando diferentemente as mulheres nas relações de poder e estabelecendo hierarquias entre elas, pode colaborar para suspender a validade de experiências e interesses de muitas mulheres. Seu potencial analítico assim como seu potencial transformador são, portanto, reduzidos (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 29-30).

O movimento feminista negro atingiu uma maior proporção a partir da década de 1970, após análises da literatura negra e movimentos sociais, a exemplo do Black Panther e a luta pela descriminalização do casamento inter-racial nos Estados Unidos da América, além das manifestações que visavam ao fim do Apartheid na África do Sul e os movimentos estudantis pela redemocratização na América do Sul.

Devido à ampla difusão que teve nos últimos anos, tem se tornado imprescindível estabelecer políticas públicas com recorte que perpassa pelos debates de gênero e raça, compreendendo a realidade e traçando alternativas que viabilizem efetivamente a participação da mulher negra nos círculos sociais, políticos e públicos. A invisibilidade da mulher negra é presente até dentro dos próprios movimentos identitários, haja vista que, no movimento negro a liderança é composta majoritariamente por homens, enquanto a frente de luta do feminismo é predominantemente branca. Em suma, o feminismo negro é responsável por lutar para que as mulheres negras sejam reconhecidas e tenham seus direitos garantidos.

O debate sobre as convergências entre gênero, raça, e também classe teve pioneiras como Flora Tristan e Sojourner Truth, e, a partir dos anos 1960, a questão foi estabelecida de forma incontornável para o pensamento progressista. As discussões que se estabeleceram a

² Sobre essa vertente do feminismo, podemos encontrar no livro de Pinto (2003) a discussão sobre as três ondas. As ondas se referem a momentos distintos nos feminismos em que aconteceram eventos marcantes para a luta das mulheres. No primeiro momento o feminismo teve como principais causas (históricas, políticas e sociais) desencadeadoras, a Revolução Industrial, e as duas grandes guerras. As principais reivindicações deste período foram essencialmente pelo direito ao voto, pelo qual o movimento sufragista se caracterizou e pelo acesso ao estatuto de sujeito jurídico. No segundo momento a inovação que teve um impacto na vida das mulheres foi a invenção da pílula contraceptiva; esta possibilidade de controle sobre as suas vidas e os seus corpos proporcionou um sentimento de liberdade até então nunca sentido. No terceiro momento do feminismo, aconteceram os protestos realizados pelas mulheres na Europa ocidental, assim como no mundo, foram inicialmente contra as injustiças e as desigualdades legais, políticas e socioeconômicas. Formalmente, esses objetivos foram conseguidos, mas persiste a distância entre a igualdade legal formal e política, e a prática no dia-a-dia.

partir de então permitiram um salto na reflexão teórica que levou à riqueza e à complexidade da compreensão atual sobre os padrões de entrelaçamento das múltiplas formas de dominação presentes na sociedade (BIROLI; MIGUEL, 2015).

Existe uma vasta literatura sobre interseccionalidade, essa nomeação foi largamente difundida a partir do texto da jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw (HIRATA, 2014), que fez uso da mesma para designar a interdependência dos marcadores sociais de raça, sexo/gênero e classe nas dinâmicas de poder. As autoras Avta Brah (2006), Adriana Piscitelli (2008), Conceição Nogueira (2013), fazem uso do conceito para abordar os marcadores gênero, raça/etnia, classe e outros, de modo articulados, pois, segundo as mesmas, estes estão entrelaçados na constituição das desigualdades sociais. Silveira e Nardi (2014) ressaltam que a interseccionalidade busca compreender as consequências da interrelação dos eixos de poder, gênero, classe, raça/etnia, na constituição das estruturas e dinâmicas sociais. E destacam a importância de priorizar a experiência na forma como as pessoas vão se constituindo no jogo de forças a que estão expostas.

A noção de interseccionalidade começou a ser discutida nos anos 60, conforme referimos acima, mas ganhou visibilidade nas décadas de 1970 e 1980, junto às feministas negras norte-americanas, que questionaram o suposto universalismo da categoria “mulher”. Tendo como ponto de partida um ambiente em que a condição de mulheres negras não estava contida nem na agenda feminista, nem na antirracista, no movimento negro, colocava-se o desafio, então, de produzir lutas e formas de conhecimento que não suspendessem as vivências das mulheres negras. Elas chamavam a atenção para o fato de que “há muita evidência de que as identidades de raça e de classe criam diferenças em qualidade de vida, status social e estilo de vida que prevalecem sobre a experiência comum que as mulheres partilham” (hooks, 1984, p. 4).

A intersecção de gênero com o racismo se estabelece como um elemento incontornável para fazer frente às formas de exploração, dominação e opressão que sofrem as mulheres negras. Assim, o feminismo negro não suspendeu ou reduziu o peso do gênero como categoria. As questões postas por uma análise das relações de gênero foram reposicionadas. O sexismo, atualizado cotidianamente na forma da divisão sexual do trabalho e da dupla moral sexual, impacta as mulheres, mas de formas diferentes, em graus variáveis e com efeitos que precisam ser analisados contextualmente (BIROLI; MIGUEL 2015).

O debate sobre interseccionalidade e/ou categorias de articulação ressalta que diferentes perspectivas utilizam os mesmos termos para referir-se à articulação entre diferenciações, mas essas mudam de acordo com as concepções de diferença, as diversas

perspectivas sobre poder (estruturalista, pós-estruturalista, (des)construcionista) e resistência utilizadas. Adriana Piscitelli (2008) aborda duas perspectivas no debate sobre as interseccionalidades, as leituras sistêmicas e as abordagens construcionistas.

A interseccionalidade voltada para a abordagem sistêmica busca sublinhar o poder unilateral das representações sociais e as consequências materiais e simbólicas para os grupos atingidos pelos sistemas de subordinação. Uma das principais autoras que trabalha com essa perspectiva é Kimberlé Crenshaw, que tem buscado desenvolver recursos com o objetivo de formular políticas que evitem a violação dos direitos humanos das mulheres. A interseccionalidade, segundo a perspectiva de Crenshaw (2002, p.177),

é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Pensar em opressão, nos lembra também as questões abordadas por Mayorga (2014, p. 224), que, fazendo menção as ideias de Paulo Freire, ressalta que a principal problemática do oprimido “reside no fato deste hospedar valores, ideais, interesses e, inclusive, necessidades dos opressores em sua consciência, o que não permitiria a percepção de uma condição de subalternidade e opressão que se naturaliza e passa a ser vivida como se fosse uma essência universal”. As ideias de Paulo Freire (2005) em sua obra *Pedagogia do oprimido* são muito relevantes para nos ajudar a compreender a opressão na sociedade,

a violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação - a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos seus opressores (2005, p.32-33).

Para Freire (p.50), “somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua ‘convivência’ com o regime opressor”. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. Assim, a práxis libertadora daqueles/as comprometidos/as com a conscientização e a superação de toda forma de opressão, é uma ação sempre inacabada em constante construção e transformação.

A conscientização não é propriamente o ponto de partida do engajamento. A conscientização é mais um produto do engajamento. Eu não me conscientizo para lutar. Lutando me conscientizo. A conscientização é a tomada de consciência que se aprofunda. Esse aprofundamento é gerado na práxis e a reflexão sobre a própria luta que iniciou o processo de conscientização o intensifica. É ciclo dinâmico (FREIRE, 1982, p. 114-115).

A imersão dos oprimidos em realidades opressoras os impede de uma percepção de si enquanto vítimas de opressão. Assim, para transformar as relações de opressão, é preciso enfrentar também esse fenômeno, pois o oprimido pode ter introjetado à opinião dos opressores sobre ele/a mesmo/a.

Quando refletimos sobre as opressões de gênero, classe, raça, entre outras, e as desigualdades vivenciadas por homens e mulheres, somos levados a pensar também o que seria a igualdade, e Scott (2005, p.15) auxilia essa reflexão quando aborda que “a igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração”. E ou ignorando ou considerando, a diferença não deve levar às opressões e desigualdades.

Outra questão que se refere à igualdade, aos direitos iguais, é a relação indivíduo e grupo. As identidades de grupo são um aspecto inevitável da vida social e da vida política, e as duas são interconectadas porque as diferenças de grupo se tornam visíveis, salientes e problemáticas em contextos políticos específicos. Quando exclusões são legitimadas por diferenças de grupo, hierarquias econômicas e sociais favorecem certos grupos em detrimento de outros. Quando um conjunto de características biológicas, religiosas, étnicas ou culturais é valorizado em relação a outros, a tensão entre indivíduos e grupos emerge. Indivíduos para os quais as identidades de grupo eram simplesmente dimensões de uma individualidade multifacetada descobrem-se determinados por um único elemento: a identidade religiosa, étnica, racial ou de gênero (SCOTT, 2005).

Sobre essa questão da identidade, Alcoff (2016, p. 136) ressalta que prestemos atenção à identidade social “não simplesmente para mostrar como o colonialismo tem, em alguns casos, criado identidades, mas também para mostrar como têm sido silenciadas e desautorizadas epistemicamente algumas formas de identidade, enquanto outras têm sido fortalecidas. [...]”. Experiências em diferentes localizações são distintas e a localização importa para o conhecimento.

Em meio a essas tensões, é importante lembrarmos que cada uma dessas identidades são constituídas a partir de várias outras, a exemplo dos grupos que possuem uma identidade étnica, como os/as quilombolas que estudamos no presente estudo. Quando os

indivíduos quilombolas são reconhecidos a partir dessa identidade grupal, eles/as não estão livres de serem vistos como os/as negros/as, pobres, rurais, entre outros marcadores sociais.

Outra questão é que, como os mecanismos de opressão não decorrem do sexismo isoladamente, as mulheres podem estar, como destaca bell hooks (1984), na posição de oprimidas e na posição de opressoras ao mesmo tempo. Assim, mulheres brancas de classe social mais favorecida economicamente podem estar em uma posição de opressão em relação a outras mulheres e homens negros e pobres, no entanto, serem oprimidas por homens brancos.

Crenshaw (2002) teve um papel importante para o entendimento de que as formas de opressão não atingem os indivíduos isoladamente, mas também não o fazem somadas ou acopladas, em dinâmicas que permitiriam visualizar cada eixo de opressão separadamente para então compreender sua concomitância, ou os efeitos de sua co-presença.

As leituras críticas sobre interseccionalidade consideram a leitura de Crenshaw, referida acima, expressiva de uma linha sistêmica, que destaca o impacto do sistema ou a estrutura sobre a formação de identidades. Na abordagem construcionista da interseccionalidade, o trabalho com a noção de articulação é entendido como prática que estabelece uma relação entre elementos, de maneira que as identidades se modificam como resultado das práticas articulatórias. E assim, “os marcadores de identidade, como gênero, classe ou etnicidade não aparecem apenas como formas de categorização exclusivamente limitantes, esses oferecem simultaneamente, recursos que possibilitam a ação” (PISCITELLI, 2008, p. 268).

Nessa segunda linha de abordagem, podemos encontrar Mcklintok (1995) e Brah (2006), entre outras, esta última, após uma trajetória transitando por diversos contextos, envolveu-se no trabalho com a articulação entre gênero, raça, etnicidade e sexualidade, no feminismo negro na Inglaterra. No presente estudo, pensamos que seja importante considerar as interseccionalidades a partir de questões estruturais da sociedade, pois estas têm um peso grande na constituição dos sujeitos, mas também como algo que não é estático, que nas interações dos diversos marcadores que produzem opressões e desigualdades são responsáveis pelas mudanças nos modos como os sujeitos se constituem.

Concordamos com Nogueira (2013, p.243), quando a mesma ressalta: “se há diferentes posicionamentos para enfrentar esta complexidade, porque não os usar para, em conjunto, se produzir um saber sempre questionado, sempre crítico, sempre alerta das possibilidades de reificação, seja de categorias ou assunções que são temporárias ou provisórias e usadas apenas estrategicamente?”.

Piscitelli (2008, p.269) afirma que as interseccionalidades permitem “pensar como construções de diferença e distribuições de poder incidem no posicionamento desigual dos sujeitos no âmbito global”. Essa produtiva valorização das categorias diferença e poder implicaria uma secundarização relativa da categoria gênero, que no pensamento feminista assumiu lugar central nas últimas décadas, obscurecendo ou subordinando outras formas de diferenciação que produzem opressão e desigualdades.

Os modelos clássicos de compreensão dos fenômenos de opressão dentro da sociedade, como os mais comuns baseados no gênero, na raça/etnia, na classe, na religião, na nacionalidade, na orientação sexual, não agem de forma independente uns dos outros; pelo contrário, essas formas de opressão se inter-relacionam criando um sistema de opressão que reflete a intersecção de múltiplas formas de discriminação (NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2010). Desse modo, para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais, de gênero, e de classe, que são parte da estrutura, precisam ser consideradas como fatores que contribuem para a produção da subordinação (CRENSHAW, 2002).

Para algumas autoras, a ideia de um campo de estudos especializado em um conteúdo que seria estável, que corresponderia à interseccionalidade, não é a mais adequada. Seria mais produtivo entender que se trata de um paradigma que permitiria analisar questões de justiça distributiva, de ação política, poder e governo (COLLINS, 2015).

Ao falar sobre interseccionalidade, Lugones (2014, p.942-943) enfatiza que

a interseccionalidade é importante quando mostra a falha das instituições em incluir discriminação ou opressão contra mulheres de cor. Mas aqui quero ser capaz de pensar na sua presença como seres tanto oprimidos como resistentes. Então me voltei para a colonialidade do gênero na diferença colonial e, a partir dela, para poder perceber e compreender o lócus fraturado das mulheres colonizadas e dos/as agentes fluentes em culturas nativas.

Como podemos observar, Lugones ressalta que é preciso olhar para as mulheres de cor enquanto seres oprimidos, mas também a partir da possibilidade de resistência que essas possuem. Sobre essa questão Werneck (2014) chama atenção para o cenário de desvantagens e subordinações que o racismo patriarcal produz e ao qual as mulheres negras estão sujeitas. A autora aborda as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no que se refere às esferas da educação, do trabalho e das várias violências sofridas. E também destaca a capacidade de resistência para a superação de barreiras, e que, nesse sentido, algumas mulheres negras têm se engajado na luta pela transformação social.

Lugones (2014, p. 940) ao falar sobre resistência, afirma que “pensa na resistência não como o fim ou a meta da luta política, mas sim como seu começo, sua possibilidade.

Estou interessada na proliferação relacional subjetiva/intersubjetiva de libertação, tanto adaptativa e criativamente opositiva”. É interessante pensarmos também resistência a partir deste olhar, pois nos ajuda a compreender as ações e a luta dos/as jovens que participaram do presente estudo: jovens quilombolas e da periferia urbana, que têm uma trajetória marcada por opressões e desigualdades, mas que também têm lutado por melhorias, e em alguns momentos percebemos que lutar é também buscar meios de proteção, a exemplo do grupo de dança formado por mulheres nas comunidades quilombolas, que ficaram um período sem ensaiar, pois estava acontecendo assaltos nas comunidades, e as mulheres souberam que o grupo era um alvo para os assaltantes.

A resistência “é a tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão ← → resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno” (LUGONES, 2014, p. 940).

Para Anzaldúa (1987) escrever é um ato de resistência, capaz de transmitir a experiência da fronteira. O posicionamento perante a linguagem também expressa um caráter político, a língua expressa resistência. Nesse sentido, a fronteira é uma metáfora para dizer das experiências que perpassam o sujeito, sendo muitas dessas incompatíveis; antagonismos esses que causam intensa dor, mas que podem transformar a própria existência do sujeito e a sua percepção e relação com a realidade.

bell hooks também deu importância à linguagem como espaço de luta, assim como autoras feministas pós-estruturalistas, mas propôs também uma política de localização, que permite agência ao sujeito marginalizado. Sendo assim, a referida autora falou dos sujeitos que estão à margem. A “margem” é pensada como espaço de resistência, como uma posição, a partir do movimento da margem para o centro e do centro para margem, se pode adquirir uma perspectiva única sobre o todo e, desse modo, transformar-se (hooks, 1994).

Em um estudo com mulheres moradoras da favela Cidade de Deus, em Campo Grande, Marimon, Pimentel e Miguel (2017) conheceram as histórias de resistência daquelas que, explicitam-se nas várias formas de movimentação, na luta pela sobrevivência, na busca por trabalho, na criação dos filhos e na reivindicação de moradia. Consideraram as questões de gênero, raça e classe social, na trajetória de luta e resistência das mulheres, e observaram que a maioria presente nas lutas é de negras e pobres, e muitas falaram do desejo de um futuro melhor para os filhos, por isso estão na luta, por direitos básicos, entre eles a moradia.

Os autores e a autora mencionada acima ressaltam o que compreendem por resistência, consideram que é uma forma de opor-se às múltiplas formas de opressão e exige

diálogo nos diversos setores, gênero, raça, etnia e nacionalidade, por idade e categorias profissionais, para que possa efetivamente tomar forma. A resistência das mulheres participantes da pesquisa na favela Cidade de Deus, por sua vez, se reflete no modo como elas enxergam a vida, como algo possível de mudança e melhorias.

Com a interseccionalidade, podemos observar, por exemplo, que se os marcadores raça, classe e gênero podem ser limitantes para uma pessoa, para outra podem impulsionar a resistência, para que essa lute pelos direitos pelos quais está alijada. Essa discussão foi possível ser observada em alguns estudos que localizamos, Lopes (2011), Moutinho (2014), Bernardino-Costa (2015), entre outros.

O uso da interseccionalidade possibilita que seja visto também como o privilégio e a opressão podem ser co-constituídos em termos de subjetividade. Dependendo da identidade dos indivíduos e do contexto social que estes estão inseridos, podem experimentar vantagem, desvantagem ou ambos ao mesmo tempo. Por essa razão, os mesmos não podem ser reduzidos a oprimidos versus opressores (LEITÃO, 2015).

Não podemos esquecer de Foucault, que teceu várias reflexões para pensar a resistência dos sujeitos. Para ele a resistência ao poder não pode vir de fora do poder; ela é contemporânea e integrável às estratégias de poder. As possibilidades reais de resistência começam quando deixamos de nos perguntar se o poder é bom ou mau, legítimo ou ilegítimo e o interrogamos ao nível de suas condições de existência. O que implica, em primeiro lugar, despojar o poder de suas sobrecargas morais e jurídicas. A possibilidade de resistência, para Foucault, não é essencialmente da ordem da denúncia moral ou da reivindicação de um direito determinado, mas da ordem da estratégia e da luta (FOUCAULT, 1979).

O sujeito foucaultiano emerge entre uma técnica de dominação e uma técnica de si, inserido em uma condição de liberdade que pode ser dissimétrica em diferentes níveis, mas que não o exclui dos jogos de poder. A liberdade humana nunca é absoluta, até porque as próprias práticas em que ela se dá são propostas por um contexto social. Foucault não propõe indivíduos completamente livres e emancipados de seu próprio contexto, tampouco pressupõe grandes revoluções que libertariam de um poder que vem de um lugar só e os subjuga. Para Foucault, o poder daquele que domina trata de manter-se com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior a resistência.

Sobre resistência, Nardi e Ramminger (2007) subsidiados pelo pensamento de Foucault consideram que, ainda que o indivíduo esteja aprisionado às normas, coexistem as possibilidades de resistência. Isso ocorre porque o poder não é apenas repressão, ele é produtivo e constitutivo e vem acompanhado de outro componente, a resistência. Onde parece

não existir nada para além de regra e normas é justamente o espaço em que se encontra o potencial de resistir.

No presente estudo as ideias tecidas por James Scott (2004) também nos ajudaram a refletir sobre as resistências construídas pelos/as jovens participantes da pesquisa. As teorias construídas pelo referido autor tem uma inspiração marxista, estamos cientes de que a perspectiva da interseccionalidade não tem subsídios nessa abordagem, mas consideramos que em alguns momentos fazer esse diálogo e refletir sobre as ações dos/as jovens a partir das noções de Scott, nos ajudou a pensar como a resistência pode acontecer em alguns contextos. Para Scott (2004) resistir significa deslocamento, desvio, curvatura, por mais sutis ou insignificantes que pareçam nas relações de poder. De modo que a resistência não significa fazer alarde, barulho, ganhar relevo, tornar-se explícita, criar grandes agitações. As resistências cotidianas são silenciosas e tenazes.

Um trabalho de Scott que foi muito importante para pensar sobre as resistências cotidianas, foi a pesquisa com os camponeses pobres da Malásia. Entre as formas de resistência foram identificadas: corpo mole, dissimulação, falsa concordância, furto, ignorância fingida, difamação, incêndio, sabotagem (SCOTT, 2011). A aparente paz que circunda a dominação social, dada à ausência de desafios abertos, convive com a pressão permanente de gestos que revelam uma subversão das regras e das hierarquias constituídas. Em contraste com as formas canônicas de ação coletiva dos dominados, a resistência cotidiana ou incidental não requer coordenação interpessoal e, muitas vezes, representa uma forma imediata de obtenção de um benefício, seja pelo acesso a um bem material, seja pela evasão de uma obrigação. Evita-se qualquer tipo de confrontação simbólica, não apenas porque os atos de resistência tendem a permanecer dissimulados, sem que seus autores sejam identificados, mas também, e sobretudo, porque eles não são acompanhados de um contradiscurso (MIGUEL, 2018).

Existem críticas a resistência cotidiana, vista como frágil, de uma fragilidade que expõe, em si mesma, a assimetria de recursos de poder engendrada pela própria dominação. Scott reconhece esse fato, embora argumente que dele não deriva a conclusão de que são ações irrelevantes. Além do efeito imediato na sobrevivência, no bem-estar dos que as praticam, elas podem ter efeitos cumulativos a longo ou curto prazo (MIGUEL, 2018).

As práticas cotidianas de resistência de grupos subalternizados historicamente vêm alimentando, desde a constituição do sistema-mundo moderno-colonial, imaginários descoloniais e práticas descoloniais (MALDONADO-TORRES, 2008). A descolonialidade é resistir/r-existir à retórica da modernidade e à lógica da colonialidade como processos globais,

por meio basicamente de estratégias de descolonização epistêmica. A resistência descolonial tem se apresentado histórica e geograficamente muito mais como r-existência do que como resistência, em termos epistêmicos, políticos, econômicos, culturais e geográficos. A ideia de resistência descolonial como r-existência também foi abordada por Grosfoguel e Mignolo (2008, p. 34, trad. nossa) “quando dizemos ‘descolonialidade’ queremos dizer o terceiro termo do complexo modernidade/colonialidade/decolonialidade, queremos dizer de um tipo de atividade (pensamento, giro, escolha), de confronto com a retórica da modernidade e da lógica da colonialidade”.

Abdias do Nascimento criou o conceito de “quilombismo para se referir às lutas de resistência em circunstâncias em que o racismo e sexismo construíram uma fronteira entre humanidade e infra-humanidade” (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 154). O quilombismo resultou da exigência vital da população negra em resgatar sua liberdade e dignidade. Esse termo é também uma metáfora para se referir tanto aos quilombos *stricto sensu* como às organizações permitidas e toleradas na sociedade nacional, tais como: irmandades, confrarias, escolas de samba, terreiros, organizações políticas negras, entre outras (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Nestes espaços culturais e políticos, luta-se não apenas pela obtenção de pequenas reivindicações, mas pela possibilidade de construir um novo modelo civilizatório, que supere as distinções classistas, racistas e sexistas entre humanidade e infra-humanidade. Em outras palavras, no interior destes espaços político-culturais, tem-se tanto um movimento de resistência como um movimento de recriação de valores, denominado de reexistência. Estes movimentos são efetivamente movimentos decoloniais, pois objetivam superar o padrão de poder constitutivo da modernidade/colonialidade, que não somente criou raças novas, mas as associou a determinadas posições e funções (BERNARDINO-COSTA, 2015).

No presente estudo estamos considerando como resistência as ações que contribuem para a r-existência, os atos de questionamento, de indignação, de busca por mudança, de subversão das normas e regras que oprimem e subalternizam os sujeitos, mas também a denúncia de formas de violência, discriminação e opressão, o silêncio, o afastamento de algumas situações que ocasionam risco a vida para se protegerem, a afirmação de pertencas étnicas e territoriais, de identidades, a aceitação do corpo, do cabelo crespo, enrolado, a afirmação enquanto negro/a.

3.2 Gênero, raça/etnia, classe, geração, território e sexualidade

Consideramos importante apresentar o que no presente estudo estamos compreendendo por cada um desses sistemas de opressão: gênero, geração, raça/etnia, classe, território e sexualidade, para olharmos para as experiências dos/as jovens considerando que esses estão presentes de modo interseccionados constituindo os processos de subjetivação dos/as mesmos/as.

3.2.1 Gênero

As discussões de gênero perpassam várias conceituações e estudos, a construção do masculino e feminino, a formação da identidade dos sujeitos, a sexualidade, o enfoque na violência contra a mulher, às discussões sobre as masculinidades, colocando em evidência que a subordinação feminina não é natural, estática e imutável. Com o processo histórico, percebeu-se que as identidades não são fixas, mas mutáveis, além de serem plurais e diversas. Assim, a concepção de gênero foi construída como relacional, ou seja, pertencente às relações sociais entre os sujeitos, como um modo de significar as relações de poder.

A noção de gênero em um primeiro momento foi desenvolvida e utilizada em oposição ao sexo, para descrever o que é socialmente construído em referência ao masculino e ao feminino, e em oposição ao que é biologicamente dado. Numa rejeição explícita à ideia de justificar, a partir da biologia, as raízes das diferenças entre mulheres e homens. Falar em gênero implica em considerar que as desigualdades existentes entre mulheres-homens, mulheres-mulheres, homens-homens são perpassadas por processos históricos que caracterizam um padrão de relações. Sendo uma construção social, as relações de gênero não somente são diversas entre as sociedades ou em distintos momentos históricos, mas também podem se diferenciar no interior de uma mesma sociedade, quando se consideram os diferentes grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe, entre outros) que a constituem. É importante lembrar a questão do poder que perpassa essas relações.

Lugones (2014, p.936) ao falar sobre gênero faz uma reflexão sobre o sistema colonial, e a colonialidade do gênero. Para a referida autora, pensar dessa forma é considerar que a colonialidade de gênero é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. Pensar sobre gênero dessa forma permite-nos pensar em seres históricos compreendidos como oprimidos apenas de forma unilateral. “Logo, a resistência à colonialidade do gênero é historicamente complexa”. Ainda sobre essa questão a referida autora faz as seguintes considerações:

eu compreendo a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano

como a dicotomia central da modernidade colonial. Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês (LUGONES, 2014, p. 936).

Para exemplificar como a colonialidade de gênero oprime, sobretudo as mulheres, Lugones faz menção à fala de Sojourner Truth, mulher afro-americana que foi escravizada e ficou conhecida por sua fala proferida em 1851, na Convenção dos Direitos das Mulheres, em Akron, Ohio:

Aquele homem lá diz que uma mulher precisa ser ajudada ao entrar em carruagens, e levantada sobre as valas, e ficar nos melhores lugares onde quer que vá. Ninguém me ajuda em lugar nenhum! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço. Eu arei, eu plantei e eu recolhi tudo para os celeiros. E nenhum homem pode me auxiliar. E eu não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem [...] e suportar o chicote tão bem quanto! E eu não sou uma mulher? Eu dei à luz a crianças e vi a maior parte delas ser vendida como escravas. E quando eu chorei com o sofrimento de uma mãe, ninguém além de Jesus me ouviu. E eu não sou uma mulher?

A autora mencionada acima, ressalta ainda que a resposta colonial a Sojourner Truth é, obviamente, “não”. Com isso podemos perceber que pensar em relações de gênero destituídas de raça e classe não dá conta das opressões e desigualdades existentes. A mulher do discurso acima é pobre e negra, assim, na perspectiva da colonialidade de gênero, não se encaixa na categoria mulher, mas sim a do não humano. Isso chama atenção também para o cuidado que é importante termos quando fazemos leituras da realidade social a partir da noção de gênero, pois se olharmos para gênero destituído de raça, de classe e sexualidade, poderemos estar reproduzindo e reforçando opressões e desigualdades que há anos se fazem presentes na sociedade.

Concordamos ainda com Collins (2012) quando a autora reflete que, embora algumas mulheres negras compartilhem desafios comuns, esses podem ou não promover perspectivas similares, inclusive no que tange às táticas de enfrentamento/adequação ao

sistema de gênero colonial moderno. O que, mais uma vez, nos diz da importância de considerarmos os marcadores sociais que produzem opressão e/ou resistência de modo interseccionados.

Em uma pesquisa realizada por Prá (2013), a autora observou que o impacto das relações de gênero no âmbito da socialização ficou evidente tanto em diálogos estabelecidos apenas entre as mulheres jovens quanto nos que envolveram mulheres e homens jovens. Os enfoques acerca das condições e oportunidades a elas disponibilizadas em espaços como o familiar (doméstico) e na esfera do trabalho expuseram desigualdades de gênero, geração e raça. Chegava-se, assim, a problemas identificados em contextos mais amplos que interagem no cotidiano das/dos jovens e criam situações que beneficiam segmentos masculinos, brancos e escolarizados, problemas que refletem a situação de outros setores excluídos dos espaços de cidadania por questões pertinentes à geração, idade, raça/etnia, condição socioeconômica, entre outras.

Considerando-se os dados de 2016, a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) – a diferença é de 71%. Em relação aos dez anos da pesquisa, 2006-2016, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que entre as não negras houve queda de 8% (CERQUEIRA et al, 2018). A lei do feminicídio (13.104/15) foi aprovada há três anos, muito importante para dar visibilidade aos assassinatos de mulheres, e inclusive para visibilizar o que está por trás dos casos de violência contra as mulheres e as mortes das mesmas. Esse tipo de violência conforme ressalta Bandeira (2014, p.450) ocorre motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, que começa no âmbito familiar, “onde as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas. Porém, em outras situações, quem subjuga e quem é subjugado pode receber marcas de raça, idade, classe, dentre outras, modificando sua posição em relação àquela do núcleo familiar”.

As barreiras realizadas pelo racismo e pela pobreza fazem com que mulheres negras vivenciem no seu cotidiano múltiplas formas de violências. Crenshaw (2002) ressalta que a mulher negra e pobre, vítima de violência pode ter sua honestidade e legitimidade de seu discurso não considerado ao procurar por proteção das autoridades. “Nos Estados Unidos, as mulheres negras e latinas raramente veem os homens acusados de estuprá-las sendo processados e presos. Estudos sugerem que a identidade racial da vítima assume um papel significativo na determinação de tais resultados” (p. 178).

Todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, mas outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, raça,

orientação sexual, origem, local de moradia, são diferenças que repercutem na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas exclusivos a determinados grupos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas (CRENSHAW, 2002).

As desigualdades históricas vivenciadas pela população negra têm relação direta com a saúde e o bem-estar desse grupo social, o acesso e a qualidade dos serviços de saúde que as atendem, sobretudo essas pessoas, ainda possui uma situação precária. Existe uma discussão sobre a saúde das mulheres negras por essas poderem apresentar doenças que prevalecem mais nessa população, a exemplo da pré-disposição genética à hipertensão arterial, que no Brasil é a principal causa de morte materna e neonatal, responsável por um terço dessas mortes, anemia falciforme e outras.

Diante de tantas situações de desigualdades vivenciadas, as mulheres têm lutado pela busca de transformar a realidade que vivem. Assim, o protagonismo das mulheres negras no Brasil assumiu um grande destaque quando mulheres de várias regiões do país realizaram a Marcha Nacional das mulheres negras em 2015 contra o racismo e na luta pelo bem-viver, no dia 18 de novembro em Brasília. Esse evento deu ainda mais visibilidade à situação de desigualdade e violência contra a mulher que incide sobre as mulheres negras. Denunciou as lacunas existentes nas políticas públicas para mulheres, de igualdade racial e de saúde que ainda contemplam de maneira incipiente a intersecção entre racismo, machismo, sexismo e desigualdades (GOMES, 2017).

De acordo com Crenshaw (2002), os aspectos de gênero da discriminação racial e os aspectos raciais da discriminação de gênero não recebem a devida atenção no discurso do feminismo e dos Direitos Humanos. O que torna importante perceber como o gênero se intersecta com um conjunto de outros sistemas de opressão. No presente estudo, estamos considerando que gênero é constituído por outros marcadores: raça, classe sexualidade, geração e também constitui esses.

3.2.2 Raça/etnia

A raça é um constructo sociológico que faz sentido somente em um contexto histórico e no corpo de uma teoria, uma vez que não é possível definir geneticamente raças humanas. A ideia de raça é uma construção social que remete a discursos sobre as origens de um grupo com base em traços fisionômicos, transpostos para qualidades morais e intelectuais. (GUIMARÃES, 2003).

É preciso também distinguir raça e etnia, pois muitas vezes são usadas como

sinônimo. Raça refere-se à materialidade do corpo expressa pelo fenótipo, como referido acima, e etnia diz respeito à construção simbólico-cultural de elementos que ligam o sujeito ao mesmo grupo, por exemplo, um mito, uma língua, uma religião. Um exemplo de grupo étnico são os quilombolas, grupos que têm uma construção sociocultural que os unifica (CFP, 2017). Observamos, em discussões realizadas, que em algumas situações a palavra raça é substituída por etnia, porque falar em raça e racismo é algo ainda difícil e complexo, dada a sutileza de como o racismo ocorre.

O racismo constitui-se em um sistema de dominação e opressão estrutural pautado numa racionalidade que hierarquiza grupos e povos, baseada na crença da superioridade e inferioridade racial. “No Brasil, ele opera com a ideologia de raça biológica, travestida no mito da democracia racial (harmonia racial) que se nutre, entre outras coisas, do potencial da miscigenação brasileira” (GOMES, 2017, p. 98).

Quijano propõe algumas reflexões quando fala em raça:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade, entre dominantes e dominados. [...]. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005, p. 107-108).

Este binarismo eurocêntrico, que aborda Quijano, é a base sobre a qual as diferentes identidades têm se construído, a partir do pensamento colonial, na relação de subalternização de um em relação ao outro, cuja inferioridade e opressão é naturalizada. Assim, estabeleceram-se os conceitos de homem-mulher, homem-branco, homem-negro, mulher-branca, mulher-negra, senhor-escravo, adulto-criança, nesses binarismos classe e sexualidade também se fazem presentes.

Falar explicitamente sobre raça e racismo no Brasil lembra-nos a clássica expressão de Florestan Fernandes (1972, p. 42): “O brasileiro tem preconceito de ter preconceito”. Até porque assumir-se como racista é ficar sujeito a sofrer consequências. O racismo está presente em vários lugares e nas mais diversas relações sociais, mas de forma velada, silenciosa e naturalizada. O que muitos/as visam é manter a imagem do politicamente correto que vive em uma sociedade igualitária, quando, muitas vezes, a discriminação racial

acontece na própria casa com os/a trabalhadores/as domésticos/as, nos locais de trabalho, nas instituições de ensino.

Em 1952, Fanon publicou um de seus livros de grande repercussão, o “Pele Negra, Máscaras Brancas”, no qual discutiu temáticas relacionadas à questão da raça e da relação entre colonizador e colonizado como categorias importantes para se entender a constituição relacional da subjetividade de sujeitos brancos e negros. Segundo o autor, a opressão colonial e o racismo da própria estrutura da colonização dominaram não só política, cultural, histórica e economicamente os países vinculados ao colonialismo, como também, subjetivamente, os colonizadores e colonizados (SCHUCMAN; COSTA; CARDOSO, 2012). É preciso que estejamos atentas/os aos efeitos que o racismo ocasiona nos/as negros/as, pois as consequências do mesmo podem ser diversas, ocasionando adoecimentos de diversas ordens, que afetam a saúde física e psíquica.

Quando se pensa em raça, em termos de pesquisa, é importante refletirmos sobre o que Guimarães (2003, p.140) chama atenção: “como é que se observa “raças” ou como se observa a “cor” de uma pessoa?” Em um primeiro momento em uma pesquisa temos nossas hipóteses, nossas categorias analíticas, em um segundo momento, precisamos transformar “cor” ou “raça” em algo que possa ser observado, quantificado, analisado. E se estamos querendo saber como uma pessoa se classifica em termos raciais no Brasil, como perguntar?

Com essas questões, percebemos o quanto é um desafio para o/a pesquisador/a trabalhar com essa temática, ao mesmo tempo em que revela o quanto ainda precisamos conhecer sobre as questões raciais e construirmos metodologias que nos permitam estar próximos aos/as participantes, escutarmos o que eles/as têm a nos dizer, antes mesmo de pensar em uma classificação. Estar próximo, nesse caso, significa desmistificar o lugar do/a pesquisador/a que “tudo” sabe e pensar nas hierarquias existentes nas relações durante as pesquisas.

É relevante observarmos também, na dinâmica das relações raciais, o preconceito e a discriminação racial. O primeiro é considerado como o conjunto de pensamento e sentimentos pejorativos em relação ao negro, fruto da internalização de ideias e concepções estereotipadas, levando a percepções, crenças e afetos pré-determinados e negativos. A discriminação se refere a comportamentos de distinção com prejuízo para os negros/as, que, às vezes, gera privação de direitos ou diferença de tratamento (CFP, 2017).

Importante abordarmos também que diante da complexidade do racismo ele tem sido dividido em três níveis para melhor compreendermos: o racismo institucional, interpessoal e pessoal. Eles estão articulados e são interdependentes. O racismo institucional é

a prática marcada por um tratamento diferenciado, desigual, indica a falha do Estado em prover assistência igualitária aos diferentes grupos sociais. Não se expressa em atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação. Ao contrário, atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial. Esse extrapola as relações interpessoais e instaura-se no cotidiano institucional, inclusive na implementação efetiva de políticas públicas, gerando, de forma ampla, desigualdades e iniquidades (BRASIL, 2010).

Constituindo o racismo institucional, podemos observar o sexismo e o “classismo”, uma mulher negra com condições socioeconômicas favorecidas, poderá ter vantagens em relação a uma mulher negra pobre, mas desvantagens em relação a mulheres brancas, principalmente se forem de uma classe social economicamente favorável. São as mulheres negras e pobres as maiores vítimas de violência física cometidas por homens em relações de parentesco, entre outras violências. São, portanto, intersecções entre racismo, sexismo e classismo (CFP, 2017).

O racismo interpessoal versa sobre os processos de desigualdade política com base na raça/cor que ocorrem entre os sujeitos em interação. Como exemplo, podem ser citadas as relações que acontecem no interior das organizações, as quais envolvem gestores e profissionais, profissionais e usuários/as, entre profissionais, entre usuários, laços estabelecidos entre familiares e amigos, o mesmo perpassa relações verticais e horizontais. E existe ainda, a dimensão do racismo pessoal ou internalizado, em que há casos que tanto o racista quanto aquele/a que sofre são conscientes do racismo, e casos em que ambos não percebem as situações executadas e sofridas como sendo dessa ordem. Fato é que mesmo o que atinge de maneira não consciente tem benefícios material e/ou simbólico e quem sofre carrega marcas simbólicas e/ou materiais da agressão sofrida mesmo que não saiba nomear o que viveu e vive (CFP, 2017).

Raça, classe e gênero se expressam em diferentes situações, na forma de morrer, na possibilidade de estudar, de ter ou não trabalho e moradia digna, na possibilidade de ter um relacionamento sério, para as mulheres negras que desejam casar, o que causa sofrimento de diversas ordens e dificultam a mobilidade social dos/as negros/as. É importante ressaltarmos que a população vítima dessas violências não está presa a elas, de modo estático, cada vez mais observa-se resistências e transformações, e o Movimento Negro tem tido um papel extremamente importante nesse sentido.

O Movimento Negro politizou a raça e com isso colocou em evidência a construção

da mesma no contexto de relações de poder. A partir das ações do Movimento, foram rompidas as visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros/as, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; a busca é retirar a população negra do lugar de inferioridade racial pregada pelo racismo, e para isso a raça é considerada uma construção social (GOMES, 2017).

Sobre as definições em relação ao Movimento Negro, Gomes (2017) ressalta que existem várias conceituações, mas o que mais interessa é compreender a potência desse movimento social e destacar as dimensões emancipatórias e reivindicativas, que o caracterizam como um importante ator político e como um educador de pessoas, coletivos e instituições sociais. O mesmo ganhou força e tem percorrido várias gerações. O Movimento Negro questiona a própria história do Brasil e da população negra, construiu novos enunciados teóricos, políticos e analíticos para explicar como o racismo opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas. Além disso, deu outra visibilidade à questão étnico-racial, interpretando-a não como empecilho para a construção de uma sociedade mais democrática, onde todos, reconhecidos na sua diferença, sejam tratados igualmente como sujeitos de direitos (GOMES, 2017).

Uma das ações em que o Movimento Negro é protagonista são as ações afirmativas, implementadas nas Instituições públicas de Ensino Superior, mediante a Lei 12.711/12. Essas ações tocam na cultura política e nas relações de poder, seja para confirmá-las, seja para refutá-las. A Universidade passou a perceber que uma parcela considerável dos/as jovens negros/as não fazem parte da mesma, e lutam para entrar nesse lugar e partilhar desse espaço de produção do conhecimento. Assim, temas como diversidade, desigualdade racial e vivências da juventude negra, passaram a ser discutidos no meio acadêmico, mas sempre com dificuldade de serem visibilizados e considerados “legítimos” (GOMES, 2017).

Outra questão com o ingresso do público negro de classe social menos favorecida é à assistência estudantil, é preciso garantir que os/as estudantes consigam não só ingressar na Universidade, mas que deem continuidade e concluam os estudos. Para isso, tem sido pensada a estrutura física, o currículo, as políticas de inclusão, bolsas de pesquisa e extensão e de permanência estudantil. E, embora as Instituições de Ensino Superior estejam atentas a essas questões, o cenário político atual, em que muitas das Universidades já tiveram cortes de verbas, dificulta esse processo.

As desigualdades raciais foram consideradas também de outras formas através dos estudos sobre branqueamento e branquitude no Brasil, uma vez que estes colocaram em cena o branco e a branquitude. No livro organizado por Carone e Bento (2014), intitulado: “A

Psicologia Social do racismo – Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil”, Carone (2014) ressalta que o branqueamento é uma pressão cultural exercida pela hegemonia branca, sobretudo após a Abolição da Escravatura, para que o/a negro/a negasse a si, o seu corpo e a sua mente, como uma espécie de condição para ser aceito socialmente. O branqueamento significava mudanças comportamentais e culturais por parte dos/as negros/as, mas também a necessidade de criar intermediários entre pretos e brancos: os pardos. Ainda hoje, podemos observar que essa ideia de pardo é mais uma das facetas do racismo.

Sobre branquitude, Piza (2014) aborda que esta se refere a um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo. Uma posição de poder não nomeada, vivenciada como um lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo. Como um exemplo disso, poderíamos citar quando um branco/a não corresponde as expectativas ou faz algo de errado, ele poderá ser ofendido, ser penalizado, mas nunca o grupo de brancos, já quando acontece com um/a negro/a, deste/a cometer alguma infração de trânsito, por exemplo, logo vai ser ouvido: “só podia ser um negro/a”. Existe uma excessiva visibilidade grupal do negro e uma intensa individualidade do branco. As consequências dessa visibilidade para os/as negros/as são de diversas ordens, a neutralidade para o branco é natural já que ele é considerado o modelo de aparência da condição humana.

O racismo foi reconhecido como um dos fatores centrais na produção das iniquidades em saúde experimentadas por mulheres e homens negros, de todas as regiões do país. Esse reconhecimento, conquistado no plano político, ainda não foi suficiente para ocupar o vazio deixado pela quebra da hegemonia das teorias eugênicas nas pesquisas do campo das ciências da saúde (WERNECK, 2016), e das demais ciências.

É importante ressaltar também, a existência de codeterminantes a raça, ou seja, outros fatores que atuam concomitantemente, aprofundando ou reduzindo o impacto sobre pessoas e grupos, que são as relações de gênero, classe, sexualidade, território e geração, e faz com que homens e mulheres jovens negros/as experienciem os efeitos desses marcadores em suas existências.

3.2.3 Classe

Para refletimos sobre classes, concordamos com Santos (2010) que o critério “ocupação” é central para pensar sobre algumas questões. O exercício de uma ocupação aponta várias características pelas quais um indivíduo pode ser classificado e situado do ponto de vista da estrutura de classe de uma sociedade capitalista. Ocupação diz de uma renda que possibilitará usufruir determinados bens, recursos e oportunidades econômicas, sociais e

culturais. Um nível de escolaridade que seja requisito mínimo para a execução de tal ocupação, ou seja, um nível de esclarecimento e consciência política, bem como acesso a determinados tipos de informação. Por isso, a noção de classe é importante para pensar as desigualdades e resistência entre os/as jovens quilombolas e da periferia urbana. Para Santos (2010, p. 100), “‘classe’, não se refere apenas aos aspectos econômicos que envolvem as condições materiais, mas também às relações sociais, interesses políticos, subjetividade, sofrendo influência de e influenciando outros fatores”.

Em relação à questão da ocupação, quando olhamos para a trajetória das mulheres, sobretudo as negras, podemos ver que para essas, os lugares e posições de ocupação sempre foram difíceis de serem vivenciados e conquistados. Sobre isso, Carneiro (2003, p. 1 - 2) ressalta:

nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário [...] que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas. Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados [...]. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação.

Em relação às ocupações das mulheres negras, Davis (2016, p. 17) relata que essas sempre trabalharam fora de casa. “O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos de escravidão. Como escravas, as mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório”. A referida autora aborda ainda que as mulheres negras não eram consideradas mulheres, eram obrigadas a trabalhar da mesma forma que os homens, em atividades pesadas, sem distinção entre eles. Eram abusadas sexualmente e vistas como reprodutoras que teriam que garantir a reprodução de pessoas que trabalhassem como mão de obra escrava, eram obrigadas a trabalhar mesmo grávidas, e seus filhos eram vendidos. Essas mulheres eram tratadas como animais, não tinham dignidade. E aqui podemos observar o quanto a questão de raça e classe estão presentes nas trajetórias dessas mulheres.

Atualmente, as mulheres negras continuam enfrentando uma série de dificuldades, muitas trabalham como domésticas, sem carteira de trabalho assinada, sem a garantia dos direitos trabalhistas. Têm dificuldade de entrar no mercado de trabalho formal, pois esse exige qualificação, e para muitas mulheres concluir os estudos básicos, fazer um curso superior tem sido um desafio. A Organização Internacional do Trabalho afirma que o trabalho doméstico é uma das ocupações com níveis de remuneração mais baixos no mundo, com médias de salário

abaixo da metade do médio no mercado de trabalho.

Crenshaw (2002, p. 179) ressalta que algumas mulheres “são excluídas de empregos designados como femininos, sendo também excluídas de empregos reservados aos homens com base no gênero. De fato, elas são especificamente excluídas como mulheres étnicas ou de minorias porque não ocupam áreas para as candidatas com perfil étnico-racial e de gênero”. O que podemos observar é que existem “ocupações” que não são destinadas a qualquer mulher e a qualquer homem, questões de raça/etnia e gênero vão ditar as normas de quem pode e quem não é habilitado para estar em determinados lugares e ocupando posições e funções. A autora mencionada acima, afirma que há funções que são consideradas femininas, a exemplo de uma empresa, em que o trabalho de escritório para resolver as relações sociais é definido como um cargo para as mulheres, mas nessa função, as mulheres de cor não se enquadrariam.

Os homens negros e pobres, de acordo com Crenshaw (2002, p.179), também enfrentam a opressão dos sistemas de poder quando buscam ingressar no mercado de trabalho. Uma vez que “o trabalho que está disponível para as mulheres não é considerado como apropriado para os homens, e o trabalho disponível para homens mais privilegiados não é oferecido aos homens racialmente subordinados”.

Essas questões de desigualdades na busca de um emprego, podem também ser observadas na educação. As mulheres negras são excluídas das oportunidades educacionais ou têm menos anos de estudo em relação às mulheres brancas de classe social favorecidas economicamente. Os homens negros têm menos oportunidades e anos de escolarização que os homens brancos e as mulheres brancas. Em 2015, de acordo com dados do IBGE (2017), 53,2% dos estudantes pretos ou pardos de 18 a 24 anos de idade cursavam níveis de ensino anteriores ao superior, como o fundamental e o médio, enquanto apenas 29,1% dos estudantes brancos estavam nessa mesma situação.

Barata (2009), para refletir sobre classes sociais, faz uso da noção de posição social dos indivíduos e grupos sociais, que está relacionada com os indicadores de classe: escolaridade, classes ocupacionais, condições de vida em determinados espaços geográficos. Para a referida autora, pensar em posição social e suas variáveis é um importante fator também para observarmos a condição de saúde das populações, pois esses fatores referidos acima atuam sobre o perfil de morbidade e mortalidade e sobre o acesso e utilização dos serviços de saúde. Quem tem acesso aos serviços de saúde existentes? Como é esse acesso? Foi visto nos estudos realizados por Barata (2009) que as populações com menor escolaridade e menor renda financeira têm menos acesso aos serviços de saúde, e procuram menos os

serviços preventivos, a exemplo das mulheres para realização de exames ginecológicos. Biroli e Miguel (2015) ressaltam que a posição social dos indivíduos é produzida pela combinação entre gênero, classe e raça.

No acesso desigual a renda, ocupação e participação política, para tomar três exemplos nos quais as convergências são evidentes, as pessoas vivenciam uma condição que não é a de mulher/homem ou a de branca/negra ou a de trabalhador/proprietário, ou melhor dizendo, não é a vivência de um componente da sua identidade, mas de como um conjunto cruzado de privilégios e desvantagens organiza sua trajetória (Idem, 2015, p. 51).

Pensar em classe é refletir sobre renda financeira, o acesso à educação, à saúde e às atividades de lazer; bem como sobre as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho. Podemos observar que as desigualdades presentes nesses âmbitos entre negros e brancos, homens e mulheres, mulheres negras – mulheres brancas produzem efeitos nas experiências dos/as jovens e adultos.

3.2.4 Sexualidade

Existem diversas formas de expressão da sexualidade humana, mas são oprimidas pela imposição de um padrão de sexualidade considerado hegemônico e válido na sociedade. O que revela que ao falarmos sobre sexualidade é importante pensarmos que esse é um campo com relações de poder imbricadas. A sexualidade “é um terreno político por excelência” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p.12). Tem sido um campo utilizado para regulação da vida social através da construção do que é socialmente aceito, em termos sexuais, bem como sobre o que deve ser excluído. A sexualidade “tem sido um ponto muito importante de articulação de políticas de discriminação, de interferência autoritária sobre os corpos dos cidadãos, por parte dos diferentes Estados Nacionais. [...] É, portanto, um plano de regulação pública fundamental” (CARRARA, 2004, p. 18-19).

É um campo importante para pensarmos na intersecção dos marcadores sociais gênero, classe, raça/etnia e geração, haja vista o quanto esses marcadores de modo relacionados têm produzido efeitos sobre os corpos, controlando-os, estigmatizando-os, excluindo da sociedade, ora os/as que têm uma orientação sexual diferente da heteronormativa, o que nos faz pensar sobre as opressões sofridas por jovens negros gays, jovens negras lésbicas, jovens trans; ora homens jovens héteros, mulheres jovens héteros que têm suas vivências sexuais controladas se não quiserem ficar mal faladas na sociedade, entre tantas outras situações.

Bairros (2014) chama atenção para o padrão heterossexista construído na sociedade, de modo que aqueles/as que não seguem essa orientação sexual são oprimidos/as,

colocados/as à margem da sociedade. Nesse padrão, não consideram que outras formas de vivenciar a sexualidade são possíveis. Assim, a mulher lésbica não é considerada pertencente à categoria mulher, mas está também em uma posição de subalternidade em relação às mulheres e aos homens heterossexuais.

A idade e/ou o marcador geracional, entre outros (assim como raça, gênero, território), tem uma grande interferência no amálgama corpo → sexualidade – informando muitas das (im)possibilidades de pensar como a suposta coerência entre sexo, gênero e sexualidade possam se expressar, a partir das contingências específicas de cada idade ou momento biográfico. A idade, enquanto dispositivo, opera de forma ampla na regulação e normalização dos corpos e das vivências sexuais, no que diz respeito especialmente à autonomia do sujeito sobre seu corpo, desejos e prazeres, e de forma abrangente sobre os modos como são pensados e lidos nos termos das políticas públicas (COUTO JUNIOR; OSWALD; POCAHY, 2018).

Couto Junior, Oswald, e Pocahy (2018) chamam a atenção para o perigo de conceber a juventude como uma fase transitória da vida, o que suspende a possibilidade de perceber os/as jovens como protagonistas e cidadãos, com uma maior liberdade e autonomia sobre seus próprios corpos e vivências sexuais, sem o constante monitoramento dos adultos. Mas, ainda que haja inúmeras tentativas de silenciar determinados modos de ser que causam estranhamento, e incomodam, alguns e algumas jovens têm transgredido as regras heteronormativas e encontrado meios para vivenciarem masculinidades e feminilidades múltiplas, negociam e reinventam suas vidas, notadamente a partir das redes de subjetividade e de significação que se constituem a margem das instituições que supostamente protegeriam esses sujeitos, a exemplo da escola, no entanto, muitas silenciam e oprimem qualquer comportamento que não siga as normas estabelecidas socialmente.

Há também uma construção em relação à sexualidade do homem e da mulher negra, considerados/as aqueles/as que possuem uma sexualidade mais potente. O que aprisiona o/a negro/a no campo da sexualidade ao corpo biológico e o que tem permanecido, ao longo dos anos, é a ideia de que os homens negros são mais viris, e por isso são mais propensos a violentarem sexualmente as mulheres. E que as mulheres negras são “boas de cama”, prostitutas, só servem para o sexo, ou seja, as negras são objetificadas. O corpo negro é hipersexualizado, como aquele que pode ser usado, abusado pelos desejos sexuais de brancos/as.

Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas ‘só corpo, sem mente’. [...] Para justificar a exploração

masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado (hooks, 1995, p. 469).

Por um lado, as mulheres negras são hipersexualizadas, por outro, quando se trata do matrimônio, são preteridas, inclusive pelos homens negros. Pacheco (2013) realizou um estudo em que foi observada a solidão da mulher negra no que se refere à dimensão afetivo-sexual, vista como aquela que não serve para casar, e, mais uma vez, essas mulheres são violentadas. A solidão produz um sofrimento psíquico que afeta a saúde mental das mulheres. Alguns homens negros buscam as mulheres brancas no intuito de “clarear” a família, e assim conseguir uma mobilidade social.

A solidão também foi compreendida por algumas mulheres negras como um signo de libertação e não de submissão, tentaram burlar a solidão, isto é, a ausência de parceiros, atribuindo-lhes significações produzidas numa rede de emaranhados de categorias que denotam maneiras de pensar e de negociar as suas escolhas, na busca por outros caminhos e espaços sociais, que se materializaram no trabalho, na família, na política, na comunidade, no bairro, na escola, no sindicato, na religião; produziram novas redes de relações sociais, redefinindo-as, quebrando tabus, lutando contra a opressão, politizando os seus corpos por meio de novos contextos corporificados. A luta é desconstruir o imaginário social: “branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar” (PACHECO, 2013, p. 358).

Outra questão refere-se às políticas que comprometem os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres pobres, com o controle da natalidade, desestímulos à gravidez, punições, sobretudo, para as adolescentes, violência obstétrica, muitas vezes como uma punição para a adolescente pobre que engravidou muito “cedo”, que não casou e já tem vida sexual ativa.

O aumento do controle das mulheres jovens sobre suas próprias vidas e sobre o acesso a recursos materiais e sociais é fundamental para melhorar a qualidade de vida e as vivências das práticas sexuais. A autonomia das mulheres tem sido definida como sendo relativa ao grau de acesso, e o controle sobre recursos materiais (incluindo alimentação, renda, terra e outras formas de bem-estar) e sociais (conhecimento, poder e prestígio) dentro da família, da comunidade e da sociedade mais ampla. As jovens das classes populares não têm a mesma facilidade que jovens de outras classes de realizarem consultas com ginecologistas e/ou outros profissionais, como também acesso à educação de qualidade, aos insumos básicos para viverem com qualidade de vida, e isso dificulta inclusive a negociação do uso do preservativo ou a recusa de práticas sexuais (CHACHAM; MAIA; CAMARGO,

2012).

Outra questão é que a gravidez na adolescência geralmente é vista como algo negativo, pois a adolescente mãe é culpabilizada e alguns/mas consideram que a maternidade irá atrapalhar sua vida, pautados/as pelo projeto capitalista da sociedade. Mas o que tem sido visto (MENEZES et al, 2016) é que, para algumas adolescentes, a maternidade faz com que essas ganhem um status social no contexto em que vivem, e vejam na gravidez um alternativa de construção de um projeto de vida. O que não exclui a importância da rede de apoio na vida da adolescente mãe para que essa consiga realizar seus projetos e os cuidados com a criança.

Observamos, nesse estudo, experiências vivenciadas e/ou compartilhadas pelos/as jovens participantes relacionadas à sexualidade que é constituída por gênero, geração, classe, raça e território. As situações de opressão vivenciadas por jovens, que devido ao território que vivem e suas condições de classe social, não possuem facilidade para ir a um/a ginecologista, conseguir insumos para ter práticas sexuais protegidas, outros/as que sofrem discriminações devido à orientação sexual não ser heteronormativa. Estamos considerando que as desvantagens socioeconômicas, as relações de gênero, a sexualidade, as questões raciais associadas a fatores individuais produzem efeitos nos processos de subjetivação dos/as jovens.

3.2.5 Território

Em relação à noção de território, Milton Santos (1978) faz uma discussão sobre espaço para compreender o território. O espaço contém o território modelado, configurado. O espaço é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e das necessidades de circulação e distribuição. O território corresponde aos complexos naturais e às construções/obras feitas pelo homem: estradas, plantações, fábricas, casas, cidades. O território é construído historicamente, cada vez mais, como negação da natureza e a materialidade do mesmo é, assim, definida por objetos que têm uma gênese técnica e social. Esse é usado, reorganizado, configurado, normatizado, racionalizado. Há porções de territórios com objetos e ações, normas (técnicas, políticas e jurídicas), ritmos, heterogeneidades, agentes. Buscamos refletir sobre essas noções de espaço e território nas localidades que estudamos: comunidades quilombolas na área rural e periferia na área urbana de Garanhuns/PE.

O território carrega as disputas de poder, o histórico de formação do espaço e as características das pessoas que o ocupam, assim como a ligação das mesmas com o lugar (SANTOS, 1978). Assim, é importante observarmos quem são as pessoas de determinado

território em termos de gênero, classe, raça/etnia, orientação sexual, pois esses marcadores repercutem nas experiências sociais, afetivas, e afetivo-sexuais dos sujeitos e, conseqüentemente, na construção do território e do espaço.

Em relação aos territórios que possuem uma situação de precariedade, a pesquisa do IBGE (2015) revelou que existem mais negros/as vivendo nessas localidades, em lares em condições precárias, sem acesso simultâneo à água, esgoto e coleta de lixo, em relação à população que se declarou branca. Em mais da metade das casas, negros também não têm máquinas de lavar roupa, presente em três a cada dez lares de pessoas brancas. Apesar das desigualdades, o IBGE revelou que essas condições melhoraram nos últimos anos. No caso do saneamento, o percentual de lares de pessoas negras atendidos subiu de 44,2% para 55,3%, enquanto o atendimento em lares de brancos aumentou de 64,8% para 71,9%. O IBGE destacou também que o serviço de iluminação está universalizado, cobrindo 99,96% do país. Em 2015, a cobertura chegava a 83,5% das casas, principalmente em áreas urbanas. Estes dados chamam a atenção, pois as condições de moradia em determinados territórios têm implicações diretas na saúde da população e no acesso à atividades de lazer, à escolaridade, ao mercado de trabalho.

Haesbaert e Limonad (2007, p. 45) analisam o território com diferentes enfoques, a partir de três vertentes básicas, conforme a dimensão social priorizada:

1. Política (referente às relações espaço- poder em geral) ou jurídico-política [...]: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, por meio do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado. 2. Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. 3. Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial”. do trabalho, por exemplo.

Podemos ver que o território é um conceito amplo e polissêmico, ou seja, com múltiplos significados e sentidos. Abramovay (2000, p.6) ressalta que “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”. Nessa perspectiva, o território se constrói em função da capacidade dos atores estabelecer relações organizadas que favoreçam não só a troca de informações e conquistas conjuntas, mas também a pressão coletiva pela existência de bens públicos e de administrações capazes de dinamizar a vida.

O conceito de território pode significar também espaços sociais em suas diversas dimensões: culturais, políticas, econômicas, históricas, e em sua complexidade, espacialidade e temporalidade. Faz parte ainda a construção de conhecimentos e suas diferentes leituras das realidades, do sentido e do significado, das divergências e convergências, do diálogo. Esse é seu sentido relacional, subjetivo, abstrato, representável e indeterminado. O território é dinâmico, vive em movimento (FERNANDES, 2013).

Em meio à polissemia, existe também a denominação territórios rurais e territórios urbanos. Os territórios rurais foram criados como uma forma de estratégia para que se possam integrar os espaços rurais, visando aos aspectos sociais, econômicos e políticos. Um dos objetivos dessa construção é identificar os territórios a partir da composição de identidades regionais. Sugiram também como uma forma de diminuir a pobreza e a exclusão social, assim como a degradação do meio ambiente e às desigualdades regionais, sociais e econômicas que abrangem o meio rural brasileiro. Contudo, as famílias e trabalhadores rurais de tais territórios têm autonomia para fazerem sua própria gestão dos processos da promoção do desenvolvimento, onde o Estado executa o papel de apoio e fortalecimento dos espaços/territórios rurais (DANTAS; COSTA, 2014).

É importante ressaltar que o rural não se resume apenas ao agrícola, como muitas vezes é colocado. Suas características marcantes levam em conta a menor densidade populacional, maior peso dos fatores naturais e uma menor artificialidade se comparado às áreas urbanas. O território é a unidade que proporciona os laços de proximidade entre as pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser movimentados a estabelecer iniciativas voltadas para o desenvolvimento.

Em relação aos territórios urbanos, os espaços urbanos contemporâneos, notadamente os grandes centros, são caracterizados pela formação de *territórios* dentro de *territórios*. Este cenário de sobreposição nos modos de apropriação dos espaços da cidade por parte de seus inúmeros habitantes produz *metaterritorialidades*, que são situações complexas regidas pela existência simultânea de usos distintos e, muitas vezes, contraditórios compartilhando um mesmo lugar (MASSARA, 2016). É o que acontece com as relações centro-periferia, urbano-rural.

Pesquisando em territórios em que estão presentes os/as jovens de uma classe menos favorecida economicamente, vimos que a ausência de equipamentos de lazer é uma realidade desses lugares, que não dispõem de quadras esportivas, praças com bancos, parques. Geralmente, as praças, os parques e os espaços públicos de lazer mais belos e cuidados estão

nos bairros “nobres” da cidade, espaços pouco utilizados pela classe média, que tem como uso para lazer shoppings, clubes, casas de festas, entre outros.

No presente estudo, trabalhamos em territórios e espaços distintos: comunidades rurais quilombolas e periferia urbana. Pudemos observar as relações construídas em ambos, o que significa ser um homem, ser uma mulher jovem e morar na comunidade, ou morar na periferia. O que representa ser um/a jovem pobre, quilombola, negro/a e frequentar a cidade. Qual o sentido para os/as jovens da periferia, pobres, a maioria negros/as, homossexuais e lésbicas frequentarem algumas áreas da cidade que não são periféricas. Essas foram algumas das questões sobre as quais pudemos refletir pensando a relação dos/as jovens com o território/espaço, gênero, geração, classe, raça/etnia e sexualidade.

3.2.6 Geração

Com um trabalho focado nas teorias da juventude, Feixa e Leccardi (2010) compreendem geração como relações de contemporaneidade que consistem num conjunto de pessoas sujeitas em seus anos de maleabilidade máxima a influências históricas comuns (intelectuais, sociais e políticas), ou seja, são as experiências compartilhadas em um dado período que delimitam o pertencimento a uma geração.

Para Bortolazzo (2015), a atualidade do conceito se deve muito a Mannheim, que teve um duplo objetivo: distanciar-se do positivismo, bem como da perspectiva histórica. Mannheim considerou o termo geração associado à própria dinâmica das transformações sociais. Assim, as gerações podem ser consideradas resultados de muitas discontinuidades produzidas exatamente por mudanças históricas e sociais. Em outras palavras, o que o autor argumenta é que, o que forma uma geração não é a data de nascimento em comum, mas o processo histórico que uma parcela da população compartilha (FEIXA; LECCARDI, 2010; BORTOLAZZO, 2015). Assim, geração “é o lugar em que dois tempos diferentes – o do curso da vida, e o da experiência histórica – são sincronizados. O tempo biográfico e o tempo histórico fundem-se e transformam-se criando, desse modo, uma geração social” (FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 191).

O conceito de geração nos estudos realizados por Mannheim (1993) diz respeito às relações sociais que envolvem as questões de classe social, gênero, etnia, raça, região e religião, de forma que para compreender tal conceito implica perceber essas relações na constituição dos sujeitos.

Mannheim (1993) aborda três elementos importantes que compõem a noção de geração: a unidade, a conexão geracional e a posição. A unidade geracional é definida por

indivíduos que partilham experiências comuns em termos de crenças, consciência, representação, enfim, influências sociais e culturais dentro de uma determinada época. Em relação a conexão, e a unidade geracional constitui uma adesão social mais concreta de indivíduos, é a forma como os diversos indivíduos encaram um determinado acontecimento que fará surgir uma profusão de práticas coletivas em que, cada uma delas configura uma unidade geracional, pois partilha ideias e sentimentos semelhantes. A posição geracional apresenta aspectos similares à posição de classe, no sentido de que ambas têm posições específicas no contexto sócio-histórico no qual os indivíduos estão inseridos, ou seja, os indivíduos no jogo social participam dos acontecimentos e assimilam modos específicos de viver e de pensar a partir do lugar que ocupam, e este lugar oferece perspectivas e possibilidades, daí pode acontecer a intervenção no processo histórico.

O vínculo que Mannheim chama de conexão geracional tem características mais definidas que a posição geracional, cabendo a ressalva de que na posição de geração, o indivíduo pertence simplesmente por pertencer. A conexão é mais evidente pelo fato da mesma se constituir por meio da participação dos indivíduos no destino comum da história dentro de cada unidade de geração (SILVA, K., 2014).

Em uma pesquisa realizada com jovens da comunidade Araçá/Cariacá, localizada no município de Bom Jesus da Lapa, no Oeste da Bahia, Silva, K. (2014), estudou a juventude quilombola considerando a noção de geração proposta por Mannheim, e considerou que os jovens quilombolas participantes do estudo, estão situados na posição geracional, da qual têm um ângulo que os possibilitam partilhar a mesma visão de mundo, dividir os mesmos problemas com seu grupo de idade, onde o tempo de cada um se vincula ao tempo social e, por esta razão processam os acontecimentos de forma semelhante, repercutindo no que pensam e como pensam, no que vivem e como vivem, no que sentem e como sentem. Dentro destes aspectos, poder-se-ia dizer que esses jovens formam uma geração ou que são contemporâneos entre si.

A partir da ideia de geração proposta por Mannheim (1993), podemos refletir que, ainda que os/as jovens vivam no mesmo território/espço, e compartilhem acontecimentos, a geração também é constituída por outros marcadores de diferença que faz por exemplo, com que ser jovem, mulher, pobre, heterossexual, morar no meio rural e ter uma determinada pertença étnico-racial ou religiosa é diferente de ser jovem, mulher, pobre, lésbica, moradora da área rural com uma determinada pertença religiosa, ou sem seguir religião. Tais situações dizem sobre a forma diversificada de viver a condição juvenil.

Domingues (2002) também buscou elementos para definir geração, e o fez a partir de três conjuntos de variáveis analíticas: 1) a família e as relações de parentesco condizentes com a estrutura básica da família nuclear; 2) as coortes, grupos de pessoas nascidas em momentos próximos e que atravessam estágios sucessivos ao mesmo tempo (neste caso, esta variável implica outros três elementos: a idade biológica, a idade cronológica e os estágios de maturação); 3) as experiências vividas através dos grupos, indivíduos e coletividades. Junto a essas três variáveis está o fato de que uma geração não se define isoladamente, pois é na interação com as outras que cada uma delas delinea sua identidade e contribui para a produção de outras.

Domingues (2002) enfatiza duas dimensões fundamentais do fenômeno geracional: idade e situação de classe. O mesmo ressalta que qualquer estudo que se proponha analisar as práticas, percepções e discursos de um dado grupo social em uma perspectiva geracional precisa considerar esses dois fatores. Mannheim (1993) ressalta que idade e situação de classe só farão sentido na compreensão de uma geração na medida em que puderem ser relacionadas a um conjunto significativo de experiências compartilhadas pelos grupos estudados. Assim, a conjugação dos elementos (idade, situação de classe e experiências comuns) pode dizer das características e modos de viver de uma geração.

As gerações envolvem experiências compartilhadas que guiam a formação de grupos concretos variados. E, por sua vez, a socialização, como o processo que permeia a relação entre as novas e antigas gerações, será a responsável pela transmissão ou mudanças das dimensões concretas e simbólicas do social (DOMINGUES, 2002).

No presente estudo, consideramos a geração como as vivências históricas comuns em determinadas localidades e tempo. Entendemos que geração é constituída e constitui gênero, classe, raça/etnia, e sexualidade que faz com que os/as jovens da comunidade e da periferia possam viver juventudes diferentes e desiguais, no interior dos próprios grupos que fazem parte. Estamos compreendendo a intersecção dos marcadores gênero, classe, raça, geração, sexualidade e território na constituição e vivências dos/as jovens, sendo assim o marcador que se sobressai é a categoria juventude em nossas reflexões a partir do efeito que os outros marcadores produzem nos modos de ser jovem em determinados contextos.

4 A INTERSECCIONALIDADE NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A partir de uma revisão de literatura, aproximamo-nos do estado da arte sobre os estudos que abordaram a interseccionalidade. Por estado da arte, compreende-se as pesquisas de caráter bibliográfico, que têm a finalidade de mapear e discutir a produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento sobre uma determinada temática, e se propõe a visibilizar os aspectos e dimensões que vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, as formas e condições em que foram produzidas as dissertações, teses, artigos, anais de congressos e seminários. São reconhecidos por realizarem metodologias de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica à luz de categorias e facetas que se caracterizam em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002).

Para a composição deste cenário, o estudo foi realizado no início do 2º semestre de 2018 e buscou teses, dissertações e artigos que abordaram a temática em discussão, utilizando a palavra interseccionalidade, como descritor. A busca das dissertações e teses foi realizada através da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, e dos artigos na base de dados do SciELO (Scientific Electronic Library, Online); Sem demarcação de período, mas não encontramos na BDTD publicações antes de 2003. E no Scielo não encontramos antes de 2002, utilizando o descritor mencionado acima. Foram contemplados todos os idiomas que apareceram, 1 produção em inglês e 1 em espanhol. Dessa forma na BDTD localizamos 224 produções, 146 dissertações e 78 teses. Dessas 146, 23 dissertações localizadas com o descritor interseccionalidade não abordaram essa perspectiva e das 78 teses, 14 não trabalharam com a interseccionalidade dos marcadores sociais. Dessa forma, 187 produções abordaram essa discussão. O ano que concentrou um maior quantitativo de produções foi o ano de 2016, onde se localiza 49 das 187 produções. Conforme pode ser observado na tabela 1, localizada nos apêndices.

No Scielo localizamos 65 artigos, com maior quantitativo de publicações em 2016 (14 artigos), sendo o ano de maior número de publicações no total (artigos, teses e dissertações). Dados podem ser observados na tabela 2, nos apêndices. Ficamos nos questionando sobre o contexto vivenciado, a luta dos movimentos sociais, que pode estar contribuindo para o interesse dos/as pesquisadores/as em pensar os marcadores sociais de modo inter-relacionados.

A partir do levantamento desse material, procedemos a leitura de todos os resumos das produções científicas e elegemos algumas, a partir dos objetivos de nossa pesquisa, para

realizarmos a leitura completa (seja dissertação, tese ou artigo). Construimos tabelas para análise a partir das seguintes informações: título, autores, ano de publicação, área de conhecimento, objetivos, metodologia de cada trabalho, o que é recorrente nos trabalhos. Após a construção das tabelas, iniciou-se a discussão dos achados. Para dialogar com os resultados encontrados a partir das dissertações, teses e artigos, foram utilizados também outros textos que fazem parte da temática discutida, mas que não foram encontrados nas bases de dados investigadas e nem correspondem ao período das produções encontradas. Em relação à área de conhecimento das teses e dissertações, observamos uma predominância das publicações referentes à temática abordada na área da educação (46), seguida pela psicologia (26) e pela sociologia (21). A tabela 3, com essas informações, pode ser vista no apêndice.

Nas pesquisas na área da psicologia, área do conhecimento que nos localizamos, não foi rapidamente e sem conflitos que a inserção da perspectiva interseccional, advinda do campo do feminismo, passou a ser utilizada. A Psicologia estabeleceu o seu território como uma ciência objetiva, quantitativa, empírica e livre de valores. Posicionamentos opostos ao feminismo que sempre lutou por uma ciência em que a neutralidade não exista e que o conhecimento produzido possa ser situado e localizado. Assim, assumir o feminismo na ciência psicológica seria assumir a sua não neutralidade. O conhecimento científico, segundo a perspectiva da ciência moderna supõe-se neutro, objetivo, a partir de uma postura dos/as pesquisadores/as distanciada do que está sendo produzido, não associada aos valores sociais e culturais dos/as mesmos/as (NOGUEIRA, 2013). Foram muitas as lutas das psicólogas, tanto na busca de sua própria visibilidade, quanto pela transformação no campo da ciência psicológica.

Quando a psicologia se separou da filosofia, a ciência psicológica adotou um pendor predominantemente biológico que impunha a utilização de métodos experimentais e psicométricos para a medida das diferenças individuais. A grande importância dada pela Psicologia às diferenças individuais fez com que aquelas entre homens e mulheres fossem atribuídas a fatores de ordem biológica e reforçaram os lugares destinados às mulheres, ou seja, a esfera familiar e as relações de suporte afetivo. Na psicologia, as feministas desafiaram o que conhecemos acerca de homens e mulheres, questionando os resultados das pesquisas convencionais que contribuíram largamente para a afirmação das diferenças e invisibilidade das desigualdades. Assim, outras formas de fazer ciência foram e estão sendo construídas.

Em relação à área de conhecimento dos artigos, observamos uma predominância das publicações referentes à temática abordada na área da Sociologia (15), seguida pela educação (11), e estudos sobre a mulher (11). Ver tabela 4, nos apêndices.

Quanto aos métodos usados nas dissertações, teses e artigos localizados, percebemos o uso de mais de um método, onde há a prevalência de entrevistas dos diversos tipos: estruturadas, semiestruturadas, narrativas, junto a observação participante, análise de documentos, de livros, questionários, entre outros. Uma parcela considerável dos estudos foi baseada em pesquisas qualitativas (SANTOS, 2010; BUZAR, 2013; SILVA, 2014; SILVA, 2016; GOMES, 2014; BERNARDINO, 2016) e algumas descritas pelos autores/as como quanti-quali (SILVEIRA, 2013), sendo que alguns desses usaram questionários analisados através de softwares.

São mencionadas por Nogueira (2013) três abordagens metodológicas no estudo das relações sociais em intersecção: anticategorial, intracategorial e intercategorial. A anticategorial é baseada numa metodologia que desconstrói as categorias analíticas. No seio desta abordagem, a vida social é considerada irredutivelmente complexa e, por isso, a utilização de categorias fixas iria simplificar as ficções sociais que produzem iniquidades no processo de criação de diferenças. A abordagem intracategorial é considerada aquela que inaugurou o estudo da interseccionalidade. Apesar de no seu âmbito ser interrogada a delimitação de categorias, como na anterior, não é rejeitada por completo a importância das mesmas, nomeadamente na compreensão da experiência social. A abordagem intercategorial visa o estudo das relações entre dimensões ou grupos sociais. Mais especificamente, centra-se na complexidade das relações entre múltiplos grupos sociais, ao longo de categorias analíticas (como o sexo, a etnia, a classe, entre outras), e não nas complexidades dentro de cada grupo e/ou de cada categoria singular (o que é característico da abordagem intracategorial).

Embora, os estudos não digam diretamente qual dessas abordagens estão seguindo, percebemos que os/as autores/as fizeram uso de uma dessas ou mais de uma em suas pesquisas. Inclusive encontramos quem fez uma análise quantitativa da interseccionalidade (SMOLEN, 2016), que se localizaria em uma abordagem intercategorial. Mesmo a abordagem interseccional permitindo, temos visto que nos estudos não é comum essa análise quantitativa, mas há quem venha trabalhando assim.

Em relação aos temas abordados nas teses, dissertações e artigos são diversos, a exemplo de trabalho doméstico (SANTOS, 2010), transtornos mentais (SMOLEN, 2016), uso de álcool (SILVA, 2014), racismo (SILVEIRA, 2013), saúde reprodutiva (DUARTE, 2012), homossexualidade (GOMES, 2014), violência contra as mulheres (SILVA, 2010), políticas públicas em educação (DEUS, 2011), políticas públicas para saúde (BUSTORFF, 2010), entre outros. Em algumas dessas produções foram descritas nos objetivos do estudo as categorias que foram investigadas de forma interseccional. Em outros, a interseccionalidade foi usada no

momento da análise.

Sobre a população quilombola, a partir do descritor interseccionalidade, localizamos 4 dissertações, uma em 2012, uma em 2014 e duas em 2017. Dessas, a publicação do ano 2014 é a dissertação da autora do presente estudo (SILVA, 2014), a de 2012 refere-se à luta pela igualdade racial da população quilombola como um todo (MATSUOKA, 2012), as de 2017 têm como foco as mulheres quilombolas, uma discutindo as concepções de beleza das mulheres (PASSOLD, 2017) e a outra o protagonismo das mesmas na comunidade em que vivem (SILVA, 2017). Mas não abordaram questões voltadas à juventude quilombola.

Quando analisamos as produções sobre interseccionalidade e juventude, localizamos entre o conjunto de publicações, 13, que abordaram a juventude e suas relações com diferentes temas, protagonismo juvenil, vivências sexuais, maternidade de mulheres jovens usuárias de crack, masculinidades, entre outros.

Henning (2015) a partir das reflexões sobre os estudos realizados por algumas autoras que trabalham com a interseccionalidade abordou a importância de endereçar as análises interseccionais também para grupos privilegiados em “contextos racializados”. Segundo a mesma

isso auxiliaria a responder a importantes perguntas sobre os processos sociais mediante os quais mulheres e homens privilegiados são criados como agentes na reprodução do machismo e do racismo (assim como o processo de conversão do “branco” na norma e base nas quais são avaliados os demais grupos étnico-raciais). Considerando tais questões, a análise interseccional pode também obter instigantes respostas (ou talvez mesmo boas novas perguntas) se deixar de evitar a ampliação de seu escopo empírico (p. 120).

Collins (2015, p.5), refletindo sobre o conjunto dos estudos sobre interseccionalidade, observou que estão presentes três preocupações principais: a interseccionalidade como campo de estudos, com foco nos conteúdos e temas que caracterizam esse campo; a interseccionalidade como estratégia analítica, com maior atenção aos “enquadramentos interseccionais” e a sua capacidade de produzir novas formas e conhecimento sobre o mundo social; e a interseccionalidade como uma forma de práxis social, com ênfase para as conexões entre conhecimento e justiça social.

Muitas das produções investigaram a interseccionalidade de gênero, classe e raça relacionadas aos seus temas. De acordo com estudiosas da interseccionalidade (NOGUEIRA, 2013), gênero, classe e raça são a tríade clássica da produção das desigualdades. Warner (2008) tece algumas considerações sobre a impossibilidade de contemplar todas as identidades dos sujeitos potencialmente relevantes para compreender as experiências dos mesmos e como estes são constituídos em meio aos marcadores identitários. A referida autora

reflete acerca do processo de decisão sobre as dimensões/categorias a contemplar e ressalta que os/as pesquisadores/as devem estar conscientes acerca das razões para a escolha de certas dimensões/categorias e explicitá-las.

Alguns estudos abordaram a importância de considerar a experiência dos/as participantes (MACÊDO, 2008; BUZAR, 2013; XAVIER, 2015; BUSIN, 2015). Brah (2006) ressalta que experiência é o lugar da formação do sujeito, quando ele narra suas experiências, se constitui. A autora, aborda a experiência não como um reflexo da verdade, mas como uma particularidade diante dos diversos tipos de diferenças existentes entre os sujeitos. Ainda, segundo Brah (2006, p. 361) “experiência é um lugar de contestação: um espaço discursivo onde posições de sujeito e subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas ou repudiadas”. Pensar a experiência e a formação do sujeito como processos é reformular a questão da “agência”. “O ‘eu’ e o ‘nós’ que agem não desaparecem, mas o que desaparece é a noção de que essas categorias são entidades unificadas, fixas e já existentes, e não modalidades [...] marcadas por práticas culturais e políticas cotidianas” (BRAH, 2006, p. 361).

Nessa perspectiva, é importante lembrarmos também que é preciso dar atenção às particularidades dos sujeitos. As limitações e potencialidades são distintas entre as pessoas. Observamos também nas produções que algumas autoras são sempre mencionadas quando se fala em interseccionalidade: Crenshaw, Piscitelli, Scott, Collins, Brah. Isto deve-se também ao fato de que quando se busca de onde surgiu a perspectiva de interseccionalidade, encontra-se que essa foi usado em 1989 por Kimberlé Crenshaw, mas a preocupação em entrelaçar distintas formas de diferenciações sociais (e de desigualdades) entre mulheres é bem anterior, e um de seus marcos simbólicos tem sido visto como as contribuições do influente manifesto de 1977 do *Combahee River Collective*. Tratava-se de um coletivo de feministas negras e lésbicas em Boston entre 1973 e 1980, que defendia centralmente uma luta articulada não apenas contra a opressão sexual das mulheres, mas também contra outras formas de dominação e de desigualdades baseadas em racismos, heterossexismos e exploração por classe social.

No que se refere às Instituições de Nível superior, onde foram desenvolvidas as produções científicas, a Universidade de Brasília - UNB, foi a que concentrou um maior quantitativo de produções (110), seguida pela Universidades Federais do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, e a Universidade de São Paulo com 7 produções cada uma. A tabela 5, nos apêndices, mostra essas informações. Sabemos que nessas Instituições têm professores/as, grupos de pesquisa e eventos temáticos nesses contextos que trabalham há muito tempo

pensando questões de gênero e feminismos e isto pode ter contribuído à expressividade dos usos da perspectiva interseccional.

Quando olhamos para as temáticas e autores/as dos artigos, percebemos que alguns são decorrentes das teses e dissertações que também localizamos, a exemplo do artigo de Silveira e Nardi (2014) publicado após a tese, o de Bernardino-Costa (2013), e Silva e Menezes (2016).

Podemos observar que tem aumentado o número de produções que têm abordado os marcadores sociais gênero, classe e raça/etnia de modo interseccional. Tem sido visto que trabalhar com esses marcadores de forma isolada não produz uma complexidade analítica. Vimos que as produções científicas usaram a interseccionalidade de diferentes formas, algumas como estratégia analítica, outras como uma forma de práxis social, com ênfase para as conexões entre conhecimento e justiça social. As pesquisas que abordaram a perspectiva interseccional têm temas diversos, e os métodos de pesquisa também são múltiplos, quase todas as produções fizeram uso de mais de um método de pesquisa. Buscamos ressaltar a potencialidade da perspectiva interseccional no intuito de visibilizar situações de opressão e desigualdades sociais. Também foi possível observar que essa é uma perspectiva que pode ser usada nos estudos qualitativos, quantitativos, e quali-quantitativos, em cada um desses tipos de pesquisa com suas potencialidades e limitações.

4.1 Críticas ao uso da interseccionalidade

É abordado por Hirata (2014) que existem críticas à perspectiva da interseccionalidade. Uma das críticas foi feita por Danièle Kergoat, pela primeira vez em um Congresso da Associação Francesa de Sociologia, em 2006, ela critica a noção “geométrica” de intersecção. Segundo Kergoat (2010), pensar em termos de cartografia nos leva a naturalizar as categorias analíticas. Dito de outra forma, “a multiplicidade de categorias mascara as relações sociais. [...] As posições não são fixas; por estarem inseridas em relações dinâmicas, estão em perpétua evolução e renegociação” (KERGOAT, 2010, p. 98).

Essa crítica é aprofundada na introdução do livro de Kergoat, *Se battre, disertes* (HIRATA, 2014), pelos seguintes pontos:

- 1) a multiplicidade de pontos de entrada (casta, religião, região, etnia, nação etc., e não apenas raça, gênero, classe) leva a um perigo de fragmentação das práticas sociais e à dissolução da violência das relações sociais, com o risco de contribuir à sua reprodução; 2) não é certo que todos esses pontos remetam a relações sociais e talvez não seja o caso de colocá-los todos num mesmo plano; 3) os teóricos da interseccionalidade continuam a raciocinar

em termos de categorias e não de relações sociais, privilegiando uma ou outra categoria, como por exemplo a nação, a classe, a religião, o sexo, a casta etc., sem historicizá-las e por vezes não levando em conta as dimensões materiais da dominação (KERGOAT, 2010, pp. 21-22).

Nesse sentido, quando a autora faz essa crítica, um dos principais pontos é que a interseccionalidade mascara as relações sociais, ela diz o que entende por relações sociais, e propõe a noção de consubstancialidade. Não basta afirmar que compreendemos a sociedade em termos de relações sociais é preciso antes definir tais relações e suas propriedades.

Uma relação social para Kergoat (2010) é uma relação antagonica entre dois grupos sociais, instaurada em torno de uma disputa. É uma relação de produção material e ideal. As relações sociais formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais. “As relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se coproduzem mutuamente” (Idem, 2010, p. 94).

Outra crítica é feita por Elsa Dorlin e apresentada por Kergoat (2010, p.98)

[...] a definição [de Crenshaw] das relações sociais como setores de intervenção implica que as mulheres [...] que enfrentam mais do que uma discriminação se acham em setores isolados. [...] O conceito de interseccionalidade e, de maneira geral, a ideia de intersecção, dificulta pensar uma relação de dominação móvel e historicamente determinada [...]. Em outros termos, a interseccionalidade é um instrumento de análise que coloca as relações em posições fixas, que divide as mobilizações em setores, exatamente da mesma maneira pela qual o discurso dominante naturaliza e enquadra os sujeitos em identidades previamente definidas.

As questões criticadas pelas autoras são importantes para serem refletidas e para estarmos atentas/os quanto ao uso da interseccionalidade. Dependendo do modo como essa perspectiva seja utilizada, diferente da crítica que afirma que essa coloca as relações em posições fixas, que podem naturalizar os sujeitos em identidades definidas, a interseccionalidade possibilita visibilizar essas questões. E permite considerarmos que os marcadores sociais a exemplo de classe, raça, gênero se constituem mutuamente, em determinados contextos um desses marcadores pode se sobressair, mas não significa que isso não possa ser mudado. Outro ponto, como Piscitelli (2008) resalta e já abordamos neste estudo, é que diferentes perspectivas utilizam os mesmos termos para referir-se às intersecções. Mas essas mudam de acordo com as concepções de diferença, poder e agência utilizadas.

Outra crítica da Kergoat é que o uso das categorias sem historicizá-las pode contribuir a permanência das dimensões materiais da dominação. As autoras que vêm

trabalhando com a perspectiva da interseccionalidade chamam atenção para a importância de historicizar os marcadores sociais para não cair na armadilha de naturalizar a opressão e as desigualdades, ou seja, a interseccionalidade tem abertura para isto ser realizado. Como toda perspectiva, é preciso ficarmos atentos/as no uso que está sendo feito.

A noção de interseccionalidade abre um relevante espaço para análise de contextos específicos de construção de diferenciações e de desigualdades sociais, ela pode também proporcionar uma contrapartida em termos de um potencial para analisar e por em relevo as ferramentas para desconstruir e transformar possíveis desigualdades. O que pode evitar o risco de uma reificação da produção da diferença, e a frisar a potencialidade que a perspectiva pode prover em termos de práticas sociais no campo de distintas formas de agência interseccional (HENNING, 2015). Desse modo, Henning (2015, p. 117) ressalta a importância de “atentar para os modos os quais os sujeitos potencialmente se utilizam de suas próprias marcas identitárias interseccionais (assim como na relação com os traços identitários interseccionais de outras pessoas) de modo a lidar com a criação, o questionamento e a desconstrução social de desigualdades”.

A recusa da essencialização, a inter-relação entre opressão e privilégio e o contexto são aspectos fundamentais e precisam ser pensados nos estudos que buscam subsídios na teoria da interseccionalidade. É necessário estarmos atentos/as e teorizar privilégios e opressões, não como estatutos fixos, mas sim como fluídos e dinâmicos, permeáveis à mudança nas opressões, nos privilégios e nos contextos (NOGUEIRA, 2017).

Não havendo conhecimento difundido acerca das experiências de jovens quilombolas e jovens pobres da periferia, grupos que são excluídos e marginalizados, eles são imperceptíveis e ficam misturados frequentemente nas percepções que as pessoas têm através do que alguns/mas falam, do que a mídia, muitas vezes, de forma distorcida divulga. Assim, no presente estudo, buscamos conhecer quais os efeitos produzidos pelos marcadores sociais: gênero, geração, classe, raça/etnia, sexualidade e território interseccionados nas vivências juvenis rurais/quilombolas e urbanas da periferia? Quais as formas que os/as jovens quilombolas e os/as jovens da periferia têm encontrado para resistirem às situações de desigualdades e opressões que vivenciam?

5 METODOLOGIA

Nosso estudo situa-se no âmbito da Psicologia Social. Realizamos uma pesquisa qualitativa feminista. A investigação feminista ilustra uma consciência dos/as investigadores/as acerca do seu papel e envolvimento pessoal na investigação. Esta consciência é chamada de reflexividade, representando uma espécie de disciplina de autorreflexão acerca de quem somos, de como as nossas identidades interferem no nosso trabalho e como, por outro lado, o nosso trabalho influencia em todos os aspectos do nosso eu (NEVES; NOGUEIRA, 2005).

Olesen (2006) chama atenção sobre o impacto da pesquisa sobre o/a pesquisador/a que busca desenvolver um estudo de caráter feminista, pois neste tipo de pesquisa, tanto a subjetividade do/a pesquisador/a quanto do/a pesquisado/a é realçada. O que leva diretamente a pensar também sobre a natureza do texto e da visibilidade das vozes decorrentes da pesquisa. Essa é também uma grande questão para as feministas decoloniais que questionam: como visibilizar as vozes dos/as participantes? Como não apenas representá-las nos textos? Como criar espaços e formas dessas vozes serem ouvidas, visibilizadas e de saírem da situação de subalternidade que algumas se encontram? E este tem sido também um desafio da pesquisa de perspectiva feminista. Desse modo, consideramos a fala dos/as participantes sem negar que essas emergiram da nossa mediação enquanto pesquisadoras, assim o efeito das nossas relações construídas com os/as participantes está presente nos discursos desses/as.

Nesse sentido, pensando a partir de teóricas feministas, Pelúcio (2012) ressalta que anunciar o lugar da fala significa muito em termos epistemológicos, porque rompe não só com aquela ciência que esconde seu narrador/a, como denuncia que essa forma de produzir conhecimento é geocentrada, e se consolidou a partir da desqualificação de outros sistemas simbólicos e de produção de saberes. Dessa forma, o conhecimento produzido precisa ser situado e corporificado, contra as várias formas de conhecimento não localizáveis e, portanto, irresponsáveis. Irresponsável, nesse contexto “significa incapaz de ser chamado a prestar contas” (HARAWAY, 1995, p.21). Assim, Carvalho (2001) chama atenção para a posição privilegiada do autor/a, que implica na posição privilegiada do sujeito moderno, capaz de olhar o mundo todo do ponto de vista desse lugar, pretensamente seguro, de “verdade”. E ainda que este seja um aspecto muito estudado, poucas vezes, é levado a prática.

A partir das reflexões acima, no presente estudo, estivemos atentas a algumas questões, por exemplo, no momento em que estávamos entrevistando uma jovem quilombola, a mesma quando respondia algo dizia: “eu não sei se é isso que você queria saber”, “não sei

falar essas coisas, estudei muito pouco”, outra, uma mulher adulta durante nossas imersões nas comunidades e conversas com os/as moradores/as, disse: “eu não tenho estudo, não sei dizer nada interessante”. Ao ouvirmos essas falas, em que as participantes nos colocavam em um lugar hierarquicamente superior às mesmas, porque nós “tínhamos estudo”, estávamos cientes do lugar que ocupamos, do conhecimento acadêmico, e dos efeitos desse lugar, que fazia com que inclusive surgissem os discursos proferidos acima. Mas, nesses momentos, dizíamos que as experiências de vida que elas têm, não estava escrito em nenhum lugar e tínhamos muito a conhecer sobre essas vivências com elas.

Com esses posicionamentos buscamos subsídios na perspectiva da interseccionalidade para uma melhor compreensão do fenômeno que está sendo estudado, visto concordarmos com algumas autoras (BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008) que pontuam a existência de uma multiplicidade de diferenciações que, articulando-se a gênero, permeiam o social. A perspectiva interseccional usada nesse estudo possibilitou a percepção dos desdobramentos do efeito do cruzamento entre os diversos marcadores sociais nas desigualdades e formas de resistência vivenciadas pelos/as jovens de ambos os contextos: quilombola e periferia urbana.

5.1 O universo da pesquisa: participantes

O público desta pesquisa foi formado por jovens de ambos os sexos, com idade a partir dos 15 anos, moradores/as de duas comunidades quilombolas localizadas no município de Garanhuns/PE: Castainho e Estivas, e da periferia urbana do referido município. Essas duas comunidades são localizadas uma próxima a outra, inclusive sem uma demarcação geográfica onde uma comunidade termina e a outra inicia, os/as moradores/as é que fazem a distinção de até que parte da comunidade é Castainho e onde começa Estivas.

Na área urbana participaram jovens, de ambos os sexos, estudantes de uma escola pública localizada na periferia de Garanhuns que recebe um quantitativo grande de estudantes residentes nas periferias da cidade, não iremos especificar onde a escola fica localizada no intuito de preservar a identidade da mesma. Estamos nomeando as comunidades e optamos por não identificar a escola, devido alguns dos resultados da pesquisa construídos na mesma poderem identificar profissionais e estudantes da instituição e da região.

Consideramos a escola como um lócus que pode contribuir a reprodução de desigualdades, mas também a construção de formas de resistência às opressões. No presente estudo, a problematizamos em alguns momentos, a exemplo das situações de homofobia que

presenciamos na instituição que realizamos a pesquisa, abordadas em outros momentos da tese. Nossa escolha por esse lócus foi também um meio encontrado de acessar a periferia com os/as jovens que fazem parte da mesma e que estudam na escola que pesquisamos.

Ressaltamos também que estamos cientes que, mesmo se tratando de uma escola pública, há uma diversidade do público que faz parte da mesma, no que se refere a gênero, classe, raça/etnia. Para fins desta pesquisa, seguimos a definição adotada pela Lei nº 12.852 de 05/08/2013 (Estatuto da Juventude) que define o jovem como a pessoa entre 15 e 29 anos de idade. Construimos nossas informações com o público nessa faixa etária, mas cientes de que quando se trata da discussão sobre juventude a faixa etária não é algo rígido, depende muito do que é considerado pelos diversos contextos sociais.

Concordamos com Warner (2008) e Leitão (2015) que, em estudos com o olhar interseccional, é relevante a contemplação de pessoas situadas em subgrupos com estatutos diferentes no que se refere às categorias sociais e/ou contextos. Pois, a não inclusão das mesmas pode reforçar o estatuto normativo e a representação das características dos grupos considerados minoritários/dominados enquanto protótipo. Assim, parece-nos pertinente tomar os/as jovens quilombolas e urbanos/as enquanto sujeitos interseccionais.

Antes de abordarmos como foi realizado o processo da pesquisa é importante apresentarmos o que são comunidades quilombolas, como são as comunidades que participaram do estudo: comunidade quilombola do Castainho e comunidade quilombola do Estivas. Ambas localizam-se na área rural do município de Garanhuns/PE, situado no Agreste do Estado de Pernambuco. A distância de Castainho para o referido município é de 8 km e a única via de acesso é uma estrada de barro, transitável por qualquer tipo de transporte. Castainho e Estivas são comunidades reconhecidas como quilombolas pela Fundação Cultural Palmares.

- Comunidades quilombolas estudadas

Ah, minha filha, o quilombo começou há tempo, há muitos anos atrás. O que eu sei, é que o pai, do pai do pai da minha mãe, já vem desse quilombo. E assim, minha mãe contou que o quilombo, pra chegar aqui, foi gente que veio fugido de muitos lugares. Ai chegaram em Palmares uma tropa né, e ficaram, e aí o branco chegou em Palmares para guerrear, aí eles fugiram de lá da Serra da Barriga e vieram parar aqui. Não existia a cidade, aqui era tudo mata.

(Dona Marinete, moradora do Castainho)
Fonte: Comissão da Pastoral da Terra, 2013.

Os quilombos surgiram no Brasil como um modo de organização social e coletiva necessário para a inserção dos negros libertos. A identidade quilombola está associada à ideia de pertencimento a um território, aos laços de parentesco, aos valores e costumes (SANTANA; TELES; OLIVEIRA, 2017). Existe uma predominância de negros nessas comunidades, mas não são todos/as os/as quilombolas que têm o fenótipo negro.

Foi na década de 1980, que o debate sobre a questão quilombola entrou no cenário político nacional e culminou no ano de 1988, com os quilombos tornando-se matéria constitucional. Mas a imagem de quilombo no texto constitucional, e no próprio senso comum em 1988, ligava tais comunidades à ocorrência de fugas de escravos, que constituíram comunidades isoladas com resistência a ações de recaptura. Para a maioria dos brasileiros, naquele ano de 1988, a representação do termo quilombo estava ainda ancorada em Palmares e seu grande herói Zumbi. Tratava-se, portanto, muito mais de um estereótipo do que de uma leitura da realidade destas populações (BRANDÃO; JORGE, 2016).

As comunidades que começaram, a partir de 1988, a reivindicar a condição de quilombola, eram não somente oriundas de processos de fuga de escravos, mas formadas a partir de variadas formas históricas, como por exemplo, ocupações por escravos e ex-escravos de áreas abandonadas pela exploração econômica; ocupação de áreas doadas a famílias de ex-escravos ou mesmo compradas por estes, e posterior resistência a iniciativas de expulsão ou apropriação da terra; comunidades oriundas de processos de migração de grupos negros que fugiam da seca no semiárido. Estes formatos acima apresentados não esgotam as possibilidades de produção identitária capaz de agregar os grupos que seriam, no presente, as comunidades quilombolas. Mas dão exemplo da intensa variedade de características constitutivas desta parte da população que foi, de forma ampla e imprecisa, nomeada na constituição de 1988 (BRANDÃO; JORGE, 2016).

As interpretações iniciais do texto constitucional caminharam explicitamente na direção de dificultar a operacionalização do artigo 68 e impedir o acesso à propriedade da terra pelas comunidades quilombolas. Forças conservadoras instaladas no aparelho do Estado brasileiro garantiram a restrição do conceito de quilombo e, conseqüentemente, a diminuição do rol de comunidades que poderiam pleitear a titulação de seus territórios. A partir da promulgação da Constituição Federal, a conjuntura política, portanto, colaborava para que o Estado se mostrasse alheio às demandas do que poderíamos chamar de “quilombos contemporâneos” (BRANDÃO; JORGE, 2016). Atualmente ainda existe uma grande luta de muitas comunidades quilombolas pelo reconhecimento e pela titulação das terras, bem como uma luta para que o Estado se responsabilize pelas demandas desses territórios.

Também existem os quilombos urbanos, unidades móveis que se formaram no Brasil imperial, principalmente nas grandes cidades escravistas, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Eram espaços de proteção e/ou esconderijo para os milhares de fugitivos noticiados na imprensa diariamente. Os quilombos suburbanos de Salvador foram os que ficaram mais conhecidos desde o século XVIII, com destaque para os mocambos do Urubu e outros estabelecidos próximo a Itapuã. Nos subúrbios do Recife, essa movimentação teve nome e líder: o Quilombo do Catucá era comandado por um chefe temido chamado Maluguinho (GOMES, 2018).

Sobre a comunidade quilombola rural onde realizamos o presente estudo, Castainho, Monteiro (1985) relata que para as/os moradora/es do município, a comunidade se originou de um pequeno quilombo existente naquele local ou, então, teria sido povoada por famílias negras remanescentes dos antigos quilombos da região. Para algumas e alguns habitantes da comunidade, as terras pertenciam a um padre que quando estava em outro continente adquiriu um jovem escravo negro, este foi o companheiro mais dedicado ao seu dono e com a morte do padre recebeu as terras que correspondem à comunidade. O jovem escravo casou-se e por ali foi constituído o Castainho. Os/as moradores/as também relatam outras histórias sobre a origem das comunidades da região, e falam que as mesmas têm origem direta dos quilombos dos Palmares na Serra da Barriga. Pois, quando teve a última batalha lá na Serra, Zumbi foi morto, e alguns negros fugiram pelo rio Mundaú que passa pelo Castainho e se alojaram nessa localidade, dando origem as outras comunidades como a de Estivas.

Em Castainho, as casas são de alvenaria, em algumas localidades são próximas umas as outras, em outras são mais distantes. Próximo às casas existem as plantações de mandioca, feijão, milho, hortaliças e árvores frutíferas, mangueiras, cajueiros, jaqueiras, entre outras. Estes produtos alimentícios são comercializados nas feiras livres de Garanhuns, nos bairros - Boa Vista, COHAB I e II, Magano - e na Central de Abastecimento de Garanhuns (CEAGA), constituindo-se como fonte de renda da comunidade, principalmente a mandioca, que já é tradição da localidade, e é usada para a produção de farinha, comercializada, inclusive, em outros municípios. Alguns e algumas jovens também trabalham na agricultura no intuito de ajudar a renda familiar, no período de plantio e colheita. A venda dos produtos nas feiras fica geralmente sob responsabilidade das mulheres adultas e algumas jovens que também trabalham junto à mãe e irmãs nas feiras.

Existem alguns equipamentos sociais na comunidade, a exemplo da Sala de Associação dos moradores/as, casas de farinha, Centro de Referência da Assistência Social –

CRAS Quilombo, uma Escola que funciona até o nono ano, ensino fundamental II, um campo de futebol, uma igreja católica, vários bares e algumas lanchonetes.

Figura 1 – Casa de farinha (Castainho)



Fonte - Arquivo da pesquisadora.

Figura 2 – CRAS Quilombo (Castainho)



Fonte - Arquivo da pesquisadora.

Figura 3 – Escola (Castainho)



Fonte - Arquivo da pesquisadora.

Figura 4 – Igreja Católica (Entrada de Castainho)



Fonte - google imagens.

A comunidade Castainho, depois de muitas lutas, foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, e ainda hoje os/as moradores/as batalham por suas terras, que fazendeiros e a especulação imobiliária querem se apropriar. Uma das moradoras, em uma pesquisa realizada pela Pastoral da Terra (2013), relatou como foi um dos momentos de resistência da comunidade pelo reconhecimento, enquanto quilombolas e pela posse das terras:

A gente já tinha decidido e combinado. E aí no dia da retomada, a gente se acordou cedo, de 5 horas da manhã, e fomos embora fazer o que tinha que fazer. Então nós fomos embora para a retomada. Os homens também foram e tinham as crianças que estavam com a gente. Ah! Tinha muita gente, muita gente. A gente fazia de tudo. O que tinha pra fazer a gente fazia. Desmontava arame, derrubava cerca, fazia o que tinha pra fazer e plantava sementes de feijão e milho. E foi depois desta ação que o INCRA se interessou pela comunidade e veio aqui muitas vezes.

(Dona Zeze, moradora do Castainho).

A comunidade do Estivas é localizada logo depois de Castainho, as casas também são de alvenaria, há algumas casas de farinha, assim como em Castainho o trabalho na

agricultura é a principal fonte de renda da comunidade. Existe na localidade uma Unidade de Saúde da Família -USF, que atende à demanda das demais comunidades, uma Escola que funciona só até o 5º ano, uma sala onde funciona o centro de convivência do CRAS quilombo, duas igrejas evangélicas, alguns bares, um campo de futebol, um clube de pequeno porte com piscina, um clube onde acontecem shows, e algumas lanchonetes na casa de moradores/as.

Figura 5- Unidade de Saúde (Estivas)



Fonte - Arquivo da pesquisadora

Figura 6- Escola (Comunidade Estivas)



Fonte - Arquivo da pesquisadora

Figura 7- Casa de farinha (Comunidade Estivas)



Fonte - Arquivo da pesquisadora

Através de documentos, é possível constatar que a região de Garanhuns é indiscutivelmente um local de negros refugiados ou aquilombados. Na geografia do município, tem-se que a nascente do rio Mundaú, que chega até Maceió, está situada em uma das serras que circundam Garanhuns. Castainho era uma área que somente se atingia acompanhando o rio. O povoamento da região de Garanhuns deu-se inicialmente no século XVII, durante o domínio holandês (1630-1654), por gente branca e livre. Mas, ainda no mesmo documento, mais tarde, viu-se que os núcleos de escravos pretos fugidos ocupavam lugares esparsos, com a sua população negra disposta em clãs (SANTOS, 2010).

- Município de Garanhuns

Faz parte da pesquisa também à periferia de Garanhuns, município da Mesorregião do Agreste Pernambucano, no estado de Pernambuco, que dista cerca de 230 km da capital, Recife, e possui 138.642 habitantes, dados previstos pelo IBGE sobre a população em 2017. Garanhuns é datada do século XVII sendo contemporânea às guerrilhas dos escravos fugidos para o Quilombo formando fazendas e sítios. Atualmente a cidade destaca-se também no setor cultural com a realização de grandes eventos, como o Festival de Inverno de Garanhuns - FIG, que acontece todos os anos em julho, e atrai turistas de várias localidades do Brasil para a região, o Festival Viva Dominginhos, que acontece em abril, tem origem mais recente do que o Festival de Inverno, mas a cada ano tem ganho maior visibilidade. A cidade também já foi palco de outros festivais como de Jazz, da Jovem Guarda, e festivais de música.

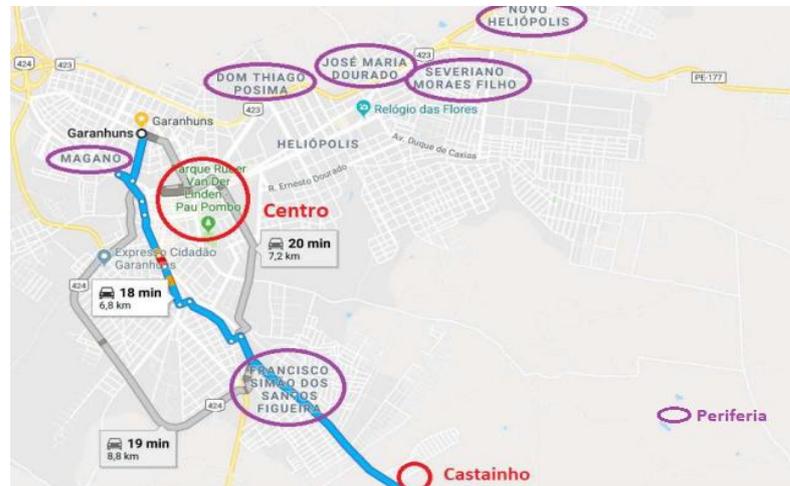
O setor educacional também tem se expandido na região e atraído jovens e adultos de outras localidades que se mudam para a cidade para realizarem cursos de graduação, a mesma conta com um Campus da Universidade de Pernambuco – UPE, que oferece cursos de licenciaturas diversas, psicologia e medicina. Um campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que possui cursos de Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia, entre outros. Uma autarquia Municipal que oferece cursos como Direito e Engenharia. Um polo da Universidade do Norte do Paraná - UNOPAR, que funciona alguns cursos na modalidade EAD - Educação à distância, citando aqui só alguns dos cursos.

Geograficamente, Garanhuns é dividido em quatro distritos: Sede, Iratama, Miracica e São Pedro. Todos eles são divididos em zona urbana e zona rural. No distrito Sede, há ainda a subdivisão dos bairros: Santo Antônio, Heliópolis, Aloísio Pinto, Boa Vista, Magano, Dom Thiago Posima, Severiano de Moraes Filho, José Maria Dourado, Dom Hélder Câmara, Novo Heliópolis, Francisco Figueira, São José, Cohab I, Cohab II, Cohab III, Várzea, Manoel Cheú, e Brasília. Alguns bairros periféricos são mais próximos ao Centro, a exemplo do Magano e do São José, o que favorece a circulação dos/as moradores/as na cidade, outros ficam bem distantes como a Cohab III, e o José Maria Dourado. A rede de transporte público de Garanhuns presta assistência a esses bairros, embora em alguns, seja bem difícil, porque os horários entre um ônibus e outro passar tem uma duração longa.

Embora a cidade tenha todo um fluxo de pessoas de outras localidades que interfere em vários setores da economia da região, as taxas de desemprego têm aumentado e os índices de violência. Garanhuns ficou na 11ª posição no ranking Estadual de homicídios em 2016, perto de Recife que é uma capital de grande porte e ocupou a 9ª posição. Em relação ao desemprego, a cidade sofre a situação que o Estado de Pernambuco está enfrentando, o mesmo terminou o ano de 2017 com uma taxa de desemprego de 17,6%, ficando atrás apenas

do Amapá, com 17,7%. Os/as jovens participantes desse estudo falaram muito sobre essas questões, a falta de segurança e de emprego.

Figura 8: Mapa com a localização de Garanhuns e de Castainho



Fonte - Google maps. Marcações feitas pela pesquisadora.

5.2 Implicações éticas da pesquisa

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da Universidade Federal de Pernambuco (CAAE, Nº 60487316.0.0000.5208), e seguimos as indicações do mesmo: solicitação para realização da pesquisa nas comunidades através da carta de anuência, assinada pelas lideranças das comunidades. Na área urbana solicitamos a autorização da gestão da escola que participou do estudo. Os/as jovens só participaram das oficinas e das entrevistas após o consentimento formalizado com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, os/as menores de 18 anos, assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE, e os seus/suas responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre e esclarecido para responsável legal pelo menor de 18 anos.

Concordamos com Borges, Barros e Leite (2013, p.150-151) que na Psicologia os princípios éticos não são aspectos a serem garantidos, apenas pelos procedimentos burocráticos dos CEPs ou pelo uso do TCLE, “mas elementos intrínsecos ao processo de desenvolvimento das pesquisas em ciências humanas, principalmente daquelas que adotam metodologias que pressupõem maior proximidade e/ou envolvimento entre o pesquisador e os pesquisados”. Para as autoras mencionadas acima em pesquisas que adotam métodos como as pesquisas participantes, o real consentimento informado é construído e reconstruído processualmente ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

A proximidade e os contatos com os/as participantes fizeram parte do presente estudo e buscamos realizar esse consentimento processual, ficamos atentas às relações de poder produzidas a partir da nossa presença no campo, aos desconfortos dos/as participantes, entre outras questões. Estamos considerando também nessa perspectiva que a responsabilidade com os/as participantes não acaba com o fim da pesquisa de campo, mas deve estar presente no modo como escrevemos os resultados e como iremos divulgá-los.

5.3 Procedimentos para realização da pesquisa

A (re) inserção nas comunidades quilombolas ocorreu através do contato com os/as profissionais que atuam no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS Quilombo, de alguns membros da equipe de Residência multiprofissional de saúde no campo, lideranças das comunidades e de moradores/as que já conhecíamos. Na área urbana, a inserção no campo aconteceu através da escola. A pesquisa foi realizada a partir de três etapas, com o uso de três métodos distintos que propiciaram a construção dos dados: observação participante, oficinas e entrevistas semiestruturadas. A respeito do uso de três técnicas ou mais com vistas a ampliar o universo informacional em torno do objeto de pesquisa, Minayo (2010) chamou de triangulação. O termo triangulação pode ser utilizado em três dimensões diferenciadas, dependendo do contexto em que é empregado, comportando, portanto, divergências conceituais, o que pode levar a equívocos na sua interpretação e compreensão.

Segundo Minayo (2010), em uma primeira dimensão Triangulação, é utilizada para avaliação aplicada a programas, projetos e disciplinas. No processo avaliativo, sua conceituação torna-se abrangente e complexa, abarcando diferentes variáveis, dentre elas, a necessidade de se ter presente avaliadores externos, além dos internos, e que, preferencialmente, sejam de formações distintas, possibilitando “combinação e cruzamento de múltiplos pontos de vista” (MINAYO, 2010, p. 29); a realização de pesquisas quantitativas e qualitativas; a análise do “contexto, da história, das relações, das representações [...], visão de vários informantes e o emprego de uma variedade de técnicas de coleta de dados que acompanha o trabalho de investigação” (MINAYO, 2010, pp. 28-29). No presente estudo, o uso da triangulação se fez presente no uso de diferentes métodos para construção das informações sobre o objeto de estudo. Já no que se refere à análise, conforme abordamos no tópico análise das informações construídas, não realizamos o modo padrão de triangulação dos dados, pois fizemos uma análise interseccional, conforme explicamos no referido tópico.

5.3.1 Primeira etapa: observação participante nas comunidades quilombolas na área rural e na periferia urbana

Nós temos dois territórios que fazem parte da pesquisa e optamos por iniciá-la nas comunidades quilombolas: Castainho e Estivas, devido a nossa inserção já existente nessas comunidades e alguns eventos que estavam acontecendo nas mesmas, que coincidiram com o início da pesquisa de campo, a exemplo do Encontro de mulheres quilombolas da região.

A observação participante se refere ao processo em que os membros da comunidade estudada concordam com a presença do/a pesquisador/a entre eles/as. O/a observador/a participante deve criar meios para ser aceito/a no contexto da pesquisa (o que pode significar aspectos diferentes em termos de comportamento, modos de viver). É importante nesse tipo de pesquisa, que o/a pesquisador/a realize suas ações de acordo com o funcionamento do local estudado, mesmo que isso signifique sair do proposto no roteiro planejado (FLICK, 2009).

Para realizarmos as observações, estivemos presentes nos diversos espaços das comunidades, não traçamos um planejamento linear para as observações, os caminhos foram sendo construídos durante o processo da pesquisa. Foram registrados no diário de campo as conversas e observações realizadas, fizemos registro de tudo que foi possível através da escrita, de áudio, e de algumas fotografias. Este material foi muito importante para a compreensão das situações de desigualdades e resistência vivenciadas pelos/as jovens nos diferentes contextos.

Concordamos com Cardona, Cordeiro e Brasilino (2014, p.129) quando as mesmas ressaltam que, no campo da Psicologia Social, a observação é uma estratégia metodológica que “oferece a possibilidade de contribuir para a compreensão da vida das pessoas [...].Possibilita também ao/a estudioso/a que ele/a assuma posturas críticas que deem visibilidade às inequidades, desigualdades ou mesmo a construção de propostas conjuntas de ação”.

No presente estudo consideramos a importância da realização de uma leitura etnográfica das comunidades quilombolas e da periferia urbana, para conhecermos como as pessoas constroem e dinamizam os processos sociais e seus modos de vida, sobretudo nos grupos que estudamos, que têm especificidades que se diferenciam de outros grupos da sociedade. Neste sentido, consideramos que essa pesquisa se situa no rol de trabalhos em que o/a pesquisador/a desenvolve o estudo porque “está envolvido/a na trama das trocas

cotidianas e das interações sociais. Dessa forma a pesquisa é fruto de contextos dialógicos específicos nos quais tanto o/a pesquisador/a quanto os/as participantes se desenvolvem e negociam suas visões de mundo” (CORDEIRO, 2004, p.53).

- Observar, escutar, registrar: os significados do diário de campo...

Ressalto aqui a importância da construção de um diário de campo, além do registro de cenas observadas, das conversas realizadas, das questões que me inquietavam, como eu estava me sentindo, para depois serem tecidas reflexões e que foram muito importantes para pensarmos o processo da pesquisa, na escola quando os/as alunos estavam nas salas de aula, os/as funcionários/as cada um/a em suas atividades, eu fazia as anotações do que havia observado, das conversas com os/as jovens, com os/as profissionais, e fui percebendo que o caderno e a ação de anotar, era também uma forma de aproximar-se das pessoas no campo. Alguns e algumas profissionais, o pessoal da limpeza, do refeitório ou secretaria, às vezes, passavam e diziam: “está aí nas anotações né?” Mas nunca perguntaram o que eu anotava. Já alguns e algumas estudantes que passavam no corredor nesses momentos, ao me verem fazendo as anotações, o caderninho despertava curiosidade. E alguns perguntavam da pesquisa, como era, para que eu estava fazendo, o que eu anotava?

Quando fomos pensar no diário, nesse processo da pesquisa, lembramos do que diz Medrado, Spink e Mélo (2014, p. 278) sobre diários, e concordamos com os autores e a autora que o diário é um atuante “com ele e nele a pesquisa começa a ter certa fluidez, à medida que o pesquisador dialoga com esse diário, construindo relatos, dúvidas, impressões que produzem o que nominamos de pesquisa. Esse companheirismo rompe com o binarismo sujeito-objeto”. Assim o diário faz parte da própria ação de pesquisar.

- Caminhos percorridos nas comunidades quilombolas

“Fazendo pesquisa desse jeito? Aqui sentada, conversando?”

(Moradora da comunidade Estivas).

O que significa voltar ao campo de pesquisa e pesquisar novamente? A pesquisa nas comunidades quilombolas iniciou bem antes da minha inserção no campo, aconteceu em 2010 e 2013 para fins da construção do TCC da graduação e da dissertação de mestrado respectivamente, e de lá para o presente ano (2018), as vivências no campo, as informações construídas vêm sendo refletidas. Voltar ao campo propriamente dito e realizar uma nova

pesquisa traz muito a ser pensando, experienciado, vivido. Por que retornar para lá? Como estranhar o familiar em um campo de pesquisa que não é novo? Como eu seria recebida pelos/as moradores? Essas e tantas outras indagações surgiram no processo da pesquisa. Ao mesmo tempo em que eu refletia sobre essas questões, o feminismo possibilitou que eu pensasse que a experiência é algo singular, que não se repete. As experiências dos/as jovens foram consideradas dessa forma, e meu encontro com eles/as também, como algo singular.

Penso que os/as jovens puderam refletir sobre algumas de suas experiências durante a pesquisa e eu fui me constituindo também cada vez que me angustiava, me indignava com as situações de desamparo e de desigualdades que incidem sobre muitos/as jovens, e me alegrava ao ver que, em meio as dificuldades, alguns/mas têm encontrado formas de traçarem seus projetos de vida.

A observação nunca é neutra e nem desejávamos que fosse. Os caminhos para ter acesso às pessoas e aos lugares é feito a partir de escolhas, há muitas possibilidades para organizar e desenvolver a observação em uma pesquisa (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014). Comecei a partir de alguns contatos com jovens que eu já conhecia e alguns e algumas profissionais que atuam nas localidades estudadas. Assim, no período que estive nas comunidades, pude participar de várias atividades e tive muitas conversas com os/as moradores/as de diferentes idades, e com os/as profissionais. Vale ressaltar que consideramos as conversas protagonistas relevantes na produção de nossas informações, como “um passo importante para a valorização dos lugares de vivências, de alteridade, de diversidade, de diálogo e de encontro”. (BATISTA; BERNARDES; MENEGON, 2014, p. 100).

Iniciamos acima as reflexões sobre a observação participante com a fala de uma quilombola. Em uma das visitas à comunidade, fiquei sentada em frente a uma casa conversando com duas moradoras que eu já conhecia, pouco tempo depois chega outra e fala: “oi mulher, eu lembro de você. Estás fazendo o que por aqui?” Falei que estava fazendo uma pesquisa na comunidade, foi quando a mesma proferiu: “Fazendo pesquisa desse jeito? Aqui sentada, conversando?” Esse incômodo que o/a pesquisador/a causa foi algo que pude perceber em alguns momentos, principalmente nessa primeira etapa da pesquisa em que eu ficava nos lugares conversando com as pessoas. Que pesquisa é essa, sem questionário na mão, sem material nenhum, conversando, andando pelos lugares?

Os/as profissionais da Residência de Saúde no Campo, que no período da pesquisa eram a primeira turma dessa residência e estavam concluindo os trabalhos, também auxiliaram minha participação em algumas atividades que os/as mesmos/as estavam

realizando, a exemplo do I Encontro de mulheres quilombolas da região. Organizado por um grupo de mulheres quilombolas que foi formado através de uma das residentes, com o objetivo de que se fortalecessem e construíssem formas de terem uma geração de renda, e discutissem sobre os processos de ser mulher nas comunidades.

Pude participar de algumas das reuniões do grupo das mulheres quilombolas, que elas colocaram o nome de Mulheres Guerreiras Quilombolas, e da organização do evento mencionado acima, em que elas foram as protagonistas e falaram sobre suas lutas, dificuldades e resistências. O evento foi fechado só para a participação das quilombolas da região. Fui apresentada às mulheres pela residente, embora já tivesse realizado pesquisas nas comunidades, muitas eu não conhecia. Elas logo aceitaram minha participação. Mas a sensação era que para algumas das mulheres eu era a de fora, uma intrusa que estava lá só para observar. Outras se aproximavam de mim e conversávamos um pouco no início e nos fins das reuniões.

Nesses dias, em que estava em contato com as mulheres, também estive em outros espaços das comunidades, na Unidade de Saúde da Família - USF, onde conheci várias pessoas, encontrei outras já conhecidas e presenciei algumas das dificuldades dos/as quilombolas no que se refere aos cuidados com a saúde. Muitos/as reclamaram do atendimento médico, que o profissional chega tarde, vai embora logo. Em outros momentos, os/as moradores/as também fizeram queixas sobre forma de funcionamento da USF. Estive também na escola de Castainho que funciona até o 9º ano, e pude conversar com a sua gestora, que falou de algumas dificuldades enfrentadas, mas também o que têm feito para lidar com os problemas.

Realizei algumas visitas às comunidades nos finais de semana que tiveram jogos no campo de futebol e fui também aos bares nesse período. Fui acompanhada por algumas jovens quilombolas. De fato, como os/as moradores/as falam, aos domingos a comunidade é bem movimentada, em frente às casas alguns grupos ficam sentados conversando, grupos que têm homens, mulheres, de diferentes idades, alguns e algumas bebendo. Muitos/as jovens vão ao campo assistir os jogos e antes mesmo destes acabarem, em um bar próximo ao campo, chegam muitos/as jovens e adultos, que ficam por lá dançando e bebendo.

Em conversa com uma jovem quilombola que é estudante universitária, quando falei que a pesquisa seria com os/as jovens, ela comentou que sempre teve vontade de fazer algo para contribuir com os/as mesmos/as, porque quando pensa em perspectiva de futuro, indaga que futuro eles/as podem ter? A mesma relatou que: “na comunidade não tem nada que seja diretamente para os/as jovens, aí vão para os bares, as meninas muito novas e umas na

prostituição saem com os homens que chegam lá de carro e moto”. Afirmou que olha para a comunidade sem muita esperança, porque os problemas de lá são muitos, e só vê os jovens nas drogas e na prostituição.

A jovem a que referimos acima fez alusão à prostituição, e isso nos chamou a atenção, pois muitas são adolescentes que estão nessa situação. Sendo assim, não podemos olhar para esse fato como prostituição, que seria adequado para mulheres maiores de 18 anos, e sim como exploração sexual. Entende-se por exploração sexual a violação aos direitos da criança e do adolescente, resulta de relações assimétricas de poder consolidadas em uma cultura adultocêntrica que impacta nas suas dignidades e cidadanias. As situações de pobreza, a violência intra e extrafamiliar são frequentemente apontadas como fundamentais para que os/as adolescentes se tornem mais expostos aos riscos da violência sexual e de outros tantos tipos de violação de direitos, mas esses não são determinantes, um conjunto de fatores podem estar presentes em situações de exploração sexual. As múltiplas e complexas questões envolvidas na violação de direitos, somadas aos recortes de gênero, raça e etnia, ampliam o grau de vulnerabilidade a que algumas crianças e adolescentes estarão expostas (SILVA; NETO; VIANA, 2018). Isso requer um olhar atencioso para essas práticas nesse contexto.

A maioria das famílias recebe o bolsa família e vivem com uma renda muito pequena, e um dos problemas é a questão do território. As famílias estão crescendo, as fazendas aos arredores também, algumas usando o território das comunidades, e fica muito difícil para os/as agricultores/as, pois sem terra, não tem onde plantar. E mesmo as comunidades já reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, ainda precisam conquistar a documentação de posse da terra de algumas localidades.

Em conversa com algumas profissionais, as mesmas falaram que percebem a existência de um racismo institucional com as comunidades, porque as pessoas da cidade, profissionais/gestores fazem tudo de modo que dificulta o acesso da população aos serviços. A comunidade não tem transporte público, só tem um ônibus disponibilizado pela prefeitura para os/as estudantes. A maioria trabalha na agricultura, principal fonte de renda, mas com os períodos de seca fica tudo muito difícil e isso tem implicações na saúde do/a trabalhador. As residentes ressaltaram que o alcoolismo é muito grande na comunidade, “a vida é tão difícil que é o escape também da população, a bebida e o jogo de baralho e de bozó”, em algumas casas, as pessoas se reúnem e jogam apostado.

Pude frequentar vários lugares nas comunidades: a Unidade de Saúde, o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, a Escola de Castainho e a Escola de Estivas, o campo de futebol em Estivas, o bar em Estivas, a casa onde acontecem os jogos de baralho

entre as mulheres, a casa de alguns/mas moradores/as. Nesse período, muitas foram as conversas com as crianças, jovens, adultos e idosos quilombolas e profissionais da área urbana que atuam nas comunidades. Pudemos observar as dificuldades referentes aos cuidados com a saúde, para dar continuidade ao processo de escolarização, o uso abusivo de álcool, a violência contra a mulher, as dificuldades para os/as jovens conseguirem um emprego, a falta de segurança, entre outras questões que os/as mesmos/as relataram. E vimos também à busca por parte de alguns/mas por melhorias para as comunidades, a luta das mulheres para dar conta dos afazeres domésticos e comercializarem os produtos da agricultura nas feiras da cidade, a resistência dos/as jovens que têm se deslocado até a cidade e buscado realizar seus projetos de vida pela via dos estudos.

Foi possível observar algumas mudanças nas comunidades de quando estive lá pela primeira vez, em 2010, para o momento que iniciei essa pesquisa em 2016, existe um maior quantitativo de casas, devido ao Programa Nacional de Habitação Rural, que é uma modalidade do Programa Minha Casa, Minha Vida, voltado para a população que vive no campo como os agricultores familiares e trabalhadores rurais, e entre os beneficiários estão as comunidades quilombolas. A comunidade conta agora também com um local onde funciona o CRAS, antes o mesmo funcionava na cidade, os/as profissionais faziam um trabalho itinerante e os/as moradores/as se deslocavam até a cidade para resolverem suas demandas.

Os/as jovens quilombolas em nossas conversas relataram como é a vida na comunidade, as dificuldades que enfrentam, os projetos de futuro que possuem, o que gostariam que melhorasse na localidade que moram. Alguns falaram também sobre problemas familiares relacionados ao uso abusivo de álcool, relações agressivas de membros da família. Mas pudemos ver que em meio às situações difíceis enfrentadas, muitos acreditam que podem melhorar as condições de vida que possuem, para isso uns/mas têm estudado, outros/as trabalhado ou no período da pesquisa estavam à procura de um emprego. Alguns/mas afirmaram que estão satisfeitos com a vida que possuem, gostam do lugar que moram, de ir à feira vender os produtos que a família planta. Uns/mas falaram das festas, que gostam muito, de música, dança, outros da igreja, os/as que gostam de ir à cidade. Com isso observamos a diversidade da juventude nas comunidades.

- O que observei na área urbana

“Quando você for fazer alguma coisa dessa pesquisa, me chama”.

(Estudante – escola – área urbana).

Na área urbana realizamos a observação em uma escola, o intuito da observação foi que essa funcionasse como porta de entrada para nos aproximarmos dos/as jovens, das vivências juvenis destes/as, e junto aos/as mesmos/as fazermos visitas para conhecermos as experiências da juventude em áreas da periferia.

Durante todos os dias, de segunda à sexta, no período de dois meses, eu ia à escola pela manhã e ficava nos corredores e próximo ao refeitório. Nos dois dias que os/as estudantes almoçavam na escola, eu ficava com eles/as no horário do almoço também. Inicialmente fiquei, muitas vezes, sentada próximo ao refeitório, de fato só observando e sendo observada. Alguns estudantes, às vezes, se dirigiam a mim e perguntavam se eu estava trabalhando na escola. Em alguns momentos as/os funcionários/as dos serviços gerais sentavam perto de mim e ficavam conversando, forneciam algumas informações sobre a escola, e sobre alguns/mas estudantes. Em outros momentos passei a circular também pelo pátio e pelos corredores durante os intervalos, parava onde estavam alguns grupinhos de estudantes, alguns só com mulheres, outros só com homens e os mistos, e me apresentava, falava da pesquisa que estava sendo realizada na escola sobre questões relacionadas à juventude, o modo de vida, as dificuldades enfrentadas, os projetos de vida e assim começávamos a conversar.

Aos poucos fui conhecendo os/as estudantes e quando eles/as me viam sentada próximo ao refeitório, lugar que fiquei na maioria dos dias de modo estratégico, (porque lá passavam quase todos/as os/as estudantes e dava para ter uma visão de parte do pátio por onde as pessoas circulavam), alguns/mas falavam comigo, principalmente as jovens, me cumprimentavam com abraços, perguntavam como estava a pesquisa, algumas e alguns se ofereciam para participar, diziam: “quando você for fazer alguma coisa dessa pesquisa me chama”, perguntavam como seria a pesquisa, para que eu iria fazer esse trabalho. Porque para eles/as não tinha começado ainda, já que eu estava só por lá conversando e observando.

Essas questões foram importantes para pensarmos o fazer pesquisa, como é visto e considerado pelos/as participantes, esse estranhamento em relação a mim que dizia estar fazendo uma pesquisa, mas estava por lá, conversando, sentada, observando, e que também aconteceu nas comunidades quilombolas como já referimos acima. Isso nos diz o quanto a visão de pesquisa para as pessoas ainda é baseada naqueles moldes do/a pesquisador/a com um questionário e uma prancheta na mão, fazendo perguntas às pessoas. Nesses momentos, eu considerava importante explicar que a pesquisa teria outras etapas, e eu estava conhecendo as pessoas, os lugares, o que os/as jovens da comunidade ou os/as da cidade fazem, os interesses, as experiências.

Nesse período que estive na escola pude perceber que o racismo acontece de forma muito velada naquele contexto, como acontece na sociedade de modo geral, tanto que alguns e algumas estudantes em nossas conversas informais disseram não existir racismo na escola, e quando conheci os alunos/as negros/as esses/as relataram situações que sofreram. Um racismo interseccionado com classe, gênero e local de moradia (território), a exemplo do que aconteceu com as estudantes negras, que moram no Manoel Chéu (bairro estigmatizado na cidade, como lugar perigoso e violento) e não tem condições de, durante a semana, diversificar o sapato. Elas relataram que, por diversas vezes, foram alvo de situações em que eram olhadas, e as outras estudantes comentavam porque as mesmas estavam todos os dias na escola usando o mesmo sapato. Relataram ainda, que tem muito preconceito na escola com quem mora na Cohab III, no Manoel Chéu, e no conjunto Residencial Manoel Camelo. Esses bairros são da periferia, mas não são localizados próximos um ao outro.

As desigualdades de gênero também puderam ser observadas nos discursos dos/as jovens, e a homofobia, alguns e algumas faziam questão de dizer que na escola têm muitos gays e lésbicas, e não esconderam que têm preconceito. Outros/as relatavam que não concordam com as situações que presenciam. A discussão sobre sexualidade e diversidade sexual na escola é bem ausente pelo que percebi nas conversas que tive com os/as alunos/as. Em uma dessas, uma jovem relatou: “eu não tenho preconceito com os gays e as lésbicas que têm aqui na escola, mas não gosto de ficar perto, se eles estiverem em um lugar, e eu puder não ficar perto, eu acho melhor”. Pudemos perceber como essas questões são vivenciadas pelos/as jovens, os gays e as lésbicas são vistos como pessoas que é melhor não chegar perto, a homossexualidade como algo errado. Fui surpreendida durante as observações pela quantidade de vezes que os/as jovens falaram sobre essa questão e que me fez refletir sobre homofobia e a lesbofobia sofrida pelo/as jovens pobres daquela região, o que fez pensar também na pesquisa que estávamos realizando que havia um interesse e uma necessidade daqueles jovens falarem sobre essas questões, e seria importante pensarmos um momento sobre isso.

Em conversa, no intervalo, com uma jovem, a mesma relatou: “essa semana um professor fez uma dinâmica na sala, cada pessoa tinha um barquinho de papel, ai fora você escrevia as qualidades e dentro os defeitos, todo mundo escrevia no barquinho de todo mundo. No meu escreveram sapatão, lésbica safada e um monte de coisa. Ai o professor pediu pra ler, quando eu li, ele perguntou o que eu achava disso, eu disse que achava muito errado, que era uma falta de respeito de gente que não tem nada na cabeça. Ai quando foi depois que acabou a aula, o menino que escreveu veio brigar comigo e me deu um soco [mostrou a marca

no rosto]. Eu fui falar com a gestão, minha mãe veio, a família dele não veio, mas ninguém fez nada, ele tá aí, assistindo aula, na minha sala. E é errado homem bater em mulher, mas ninguém fez nada, disseram a minha mãe que iriam resolver com ele, mas nada”. Nesse relato da jovem, observamos as várias violências que a mesma sofreu, a não intervenção da gestão em relação à situação. Algumas outras estudantes relataram esse caso, indignadas com essa violência.

Em relação ao uso de álcool, a intervenção da escola é pela via do proibicionismo. Pelo que os/as estudantes relataram, percebemos que a gestão é sempre atenta a essa situação, mas nunca teve um trabalho sobre esse tema. O uso de álcool é algo presente na escola, e muitos/as quando foram falar das localidades onde moram também falaram sobre isso. Alguns em um tom de que é negativo fazer uso de bebidas. Outros/as afirmaram beber e achar bom, mesmo sem eu ter perguntado, quando falavam sobre o que os/as jovens fazem para se divertir, surgiu a questão do álcool. Algumas estudantes relataram que têm os/as que levam bebidas alcoólicas escondido para escola, na garrafa de água, levam Pitú, ou já misturada com Coca-cola, a gestão descobriu que eles/as estavam fazendo isso e estão atentos/as.

Percebi que o fato de eu ser psicóloga, em alguns momentos, foi algo favorável a minha interação com os/as alunos/as que me procuravam dizendo que queriam conversar e falaram de seus problemas ou apenas tiravam dúvidas sobre o curso de Psicologia, pois querem fazer o curso. Alguns/algumas quando souberam que sou psicóloga, fizeram uma expressão de ânimo, alegria e diziam: “que coisa legal! Eu também quero ser psicóloga/o”.

Outra questão que chamou a atenção foi quando perguntei a alguns/algumas se conheciam ou já ouviram falar sobre as comunidades quilombolas, muitos/as disseram que não. As comunidades são localizadas em Garanhuns, quando se estuda a história do Brasil, estuda-se sobre os quilombos, mas o que parece é que este não tem sido um assunto tão abordado com os/as estudantes.

Nesse período de observação na escola, conheci também 4 jovens homens que haviam terminado o 3º ano, mas continuavam frequentando a escola para participar de um grupo de teatro que eles e outros/as estudantes formaram. Durante nossa conversa, eles relataram que até conseguirem um emprego ou ingressarem na Universidade vão continuar frequentando a escola, porque é melhor do que ficar em casa sem nada para fazer. Com isso, ficamos pensando também sobre o papel da escola e a importância da mesma na comunidade, na falta de outros equipamentos na localidade em que os/as jovens possam fazer cursos, práticas de lazer, terem momentos de sociabilidade, a escola tem tido essa função também.

Após um mês que eu estava realizando as observações na escola, combinei com alguns estudantes para ir fazer uma visita em alguns lugares da periferia dos quais os/as mesmos/as faziam parte. A primeira visita foi realizada com dois jovens e as outras visitas fui junto a duas jovens. Nesses momentos, os/as jovens me falavam um pouco como é ser jovem homem e mulher e morar na periferia. Falaram da ociosidade dos/as jovens, e diziam que como não têm o que fazer, a maioria fica bebendo nos bares e na rua. Uma das principais queixas dos/as jovens durante essas visitas era a ociosidade na periferia e a violência.

Nesse período de observações na área urbana, foi possível conversar com os/as jovens sobre vários assuntos, dificuldades que eles/as enfrentam, os projetos de vida que possuem. Observamos o quanto o preconceito em relação à orientação sexual se faz presente no contexto escolar. Também vimos situações de discriminação racial, uso abusivo de álcool, e os/as jovens falaram sobre várias situações que enfrentam no dia-a-dia. Muitos desses se referiram aos estudos como o meio que irá ajudá-los a mudar as condições de vida que possuem.

- Quem fala sobre o campo?

Na área urbana, conversando com algumas jovens sobre meu interesse em conhecer o bairro que elas moram, uma delas falou: “agora fim de tarde e à noite, a gente não diz pra você ir, porque não é muito seguro, não é bom não pra você ir nessas horas não”. Também ficaram preocupadas se eu iria a pé: “agora também é longe pra você ir a pé, a gente vai porque já tá acostumada, a gente só chega atrasada porque é longe”.

E na comunidade quilombola do Castainho, parei um dia em uma casa para falar com uma jovem que eu já conhecia, a avó dela estava sentada na parte de trás da casa, tinha uns jovens lá, parentes dela, me aproximei e falei que estava fazendo a pesquisa. Nesse momento, a avó da jovem perguntou se eu ficava andando sozinha. “Como é que você tem coragem de andar sozinha por aqui? Aqui é muito perigoso, nem as burras escapam, as cachorras, quanto mais quando verem você assim magrinha”. Nesse momento a filha dessa senhora se aproximou e disse: “é mesmo, passam de moto e carregam”. E a senhora continuou: “os maconheiros, os tarados, tá cheio aqui. Eu não queria um trabalho desse seu não, ficar andando sozinha, e aqui não é lugar de ninguém andar só não. Aqui tá igual o Manoel Chéu. Você conhece o Manoel Chéu? Pronto aqui está igual”.

Manoel Chéu é um bairro da periferia urbana de Garanhuns, considerado perigoso pelos/as moradores/as da cidade, haja vista o grande quantitativo que sai nos noticiários da

região de situações de homicídios que ocorrem na localidade. É também estigmatizado como sendo um lugar de traficantes.

Outro dia, quando cheguei à comunidade, segui em direção à casa de uma jovem que me acompanhou em alguns espaços da comunidade, encontrei uma senhora no caminho e começamos a conversar, e ela questionou: “minha fia o que é que você faz andando sozinha por aqui?” “Sua mãe sabe que você tá aqui?” “Se eu fosse sua mãe, eu não deixava não você tá andando sozinha aqui”. “Aqui já foi bom, mas agora tá cheio de maconheiro”.

Não é sem receio que se escuta o que estas moradoras disseram, porque outras pessoas da comunidade também já haviam relatado casos de assalto e violência. Isso faz com que exista a necessidade de um cuidado também pelos lugares para transitar no campo. Essa foi uma das vezes que refleti sobre a condição de ser mulher e fazer uma pesquisa nos moldes da que eu estava realizando. Esses discursos, tanto das jovens da área urbana quanto das senhoras das comunidades, nos fizeram refletir sobre várias questões, uma delas sobre a materialidade do corpo do/a pesquisador/a no campo de pesquisa. Falamos sobre o que é ser mulher e estar em alguns espaços, pois caso a pesquisa estivesse sendo realizada por um homem talvez esse olhar das jovens preocupadas com o horário que eu iria ao bairro que elas moram não estivesse presente. Mas percebemos que a questão etária também produz significados, se fosse uma mulher com mais idade ou que aparentasse fisicamente ter mais idade, a pergunta: “sua mãe sabe que você está aqui?” provavelmente não iria ser realizada.

A partir desses acontecimentos, ficamos pensando também em outro marcador a questão de raça, nas comunidades quilombolas, isso ocorreu mais de uma vez durante o período de observação participante, quando alguma moradora estava relatando alguma história: “é uma moreninha assim como você”, a exemplo de uma senhora que estava toda feliz porque a neta iria terminar a faculdade, perguntou se eu a conhecia, quando eu disse que não, ela: “é uma moreninha assim como você, que mora ali em cima, filha de ...”, essa senhora também é negra. Isto nos lembrou o que Schucman, Costa e Cardoso (2012, p.17) chamam atenção para o fato de que no momento da realização da pesquisa, pesquisadores/as e pesquisados/as “olham-se por meio de uma lente racializada, mesmo que tacitamente”.

As autoras e o autor mencionado acima investigaram o efeito da paridade ou assimetria racial em pesquisas acerca de relações raciais. Observaram que tanto a paridade quanto a assimetria racial na interação dos/as pesquisadores/as são importantes para emergir diferentes aspectos das relações raciais, mas que os efeitos produzidos quando o/a pesquisador/a é negro/a investigando negros/as ou o pesquisador/a é branco/a faz diferença, e é importante também estarmos atentos/as a esta questão. Percebi que isso era um fator que

facilitava durante as oficinas, principalmente que fossem narradas as situações de preconceito e discriminação racial que os/as jovens das comunidades vivenciam. Mas, nestes momentos, eu estava ciente de que outros marcadores que me constituem fazem com que, por exemplo, as vivências de raça sejam por mim experienciadas de modos diferentes das jovens da comunidade e de algumas da periferia.

Outra questão sobre a qual ficamos pensando foi sobre as próprias jovens desses lugares, ser mulher jovem e moradora da periferia ou de uma comunidade quilombola pode significar ocupar esse lugar de não poder estar nos espaços públicos desacompanhada ou em determinados horários, pois as situações de violência de diversos tipos é uma realidade no contexto dessas jovens.

5.3.2 Segunda etapa: Realização das oficinas em ambos os territórios: comunidade e periferia

De posse de alguns dados construídos através das observações e conversas informais nas comunidades, na escola e periferia, realizamos oficinas com os/as jovens em ambos os territórios. De acordo com Meneghel e Iñiguez (2007, p. 1815) “as oficinas são consideradas dispositivos de trabalho, determinado pelas práticas histórico-sociais, que buscam reforçar a autonomia dos participantes por meio da reflexão crítica e da reinvenção do cotidiano”. As oficinas possibilitam a reflexão sobre estratégias de resistência, que pode ser por meio da crítica, da dialogicidade e da arte. Não se trata de grupos terapêuticos, embora, para algumas pessoas, as oficinas possam ter um efeito dessa ordem, e não se trata de grupos de discussão, pois nas oficinas podem ser realizadas atividades lúdicas, artísticas, trabalhos com música, teatro, dança, que favoreçam a reflexão e o fortalecimento das pessoas (MENEGHEL; IÑIGUEZ, 2007).

Concordamos também com Spink, Menegon e Medrado (2014, p. 33) quando as autoras e o autor afirmam que:

as oficinas são configuradas como ferramentas ético-políticas privilegiadas, pois propiciam a criação de espaços dialógicos de trocas simbólicas e a co-construção de outras possibilidades de sentidos acerca das temáticas discutidas, cujos efeitos não se limitam aos usos que os pesquisadores possam fazer desse material, mas também alertam para potenciais transformações nas práticas discursivas geradas naquele contexto, numa fusão inseparável entre o que se convencionou chamar de ‘coleta de informações e produção de informações’.

E ainda que “as oficinas possibilitam aos/as participantes a convivência com a multiplicidade (nem sempre harmônica) de versões e sentidos sobre o tema” (SPINK; MENEGON; MEDRADO, 2014, p. 33), também pudemos observar durante as oficinas que realizamos, os momentos em que os/as participantes discordavam entre si, concordavam, refletiam juntos sobre as temáticas abordadas.

Na área urbana, as oficinas aconteceram na escola. Foram realizadas 5 oficinas e 3 encontros. O que estamos chamando de encontro, foram os momentos em que pelo pequeno quantitativo de participantes presentes no dia ou por o grupo não ter conseguido organizar a atividade combinada anteriormente para ser realizada, não conseguimos fazer a oficina e aproveitamos o momento com as pessoas que estavam para conversar sobre questões da pesquisa, inclusive as discutidas nas oficinas anteriores.

No território quilombola, as oficinas aconteceram na comunidade Castainho, foram realizadas 6, e 2 encontros. A sexta oficina realizada em Castainho teve a participação de 5 jovens urbanos, 4 mulheres e 1 homem, que estavam participando da pesquisa na escola. As oficinas aconteceram semanalmente, na mesma semana realizávamos uma na cidade e uma na comunidade, com algumas exceções das semanas que aconteceram só os encontros ou que em algum dos territórios, devido às demandas dos/as jovens, não pudemos realizar naquela semana. Tinham, em média, a duração de 2h e meia. Todas foram vídeo-gravadas. Para realização das mesmas contei com o auxílio de algumas profissionais que foram co-facilitadoras dos grupos. As profissionais foram à psicóloga Leydyanne Lucas, e a pedagoga Janaina Meirelle. Em cada oficina, eu estava acompanhada por uma delas.

As oficinas tiveram como temas e objetivos:

1ª oficina – Vivências juvenis em territórios plurais

Objetivo geral: Refletir sobre os espaços/territórios, lugares que os/as participantes residem (áreas urbanas e rurais) observando as potencialidades e problemáticas existentes, as mudanças que desejam que ocorram e o que se faz necessário para que elas aconteçam.

2ª Oficina – Racismo: desigualdades e enfrentamento

Objetivo geral: Refletir sobre as situações de preconceito e discriminação racial vivenciadas e/ou presenciadas pelos/as jovens e as formas de enfrentamento encontradas, bem como a intersecção da raça com os marcadores gênero, classe social, sexualidade, geração e território.

3ª Oficina – O que pensam os/as jovens sobre sexualidade

Objetivo geral: Refletir sobre diversidade sexual, a intersecção com os marcadores gênero, classe, raça/etnia, geração, e território.

4ª Oficina – Usos de álcool entre os/as jovens: questões relacionadas

Objetivo geral: Investigar se os usos de álcool visibilizam as situações de opressões e desigualdades vivenciadas em ambos os territórios; e as formas encontradas pelos/as jovens quilombolas e urbanos/as para enfrentarem as situações.

5ª Oficina – Enfrentamento das situações de desigualdades e opressões

Objetivo geral: Investigar as formas encontradas pelos/as jovens quilombolas e urbanos/as para enfrentarem as situações de desigualdades sociais e opressões abordadas nas oficinas anteriores.

6ª Oficina – Encontro entre as juventudes rurais e urbanas

Objetivo geral: Propiciar o encontro entre as juventudes rurais e urbanas, e as reflexões em relação aos usos de álcool realizados em ambos os territórios.

- A formação dos grupos e o processo das oficinas...

Nas comunidades quilombolas, as oficinas ocorreram na sala da associação dos moradores/as. Depois de um período de três meses de observação fui à casa dos/as jovens, falei sobre a proposta de realizar as oficinas e fiz o convite para que os/as mesmos/as participassem. Uma dessas idas à casa dos moradores/as ocorreu com uma das jovens que é uma das colaboradoras-chave na pesquisa. Fui de moto, junto a jovem que já havia confirmado a participação convidar os/as demais. Inicialmente, a proposta foi bem recebida. No dia combinado para a primeira oficina, compareceram 12 jovens, desses alguns ficaram mais quietos, ouvindo, outros/as falaram muito sobre o tema que estávamos discutindo no dia, pensando as questões do território, as dificuldades enfrentadas pelos/as jovens, como lidam com essas dificuldades. No fim, avaliaram de forma positiva a oficina e afirmaram querer participar das demais.

Não foi fácil formar o grupo, no dia combinado para a oficina seguinte, foram 4 participantes. Na primeira oficina, eu havia combinado com os/as mesmos/as de fazer um grupo no Whatsapp para irmos combinando o melhor dia para eles/as, com os/as que não tinham Whatsapp, falava com eles/as pelo Facebook. Através desses meios, marcávamos a data e o horário, eles/as me confirmavam e, no dia combinado, chegavam 3, 4 participantes.

Embora as redes sociais tenham ajudado muito na comunicação, percebi que não poderia ficar me comunicando só através delas e fui novamente às comunidades, às casas do/as jovens refazer o convite.

Em alguns dias os/as jovens que haviam confirmado a participação enviavam mensagem próximo ao horário da oficina ou depois da mesma já ter acontecido e justificavam a falta. E, nessas justificativas, pudemos perceber o que significa também ser homem e ser mulher jovem nessas comunidades. Os jovens não foram ou porque trabalhavam ou por estudarem, ou por não terem se interessado pela proposta. Com as mulheres jovens aconteceu isto também, mas muitas justificativas se referiam aos papéis destinados socialmente as mulheres, a exemplo dos discursos: “Roseane, não posso ir hoje porque vou lavar roupa”, “não fui porque tive que ficar cuidando do meu irmão, que minha mãe foi pra rua [cidade]”, “dia de sexta não posso participar porque ajudo minha mãe arrumar as verduras pra levar pra feira”, “não vou hoje porque fui arrancar mandioca logo cedo com minha mãe e estou cansada”.

Em uma das visitas às comunidades, quando cheguei em uma casa e convidei uma jovem para participar, a mãe da mesma também deu uma justificativa desse tipo “ela não pode ir porque ela vai lavar roupa, nem pra escola ela foi me ajudando a lavar roupa hoje”. Essas justificativas acima não foram proferidas por nenhum homem, os poucos que justificaram disseram: “não posso ir hoje que eu vou pra rua [cidade], resolver umas coisas”, “não posso porque vou fazer um trabalho da escola”, “não posso porque eu trabalho”. Com isso foi possível percebermos que a educação familiar e os comportamentos/atividades nas comunidades são baseadas em uma cultura sexista, mas ficamos pensando também nas desigualdades de classe e raça/etnia, que fazem com que esses/as jovens pobres precisem desempenhar atividades para ajudar a família mesmo em horários que seriam destinados aos estudos.

Mesmo diante das dificuldades para formar o grupo, as oficinas aconteceram e pudemos construir várias informações sobre a juventude quilombola junto aos/as participantes.

Na área urbana, conforme já relatado, as oficinas aconteceram na escola. Para formar o grupo, após os acordos com a gestão, passei nas salas de aula, falando da proposta e perguntando quem teria interesse. Inicialmente, não houve dificuldades para formar o grupo, algumas foram surgindo no processo, porque como os/as participantes eram de turmas diferentes, então, por exemplo, a terça - feira era um dia mais tranquilo para os/as estudantes do 3º ano saírem da aula e ficarem na oficina, mas já para os do 2º ano não era um bom dia.

Mas isso já era esperado, uma vez que estávamos realizando as oficinas no mesmo horário das aulas. Enquanto, essa era uma dificuldade que conseguíamos administrar com os/as participantes, fomos percebendo que a gestão não estava muito satisfeita com as oficinas que vinham sendo realizadas na escola. Chegando a nos dizer que um professor estava reclamando porque os/as melhores alunos/as estavam saindo das aulas para participar.

Com alguns acontecimentos que presenciamos na escola e com o que os/as estudantes relataram, percebemos que os temas que estávamos abordando não eram bem vistos pela gestão e que a mesma não nos quis dizer diretamente que não concordava com o nosso trabalho, mas fazia de tudo para dificultar. Nas oficinas, os/as estudantes, em mais de um momento, relataram o quanto existia homofobia na escola e como a gestão também contribuía para isso. No período que estávamos lá, quatro mulheres jovens foram suspensas e só puderam entrar na escola acompanhada pelos pais, pois duas têm um relacionamento homoafetivo, e as outras duas amigas ajudaram uma das jovens que faz parte do casal fazer uma surpresa de namoro na escola. As consequências da atitude da gestão levaram uma das jovens a sair da escola no meio do ano letivo. A partir disso, ficamos pensando nas várias situações em que atitudes homofóbicas podem interferir na vida dos sujeitos, e que a escola é um lócus onde essas questões precisam ser trabalhadas e discutidas, mas o que ocorre em muitas instituições é a reprodução da cultura sexista, através da postura da gestão e demais funcionários/as, assim como de alguns/mas estudantes.

Conseguimos realizar as oficinas na escola e tivemos um processo de construção de informações através do qual foi possível conhecermos o que é ser jovem homem ou mulher, morar em uma periferia de uma cidade de médio porte, estudar em uma escola pública, transitar em alguns espaços da cidade, entre outras questões.

A última oficina realizamos na comunidade quilombola Castainho, no intuito de fazer uma discussão com os jovens rurais quilombolas e urbanos/as sobre as questões que discutimos nas oficinas anteriores. Assim, levamos 5 jovens urbanos/as, que mostraram interesse em conhecer a comunidade desde o dia que falei que as oficinas também estavam sendo realizadas nessa localidade, inclusive uma das jovens falou: “porque tu não leva a gente um dia pra lá?” Esse já era um objetivo nosso, ter um momento em que pudesse acontecer essa interação entre os/as participantes dos diferentes territórios. Ambos os grupos mostraram interesse pela oficina. No dia combinado, fomos com os/as jovens urbanos/as que estavam bem animados e cheios de expectativas em relação à comunidade. Os/as jovens quilombolas também chegaram animados e curiosos para conhecer os/as da cidade. Logo que iniciamos a

oficina, eles começaram a interagir rapidamente, conversaram, e a oficina aconteceu em um clima de descontração muito agradável.

Consideramos importante, ainda, falarmos aqui sobre a 5ª oficina. Para realização da mesma, fizemos uso de uma adaptação do teatro do oprimido. O mesmo consiste em um conjunto de técnicas teatrais, organizadas em diferentes modalidades, que tem como principal objetivo colocar algumas maneiras de fazer teatro a serviço da transformação social, possibilitando a seus praticantes expressar e debater, através da cena, situações opressivas que vivem e compartilhar com a plateia em busca de alternativas para o fim dessas opressões. Nasceu especialmente das inquietações, invenções e sistematizações de Augusto Boal, nos anos 60, e hoje é praticado em vários países. Uma das modalidades mais praticadas do teatro do oprimido é o teatro-fórum. Neste, um grupo constrói uma pequena peça em que o protagonista tenta obter algo, mas não consegue devido à ação de outros personagens. Em um segundo momento, os espectadores são convidados pelo curinga – nome que se dá ao diretor, ministrante de oficinas e mestre de cerimônias do teatro do oprimido – a substituir o protagonista em cena, a fim de tentarem conseguir, na prática, saídas para sua opressão (NUNES, 2008).

Entregamos aos/as jovens participantes antes do dia combinado para a 5ª oficina, a transcrição da 4ª oficina que foi sobre os usos de álcool para que os/as mesmos/as discutissem e a partir do que haviam falado criassem situações problemas para serem encenadas nos moldes do teatro-fórum. Esse foi um momento interessante porque fizemos a leitura coletiva da oficina com os/as jovens e na transcrição não tinha os nomes deles/as, mas alguns/mas reconheciam o que haviam falado, e nesse reconhecimento algumas jovens disseram que tinha falado muitas besteiras, outros/as concordaram com tudo que estava colocado e ainda houve um jovem que não estava presente no dia da 4ª oficina, mas fazia parte do grupo e quando leu a transcrição disse: “tem algumas coisas que disseram que eu não concordo”, e pudemos refletir com o grupo as questões colocadas. A seguir, pode ser observado o perfil dos/as participantes das oficinas nas comunidades e na área urbana, através dos quadros 1 e 2.

Quadro 1 - Jovens homens e mulheres das comunidades quilombolas

Nome	Sexo	Idade	Cor	Escolaridade	Est. Civil	Filho	Ocupação/Trabalha	Renda Familiar	Uso de álcool
Jani	F	25	Negra	8ª série	Solt.	Não	Estudante	900,00	Não
Dalila	F	24	Negra	3º ano	Solt.	Não	Trabalha	800,00	Não
Malaika	F	16	Negra	1º ano	Solt.	Não	Estudante	500,00	Sim
Akil	M	18	Negro	2º ano	Solt.	Não	Estudante	500,00	Sim
Aisha	F	22	Negra	3º ano	Solt.	Não	Não trab. e não estuda	700,00	Sim
Amina	F	18	Negra	3º ano	Solt.	Não	Não trab. e não estuda	600,00	Não
Kamili	F	17	Negra	2º ano	Solt.	Não	Estudante	800,00	Não
Jamila	F	17	Negra	2º ano	Solt.	Não	Estudante	800,00	Não
Farih	F	16	Negra	1º ano	Solt.	Não	Não trab. e não estuda	600,00	Sim
Akin	M	15	Negro	9º ano	Solt.	Não	Estudante	800,00	Sim
Laila	F	15	Negra	9º ano	Solt.	Não	Estudante	500,00	Não
Mara	F	18	Negra	2º ano	Solt.	Não	Estudante	800,00	Não
Binah	F	20	Morena	6ª série	Solt.	Não	Não trab. e não estuda	800,00	Sim
Zalika	F	17	Morena	1º ano	Solt.	Não	Estudante	800,00	Não
Amara	F	23	Negra	3º ano	Solt.	Sim	Trabalha na feira	800,00	Sim
Maisha	F	17	Negra	1ª ano	Solt.	Não	Estudante	800,00	Sim

Podemos observar, no quadro acima, que a respeito da cor que foi autodeclarada, 2 jovens afirmaram serem morenas, as demais e os jovens afirmaram-se como negros/as. Este é um aspecto importante para pensarmos, visto que essa população há anos enfrenta as mais diversas formas de preconceito e discriminação racial, conforme poderão ser observados nos discursos quando abordamos o tópico sobre as experiências dos/as jovens frente às situações de preconceito e discriminação racial.

Observamos também que para algumas jovens o nível de escolaridade é incompatível com o que se espera para cada idade, isso não está desvinculado de todas as dificuldades existentes para que os/as jovens deem continuidade ao processo de escolarização.

Alguns e algumas jovens afirmaram que não trabalham e não estudam, mas entre esses/as, principalmente as mulheres, ajudam com as tarefas domésticas e com os cuidados com os/as irmãos/as mais novos/as. A renda familiar pelo que apresentaram em agosto de 2017, variou de R\$ 500,00 a R\$ 900,00, ou seja, menos de um salário mínimo, que no ano da pesquisa era R\$ 937,00. Alguns/mas desses/as jovens fazem parte de famílias com vários membros e sobrevivem com muitas dificuldades devido à renda pequena. Alguns e algumas também afirmaram fazer uso de álcool, algo bem comum no contexto das comunidades entre os/as jovens, adultos e idosos/as.

Quadro 2 - Jovens homens e mulheres da periferia urbana

Nome	Sexo	Idade	Cor	Escolaridade	Est. Civil	Filho	Ocupação/Trabalha	Renda Familiar	Uso de álcool
Aiane	F	16	Parda	3º ano	Solt.	Não	Estudante	850,00	Sim
Valentina	F	17	Amarela	3º ano	Solt.	Não	Estudante	800,00	Sim
Caleb	M	18	Pardo	3º ano	Solt.	Não	Estudante	850,00	Sim
Agatha	F	16	Parda	2º ano	Solt.	Não	Estudante	800,00	Não
Agnes	F	16	Parda	3º ano	Solt.	Não	Estudante	900,00	Sim
Dante	M	16	Pardo	1º ano	Solt.	Não	Estudante	800,00	Sim
Enzo	M	16	Pardo	2º ano	Solt.	Não	Estudante	900,00	Sim
Oto	M	17	Negro	3º ano	Solt.	Não	Estudante	900,00	Sim
Nina	F	16	Parda	3º ano	Solt.	Não	Estudante	900,00	Não
Doris	F	17	Amarela	3º ano	Solt.	Não	Estudante	900,00	Sim
Chiara	F	16	Branca	3º ano	Solt.	Não	Estudante	800,00	Não
Brenda	F	17	Parda	2º ano	Solt.	Não	Estudante	800,00	Sim
Betina	F	18	Parda	3º ano	Solt.	Não	Estudante	800,00	Não
Analu	F	17	Parda	3º ano	Solt.	Não	Estudante	1000,00	Sim
Amora	F	17	Parda	3º ano	Solt.	Não	Estudante	900,00	Sim
Levi	M	16	Pardo	1º ano	Solt.	Não	Estudante	1000,00	Sim
Ciro	M	15	Pardo	1º ano	Solt.	Não	Estudante	800,00	Não
Apolo	M	16	Pardo	2º ano	Solt.	Não	Estudante	850,00	Sim
Benjamim	M	16	Pardo	1º ano	Solt.	Não	Estudante	800,00	Não
Gaspar	M	18	Pardo	3º ano	Solt.	Não	Estudante	850,00	Sim

No quadro acima, podemos observar que apenas 1 jovem se autodeclarou como negro. Por mais que outros/as participantes tenham o fenótipo negro/a, se autodeclararam como pardo/a. Sabemos que não é sem um significado que resultados como estes foram construídos, pois ainda é muito difícil para algumas pessoas se afirmarem como negros/as, haja vista todas as situações pejorativas e desqualificantes que os/as negros/as ainda enfrentam na sociedade. O nível de escolaridade é condizente com o considerado “adequado” para cada faixa etária. Os/as jovens afirmaram ser estudantes, embora alguns e algumas, ao longo das oficinas, tenham relatado que fazem alguns trabalhos informais para ajudar na renda familiar. A renda variou de R\$ 800,00 a R\$ 1000,00, e alguns/mas fazem parte de famílias com muitos membros, o que segundo os/as mesmos/as, não é fácil, devido à situação socioeconômica que enfrentam. Alguns e algumas jovens também afirmaram fazer uso de álcool, sobretudo alegando que é o meio que possuem para diversão.

Com esses dois quadros podemos observar algumas questões que são vivenciadas pelos/as jovens de ambos os territórios, que nesse momento destacaríamos as condições socioeconômicas que, como apresentamos nos resultados, interseccionadas com gênero, raça, geração e sexualidade produzem efeitos diferentes na vida dos/as jovens, ora essas diferenças produzindo e reforçando desigualdades de diversas ordens, ora impulsionando os/as jovens à luta por melhoria em suas vidas.

5.3.3 Terceira etapa: entrevistas semiestruturadas com os/as jovens de ambos os territórios

Nessa etapa realizamos entrevistas semiestruturadas com o intuito de conhecermos melhor as experiências individuais dos/as jovens relacionadas com os usos de álcool. Nas oficinas, algo que nos chamou atenção enquanto experiências comuns vivenciadas por ambos os grupos foi o uso de álcool realizado pelos/as próprios/as jovens ou familiares e pessoas de suas redes de convívio. Mas observamos que geralmente os/as jovens se referiam as experiências de terceiros e falavam pouco sobre como os/as mesmos têm se relacionado com essas substâncias. Percebemos que as experiências relacionadas à ingestão de bebidas alcoólicas diziam de outras questões vivenciadas pelos/as mesmos/as e que as entrevistas poderiam ser um espaço/momento para que eles/as falassem sobre essas experiências,

pudessem ser ouvidos/as. Dessa forma, consideramos importante, nas entrevistas, contemplarmos questões específicas sobre o uso de bebidas alcoólicas.

Realizamos 8 entrevistas semiestruturadas, 4 nas comunidades, 3 mulheres jovens e 1 homem jovem e, 4 entrevistas na área urbana, com 2 mulheres jovens e 2 homens jovens. Nas comunidades as entrevistas foram realizadas nas casas dos/as jovens, na área urbana, duas aconteceram na escola e as outras duas em uma praça localizada próximo a escola. Os dois jovens que foram entrevistados na praça não estudam na escola e foram indicados por amigas que são da escola. Assim entramos em contato com os mesmos e marcamos o local e data da entrevista.

A escolha do uso de entrevistas semiestruturadas advém do fato de que esta é uma técnica privilegiada de comunicação que combina perguntas fechadas e abertas, em que o/a entrevistado/a tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada (MINAYO, 2008). Iniciamos a entrevista questionando aspectos socioeconômicos, idade, estado civil, cor da pele, se trabalha, estuda, entre outras questões. Após esse breve conhecimento, seguimos com as perguntas que foram elaboradas (roteiro em apêndice) para compreender as questões deste estudo pensando nas experiências juvenis nos diferentes contextos.

A seguir, pode se observar nos quadros 3 e 4, o perfil do/as participantes das entrevistas da área urbana e da área rural-quilombola. Usamos nomes fictícios para representar os/as jovens e preservar a identidade dos/as mesmos/as.

Quadro 3- Participantes da área urbana

Participantes	Sexo	Idade	Cor: auto declarada	Escol.	Estado civil	Renda familiar	Contexto social
Valentina	F	17	Amarela	3ª ano	Solteira	R\$900,00	Mora com a mãe e o irmão. Pretende fazer um curso superior. Trabalha esporadicamente. Faz uso de bebidas alcoólicas desde os 12 anos. Relatou as situações enfrentadas devido ao uso abusivo de álcool realizado pelo pai. E os problemas enfrentados pela juventude, falta de segurança e emprego.
Amora	F	17	Parda	3º ano	Solteira	R\$900,00	Mora com os pais e a irmã. Pretende fazer um curso de nível superior. Faz uso de álcool desde os 15 anos. Relatou casos de alcoolismo na família. Quanto aos problemas enfrentados pela juventude, relatou a gravidez na adolescência e as drogas.
Diogo	M	17	Moreno	3º ano	Solteiro	R\$900,00	Mora com a mãe e o irmão. Faz um curso técnico e pretende conseguir algum trabalho. Faz uso de álcool desde os 13 anos. Falou da falta do que fazer, de cursos, que quando surgem são com poucas vagas.
Pedro	M	18	Moreno	2º ano	Solteiro	R\$900,00	Mora com a mãe e dois irmãos. Não pretende fazer curso superior, quer terminar o ensino médio e conseguir um emprego. Faz uso de álcool desde os 13 anos. Relatou casos de alcoolismo na família. E quanto às dificuldades enfrentadas pela juventude, falou sobre a falta de emprego.

Quadro 4 - Participantes da área rural quilombolas

Participantes	Sexo	Idade	Cor autodeclarada	Escolaridade	Estado civil	Renda familiar	Contexto social
Zaila	F	21	Negra	3º ano	Solteira	R\$900,00	Mora com a mãe e as irmãs. Pretende fazer um curso superior. Trabalha na feira. Faz uso de álcool desde os 14 anos. Relatou o envolvimento dos jovens com as drogas e a falta de trabalho para os mesmos.
Amara	F	23	Preta	3º ano	Solteira	R\$800,00	Mora com a mãe, a filha e as irmãs. Não pretende estudar, pois alega não ter mais “cabeça pra isso”. Trabalha na feira e está satisfeita com o trabalho. Faz uso de álcool desde os 18 anos. Diz que os/as jovens enfrentam a falta de trabalho e as drogas.
Niara	F	23	Preta	6ª série	Solteira	R\$200,00	Mora com a filha. Parou os estudos e alega que deu preguiça, não pretende voltar. Não trabalha, faz “uns bicos” quando aparece e recebe o Bolsa Família. Faz uso de álcool desde os 14 anos. Falou sobre a falta de emprego que é o principal problema enfrentado pelos jovens.
Akil	M	18	Moreno	5ª série	Solteiro	R\$500,00	Mora com a esposa e o filho. Foi expulso da escola porque foi pego cheirando loló, não pretende voltar a estudar. Trabalha quando aparece algo como ajudante de pedreiro. Faz uso de álcool desde os 12 anos. E disse que o principal problema enfrentado pelos jovens é a questão financeira.

Alguns e algumas dos/as jovens entrevistados não participaram das oficinas, conforme já referimos acima, os conhecemos durante o período das observações, e não estiveram nas mesmas por não estudarem na escola da área urbana. E os/as da área rural por motivos diversos, trabalhavam ou estudavam e não tinham disponibilidade, entre outros. Mas quando olhamos para os quadros acima, observamos que o perfil é semelhante aos/as que participaram. Na área urbana a não declaração em ser negro/a diferente das comunidades quilombolas, em que 3 dos/as entrevistados/as se afirmaram como negros/as, as dificuldades enfrentadas devido a situação socioeconômica, e durante as entrevistas os/as jovens se referiram também que as dificuldades enfrentadas por eles/as é algo vivenciado por outros/as jovens que conhecem: o desemprego, a falta de segurança, o envolvimento de alguns/mas com as drogas, entre outras questões.

Pudemos observar também que entre os/as jovens entrevistados/as tanto nas comunidades quanto na área urbana, só uma jovem afirmou morar com a mãe e o pai, o que nos fez pensar nas famílias chefiadas por mulheres, em que a carga de trabalho e de responsabilidade é grande para as mesmas. Isto ainda nos lembrou a solidão da mulher negra e as dificuldades que essas encontram para manterem um relacionamento estável, pois, muitas vezes, a raça/cor interseccionada com a classe é um fator que dificulta o matrimônio.

A realização das entrevistas, as oficinas e a observação participante permitiu que este estudo se desenvolvesse em um contexto intersubjetivo, com foco na relação estabelecida entre pesquisadora e participantes, pautada no aprofundamento de conteúdos relativos ao tema da pesquisa. As entrevistas foram áudio gravadas e, tanto as entrevistas quanto as oficinas foram transcritas na íntegra pela pesquisadora.

5.4 Análise das informações construídas

A análise das informações construídas neste estudo (através da observação participante, das oficinas e entrevistas com os/as jovens) foi orientada por referenciais teóricos a partir da literatura sobre juventude, gênero, geração, raça/etnia, classe, sexualidade e território, pois nos pautamos a partir de um olhar interseccional desses marcadores (NOGUEIRA, 2013). Assim, observamos a interseccionalidade nos discursos dos/as jovens quilombolas e urbanos/as, a fim de compreender os efeitos produzidos por esses marcadores nas vivências dos/as jovens de ambos os territórios. Desse modo, temos o intuito de não reproduzir concepções arraigadas e, por vezes, que estigmatizam as juventudes, para isso,

observamos nos discursos as expressões de poder, naquilo que resultam em desigualdades e que são hegemônicos nos grupos pesquisados; os movimentos que se apresentam contra a hegemonia, e os processos de resistência dos/as jovens.

Como princípio organizador do material para análise das informações, buscamos subsídios na análise de conteúdo temática. Nesse tipo de análise, o foco é o tema e suas possíveis relações, esse pode ser expresso em uma palavra, frase, resumo. O tema “é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (BARDIN, 1979, p. 105). Assim buscamos os subsídios na análise temática para organizarmos o material e seguimos alguns procedimentos: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados/inferência/interpretação. A seguir apresentamos como foi realizado cada uma dessas etapas:

1º momento – pré-análise do material: As informações construídas durante as observações registradas no diário de campo foram digitadas pela pesquisadora. As oficinas e as entrevistas foram transcritas na íntegra. Na pesquisa feminista e interseccional, o processo de análise não é realizado de forma independente de toda a condução da pesquisa. Então nossa análise começou antes mesmo de organizarmos esse material.

2º momento – exploração do material – diário de campo: Para análise do diário de campo realizamos várias leituras do mesmo, que nos ajudou a refletir sobre o contexto da pesquisa (local de moradia dos participantes, experiências de vida, relações na escola e com a escola, lazer, saúde e outras) e também sobre a segunda etapa da mesma: as oficinas. Quais temas a partir dos nossos objetivos iniciais seriam pertinentes para abordarmos no grupo que estávamos pesquisando? O que foi construído no período das observações na interação com os/as jovens? Como poderíamos iniciar as discussões e reflexões nas oficinas?

3º momento – exploração do material - oficinas: Após várias leituras das transcrições das oficinas construímos tabelas abordando os objetivos da pesquisa e temas novos construídos com os/as participantes. As tabelas possuíam dupla entrada, na coluna vertical os marcadores que estamos trabalhando: gênero, classe, raça, geração, sexualidade, território, na parte superior horizontal cada coluna iniciava com um objetivo da pesquisa.

Analizamos cada oficina, uma a uma, e depois relacionamos as análises, buscando compreender e refletir sobre o conjunto de informações construídas. A análise está relacionada aos objetivos da pesquisa e à perspectiva teórica que compõe a mesma. Assim, o foco está na operação dos marcadores sociais gênero, classe, raça/etnia, geração, sexualidade e território, no efeito que essas relações incidem sobre os/as jovens e no modo como os/as

mesmos/as lidam com as diversas situações de desigualdade e opressão.

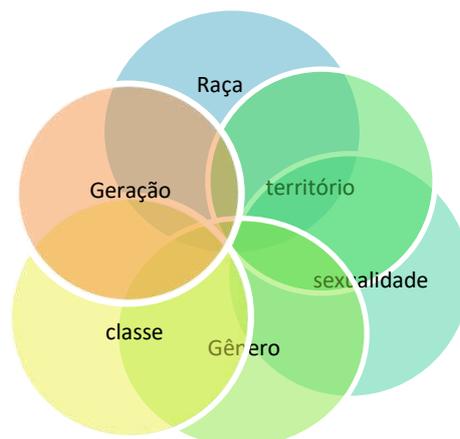
De acordo com os trabalhos com grupo realizados por Brigagão et al (2014, p.85), nos grupos

alguns/mas participantes buscam convencer os/as outros/as de seus pontos de vista, enquanto outros/as questionam, duvidam, pedem explicações ou as fontes de onde tal informação foi retirada. Alguns/mas permanecem com a mesma perspectiva durante o grupo; outros/as formulam novas opiniões à medida que a conversação se desenvolve; alguns/mas passam a questionar os modos como pensavam antes do grupo. Além disso, é possível observar que as relações de poder permeiam as relações entre os/as participantes durante todo o tempo.

Buscamos observar também essas relações entre os/as participantes em nossas análises. Nos grupos, é possível observar as tensões e os/as participantes que buscam convencer os outros fazendo uso de diversos argumentos, e estivemos atentas também a esse fato nas nossas intervenções enquanto facilitadora e co-facilitadoras. Consideramos aqui os discursos não como individuais, mas como construções coletivas do contexto em que os mesmos estavam acontecendo.

4ª momento – exploração do material - entrevistas: Após as leituras das transcrições das entrevistas, também realizamos tabelas com o material construído, com o mesmo objetivo de análise que foi realizada com as oficinas.

5º momento – tratamento das informações construídas: Depois do percurso descrito no 1º, 2º, 3º e 4º momento, foram construídos tópicos analíticos. A análise foi direcionada às questões de desigualdades e resistência vivenciadas por jovens quilombolas e da periferia urbana. A construção de cada tópico analítico se deu a partir da interseccionalidade, em cada um deles um dos marcadores foi destacado com maior relevância, mas entendendo que a constituição de todos é interseccional. Assim, foi possível construirmos reflexões sobre as situações de desigualdades e resistências vivenciadas pelos/as jovens. O esforço que fizemos para olhar e refletir sobre os marcadores sociais pode ser exemplificado no diagrama abaixo. Todos os marcadores interseccionados, em alguns momentos, tem o que se sobressai de acordo com as experiências juvenis e os contextos em que são vivenciadas, e os demais marcadores continuam presentes constituindo e sendo constituídos:



Ressaltamos que o conhecimento construído na pesquisa é parcial e situado; isto é, específico às situações e não universalmente aplicável. Durante todo o processo de pesquisa estivemos atentas as informações construídas e refletimos sobre a narrativa realizada por Marques e Genro (2016), sobre a experiência com o Cacique Vherá Poty, quando este explicava aos/as alunos/as e funcionários da UFRGS, as distintas raízes de alma que poderiam ter os seres humanos, nesse momento todos/as acenavam com as cabeças em sinal de que estavam compreendendo. Ao perceber esse movimento, Vherá não hesitou em suspender a fala e dirigir-se ao grupo com os seguintes termos:

Parem de dizer que entenderam. Estamos falando de algo difícil, profundo, que não pode ser entendido assim tão rápido. Escutem uma vez e pensarão que entenderam. Escutem outra e verão que há um elemento fora do lugar. Escutem uma terceira e perceberão que há mais coisas que não se encaixam. Na quarta vez verão que não haviam entendido nada. Talvez na quinta possam começar de novo (Idem, p.332).

Com isso as autoras mencionadas acima ressaltam a importância de uma pesquisa “cuidadosa”, em que a atitude com que escutamos é primordial. Fizemos esse movimento de uma escuta cuidadosa, mas cientes do que afirmou o cacique: que alguns elementos podem ficar fora do lugar da nossa compreensão. A seguir apresentaremos os capítulos de análise das informações construídas, que abordaram: as vivências das desigualdades sociais por jovens de diferentes territórios; as experiências dos/as jovens frente às situações de preconceito e discriminação racial; as experiências dos/as jovens diante das vivências sexuais; os usos de álcool como uma faceta das desigualdades de gênero, classe, raça e sexualidade; e as formas de enfrentamento/resistência às desigualdades nas vivências juvenis.

6 JOVENS DE DIFERENTES TERRITÓRIOS E AS VIVÊNCIAS DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Quem pode falar em uma sociedade ainda racista e machista?

(Djamila Ribeiro)

Neste capítulo, abordaremos algumas questões referentes a ser jovem e morar na periferia de Garanhuns, ser um/a jovem e morar nas comunidades quilombolas. Lugares que acessam, práticas de lazer, dificuldades enfrentadas, entre outras questões. Consideramos importante refletir sobre os territórios em que as juventudes que estamos estudando se constituem, pois a vida acontece em situações concretas, peculiares, e as condições territoriais têm um papel importante no modo de vida dos/as jovens. Alguns estudiosos como Milton Santos e Guattari, abordaram a noção de território pensando também espaço, conforme já referimos nesse estudo, os territórios estariam mais ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva, enquanto o espaço se ligaria às relações funcionais de toda a espécie (GUATTARI, 1988).

A ideia de território possui uma proximidade evidente com a noção de subjetividade, que pode ser compreendida como a emergência de um território existencial, produzida por uma multiplicidade de dimensões, e que se individualiza por certa “fronteira”, certo contorno de si mesmo (FERREIRA NETO, 2011). É nesse sentido que tecemos reflexões sobre as experiências dos/as jovens, no quilombo e na periferia, pois acreditamos que nos processos de subjetivação, vários elementos se fazem presentes, e os territoriais são inseparáveis das experiências que constituem os/as jovens que estamos estudando, a maioria negros/as, de uma classe social menos favorecida economicamente, moradores/as de lugares estigmatizados que têm poucos recursos a oferecer.

Importante lembrarmos também a relação rural-urbano, a dicotomia existente nessa relação tem sido repensada, pois esses dois territórios estão cada vez mais em interação, e o que tem sido muito observado é como no rural, o modo de vida mais próximo à natureza sofre e/ou resiste às influências do sistema econômico das sociedades, e a implicação para a vida dos sujeitos. Ao mesmo tempo em que quando falamos no urbano é importante lembrarmos aqui, que estamos nos referindo às regiões específicas da urbe que também têm sofrido com o sistema capitalista existente.

A seguir, abordaremos algumas questões sobre os/as jovens da periferia, de modo específico, em seguida sobre os/as quilombolas, e os (des)encontros entre os/as jovens dos diferentes territórios.

6.1 Jovens da periferia e território

Os/as jovens urbanos/as participantes do presente estudo falaram não só dos lugares que moram, mais de várias localidades por onde transitam. Na oficina sobre territórios, usamos fotografias dos bairros e de várias localidades da cidade, como recursos disparadores para as discussões no grupo, pois consideramos que essas possuem um potencial que possibilita um novo olhar sobre o mundo físico e social sobre o qual formamos uma consciência subjetiva e cultural (SILVA et al, 2014). Assim, os/as jovens refletiram sobre seus espaços e territórios ao (re)olhar seu bairro e sua cidade, através das fotografias e das discussões decorrentes.

Alguns e algumas jovens fizeram referência as situações de preconceito que vivenciam por morarem em alguns bairros da cidade que são estigmatizados, considerados perigosos: Cohab III, Manoel Cheú, Várzea, Buraco da Raposa, foram os mais citados. Quando chegam em algum lugar e dizem que moram em uma dessas localidades, as pessoas já olham “atravessado”, porque, para alguns/mas, nesses bairros só há traficantes, assaltantes, usuários de drogas, gente “perigosa”. Novaes (2008) também encontrou resultados similares em seus estudos com jovens pobres, os/as participantes de sua pesquisa conscientes da existência da ‘discriminação por endereço’, quando iam em busca de ingressar no mercado de trabalho, encontravam estratégias para ocultar o lugar que vivem e lançavam mão de endereços de parentes, de bairros próximos. Vimos que essa é uma estratégia usada também pelos/as jovens participantes do nosso estudo.

Independente do bairro da periferia, quando falaram sobre o que é ser jovem nas localidades onde moram, fizeram referência a falta de lazer, de saúde, e de educação de qualidade, relataram que a maioria da região periférica da cidade, só tem escolas que funcionam até o 9º ano, então eles/as precisam se deslocar para outras áreas se quiserem/puderem dar continuidade ao processo de escolarização. Percebemos também a falta de motivação em relação à escola, e o desejo de conseguir algum trabalho, mesmo que seja na informalidade. Em conversa com uma jovem no período das observações, “a mesma falou que saiu da escola porque queria trabalhar, e porque a escola já não estava muito boa, entravam uns maloqueiros, usavam drogas lá, faziam bagunça. Iria retomar os estudar porque não conseguiu um emprego” (Diário de campo, 15/02/2017).

Foi visto também por Leão (2006), em uma pesquisa com jovens da periferia de Belo Horizonte, que muitos/as jovens que estavam estudando pareciam desenvolver uma postura paralela à escola, estavam na instituição, mas não se inseriam completamente na vida escolar, não se sentiam motivados/as e atraídos/as pelas atividades que faziam na mesma.

Isso já foi visto em outros estudos, o quanto a organização escolar, no que se refere aos currículos e práticas pedagógicas, muitas vezes, não contribui para a construção de significados para aqueles/as que fazem parte da mesma, seja através do silenciamento da cultura desses/as, e da negação da realidade que os/as mesmos/as enfrentam, seja reproduzindo estigmas, estereótipos e padrões construídos pela sociedade que não consideram as singularidades dos sujeitos.

Ainda, sobre essa questão, Krawczyk (2011) fala que a evasão escolar, que se mantém nos últimos anos, após uma política de aumento significativo das matrículas no Ensino Médio, diz sobre uma crise de legitimidade da escola, que resulta não apenas da crise econômica ou do declínio da utilidade social dos diplomas, mas também da falta de outras motivações para os alunos continuarem estudando. Para algumas classes sociais, cursar o ensino médio é algo “quase natural”, do curso da vida. E, muitas vezes, a motivação está bastante associada à possibilidade de recompensa, por parte dos pais e pelo ingresso na universidade. Mas para os grupos sociais nos quais o Ensino Médio não faz parte de seu capital cultural, de sua experiência familiar, as motivações podem ser de outra ordem, a exemplo dos/as jovens no presente estudo que se referiram a conseguir um emprego como algo mais importante do que dar continuidade ao processo de escolarização.

Quando pensamos a questão do território e a relação com a escola observamos também que para muitos/as jovens não é fácil frequentar este espaço, uma vez que essa localiza-se distante de onde alguns/mas moram. Existe transporte público, mas requer um gasto financeiro, com o qual muitos/as não têm condições de arcar, de modo que alguns/mas estudantes relataram que chegam atrasados/as nas aulas porque fazem uma longa caminhada até a escola.

Os/as jovens queixaram-se também da falta de lazer nas localidades que moram, fizeram referência aos bares como o lugar para se encontrarem e se divertirem:

Caleb: Só tem bar, não tem espaço para lazer, não tem segurança.

Roseane: Vão homens e mulheres?

Oto: Na verdade, mais os homens.

Roseane: E as mulheres se encontram onde?

Oto: Acho que fica mais em casa as mulheres, por causa dessa violência contra as mulheres, ficam mais em casa.

Benjamin: Porque para os homens é mais fácil sair, agora uma mulher sair tem aquela situação, os bêbados ficam logo assediando, e uma mulher quando ela bebe, quando ela gosta de usar roupas curtas, tem gente que acha que é uma mulher fácil, que têm mulheres que foram estupradas e tem gente que falou: ela pediu, que tava com roupa curta, isso, aquilo, mas só que independente disso a culpa nunca é da vítima.

(1ª oficina realizada na área urbana).

A falta de equipamentos e atividades de lazer é uma realidade das áreas periféricas das cidades, e das rurais, como as quilombolas. Vários estudiosos/as se debruçaram em trabalhos com o intuito de entender o que seria o lazer (ALVES, 2003; GOMES; FARIA, 2005; GOMES; PINTO, 2009), considerado por alguns desses/as como uma dimensão da cultura caracterizada pela vivência lúdica de manifestações culturais, no tempo/espaço conquistado pelos sujeitos. Gomes e Pinto (2009) ressaltam que não existem fronteiras absolutas entre o trabalho e o lazer, tampouco entre o lazer e as obrigações cotidianas. O lazer é um fenômeno dialógico, e mesmo que o sujeito esteja em busca de satisfação, maior flexibilidade e liberdade de escolha, nem sempre estará isento de obrigações sociais, familiares, profissionais. O lazer não é um fenômeno isolado e está relacionado aos significados produzidos pelas pessoas e suas relações. Nesse sentido, por um lado, o lazer pode reforçar estereótipos e valores excludentes, consumistas e alienantes. Por outro, reveste-se de possibilidades para colaborar com a constituição de uma nova sociedade, mais justa, humanizada, inclusiva, digna e comprometida com os princípios democráticos.

Vimos que algumas atividades de lazer podem reforçar desigualdades de gênero e classe, conforme abordado acima, as mulheres não podem frequentar os bares, não podem beber, quando nesse contexto eles/as consideram o bar, o espaço para práticas de sociabilidade e diversão. Outra questão é o que significa ser uma mulher jovem na periferia: não poder transitar em alguns lugares, para evitar o risco de serem violentadas e para que não fiquem “mal faladas”, essas restrições são ainda maiores com as mulheres solteiras que não trabalham, qualquer comportamento dessas que não seja considerado dentro das normas, é motivo para que sejam alvo de comentários pejorativos e desqualificação, conforme podemos observar no discurso a seguir:

Valentina: A gente vê muito, pelo menos eu vejo, as mulheres que trabalham, que pagam suas contas, têm uma maior liberdade de fazer o que quiser. Já as que não trabalham, mesmo que sejam solteiras, se faz qualquer coisa, vai a um bar, vai para as festas, o povo já começa a falar que não querem nada com a vida, que só querem viver assim na vida boa, na farra. Mas não pensam as dificuldades que as mulheres encontram para conseguir um emprego. E que assim como os homens podem se divertir, elas também podem, mas a sociedade é muito machista.

(1ª oficina realizada na área urbana).

O que podemos ver é que o trabalho atribui às mulheres status de “mulher direita”. Mas se as mulheres não podem frequentar os poucos espaços que são destinados ao lazer no território que vivem, as mesmas podem ter suas relações, suas práticas de sociabilidade comprometidas e isto produzirá implicações na qualidade de vida. Em uma pesquisa realizada por Fiorin, Oliveira e Dias (2014), foi visto que o trabalho contribuiu para a independência

financeira e emocional das mulheres, além de possibilitar novos relacionamentos sociais. Foi visto também que há quem acredite que o trabalho pode atrapalhar a maternidade, e que para a mulher ser feliz e “completa” precisa casar e ter filhos/as, pensamentos e discursos que refletem a cultura sexista e machista ainda vigente.

Essa questão acima nos lembrou também a relação entre o público e o privado, e as relações de poder existentes em ambas as esferas. Como ressalta Biroli (2014, p. 38) as privações associadas à opressão de gênero podem ter sentidos muito distintos para as mulheres de acordo com a sua posição de classe. As privações materiais que incidem diretamente na organização da esfera doméstica, mas também na relação entre esfera doméstica, trabalho e esfera pública na vida das mulheres pobres é diferente do que ocorre no espaço privado para as mulheres de outras classes sociais. E não só a questão de classe, mas também classe constituída por raça. Uma mulher pobre negra no espaço público ou privado pode sofrer com os efeitos das relações de poder existentes em ambos, diferente de uma mulher branca, pobre, e de mulheres de classe social favorecidas economicamente. Nesse sentido, é importante refletirmos sobre as relações de poder existentes nessas esferas.

Nessa relação público e privado, os/as jovens abordaram também a falta de segurança nas localidades que moram e fizeram referência ao quanto isso afeta a vida das crianças, das mulheres, dos negros e dos LGBTs, como podemos ver a seguir:

Valentina: Lá na Cohab 3, a falta de iluminação, na verdade lá existe uma praça, inclusive, às vezes que eu fui lá tinha várias crianças de bicicleta andando e tal. Mas até que horas aquelas crianças podem frequentar aquela praça? Porque a partir de 5 horas da tarde, ali fica um deserto, ninguém pode passar, a mulher não sai de casa, principalmente essas classes que são considerados mais vulneráveis, mulheres, negros, LGBTs, eles se sentem regulados, sem sair e acabam perdendo tanto a oportunidade de lazer como outras oportunidades de educação. Eu já soube que várias pessoas abandonaram os estudos porque para trabalhar durante o dia até vai, mas para estudar durante a noite é muito perigoso, e outra que lá só tem Colégio Municipal de Ensino Fundamental se for fazer ensino médio tem de se deslocar para outro lugar.

(1ª oficina realizada na área urbana).

O que podemos observar através do discurso acima é como as situações de precariedade dos territórios repercutem, sobretudo na vida de algumas pessoas, seja devido ao sexo, a raça e/ou a orientação sexual. E, com isso, aumentando as desigualdades sociais, pois uma vez que esses/as não conseguem frequentar a escola, será mais difícil posteriormente ingressarem no mercado de trabalho formal, e, na informalidade, os/as trabalhadores não têm seus direitos trabalhistas garantidos, não têm condições dignas de trabalho, e os salários são

irrisórios.

Essa fala da jovem acima nos remete também ao que Almeida (2013) encontrou em sua pesquisa, que a circulação e mobilidade nas zonas urbanas e rurais aparecem entre as principais demandas dos grupos de jovens em vários países da América do Sul. A apropriação da cidade, de seus espaços e equipamentos, constitui-se como um elemento fundamental da condição juvenil contemporânea. A circulação e o acesso aos bens produzidos pela cidade tornaram-se demandas e, por consequência, revelam a necessidade de políticas públicas. Os/as jovens querem e têm direito à cidade. A importância da circulação pelo espaço urbano se dá devido à experimentação e a ampliação das redes de relações e referências. E porque eles/as não querem ficar “confinados/as” nos bairros e comunidades onde moram, desejam poder usufruir dos equipamentos, dos espaços e das oportunidades de outros lugares.

Neste estudo, observamos que o direito à “cidade” ainda não é uma conquista de muitos/as jovens, como podemos observar no relato de Valentina, alguns e algumas não têm conseguido nem dar continuidade ao processo de escolarização, devido à dificuldade de acessar lugares onde há escolas que ofereçam o Ensino Médio. O direito à cidade é um importante meio para a efetivação de outros direitos sociais básicos como saúde, cultura, mobilidade, educação e lazer, ou seja, é fundamental para os/as jovens. Os processos de formação desses/as como sujeitos de direitos estão relacionados à vivência dos territórios com liberdade, segurança e garantia de acesso a serviços e equipamentos públicos. O Estatuto da Juventude aborda o direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação, segurança, entre outros. O não ter direito à cidade tem implicação direta na saúde dos/as jovens, os adoecimentos são de diversas ordens, entre eles os psíquicos.

Vários jovens relataram situações de falta de segurança nos territórios em que eles/as foram as vítimas, e presenciaram nas localidades que moram abordagens truculentas da polícia e homicídios de vizinhos:

Benjamin: 18h da noite levaram meu celular, na porta da igreja ainda mais, nem Deus ajudou, fui assaltado.

Analu: Essa semana já tiveram duas mortes de jovens, um morava lá perto da minha casa. Um foi morto porque devia e o outro sem dever foi atingido na hora da confusão.

(1ª oficina realizada na área urbana).

O Atlas da Violência de 2018 (CERQUEIRA et al, 2018) abordou que considerando a década 2006-2016, o país sofreu aumento de 23,3% nos casos de homicídios de jovens entre 15 e 29 anos, com destaque para a variação anual verificada em 2012 (9,6%) e 2016 (7,4%). No período, destoa sem igual comparativo o caso do Rio Grande do Norte, com

elevação de 382,2% entre 2006 e 2016. Chamam a atenção, ainda, os Estados que haviam apresentado redução no período de 2006-2016, mas voltaram a ter crescimento do número de homicídios de jovens, como Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Paraná e Pernambuco. Quando se observa o perfil do jovem do sexo masculino, esses valores se elevam de forma significativa, haja vista os homens representarem 94,6% das vítimas jovens.

Os/as jovens falaram que a falta de segurança é um fator impeditivo para a realização de várias atividades, para saírem de casa em determinados horários, inclusive afirmaram que não podem sair para fazer um curso à noite, realizar alguma atividade, encontrar os/as amigos/as. Relataram também que nos territórios em que moram, muitos/as pessoas fazem uso de drogas ilícitas, e que esse uso deve ocorrer devido à ociosidade, a falta de trabalho, de cursos profissionalizantes, de um lugar para praticar esportes, conforme podemos observar a seguir:

Benjamim: O problema é que não tem o que fazer, lá no [citou o nome da região] só tem bares, não tem quadras, não tem onde se encontrar. Têm horários que as pessoas já ficam com medo de sair de casa porque ficam lá um pessoal usando drogas. Falta trabalho, falta cursos, um lugar que pudesse os jovens praticar esportes, se encontrar, não tem nada.

Oto: é... não tem nada para fazer e nem de casa a pessoa pode sair dependendo do horário, com medo de ser assaltado ou acontecer alguma coisa.

(1ª oficina realizada na área urbana).

A população das classes menos favorecidas economicamente sempre esteve segregada das dinâmicas espaciais da cidade, sendo-lhe destinadas os espaços precarizados que dificultam ou impossibilitam o acesso a bens e serviços. As desigualdades sociais concretizam-se nas condições de vida dos lugares. A dinâmica da segregação influencia não só a organização do território, mas tem efeitos na vida das pessoas. Morar na periferia pode levar os indivíduos a se manterem no ciclo da pobreza, pois essa, gerada por fatores econômicos, pode ser superposta pelo modelo territorial. Mesmo sabendo o quanto as periferias são heterogêneas, no que se refere à questão de classe, raça, gênero, não se pode negar que essas são desprovidas de vários serviços e como isso contribui para as desigualdades de diversas ordens.

Purgato (2015), na pesquisa com jovens pobres de Juiz de Fora, observou que o território diminuiu as oportunidades e as possibilidades dos/as jovens realizarem seus projetos de vida, darem continuidade ao processo de escolarização, ter uma profissão formal. Mas alguns/mas em meio às dificuldades têm apostado no trabalho, mesmo que na informalidade, para realizarem seus projetos, alguns desses/as referiram-se a conquista de bens materiais, comprar uma moto, um carro, entre outros objetos.

Os “rolezinhos” são uma das formas que os/as jovens pobres encontraram para mostrar que existem e que precisam serem vistos, que têm direito de estarem nos diversos espaços existentes na cidade. Através desse movimento de reivindicação, eles/as buscaram quebrar as barreiras de classe social. No entanto, os “rolezinhos” foram fortemente controlados pela polícia e expostos pela mídia como bagunça e vandalismo (OLIVEIRA; SOARES; BATISTA, 2016). A intervenção da polícia, da mídia, e das classes favorecidas da sociedade revela para os/as jovens pobres que não existe lugar para esses/as nos espaços construídos para os/as jovens ricos. Mas consideramos que, em uma ação dessas, o mérito dos/as jovens é ter incomodado o sistema, é ter visibilizado as desigualdades territoriais existentes na cidade que muitos insistem em mascarar.

6.2 Jovens quilombolas e território

Nas comunidades quilombolas, os/as jovens fizeram referência a várias questões que os/as urbanos haviam falado. Relataram a falta de escolas que funcionem até o ensino médio, o que aumenta a dificuldade para darem continuidade ao processo de escolarização, já que precisam se deslocar para a cidade e não existe transporte público nas comunidades. Além de que, para que exista esse deslocamento na ida e volta para o quilombo é preciso que o/a jovem disponha de tempo, alguns e algumas trabalham e fica difícil organizar os horários. Uma escola na própria comunidade auxiliaria se manterem na instituição, conforme eles/as afirmaram: “Ajudaria muito não ter que ir até à cidade”.

Observamos que para muitos/as quilombolas existem poucas expectativas quanto à possibilidade de êxito no sistema educacional, de dar continuidade ao processo de escolarização ingressando no ensino superior, de mudar de vida por meio dos estudos, conforme o relato a seguir:

Jani: A gente vê aí um monte de gente que terminou os estudos e nem por isso tá com um emprego por causa de estudo. [Nome da moradora] terminou a faculdade tá desempregada, [nome de outra moradora] fez faculdade também, já tá fazendo outro curso e não conseguiu nada.

(5ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Na pesquisa que realizamos em 2013, já havíamos observado essas questões mencionadas acima, de jovens que se referiam a outros/as da comunidade que estudaram, mas não conseguiram um emprego formal, ou seja, os poucos exemplos de pessoas próximas que conseguiram uma mudança de vida por via dos estudos também interferem nas percepções e motivações dos/as jovens nesse âmbito. No estudo realizado por Cardoso (2011), com os/as

jovens da comunidade quilombola Jmary dos Pretos, no Maranhão, foi visto que o nível de escolaridade dos/as mesmos/as era baixo, a renda familiar inferior a um salário mínimo, o que interferia em outros setores de suas vidas, inclusive percebeu-se que o nível de escolaridade baixo é um fator que dificulta se protegerem em suas práticas sexuais de DSTs e gravidezes não planejadas.

Em um levantamento bibliográfico realizado por Ferreira e Castilho (2014) sobre a temática educação quilombola, as autoras encontraram pesquisas que mostraram que a escola está muito aquém das necessidades das comunidades quilombolas em suas especificidades. É necessário um maior diálogo, visando o vínculo afetivo, familiar, territorial, cultural e religioso, aspectos importantes para contribuir com a solidificação da identidade quilombola, no sentimento de pertença dos/as moradores/as destes territórios. Mostraram também que estes são portadores de uma sabedoria única e que devem ser considerados nos currículos formais ou nas atividades cotidianas. E que o Movimento Negro tem um papel fundamental na efetivação do reconhecimento destes saberes através da atuação política em favor de uma educação antirracista.

Essa é também uma das lutas e desafios da Escola de Castainho. Em conversa com a gestora, foi relatada a dificuldade da participação familiar nesse contexto, por mais que convidem as famílias, que busquem a participação do território, ainda é algo muito delicado. Muitos/as não consideram ser direito/responsabilidade ir à escola, integrar-se às atividades, lutar por uma educação melhor, por uma escola que atenda às necessidades da comunidade, que tenha Ensino Médio, mesmo quando alguns desses/as têm filhos e parentes que estudam lá ou que precisam se deslocarem até a cidade, porque a escola local não atende as necessidades de todos/as. Outro problema é a dificuldade com o transporte, como podemos observar a seguir:

Akil: O ônibus que vem cheio, pra quem vai estudar na cidade é complicado, ontem veio um microônibus, aí o ônibus grande já vai cheio, o microônibus não deu pra levar todo mundo, eu não fui, não dava.

(1ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Pelo relato acima, podemos observar o descaso com a população quilombola, algo essencial para que os/as estudantes consigam dar continuidade ao processo de escolarização é o transporte, e acontece o exposto, ou como relatou uma jovem: “O ônibus não vai, o motorista diz que quebrou, mas nem sempre é porque quebrou”. Alegaram que ele tem preguiça de ir buscar os quilombolas.

O que os/as jovens estão entendendo como “preguiça” do motorista,

compreendemos bem o que significa, apenas uma das facetas do racismo institucional, não tem problema que essa população falte aula, que não consiga concluir os estudos. Os/as jovens negros e pobres são vistos como vidas que não importam, subestimados, colocados em uma posição de menor valor, de subalternidade. Na pesquisa realizada em 2013, pude acompanhar mais de uma vez o trajeto que os/as jovens fazem da comunidade para a escola na cidade. Em uma das vezes, o ônibus quebrou e os/as estudantes precisaram ir à escola em um caminhão que carrega os produtos que são comercializados nas feiras. Fui com os/as jovens nesse caminhão e pude perceber o quanto chegar à cidade nesse transporte aumenta o preconceito que eles/as já sofrem por serem moradores/as da área rural e quilombolas. Problema agravado pela falta de segurança de um transporte inadequado para levar pessoas.

Os/as jovens relataram também a falta de equipamentos para práticas de lazer, e assim como os/as urbanos/as se referiram aos bares como o lugar existente para se divertirem. Como podemos ver a seguir:

Amora: Só tem bar aqui, não tem nada para se divertir, agora bar, é um em cada esquina, por isso é todo mundo nos bar por aqui, não tem o que fazer.

Jani: É a diversão do povo aqui é os bar, não tem uma quadra, outra coisa para os jovens ir, aí vão para os bar.

(1ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Relataram que existe uma Unidade de Saúde na comunidade, mas o pequeno quantitativo de profissionais, e a grande demanda, dificulta o processo de cuidados, e, muitas vezes, eles/as precisam ir à cidade realizar consultas e exames médicos, quando encontram outras dificuldades, como a falta de transporte, e quando chegam à cidade, não conseguem também facilmente realizar os exames porque o funcionamento do serviço público é precário.

Kamili: Aqui se você quiser ir no postinho, tem que ir lá pra baixo, acordar cedinho pra pegar ficha, e, às vezes, não tem. E o médico lá é assim você mal começa a falar ele já vai entregando uma receita.

Risos gerais

Aisha: Ele nem olha pra sua cara né? Pergunta o que é que você tem, já anotando... **Risos gerais...** a pessoa nem abre a boca pra dizer o que tem, ele já tá anotando

Mara: E só passa exame de sangue

Risos gerais

(1ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Já abordamos quando falamos sobre as situações observadas na parte do método neste trabalho, o quão presente está o racismo institucional nas práticas profissionais e dos serviços, que não atendem à população negra, quilombola, pobre, da forma como deveria, esses/as são tratados/as com descaso em vários aspectos e, muitas vezes, no próprio território.

Outro fato que nos chamou a atenção e que ocorreu em vários momentos em que os/as jovens relatavam os problemas vivenciados, foi o riso frequente. E ficamos pensando o

que esses risos poderiam significar. Silva (2008) em suas considerações ressalta que a sociedade vinga-se através do riso das liberdades que se tomaram com ela. Para esse caráter punitivo do riso, há duas condições precípua: insociabilidade e insensibilidade. O maior inimigo do riso é a emoção. É necessário, para que haja o riso, que se anestesie o coração para que a indiferença prevaleça sobre os sentimentos. Assim, é possível rir de qualquer desvio de norma, defeito ou vício, sejam eles graves, ou leves. Portanto, os atos de rir e pensar andam juntos, se complementam no que fazem do sério seu duplo, sua sombra. Ao pensar a diferença pelo sério, chega-se ao ponto racional do problema, mas ao pensar a diferença pelo cômico transcende-se esse ponto. O riso é ambivalente, ao mesmo tempo conservador e subversivo. Conservador, quando defende a norma e a regra, ridicularizando tudo que contraria a visão de mundo do padrão vigente; progressista, no instante em que critica padrões ultrapassados, não condizentes com as necessidades do momento (SILVA, 2008).

Pensamos que para os/as jovens quilombolas o riso é uma das formas encontradas de lidar com as situações difíceis que vivenciam no dia-a-dia. O que não significa que estes/as não estejam cientes das desigualdades que o território quilombola vivência, dos direitos que possuem e que nem sempre são garantidos, mas pode ser uma forma de tornar mais leve as dificuldades vivenciadas.

Algo que também nos chamou atenção foi quando os/as jovens quilombolas fizeram referência à falta de segurança, as comunidades sempre foram estigmatizadas pelos/as moradores/as da cidade como sendo um lugar de gente “perigosa”, e com vários outros atributos pejorativos, mas os/as moradores, nas pesquisas que realizamos em 2010 e em 2013 não se queixavam da falta de segurança. Em 2017 foi algo recorrente nos discursos falarem que a comunidade não está a mesma, que estão acontecendo roubos e assaltos recorrentes, as pessoas são abordadas nas estradas, já assaltaram algumas casas e bares.

Amara: Castainho já foi bom, agora não presta mais. Castainho já foi lugar de se morar, agora a pessoa não pode nem sair de noite que é arriscado ser morta, apanhar dos bebo e dos maconheiros. 5h da tarde, eu fui assaltada... risos, eu fui assaltada em plena luz do dia, subiram de moto, eu vinha subindo com uma trouxa de roupa, ai eles passaram, depois voltaram e anunciaram o assalto, ai levaram o celular da menina que tava comigo, porque o meu tava dentro da bolsa de roupa....risos... mas, pense na agonia viu.

(Roda de conversa – 2º encontro com os/as jovens quilombolas).

Essa é uma realidade que chama atenção, as áreas rurais, em tempos atrás, não eram alvo de práticas de violência, assaltos como sempre ocorreu nas áreas urbanas, o que nos leva a pensar o porquê disto está acontecendo. Os/as jovens falaram também sobre o uso

de drogas ilícitas por pessoas da comunidade e pessoas da cidade que vão usar no quilombo. Fizeram referência aos/as moradores da Cohab II e do conjunto Manoel Camelo, que são os bairros urbanos mais próximos às comunidades, e com isso consideram que aumenta a violência nas comunidades:

Kamili: Tá chegando um monte de maloqueiro da rua, de madrugada você vê as motos tudo por aí acelerando, fica até com medo pensando que é assalto, bandido... é verdade.

Amina: Risos... e também poderia ter aqui, como aqui é um sítio, poderia ter mais segurança, porque a pessoa liga pra polícia, mas daqui que eles chegue aqui.

(1ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Mais uma vez podemos observar nos discursos acima o quanto a população quilombola é desassistida, falta segurança, espaços de lazer, qualidade no atendimento à saúde, escolas que ofereçam o Ensino médio, transporte, citando os problemas que foram mais referidos no território que afeta diretamente a vida dos/as jovens.

6.3 Jovens dos diferentes territórios: periferia e quilombo

Observamos que várias das queixas e das dificuldades enfrentadas pelos/as jovens são comuns em ambos os territórios, mas vale ressaltar que o efeito que o contexto de carências múltiplas produz nesses/as jovens pode ser diferente. Kliksberg (2006) observou em seus estudos que os/as jovens que moram em áreas rurais começam a trabalhar antes que os urbanos/as, o que influencia suas possibilidades educacionais, os níveis de evasão e repetência escolar. Quando eles/as chegam à cidade em busca de trabalho, muitas vezes, a inserção é difícil devido a sua escassa bagagem educacional e porque suas experiências são diferentes das competências exigidas no mercado de trabalho urbano. Em alguns casos, os/as jovens rurais conseguem trabalhar na agricultura junto às suas famílias e desenvolver uma renda, apesar das dificuldades vivenciadas, e nem sempre os/as jovens pobres urbanos/as conseguem, pois, para esses/as, a inserção no mercado de trabalho formal também é difícil.

Quando o autor mencionado acima apresenta essas questões sobre os/as jovens pobres rurais, é importante lembrarmos ainda se esses jovens rurais e os/as urbanos são homens ou mulheres, se casados/as ou solteiros/as, se têm filhos/as, se são negros/as, se estudam, várias situações que fazem diferença na forma de vivenciar as juventudes.

Alguns e algumas jovens com os/as quais tivemos contato na periferia, no momento da pesquisa, estavam estudando, cursando o Ensino Médio, outros/as já haviam concluído, mas não conseguiram ingressar na Universidade. Desses/as nem todos/as tinham o desejo de fazer um curso superior, afirmaram que preferiam conseguir um emprego. Esses/as

mesmos/as que concluíram o Ensino Médio se queixaram da ociosidade. Percebemos que a maioria dos que apresentaram essa queixa são homens, pois entre as mulheres foi comum relatarem que ajudam nas tarefas de casa e nos cuidados com os irmãos mais novos, inclusive uma jovem nos contou que gostava dos dias que tinha que ficar os dois turnos na escola, porque ficava livre das tarefas de casa, que segundo a mesma era muita responsabilidade. Havia os/as que tinham filhos/as, os/as casados/as, os que fenotipicamente são negros/as e que nos relataram situações de preconceito e discriminação racial. Os/as que falaram sobre a discriminação vivenciada devido à orientação sexual que possuem. Muitos/a se queixavam da falta de emprego. Daquele/as com quem tivemos contato e que informaram desempenhar alguma atividade trabalhista, esta era na informalidade e ajudando pessoas conhecidas.

Nas comunidades, nosso contato foi com jovens que estudavam, que já havia concluído o Ensino Médio, que abandonaram os estudos por diversos motivos - necessidade de trabalhar, desmotivação, por terem engravidado, entre outros. Homens jovens que trabalhavam na agricultura com os pais, em empregos informais na cidade, como ajudante de pedreiro, ajudante de mecânico, em fábrica de bolos e queijos, e mulheres que trabalhavam vendendo os insumos produzidos por sua família nas feiras da cidade, trabalhavam na creche existente na comunidade Castainho, e outras, como cabeleireiras.

Durante o período que estávamos realizando as oficinas soube de um curso que iria ser ofertado pela prefeitura de Garanhuns destinado aos/as jovens estudantes de escolas públicas, gratuito. Comentei sobre a existência desse curso com os/as jovens de ambos os territórios e alguns/mas mostraram interesse. Dias depois, soube que só uma das jovens da comunidade estava conseguindo realizar o curso, pois o mesmo acaba no fim da tarde, aos sábados, alguns e algumas, por trabalharem nas feiras nos finais de semana, não puderam participar, outros/as devido à falta de transporte. Essa jovem tinha um suporte na cidade, seus pais são separados, o pai mora na cidade, o que auxiliou a mesma, pois ela ficava na casa dele quando saía do curso e só retornava para a comunidade no outro dia com o pessoal da feira, ou na segunda, no ônibus dos estudantes.

Estamos trazendo esse acontecimento para exemplificar o que queremos dizer sobre contextos de carências semelhantes, mas os efeitos diferentes. Não queremos dizer se são maiores ou menores em termos quantitativos, porque compreendemos que isto é algo muito singular, as experiências vivenciadas, mas o que queremos discutir é a sutileza como os marcadores de raça, classe, gênero e território de modo interseccional produzem as desigualdades que incidem na vida dos/as jovens.

Haesbaert e Limonad (2007, p. 45) falam sobre as dimensões existentes no

território: política, cultural e econômica, questões importantes que observamos também nas localidades estudadas. As comunidades quilombolas são um campo de vitalidade política. Há uma organização por alguns moradores/as para a luta por direitos e pela posse das terras, esses fazem reuniões junto às lideranças comunitárias e se organizam no sentido de lutarem por melhorias para a comunidade, mas alguns e algumas se queixaram de pessoas da comunidade que estão ligadas a partidos políticos e assim há interferência nas lutas. Os/as quilombolas questionam em tom de crítica: “quem são os políticos que estão interessados na causa quilombola?” Quanto a cultura, existem os grupos de percussão e de dança que são considerados pela comunidade como uma forma de resgatar aspectos importantes da história dos/as negros/as, assim como o trabalho na agricultura, a produção da farinha que é uma tradição e fonte econômica para muitas famílias.

Nas regiões periféricas que estudamos, observamos que a organização comunitária para a luta por melhorias está bem fragilizada. Quanto às questões culturais têm alguns grupos, como o de quadrilha que se apresenta nos festejos juninos, os/as jovens que gostam de funk e rap, os/as que praticam esportes. É muito heterogêneo o aspecto cultural, assim como a economia. E com a precariedade dos territórios os/as jovens não têm muitas oportunidades. Abramovay (2000) ressalta a importância da pressão coletiva para a existência de bens públicos nos territórios, o que nos leva a pensar na importância de uma organização política dos/as jovens e adultos para lutarem por esses bens.

O território é a unidade que proporciona os laços de proximidade entre as pessoas e grupos sociais (DANTAS; COSTA, 2009). A Psicologia comunitária ressalta a importância dos laços de afeto e solidariedade (OLIVEIRA et al, 2008) para o fortalecimento dos sujeitos e para que esses tenham auxílio na realização de seus projetos de vida. Mas tanto no quilombo quanto na periferia, percebemos, através dos discursos dos/as jovens, que as relações estão fragilizadas devido aos entraves existentes na organização política; à precariedade dos serviços de saúde e educação; às atividades de lazer, que são escassas; à falta de segurança, que faz com que as pessoas tenham medo de sair de casa em alguns horários, entre outras questões.

7 EXPERIÊNCIAS DOS/AS JOVENS SOBRE AS SITUAÇÕES DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL

De vários modos, continuamos a experimentar, no século 21, um racismo muito mais perigoso do que o racismo institucional do passado. Trata-se de um racismo que está arraigado nas estruturas.

(Angela Davis, 2013).

Uma das questões que percebemos, nas observações nas comunidades quilombolas e logo no início das oficinas, foi o relato dos/as jovens sobre as situações de preconceito e discriminação vivenciadas, por serem negros/as, e/ou morarem nas comunidades. Preconceito este que ocorre principalmente quando os/as jovens estão na área urbana, mas que reverbera diretamente nas dificuldades enfrentadas por eles/as no contexto que vivem. Nas conversas durante o período de observação e na oficina com os/as jovens urbanos, também identificamos as situações de preconceito e discriminação vivenciadas pelos/as mesmos/as e nem sempre compreendidas como tal, ora esses/as sendo oprimidos, ora tendo atitudes e comportamentos racistas sem considerarem como sendo dessa ordem. Neste capítulo, iremos abordar algumas dessas situações em que o preconceito e a discriminação de raça produzem efeitos nas vivências dos/as jovens de ambos os territórios: quilombo e periferia urbana. Situações em que percebemos a intersecção desse marcador racial com outros: gênero, geração, classe, sexualidade e território.

7.1 Jovens quilombolas e raça/etnia

Buscamos conhecer o que é ser um/a jovem quilombola, os espaços frequentados nas comunidades, as dificuldades, como é o acesso aos lugares na cidade, entre outras questões. Quando questionamos os/as jovens sobre como é para eles/as quando chegam à cidade, percebemos que não é fácil para os/as mesmos/as frequentarem alguns lugares, como podemos ver a seguir:

Roseane: E quando vocês chegam à cidade é fácil frequentar os lugares? Como é lá na cidade?

Kamili: A gente vai ninguém fala nada, mas você percebe assim o olhar.

Amina: O olhar meio diferente.

Aisha: Por exemplo, se você for a uma lanchonete que não é chique, mas digamos assim, que você tem mais acesso, você é tratado normal, mas quando você vai em um restaurante ou num bar que é um pouco mais chique, já vão lhe olhar torto, vão lhe olhar com preconceito já, e é tudinho, é tudinho... risos... é quem tá sentado, é o dono, é quem atende, já lhe olha torto.

Kamili: Você chega em uma loja o atendente fica só no seu pé, só no seu pé.

Aisha: É porque você é negra, é porque você é preta, aí fica olhando logo assim, e quando você tá desarrumada, aí pronto, ficam de olho, olham você, principalmente ali no Pérola [loja localizada no centro da cidade], tem o segurança que é um negão, também é uma pessoa negra, mas já olha diferente, porque assim acontece roubos, mas só porque uma pessoa negra entra em um lugar não quer dizer que ele vá roubar não.

(1ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Podemos perceber que as situações de discriminação são bem presentes na vida do/as jovens, e os/as mesmos/as estão cientes de que isso tem acontecido devido à questão da cor da pele que possuem. Também observamos o quanto, nessas situações de preconceito e discriminação racial, raça e classe estão inter-relacionadas. As jovens fizeram referência ao fato de que se o lugar que frequentam for mais acessível a uma classe favorecida economicamente, que denominaram como sendo “chique”, as situações de discriminação aumentam, ou seja, existem lugares onde os/as negros/as não são bem-vindos, são vistos como uma ameaça.

O preconceito existe por serem negros e também por serem moradores da área rural, e a escola tem sido o lugar onde o preconceito e a discriminação ganham relevo no contexto da área urbana, como podemos observar nos discursos a seguir:

Roseane: O grupo pode ir falando o que fizeram no cartaz?

Jamila: Então a gente citou os problemas enfrentados pela comunidade que é a falta da água potável, do transporte escolar, que já falaram, que sempre tá quebrando, e a superlotação, muita gente em pé no ônibus e também a discriminação.

Mara: Na escola, a gente vai fazer uns trabalhos, e até os professores mesmo, eles exclui você, só por você ser do sítio, eu já sofri isso em sala de aula.

Akil: Já também.

Mara: E isso não é legal, você ser excluída, e ela só dá atenção para outras pessoas, isso é chato, pra mim, era importante que eles prestassem a igualdade pra todo mundo na sala de aula, mas eles também não veem isso.

Jamila: E também eu escuto muita piadinha de mal gosto na escola, por exemplo, nos terceiros anos tem uns trotes, que acontece, aí eles dizem assim, eita vamos vim como o povo do sítio, de matuto. Como se a gente se vestisse de matuto, vestisse xadrez e tivesse o dente podre ... Risos gerais ... eu fiquei olhando assim, e disse: minha gente o povo do sítio não se veste assim não.

Akil: É como eles veem o povo do sítio, com aquelas camisas xadrez, aquelas calças no umbigo.

(1ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Percebemos, nesses relatos, que a escola tem funcionado como um lugar que reproduz as desigualdades já existentes em relação à população quilombola, um lugar que segrega, que hierarquiza as relações e que contribui para o fortalecimento da imagem de pessoas que moram nas áreas rurais como as matutas, que não sabem se vestir, se comportar.

Tais situações fazem com que em alguns espaços os/as jovens não revelem que moram nas comunidades:

Roseane: E com essa questão de ser quilombola, os jovens têm assumido essa identidade?

Jamila: Não, eu vejo assim, tem gente que vai estudar na rua e eles não dizem que é aqui do sítio, eu já vi muito isso, dizem que moram na rua aos amigos pra ser aceito.

Mara: Meus irmãos, toda vez que tã na rua, e alguém pergunta onde eles moram, eles inventam um lugar, pra não dizer que moram aqui, ou seja, eles não se assumem.

Aisha: Em qualquer lugar que a gente esteja, a gente tem que dizer quem você é, e onde você mora, se eu for na rua, no médico, ou em qualquer lugar que peça o endereço eu digo: coloque comunidade quilombola do Castainho, quando não é comunidade, porque tem gente que fica é o que? Eu digo coloque quilombo Castainho, aí colocam o endereço, eu coloco assim. Eu me represento assim, e não é nem mais sítio, que eu sei que aqui não é sítio.

(1ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Mesmo as jovens entendendo a importância de se assumir enquanto quilombola e algumas fazendo isto, também percebem que os/as que não se assumem é porque têm receio de não serem aceitos na cidade, haja vista as situações de preconceito e discriminação vivenciadas no espaço da escola e em outros espaços que as mesmas relataram. Outra questão que ainda podemos observar no discurso de uma delas é o quanto a mesma está ciente de que eles/as não são apenas jovens que moram em uma área rural, quando ela diz que aqui não é um sítio, é um quilombo, ou seja, reconhece a identidade étnica que constitui as pessoas do território quilombola.

A situação acima nos lembra também que foi criada a Lei 10.639 que determina a obrigatoriedade do ensino da cultura africana nas escolas, mas sabemos que nem todos/as os/as professores/as estão preparados/capacitados para trabalhar essa temática. Como aponta Munanga (2013) “alguns educadores não têm formação para ensinar a diversidade. Estudaram em escolas de educação eurocêntrica, onde não se ensinava a história do negro, não estudaram história da África, como vão passar isso aos alunos?” O referido autor pontua ainda a importância da formação dos/as educadores/as, para que os/as mesmos/as possam orientar seus e suas alunos/as por onde começou a cultura negra no Brasil, as provas de resistência e dignidade humana dos/as negros/as, pois o mesmo acredita que só assim a luta contra o racismo pode funcionar, se as pessoas aprenderem a valorizar a diversidade cultural.

Outra questão relatada por alguns e algumas jovens quilombolas é que acham que o preconceito é maior por serem moradores/as de uma comunidade quilombola do que por serem negros/as. O Conselho Federal de Psicologia (2017) chama atenção para o fato de que a

discriminação étnica é um desdobramento da discriminação racial (e não o contrário). Desse modo, “quando expressividades culturais e religiosas de negros e indígenas são debeladas, elas são em função do racismo (além da discriminação de classe), já que o racismo implica a continuidade entre corpo e mente e, por extensão, cultura” (CFP, 2017, p.29). Como podemos observar a seguir, o preconceito com a cultura quilombola é algo também vivenciado pelos/as jovens:

Amina: Quando o grupo da comunidade, sai pra se apresentar na cidade, tem preconceito com as danças, dizem que é macumba, não aceita a cultura.

Akil: Eu não sei, eu nunca passei por uma situação de ser maltratado [tem a cor da pele branca]. Mas quando eu fui estudar lá na cidade e disse que era do castainho, um menino olhou assim, e estranhou.

Dalila: Eu acho que tem mais preconceito em ser do Castainho, do que ser negro, porque uma vez que eu estudava no João da Mata [colégio na área urbana de Garanhuns], aí quando chamava negro do Castainho, o povo já começava, ave Maria... risos

(2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Quando realizamos uma oficina na área urbana e falamos sobre as comunidades quilombolas, esse preconceito vivenciado por essa população na escola também surgiu nos discursos dos/as jovens urbanos/as que já estudaram em instituições que tinham moradores/as das comunidades:

Roseane: O que vocês já ouviram sobre as comunidades quilombolas que têm aqui em Garanhuns? Vocês conhecem?

Benjamin: Que as pessoas não têm acesso à cultura, à educação, não tem acesso ao Ensino Médio. Mas é complicado, alguns têm pais analfabetos que não motiva os filhos a estudar, aí acaba dificultando também conseguir um emprego. Aí também tem a questão do preconceito, sempre acontece, eu estudei em uma escola da Cohab 2, que tinha pessoas de lá, as pessoas começam a falar quando chega alguém de lá, é do Castainho, vige Maria. Se lá tivesse escolas de Ensino Médio, Escola Técnica, teriam mais oportunidades de estudar, e acabar com a dificuldade que na área rural tem de acessar a cultura, seria um ponto, o governo, o município, investir em projeto de cultura, aula de teclado, instrumento, coisa do tipo, decisões para combater o preconceito.

Aiane: Já ouvi que o pessoal lá passa muita necessidade. A qualidade de vida é ruim, não tem saneamento básico é um problema, e até a questão dos banheiros. Existia um projeto que reservaram local para fazer os banheiros lá, porque eles não têm, eles usam latrina.

(1ª oficina realizada na área urbana).

Vê-se que as situações de preconceito vivenciadas na escola pelos/as quilombolas também foram percebidas por quem não é do quilombo. Outra questão é a visão de quem não conhece as comunidades, são vistas como um lugar de grande precariedade. No discurso da jovem ela relatou que ouviu que lá eles usam latrina. Algo que é bem do passado, pois atualmente todas as casas são de alvenaria, com banheiros dentro de casa. Esse

desconhecimento também faz com que o preconceito seja potencializado. Quando eu comentei em uma oficina que a co-facilitadora não conhecia as comunidades, era a primeira vez que estava indo lá, uma das participantes perguntou:

Aisha: Mas você não pensava que aqui tinha canibais não né? Teve um tempo assim há uns anos atrás que uma pessoa fez uma pergunta a minha prima, minha prima tava estudando na cidade, e se apresentou, disse que morava no Castainho e se assustaram, e lá come gente é? Risos gerais ... como se [pausa] não gente, nós somos seres humanos, como se, a gente só briga de vez em quando, mas é normal.

(1ª oficina realizada na comunidade quilombola).

As comunidades são vistas por algumas pessoas da cidade como um lugar precário, os matutos do sítio, os selvagens, e isso tem efeitos diversos na vida dos/as quilombolas. Bhabha (1998) problematiza a construção e a desconstrução da identidade do Outro através dos Estudos Pós-coloniais³. Chama atenção para o modo como o Outro colonizado é caracterizado pelo discurso do colonialismo de forma depreciativa. O colonizador apresenta o colonizado como uma população degenerada, e com bases em teorias raciais, justifica a conquista de uma nação em todos os seus aspectos sociais e culturais. Para Bhabha, essa é uma das estratégias mais ardilosas e eficazes do poder colonial. O que marca essa despersonalização do colonizado é a coletivização dos indivíduos por meio do colonizador. Não são vistos como indivíduos, são vislumbrados a partir de um corpo coletivo, o ser não é considerado em sua particularidade ou individualidade, mas se perde na massa coletiva de colonizados. Nessa perspectiva o colonizado é quase um não humano.

Essa visão em relação aos/as quilombolas faz com que alguns/mas omitam a identidade e com que outros/as não queiram ir estudar na cidade, ou quando vão, não se sintam bem em estar naquele lugar, como nos relatou a gestão da escola no período que estávamos realizando a observação participante, em uma das nossas conversas:

A gestora relatou que tem feito um trabalho com os alunos/as no sentido de fortalecimento, porque eles são muito retraídos quando em contato com pessoas de outras localidades, entre eles não, eles na comunidade e na escola são de uma forma, quando vão para a cidade ficam de outra, tanto é que alguns alunos têm dito que vão reprovar para não ir estudar na cidade, já que lá só tem até o 9º ano (Diário de campo - 09/12/2016).

³ Os estudos Pós-Coloniais emergiram sob a influência dos Estudos culturais, mas de certa forma se emancipando deste em função do seu objeto de estudo: o mundo colonial. Grande parte da produção intelectual efetivada no seio da corrente pós-colonial é devedora dos “subalternity studies” que concentra a produção reflexiva a partir da Índia. Os estudos Pós-Coloniais analisam os efeitos políticos, sociais e principalmente os efeitos identitários que os países colonizados sofreram e sofrem mediante o processo de colonização e descolonização. Através da literatura, narram e problematizam os aspectos culturais herdados da cultura colonizadora, e a partir dessa percepção, as narrativas pós-coloniais vislumbram a construção de novos valores para se pensar a identidade do colonizado, minimizando as influências das nações imperialistas (NEVES; ALMEIDA, 2012).

Quando alguns/mas estudantes desistem de estudar ou dizem que preferem reprovar de ano para não irem estudar na cidade, muitas vezes são vistos como preguiçosos, que têm oportunidades na vida, mas não sabem aproveitar, como os/as que não querem nada na vida. Esses foram discursos construídos nas comunidades, proferidos por jovens e adultos. Mas por trás dessa negação, dessa desistência, há muitas questões que nem todos/as compreendem. O racismo, classe, gênero e território produzem efeitos nas experiências dos/as jovens que repercute na autoestima, na saúde, nos projetos de vida.

Leydyanne (co-facilitadora): Eu fiquei curiosa com uma coisa que você falou que têm diferenças nos tons de pele aqui, tem umas pessoas que são mais claras, as pessoas se diferenciam aqui?

Aisha: Sim, por exemplo, você vê uma pessoa que tem a pele mais clara, mas por seu pai e sua mãe morar no quilombo e ser negro, conseqüentemente, como é que eu posso dizer, o sangue que corre nas suas veias também é negro, então essa pessoa se acha, quando é um pouco sem ser muito escura, diz que não é negra, não diz que é negra, diz que é parda, mas não diz que é negra.

Amina: Moreno, também tem umas mães que quando vão fazer a matrícula da escola, perguntam, sendo negro e elas colocam amarelo ou pardo, tem que colocar negro, se é negro, é negro, mas tem vergonha de falar que é negro.

Roseane: Vocês acham que elas fazem isso por quê?

Amina: Ela tá sendo preconceituosa com ela mesma.

(1ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Mais uma vez é abordada a dificuldade de alguns/mas se reconhecerem como quilombolas e como negros/as. Durante o período das observações e das conversas com alguns/mas profissionais que atuam nas comunidades, os/as mesmos/as relataram que quando é para solicitar algum benefício, no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, ou na cidade, eles/as afirmam serem quilombolas, quando não isso é negado. Ficamos pensando que o uso dessa identidade étnica/racial é feita de modo estratégico, nos momentos e lugares que eles/as sabem que podem ficar sujeitos a sofrer algum tipo de preconceito, discriminação isso é omitido, mas no momento em que conseguirão algum benefício isso é assumido, então, isto pode estar sendo realizado pelos/as mesmos/as como uma forma de proteção.

Sobre essa questão de assumir a identidade em alguns momentos, lembramos o que Spivak (2003) chama de essencialismo estratégico. A referida autora evidencia a necessidade deste posicionamento conjuntural por parte de novos movimentos sociais, permitindo um tipo de essencialismo identitário momentâneo e solidário, como meio a partir do qual algumas conquistas poderiam ser alcançadas.

Sabemos que esse não assumir-se tem relação com os efeitos do racismo estrutural que se manifesta de diferentes formas no Brasil, seja de modo mascarado, seja de modo direto colocando para população negra que essa é inferior, de menor valor do que os/as brancos.

Uma jovem quilombola falou também sobre a falta de conhecimento dos/as quilombolas sobre sua cultura, suas origens, como algo que dificulta eles/as se reconhecerem como tal. Por mais que seja importante também ter esse conhecimento da cultura, da identidade étnica para que o reconhecimento ocorra, o que está por trás vai além disso, é mais um dos efeitos do racismo.

Amina: [...] tem muito jovem que mora aqui e não sabe a sua própria origem, nem a história daqui do Castainho, como surgiu, tem muita gente que se você perguntar tu sabe a história do castainho? Não sei. Isso é uma vergonha pra um descendente de quilombola morar aqui e não saber da sua própria história, aí poderia ter também um projeto específico, o pessoal da comunidade mesmo, ter uma sala, para os jovens em um dia da semana, que todos pudessem vir, e saber da sua história e da sua tradição, porque tá acabando.

(2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Percebemos, nas nossas conversas com os/as moradores/as, que eles/as se diferenciam também pela tonalidade da cor da pele. Alguns/mas que têm a pele mais clara não se consideram negros/as, há aqueles/as que mesmo não tendo esse fenótipo, possuem uma compreensão de que existem outras questões que fazem com que se considerem negros que não estão relacionadas só à cor escura da pele. Vimos também que esses/as que não se consideram negros/as se referem aos de pele escura com xingamentos, como podemos ver nesses discursos:

Layla: Na comunidade, o povo fica falando da pessoa, por exemplo se eu to passando aqui, eles já ficam xingando dizendo nome com a pessoa. Minha mãe é uma das primeiras, ela tem preconceito, ela é muito preconceituosa, aquela velhinha, fica dizendo coisa.

Akin: Porque tem família que do pai ao último filho é preconceituoso, na minha família também, tira 3, 4 que não é preconceituoso, é gostar de chamar macaco, negro, essas coisas.

Layla: É, mainha fala isso.

Akin: É chamar macaco, me dá tanta raiva quando chama macaco, eu olho assim, se não fosse minha tia eu ia jogar um processo agora nas tuas costas, no instante tu ia vê. Eu não gosto de tá chamando ninguém de macaco, chamar a pessoa de macaco, gosto não.

(2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Esses xingamentos nos lembram a ideia de colorismo, que é mais uma faceta da discriminação racial. O colorismo é um tipo de discriminação, em que quanto mais escura a tonalidade da pele de uma pessoa, maior as suas chances de sofrer exclusão na sociedade. Também denominado de pigmentocracia, o colorismo tende a elaborar e definir as pessoas pelo fenótipo. Assim, a tonalidade da cor da pele nessa perspectiva é fundamental para o tratamento que receberá da sociedade, independentemente da sua origem racial (SILVA, T., 2017). Sobre esse assunto, Brah (2006), ao falar sobre a realidade do racismo na Grã

Bretanha, usa o termo “cromatismo”, para se referir à base de diferenciação entre negros também segundo a lógica do tom mais claro ou mais escuro da pele. O que fez com que “os ativistas africano-caribenhos e sul-asiáticos na Grã-Bretanha tomassem o termo emprestado ao movimento do Poder Negro para estimular uma rejeição ao cromatismo entre aqueles definidos como ‘pessoas de cor’ na Grã-Bretanha” (BRAH, 2006, p. 334).

O jovem relata que é chamado de “macaco”, e isso nos remete a animalização do negro/a. A objetificação e desumanização do/a negro/a é um dos instrumentos de opressão e ao longo dos anos serviu de manutenção de uma considerada “ordem” da sociedade, utilizada para manterem esses corpos adestrados a exercerem os papéis e ocuparem os espaços que a eles/as são destinados e que se perpetuam historicamente, na sexualização e coisificação do corpo da mulher negra, na atribuição da selvageria aos negros/as, animalização e incivilidade. Percebemos também, nos discursos acima, que esses xingamentos ocorrem no interior da comunidade, mas há certa concessão porque, sendo da comunidade, essas situações são percebidas de outra forma, têm outro peso, ou seja, entre eles/as isto até é permitido, mas se forem pessoas que não são de lá, essas situações não são admitidas e veem na judicialização um meio a recorrer para resolver essas situações.

Isto também nos faz pensar sobre o que ressalta o Manual de Referências Técnicas para Atuação dos psicólogos/as, publicado em 2017: o conceito de racismo não contempla a possibilidade de uma pessoa negra ser racista contra outro indivíduo negro, mesmo considerando que haja no Brasil uma variação significativa no matiz de cor de pele dos/as negros/as (dos/as mais escuros/as aos mais claros/as), do ponto de vista histórico e conceitual, não é possível considerar que os/as mais claros/as, por exemplo, oprimam os/as mais escuros/as. Ainda nos chama atenção para o fato de que se uma pessoa negra não gosta de outra negra, ou não quer se vincular a um/a negro/a, isto seria uma defesa psíquica contra a violência vivida há longa data, a não vinculação é uma defesa à ideia de ser visto como inferior (CFP, 2017).

Ainda sobre a animalização do negro/a, Evaristo (2009) afirma que essa é uma forma bem presente na literatura brasileira, usada para representar o/a negro/a, em que esse/a ora é visto como um sujeito afásico, possuidor de uma meia-língua, ora como detentor de uma linguagem estranha e ainda incapaz de apreender o idioma do branco, ou ainda como alguém anteriormente mudo e que, ao falar, simplesmente imita, copia o branco. O que revela o espaço não-negociável da língua e da linguagem que a cultura dominante exerce sobre a cultura negra.

As/os jovens também fizeram referência aos discursos sobre os tipos de cabelo:

Aisha: Sim, o cabelo, por exemplo, é a gente percebe que muitas pessoas daqui alisam o cabelo, de fora também alisam, e quando você quer assumir sua identidade, quer dizer sou negra, nasci assim, meu cabelo vai ser assim, porque eu quero, não é só pela identidade, é porque eu quero, eu me aceito assim, aí você escuta: ah cabelo, tá igual o cabelo de Betânia, aquela cantora, sabe, ou senão diz outros nomes, porque Betânia é o nome bonitinho, dizem outros nomes, é esse tipo de preconceito, com o cabelo.

Akil: Cabelo de vassoura.

Aisha: De alma.

(2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

O cabelo crespo é uma das características fenotípicas vista como negativa e sempre posto em comparação desfavorável aos ideais estéticos etnocêntricos. A visão do cabelo crespo como sendo “ruim”, “duro”, “bombril” em oposição ao cabelo liso, que é considerado “bom”, produz efeitos na forma dos/as negras se relacionarem com o próprio corpo, principalmente as mulheres. Os xingamentos e a desvalorização do cabelo crespo fazem com que algumas não se sintam bem, e procurem, na indústria dos cosméticos, através do alisamento do cabelo, um meio de lidar com isso.

Nas comunidades quilombolas estudadas, muitas das mulheres jovens e adultas alisam os cabelos. Em conversa com uma jovem quilombola, a mesma relatou: “Eu trabalho arrumando cabelo das pessoas daqui da comunidade, nos dias de sábado, às vezes, arrumo quatro cabelos, eu vejo as pessoas de Recife andam com os cabelos bagunçados, mas o povo daqui querem fazer chapinha, fazer progressiva, alisamento” (Diário de campo, 14/11/2016).

O cabelo crespo, cacheado que é símbolo da negritude, uma marca identitária dos/as negros/as, também tem passado por mudanças nas comunidades. E para algumas pessoas do quilombo é visto como negativo: “era bom aqui na comunidade ter um curso que motive os adolescentes, poderia ser um curso de desenho ou curso de cabelo afro, porque muita gente aqui tem os cabelos ruins, aí precisa botar aqueles negócio de cabelo afro” (Diário de campo, 03/01/2017).

bell hooks (2005) relata que alisar o cabelo era um ritual entre as mulheres que acontecia aos sábados, nas cozinhas das casas, era um modo que elas tinham de ficarem juntas por um tempo, longe dos homens, e de desenvolverem vínculos afetivos. Durante os anos 1960, os negros que trabalhavam ativamente para criticar e desafiar o racismo, sinalizavam a obsessão dos/as negros/as com o cabelo liso, sendo essa um reflexo da mente colonizada. Foi nesse momento, que os penteados afros, principalmente o black, entraram na moda como um símbolo de resistência cultural à opressão racista e foram considerados uma celebração da condição de negro. O contexto do ritual desapareceu, não havia mais a formação de vínculos íntimos e pessoais entre as mulheres negras. Sentadas

embaixo de secadores barulhentos, as mulheres negras perderam um espaço para o diálogo, para a conversa. Sem os rituais que faziam parte da experiência das negras, o alisamento passou cada vez mais a ser um significante da opressão e da exploração da ditadura branca.

Essa questão do alisamento do cabelo remete, ainda, ao que as teorias sobre branqueamento abordam, que seria a adoção do não branco por normas, valores, comportamentos e culturas associadas ao universo branco, com o intuito de ser reconhecido como detentor de uma identidade racial positiva (PIZA,2000). Assim, a mudança estética do cabelo seria uma forma de aproximar-se do ideal de beleza, que é o cabelo liso do/a branco/a, e essa é mais uma faceta do racismo que se intersecciona com gênero, e classe social. Também vimos que não são todas as mulheres da comunidade que financeiramente podem estar alisando os cabelos, fazendo escova, chapinha. E se essas já enfrentam dificuldades de várias ordens, têm que lidar com mais essa questão em suas vidas.

Em uma das oficinas que realizamos, pensando especificamente sobre as questões de preconceito e discriminação racial articulado com gênero, sexualidade e classe, trabalhamos com os/as jovens através de narrativas. Entregamos o começo de uma história e os/as mesmos/as em duplas ou trios davam continuidade, pensando um desfecho para a mesma. Escrevemos os inícios das narrações que foram trabalhadas com base nas informações que já havíamos construído nas comunidades e na periferia, assim em algumas dessas falamos também sobre o uso de álcool no intuito de ver de que modo esse se relaciona com situações de opressão, desigualdades e resistência dos/as jovens, uma vez que, principalmente no quilombo era frequente falarem sobre situações envolvendo o uso de álcool. Ressaltamos ainda o uso desse recurso, como um meio potente para abordar temas complexos com jovens, pois o mesmo, de uma forma mais lúdica, facilita a reflexão. Vejamos a seguir uma das histórias construídas com os/as quilombolas:

Amina: A gente ficou com a história 1: Uma jovem mulher negra que aparentava ter 20 anos, após finalizar mais um dia de trabalho, entra no bar e pede uma dose de Pitú. Neste bar estavam alguns homens e alguns casais e...

Continuidade da história construída pela dupla:

Malaika: A jovem envergonhada parou e observou ao seu redor que era a única negra que estava no estabelecimento, as pessoas começaram a observá-la com um olhar diferente, e passou a constranger a jovem. Os homens começaram a soltar piada de mal gosto, chamando ela de negra do cabelo duro. Um dos casais que estava lá se levantou e falou: qual o direito que vocês têm de constranger a moça só porque ela é negra? Fiquem sabendo que somos todos iguais, independente de cor, religião e classe social. A moça estava muito triste daí olhou para o casal e agradeceu e falou que

independente se ela era branca, negra ou parda ela tinha direitos iguais. Esses homens que soltaram piada com ela pediram desculpas a ela e falaram que nunca mais iriam fazer nem com ela, nem com ninguém.

Amina: Não sei se ficou bom... risos.

(2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Podemos observar algumas questões presentes na construção da história por jovens que são negras e quilombolas. Na narrativa, pelo fato da jovem ser a única negra no local, ficou envergonhada, o que nos revela como os/as negros/as se sentem em alguns lugares, como as situações de preconceito e discriminação têm efeitos na autoestima dos/as negros, e como estes/as também têm receio do que pode acontecer com os/as mesmos/as dependendo do lugar que estejam. O fato de ser a única negra no local fez também com que ela fosse agredida verbalmente, agredida por homens brancos, o que nos diz como a cultura sexista, patriarcal, racista é muito presente, e que só depois da intervenção de um casal de pessoas brancas, os agressores perceberam que estavam errados e se desculparam com a jovem negra. Embora a história construída tenha uma narrativa marcada pela opressão, no fim, traz-se uma perspectiva do confronto pela via do argumento e a mudança de atitudes dos agressores. A reação das pessoas em relação a jovem negra no bar, leva-nos a refletir sobre como o/a negro/a é um corpo-abjeto, que não tem uma dimensão simbólica positivada, uma inscrição na história valorizada.

Continuamos questionando as jovens sobre a história:

Roseane: E onde é que essa jovem poderia trabalhar? No começo da história diz que é uma jovem negra de 20 anos, que após finalizar mais um dia de trabalho entra no bar e pede uma dose de Pitu.

Amina: Ela podia trabalhar em casa de família, porque ela é negra, e o país é bem racista, e assim acho que ela tinha trabalhado o dia todo, tava exausta, estressada, e foi no bar tomar uma dose de Pitú pra se distrair ou não... risos

Jamila: É isso, porque ela trabalhou o dia todo, aí tem que tomar uma cachaça pra desaparecer... Risos gerais.

(2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

O trabalho doméstico é algo que sempre foi delegado, principalmente às mulheres negras, uma herança do período da escravidão. Raça, classe e gênero são sistemas que produzem opressão e desigualdades nesse âmbito, e podemos observar que muitos/as exercem essa função sem a garantia dos direitos trabalhistas. Nas comunidades quilombolas é algo bem presente na vida das jovens e adultas trabalharem como domésticas na cidade.

Em Pernambuco, de acordo com os dados da PNAD - 2015 (OLIVEIRA, 2015) um total de 227.959 pessoas, sendo 93% de mulheres e 7% de homens ocupavam a categoria do trabalho doméstico. Cerca de 92% dessa população estão situados na zona urbana e 8%, na zona rural. As mulheres negras representavam 72% desse contingente de mulheres ocupadas

no trabalho doméstico, e 28% eram mulheres brancas. Esta predominância das mulheres negras em Pernambuco é superior à média nacional, que é de pouco mais de 60%. Quase três anos depois da implantação da obrigatoriedade de recolhimento do FGTS para empregadas domésticas no País, por meio do e-Social, o trabalho doméstico ainda aumenta através da informalidade. No segundo trimestre de 2018, havia 127 mil trabalhadores domésticos a mais do que no mesmo período de 2017 (PNAD, 2017).

Em uma pesquisa realizada por Bernardino-Costa (2015), foram vistos, nas narrativas das trabalhadoras domésticas, vários relatos de discriminação racial e de classe realizadas também por outras mulheres, que eram as patroas. Com isso pôde ser observado que a categoria “mulher” não fez com que existisse solidariedade quando a diferença de classe e raça se fez presente. Isto também foi possível percebermos no presente estudo. Em um dia de observação, estava em uma lanchonete que foi aberta na casa de uma moradora, conversando com duas jovens. Neste momento, chega da cidade uma mulher negra quilombola que aparentava ter uns 40 anos.

Quando olhei para a direção que a mesma se dirigia, vi que essa mulher, mal estava aguentando andar, dava pequenos passos e percebia-se a dificuldade. Uma das jovens perguntou se ela estava melhor, foi quando eu soube que há dias que ela estava com fortes dores na coluna, e nos relatou que mesmo assim não havia sido liberada do trabalho. Falou em um tom de revolta, pois sua patroa, mesmo vendo que ela estava sem condições, mandou que naquele dia ela passasse ferro em várias camisas do marido, e a trabalhadora para não perder seu emprego, mesmo sem condições fez isso, o que agravou ainda mais suas dores (Diário de campo – 14/11/2016).

Com isso, percebe-se que as relações de poder presente nos sistemas de classe, raça e gênero colocou essas mulheres em posições diferentes e desiguais. Ficamos pensando que, se ela mesmo doente não pôde faltar ao trabalho para cuidar da saúde, é porque os direitos trabalhistas têm sido negados. Segundo Carneiro (2003), a identidade de gênero não se desdobrou naturalmente em solidariedade racial intragênero, conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres. Para ela, o mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos movimentos negros brasileiros.

Isso também nos remete ao que Lugones (2014, p. 942) fala sobre o sistema de gênero, que esse “é não só hierárquico, mas racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade e, portanto, gênero às colonizadas”. Sendo assim, não dá para olhar para a empregada negra, pobre e a patroa branca de uma classe favorecida economicamente como

sendo “mulheres”. Para a primeira, embora saibamos que ambas sofrem desigualdades a partir da posição que se encontram, a opressão desses sistemas é desumana.

Questionamos, ainda, sobre os comentários que a jovem da narrativa acima que trabalhamos na oficina poderia ouvir no bar:

Roseane: E os comentários no bar vocês acham que eram por quê? Por ela ser mulher, negra, por está bebendo? Por que era?

Jamila: Principalmente por ela ser negra.

Amina: É por ela ser negra, mulher e jovem também.

Roseane: Se fosse uma mulher jovem branca no bar que entrasse e pedisse essa dose de Pitú? O que vocês acham que as pessoas iriam comentar?

Malaika: Nada.

Amina: Ia sim, por ela ser mulher, porque mulher não é igual ao homem, porque ainda existe o machismo, mulher não pode sair à noite e homem pode, aí se uma mulher entra no bar e pede uma dose de Pitú, aí vai dizer olha essa mulher é isso, é aquilo. Aí o homem chega e pede uma dose de Pitú dão e não falam nada, mas quando é uma mulher, o machismo já vai em cima.

Malaika: Realmente.

(2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Podemos perceber também o quanto as relações desiguais de gênero estão presentes nas comunidades quilombolas, pois, nessa narrativa, as jovens trazem o que acontece na localidade que moram. Estão cientes de que, por ser uma pessoa que é negra, jovem e mulher, ao chegar em um bar, é diferente do que ocorre com um homem mesmo que esse seja negro e jovem. Isto observamos também quando realizamos a pesquisa em 2013, sobre os significados do uso de álcool. As mulheres que fazem uso de álcool nos bares ficam sujeitas a sofrerem vários tipos de violência, não são vistas como mulheres “direitas” que “servem para casar”. Se já forem casadas e estiverem nos bares desacompanhadas é porque o marido não sabe colocar “moral” e “tomar conta da sua família”, podendo o mesmo ter sua masculinidade questionada. E, quando isso ocorre, mais uma vez, recaem sobre as mulheres as consequências, porque esses homens para “provar” a masculinidade agredem as companheiras, inclusive, nos espaços públicos.

Continuamos conversando sobre a narrativa da jovem negra e questionamos sobre os estudos:

Roseane: E essa jovem negra, ela estuda? Só trabalha ou trabalha e estuda?

Amina: Creio que 20 anos né, tenha terminado, esteja fazendo uma faculdade, estudando e trabalhando ou não.

Roseane: Digamos que ela terminou o ensino médio, é fácil pra essa jovem conseguir um emprego?

Amina: É, e não é, porque o mercado tá exigindo pessoas qualificadas e se ela não é, só tem o ensino médio.

Jamila: Eu acho que é porque hoje existe muitas cotas pra gente de baixa renda e negra, específica pra essas pessoas que querem ingressar assim na Universidade, e tem outras coisas, que dá pra entrar.

Amina: Mas, pra o negro é mais fácil ainda.

Jamila: É, só não entra se não quiser.

Amina: É, se não estudar.

Roseane: O negro é mais fácil, como assim?

Amina: A gente é quilombola, pra gente fazer um ENEM tirar nota boa, entrar em uma Universidade é mais fácil do que o pessoal que mora na rua, porque a gente tem mais chances porque é quilombola.

(2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Observamos que, embora, as jovens tenham conhecimento das cotas para negros/as, para os/as quilombolas, a noção de como as desigualdades raciais e de classe interfere nesse processo não se apresentou nos discursos acima. Outra questão: quando relataram que para o “negro é mais fácil”, “não entra se não quiser”. Isto nos lembra a ideia de democracia racial, que foi criada para justificar a existência de uma suposta convivência harmoniosa entre brancos/as e negros/as, ambos desfrutando de iguais oportunidades de existência. Ideia essa que dificulta o tratamento adequado de problemas sociais oriundos de relações raciais, e contribui para a manutenção de uma lógica excludente dos/as negros/as (CFP, 2017). Esses discursos, a partir de um racismo internalizado, ao propagarem a ideia enganosa do mérito, desconsideram que o racismo causa insegurança e sofrimento psíquico, o que pode dificultar o desempenho do/a estudante e a busca para realizar um ENEM, por exemplo, entre outras questões.

Na oficina que trabalhamos com as histórias, fizemos uma atividade também sobre expressões racistas, em que os/as participantes escolhiam uma das expressões que levamos e comentavam o que pensavam sobre ou o que já haviam escutado. A seguir, o relato de uma jovem quilombola:

Amina: Eu escolhi “serviço de preto” porque lá em Garanhuns tem muita loja que é preconceituosa que não pega negro, às vezes coloca o negro como segurança. Só que toda pessoa tem capacidade de crescer na vida independente de que cor seja. Vamos supor aqui no sítio quando eu fui colocar o currículo lá na loja, eu pensava que eu não ia ser chamada quando eu coloquei a foto, eu pensei negra não vou ser chamada, mas eu sei que lá não é uma loja preconceituosa, ela quer que você cresça cada vez mais, e eu me identifiquei lá. E serviço de preto tem muita gente que diz olha os nego do Castainho, só trabalha na enxada, não é, a gente tem muita oportunidade é que os jovens não sabe aproveitá-la.

(2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

A jovem quilombola relatou sobre o receio de não ser contratada por ser negra, pois a mesma já sabe que isso é uma realidade do contexto do qual ela faz parte. Além de haver um diferencial de raça e gênero, a intersecção destes marcadores leva a uma considerável desvantagem no que diz respeito à forma de inserção no mercado de trabalho e, principalmente, às disparidades de rendimentos. Apesar de a educação ser uma variável

determinante no processo de ascensão social e obtenção de status ocupacional, existe um forte diferencial no retorno do investimento em formação, evidenciando o caráter discriminatório do mercado.

Considerando o mesmo nível educacional, os homens negros, embora recebam em média menos que os homens brancos, estão em vantagem em relação às mulheres negras. Isto se deve, sobretudo, à distribuição dos trabalhadores, em níveis hierárquicos e setores da economia, condicionada fortemente pelas relações de gênero. Todavia, no que se refere às mulheres brancas, segmento com maior nível de escolaridade, apresenta remuneração média maior que homens e mulheres negras. Além disso, os efeitos da segregação racial demonstrada na forma como os indivíduos acabam participando do mercado de trabalho, em diferentes posições, setores de atividades e níveis hierárquicos, reflete na diferenciação salarial entre negros e brancos, mesmo que apresentem a mesma escolaridade (SILVA, 2013).

Ainda sobre as expressões, as jovens quilombolas falaram sobre o termo mulata:

Jamila: Eu peguei “mulata”, porque é como ela disse, é com preconceito, mas, às vezes, as pessoas falam não com preconceito é com medo de machucar, entendeu, falam ô mulata, ô morena, ô... sei lá, outras cores para a pessoa não se sentir ofendida, eu fico com raiva quando alguém me chama de morena, eu sou preta.

Amina: É um gesto carinhoso, pra alguns.

Jamila: Mas tem gente que ainda insiste em chamar morena ou mulata pra não ofender, mas não existe.

(2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Podemos observar nesse diálogo entre as jovens, o quanto uma delas possui o conhecimento de que algumas dessas expressões são mais uma faceta do racismo, quando uma diz as pessoas com medo de ofender chamam mulata. E o quanto a outra acha que é uma forma carinhosa de se referir às mulheres negras, que é o que várias pessoas vão dizer também. Mas isso nos remete ao que as pesquisas em linguística já falaram sobre o quanto a língua influencia o pensamento e a ação, então reavaliar o vocabulário não é uma questão de cortesia, de exagero, quando olhamos para todas as formas de preconceito, discriminação vivenciada pela população negra. Estarmos atentos/as ao vocabulário é um exercício importante de crítica e transformação social.

A construção da categoria mulata foi estudada por Mayer (2010), a mesma viu que essa surgiu do próprio racismo e do machismo incrustado nas relações sociais brasileiras. A mulata atravessa a história brasileira mantendo seu cargo de símbolo sexual até os tempos atuais. Seu lugar está no samba, no carnaval, categorias também sexualizadas, transformadas em ícones brasileiros da ideia construída de que no Brasil existe uma democracia racial.

Enquanto o mulato – agente ativo - traz ao Brasil o título de campeão da Copa do Mundo, a mulata – agente passivo - apenas se exhibe, buscando o cortejo dos homens. A negra, por sua vez, tornou-se um personagem de traços masculinos, marcada pelo trabalho que lhe nega feminilidade e beleza. O branqueamento impõe às negras que buscassem atributos de mulata, e a todas às mulheres que busquem traços brancos. A mulata, portanto, nada mais é do que uma negra esbranquiçada.

Em outro momento, algumas jovens proferiram um discurso da ausência de preconceito em relação aos/as negros/as e do uso do termo negro/a não como uma ofensa, como acima já abordamos, mas para algumas pessoas do contexto quilombola esse é um apelido, “nego, nega”:

Dalila: Eu acho que isso de preconceito de negro não tá tão assim não, acho que isso aí já faz tempo que isso aí aconteceu.

Jani: Acho que não existe mais esse negócio de preconceito não.

Dalila: É porque, eu acho assim no caso desse povo fica só esperando alguém dizer negro, aí corre pra cadeia, pra dá parte, às vezes, não é nem a mal intenção de chamar a pessoa de negro urubu, mas não, já querem indenização⁴, tirar o que a pessoa não tem.

Jani: Porque aqui mesmo no sítio tem um monte de gente que tem apelido de negro, de preto, neguinha, de preta, eu não sei não.

(2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

O racismo é algo que acontece na sociedade de forma, muitas vezes, tão disfarçada, que faz com que as próprias pessoas que vivenciam as consequências do mesmo não o reconheçam. Essa questão dos xingamentos nos lembra o estudo realizado por Zanello (2008), em que foi visto que esses são um sintoma que apontam para o modo de organização de uma sociedade, um modo de funcionamento da economia libidinal que diferencia papéis e prescreve comportamentos, atribuindo-os aos diferentes sexos, e naturalizando as desigualdades de gênero. O xingar é ato de fala que não apenas repete os valores sociais, mas os reafirma. Os xingamentos veiculam uma prática baseada nos valores atribuídos aos diferentes gêneros. E nos discursos acima por mais que os/as jovens tenham negado que não xingam por conta da cor, mas o gênero é constituído por raça, classe e sexualidade, entre outros marcadores de diferença.

⁴Importante lembrarmos que perante a Lei existe uma diferença entre injúria racial e racismo. Injúria racial é especificada no artigo 140 do Código Penal, terceiro parágrafo. É quando se ofende uma ou mais vítimas, por meio de “elementos referentes à raça, cor, etnia, religião e origem”. É um crime inafiançável e prescreve em oito anos, a partir do momento da injúria. A pena de reclusão é de um a três anos, mais multa. Racismo é previsto em lei específica, a 7.716/1989. É um crime contra a coletividade e não contra uma pessoa ou grupo específico. Pode ser tanto dizer “todos os negros são macacos”, como recusar acesso a estabelecimento comercial ou elevador social de um prédio. O crime de racismo é inafiançável e imprescritível. A pena também vai de um a três anos e multa.

7.2 Jovens da periferia urbana e raça/etnia

Na oficina com os/as jovens urbanos, trabalhamos também com histórias, a exemplo da que segue: História 2: Um jovem negro morador da periferia começou a estudar em uma escola no centro da cidade...

Dante: E todos os dias na escola sofria preconceito, já não estava aguentando mais a discriminação e o preconceito. Meses depois começou suas amizades com outras pessoas, mesmo assim, ele sofria e, agora, sofria junto com seus novos amigos. Ele tomou uma decisão, levou até a delegacia, e mesmo assim, ainda continuou sofrendo o preconceito e a discriminação, ele decidiu então sumir com sua vida para sempre, cometeu suicídio.

Nina: Esse texto está parecendo com a carta do menino [...] que se matou, que ele se matou e deixou uma carta, que tá bem parecida, o começo está igual. Ele contou na carta, que ele sofreu muito preconceito na escola.

Aiane: Sofria demais e porque poucas pessoas sabiam do relacionamento dele, porque se soubessem, misericórdia, ele morava com um homem.

(2ª oficina realizada na área urbana).

Nessa continuidade da história, os/as participantes construíram uma narrativa a partir do caso de um jovem que eles/as conheciam e que se suicidou, segundo os/as mesmos/as, este estudante estava sofrendo discriminação por ser negro e por ser homossexual.

Roseane: Pensando na situação que vocês trouxeram, a história do suicídio por conta do preconceito racial, da discriminação. Vocês acham que isso pode acontecer?

(Várias conversas ao mesmo tempo).

Apolo: Pode, sem ajuda psicológica, sem ajuda dos familiares, pode-se chegar a isso, é porque é tipo assim, você nunca sabe o que acontece na vida da pessoa. E aconteceu né? Com o nosso colega.

Doris: A pessoa já é negra e sofre preconceito e vai na escola tentar dar o melhor de si e outras pessoas se colocam por cima, é como se fosse uma bola de neve que vai crescendo, crescendo, no final explode.

Aiane: E ele sofria preconceito aqui na escola e na família por ser homossexual também.

(2ª oficina realizada na área urbana).

As situações de preconceito e discriminação racial de modo interseccionado com as situações de homofobia pelo relato dos/as jovens levaram um jovem negro homossexual a cometer suicídio. Fizemos uma pesquisa nas bases de dados do Scielo, da Biblioteca Virtual de Saúde - BVS, e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, e não encontramos estudos específicos na Psicologia que abordem essa realidade. Com isso ficamos pensando: por que essa parcela da população não se encontra nos estudos sobre comportamento suicida? Onde se encontram os corpos jovens negros/as nos estudos sobre suicídio? E onde se encontram os corpos negros/as LGBTTs? O racismo é um dos determinantes das condições de saúde, o que resulta em altas taxas de morbidade e mortalidade da população negra e na existência de desigualdades e iniquidades. Os efeitos do racismo na subjetividade negra fazem

com que negros/as se reconheçam enquanto indivíduos inferiores (ERIBON, 2008). O suicídio realizado pela população negra não é um fato atual, ocorre desde o período da escravidão, quando alguns preferiam morrer a viver em situação de degradação humana (AGUIAR, 2012). Mas, se no período da escravidão, certas vidas não eram qualificadas como vidas, atualmente essa mesma lógica permanece e permeia as relações sociais.

A violência em relação aos jovens LGBTTs é grande, visto através do número de homicídios todos os dias decorrentes de atitudes preconceituosas e discriminatórias em relação a essa população. Os casos de suicídio juvenil, muitas vezes, têm sido silenciados na sociedade de forma geral, e percebemos que na produção científica também. O silenciamento e anonimato em relação ao adoecimento de jovens LGBTTs negros/as não é por acaso, não significa que essas pessoas não existam, não sofram, não idealizam e não tentam suicídio. Pelo contrário, elas existem, suas histórias, suas vozes e seus corpos são constantemente apagados pelo conhecimento eurocêntrico, branco e heteronormativo (NAVASCONI; MOSCHETA, 2017), e pelas práticas discriminatórias da sociedade. A população negra e LGBTT tem sido há anos violentada de diferentes formas, no silenciamento, nas dificuldades de acesso à saúde, no trabalho, na falta de respeito e de reconhecimento de sua dignidade.

Também usamos as expressões racistas na oficina na área urbana e uma jovem realizou algumas reflexões a partir do termo: “tem um pé na cozinha”.

Valentina: “tem um pé na cozinha”. Eu peguei porque chama atenção duas coisas: esse pé na cozinha tanto é para negras por conta da escravidão, como para mulher, ou seja, dois tabus a ser quebrados: mulher e negra, além do racismo, machismo. Porque não tem um pé na cozinha para o homem branco ou para uma mulher branca. O que é uma coisa que a gente ver, que a história traz para a gente, que a mulher branca ficava lá de boa e a mulher negra se lascando, de geração para geração é passado, então às vezes, a gente comete o racismo sem perceber.

(2ª oficina realizada na área urbana).

Interessante observarmos as reflexões realizadas pela jovem, porque ela apresenta a compreensão das desigualdades existentes entre homens e mulheres, mas também entre as próprias mulheres, conforme já abordamos quando falamos sobre o trabalho doméstico. O lugar delegado à mulher negra foi um lugar diferente das mulheres brancas, mesmo quando estas ocupam a mesma posição de classe social. Mas a classe é racializada, e para as negras os efeitos são diferentes dos ocasionados para as brancas, e o problema não é ser diferente, mas ser desigual.

Observamos isso também quando um jovem urbano se referiu à expressão “não sou tuas nega”:

Levi: Eu acho que é por conta do respeito, pode fazer o que quiser com a Nega e não pode fazer com a branca, por isso que diz eu não sou tuas negas, porque as pessoas querem respeito, às pessoas brancas.

Nina: “Não sou tuas negas” eu falo direto. Depende de como é dito.

(1ª oficina realizada na área urbana).

A ideia de que a mulher negra é objetificada em uma posição sempre inferior, inclusive para alguns como um símbolo sexual, ainda se faz presente na sociedade. Quando a jovem diz depende de como é dito, nos diz mais uma vez como as situações de racismo são comuns e complexas.

Na oficina sobre racismo com os/as jovens urbanos/as, principalmente as jovens também fizeram referência ao cabelo:

Aiane: Mãe, às vezes, chama cabelo ruim, ela vê uma pessoa aí diz olha cabelo de nego. Eu acho que isso é muito preconceito. Porque, às vezes, não são todas as pessoas negras que tem cabelo ruim, a maioria das pessoas brancas também tem.

Doris: Não é o cabelo ruim, mas para a sociedade cabelo bom é cabelo liso, e o cabelo cacheado é o cabelo ruim, até a gente mesmo diz isso.

Valentina: A gente cresce com isso, eu penso muito em meninas com seus 13 anos querendo alisar seu cabelo. Eu mesma me arrependi de alisar meu cabelo, porque minha mãe não deixava eu usar meu cabelo natural, porque era muito volumoso, então para usar solto eu tive que alisar, o preconceito costuma vir assim, na minha opinião.

(2ª oficina realizada na área urbana).

Podemos observar, nos discursos acima, o quanto a questão do preconceito é algo que é vivenciado no âmbito familiar, que as crianças já presenciam alguns padrões preconceituosos e discriminatórios em suas casas e crescem aprendendo esses padrões. Percebemos que as jovens estão cientes dessas situações de preconceito, mas também uma delas reconhece que tem essas atitudes, o que diz mais uma vez o quanto esse é um assunto que precisa ser discutido. Outro aspecto que percebemos nos grupos foram esses discursos dissonantes, Aiane fala sobre a existência de “cabelo ruim” inclusive nas pessoas brancas, e Doris e Valentina explicam que não existe isso, que é uma construção cultural. Pudemos observar, várias vezes, esse movimento presente no grupo e eram momentos que discutíamos e levantávamos reflexões sobre as diferenças de posicionamentos e percepções nos discursos.

Alguns e algumas jovens fizeram referência à existência de preconceito em relação a pessoas brancas:

Chiara: Mas eu acho também que existe racismo com gente branca.

Aiane: Também acho, é porque assim a presença dos negros chama mais atenção, por exemplo, eu vou chutar a banca dela, e ela é negra, aí todo mundo da sala vai falar de mim porque eu chutei a banca dela, mas se chutassem minha banca, não ia acontecer nada. Às vezes, tem muito mais preconceito com branco do que com o negro. Só que a sociedade não vê.

(2ª oficina realizada na área urbana).

Algo que é importante ressaltarmos é que essas jovens que afirmaram existir preconceito contra os brancos, são brancas, têm os cabelos lisos, uma delas os olhos claros e são magras, ou seja, fazem parte dos padrões sociais considerados ideais na sociedade, ainda que sejam moradoras da periferia urbana, de uma classe social menos favorecida economicamente, estudantes de uma escola pública. Apresentamos esse cenário para pensarmos como o fato de não serem negras faz com que não sofram discriminações e violência dessa ordem e que não percebam as existentes, mas a condição de gênero, classe e território as deixa sujeitas a outras violências que as mesmas fizeram referência em outros momentos, por exemplo, quando falaram das violências vivenciadas pelas mulheres, o medo de andar sozinhas em determinados horários, e uma delas relatou a situação de assalto que sofreu no bairro em que mora.

Também encontramos jovens na área urbana que têm uma compreensão sobre as situações de preconceito e discriminação social, e sobre ser um/a morador/a de uma periferia:

Valentina: Se você for olhar a população negra, ela é concentrada mais nas periferias, e a periferia traz consigo também toda uma questão de falta de estrutura, de educação de qualidade, a falta de oportunidades. E, às vezes, o negro é culpado por isso, só pelo fato de ser negro, e acho que tudo isso influencia, e não é por acaso que a maioria da população negra está na periferia, o ciclo da desigualdade vai se reproduzindo, os pais estão lá, os filhos vão crescendo, não tem oportunidade de sair da periferia, vão formando suas famílias e vão continuando lá. A periferia não é um lugar ruim, mas é a falta de estrutura que existe.

Doris: Não tem espaço de lazer, serviço de saúde adequado, questão de segurança também, a polícia aparece quando tem tiroteio, mas para fazer uma segurança, fazer uma fiscalização, se não tiver uma confusão dificilmente a polícia vai aparecer. Questão de saúde, educação, segurança, tudo isso.

(2ª oficina realizada na área urbana).

Essas jovens são moradoras da periferia e possuem essa visão da falta de estrutura e desigualdades existente na mesma. E ainda uma aborda a questão da meritocracia quando diz que o/a negro/a é culpabilizado pelas dificuldades financeiras e de outras ordens que enfrentam, mas quando isso ocorre não se leva em consideração o contexto desse/a negro/a e que não é fácil romper com o ciclo da desigualdade quando não se tem nenhum suporte para isso, quando se vive em um contexto de carências múltiplas e de falta de segurança, essa última foi referida por vários jovens urbanos/as.

Os/as jovens falaram também sobre situações de preconceito racial, refletindo sobre as situações de classe, uns/mas que acham que o racismo se sobressai à situação de classe, outros/as afirmando que negros/as de uma classe social mais favorecida economicamente não sofrem racismo:

Aiane: Às vezes, a cor conta mais do que a classe social, sendo negro, pode ser rico, pode ser pobre.

Doris: Vai ser minimizado aquele olhar porque ele tem dinheiro, mas vai ter sempre aquele olhar por conta da cor.

Valentina: Porque eu acho que existe sim, se é que a gente pode classificar racista, eu acho que existem dois tipos, os que são a mesma coisa antes e depois de saber sua posição social, e os que mudam completamente por conta de oportunismo intencionado em ganhar alguma coisa, ganhar algum status, ou até por medo, tipo de você ser um grandão e você denunciar.

Levi: Eu acho que não, porque a maioria das pessoas ricas, não sofre preconceito.

Nina: Sofre sim, porque aquele Lázaro Ramos, ele é rico e sofreu, a mulher dele também.

(2ª oficina realizada na área urbana).

Conforme já abordamos nesse estudo, a raça é constituída pela classe e constitui a mesma, mas não podemos esquecer que, a depender da classe social, os/as negros/as podem sofrer os efeitos do racismo de formas diferentes. Consideramos também interessante observar, nos discursos acima, a diferença nos posicionamentos dos/as jovens, mas que ao final concordaram uns com os/as outros/as que o racismo existe independente da classe social.

Outra questão que também foi relatada pelos/as jovens urbanos/as foi o quanto o racismo é expresso através de “brincadeiras”, mas, enquanto o/a racista diz que está só brincando, os impactos que tais ações podem ter no psiquismo de quem está sofrendo pode ser grande. Quando se parte de características físicas de uma pessoa para ofendê-la, desqualificá-la, isso deixa de ser uma piada. “Brincadeiras” desse tipo precisam ser combatidas para não reforçarem e reproduzirem situações de preconceito e discriminação racial. Sobre essa questão podemos ver o discurso a seguir:

Valentina: Já teve aqui na escola, já teve várias vezes aqui racismo. A principal diferença daqui, é porque, na maioria das vezes, a gente não reconhece o ato de preconceito, porque ele é realizado como brincadeira, e como todo mundo se conhece, todo mundo brinca com todo mundo, e acaba levando na brincadeira esse lado pejorativo da coisa. Na verdade, a gente tem que enfatizar e combater isso. Acontece comigo, e acontece com todo mundo, com certeza que todo mundo já sofreu alguma brincadeira de mau gosto e não levou para o lado negativo por isso.

(2ª oficina realizada na área urbana).

O racismo está estampado no número de mortes de jovens negros anualmente, e nas desigualdades sociais. No dia 20/10/2017 foi publicada uma matéria em um site⁵ com o título: “A violência policial contra a juventude negra de Pernambuco e o silêncio da classe média”. Nessa reportagem, são narradas várias experiências de jovens homens e mulheres sobre as situações de violência vivenciadas no dia-a-dia por serem negros/as e pobres. Uma

⁵ Site: www.marcozero.org

delas é a de Danilo, que tomava uma cerveja na parada de ônibus em frente a uma lanchonete que vendia clone de coxinha na UR-11, às 21h30, do dia 20 de outubro de 2017. Depois de um longo dia de trabalho, quando várias viaturas da Polícia Militar fecharam a rua: “Mão na parede! Tá reclamando do que?” Tapa na lata de cerveja, ajoelha no chão! Algema na mão”. Vai parar na gaiola na parte de trás da viatura com outro jovem menor de idade que também reclamou da abordagem truculenta. “Tá reclamando do quê? Quando a gente aborda vocês é para ficar calado”.

Essa é apenas uma narrativa das muitas violências sofridas pelos/as jovens negros/as pobres todos os dias, na escola, e na falta de oportunidade para estudar, no trabalho e na dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, na saúde, no direito de ir e vir, a violência obstétrica contra as jovens negras, os casos de estupro, e tantas outras violências. O direito de tomar uma cerveja, à noite, que poderia ser depois de um longo dia de trabalho, ou não. O que também esse estar tomando uma cerveja diz do que observamos na nossa pesquisa com os/as jovens quilombolas e os/as jovens da periferia, que as situações de preconceito para os/as quilombolas aumentam para aqueles/as que fazem uso de álcool fora da comunidade, “é o negro do Castainho bebão”. O perigoso, o maloqueiro. Para as mulheres, esse preconceito aumenta no interior da própria comunidade, conforme já referido no presente estudo. E para as jovens urbanas, o preconceito e a discriminação em relação as que frequentam os bares da periferia não é diferente, são vistas como as “piriguetes”, mulher “direita” não frequenta esses espaços.

7.3 Jovens do quilombo e da periferia urbana: questões raciais

Quando abordamos a questão do racismo com os/as jovens quilombolas e os/as jovens da periferia urbana, observamos que, para os/as primeiros/as, as situações de preconceito e discriminação racial têm sido mais marcantes. Afirmaram sofrer preconceito quando chegam à cidade e frequentam alguns espaços como algumas lojas, restaurantes, lanchonetes e, ainda, na escola. Na última, as discriminações partem dos/as alunos/as e, também, dos/as professores/as. Os/as jovens urbanos/as também fizeram referência a comportamentos e atitudes discriminatórias de alunos/as e professores na escola que estudam.

As situações de preconceito e discriminação fazem com que alguns e algumas quilombolas não se sintam bem na cidade, levando-os/as a desistirem, inclusive, de dar continuidade ao processo de escolarização, fazendo com que alguns não se sintam capazes de conseguir um emprego formal, entre outras questões. Os efeitos do racismo com os/as jovens

urbanos/as também são diversos, e foi possível observarmos que a discriminação racial interseccionada com a homofobia levou um jovem a acabar com sua própria vida.

Observamos como o racismo acontece de várias formas e, muitas vezes, de modo tão disfarçado, que as próprias pessoas que enfrentam suas consequências não reconhecem como sendo racismo, percebemos isso em ambos os territórios. O que faz com que algumas quilombolas tenham relatado que acham que as pessoas usam a palavra “nego”, “nega”, como um apelido, de forma carinhosa, que não há preconceito. E que os/as jovens da área urbana tenham falado várias vezes, “é preconceito, mas a gente usa essa expressão”, a exemplo do cabelo ruim, “a gente é preconceituoso e nem percebe”. Isso só nos diz do quanto esse assunto precisa ser discutido e visibilizado na sociedade, porque se não é discutido, se não é colocado como um problema, é como se não existisse, e o silenciamento é mais uma violência. A falta de uma compreensão sobre os efeitos do racismo faz com que algumas jovens urbanas tenham afirmado que existe racismo contra pessoas brancas também. Ao ouvirmos isso, não culpabilizamos as jovens por tal compreensão, mas ficamos pensando o quanto tem sido falado pouco, inclusive do ponto de vista histórico, sobre as várias consequências devido à opressão baseada em preconceitos e discriminação racial.

Em vários discursos dos/as jovens de ambos os territórios, percebemos também na prática o que vários estudiosos/as já haviam falado, que o racismo expressa seus efeitos articulados com outros marcadores sociais: etnia, gênero, classe, sexualidade, território. Alguns e algumas quilombolas que têm a cor da pele branca sofreram preconceito ao chegar na cidade por serem quilombolas e moradores da área rural, afirmaram que ser quilombola se sobressaiu a ser negro, embora já tenhamos abordado no presente estudo que o preconceito étnico é uma faceta do racial. As jovens sofrem o preconceito pelo cabelo crespo que possuem, seja esta quilombola ou da periferia urbana, e para as mulheres as ofensas relacionadas ao cabelo são maiores do que para os homens, já que o cabelo crespo, enrolado, sai dos padrões de beleza construídos socialmente. As jovens enfrentam o medo de serem violentadas se estiverem em espaço público em determinados horários. Seja no quilombo, seja na periferia, as situações de violência são uma realidade de ambos os territórios.

8 JOVENS DE DIFERENTES TERRITÓRIOS E AS EXPERIÊNCIAS RELACIONADAS A SEXUALIDADE

“Acredito que cada geração vai criar novos significados sobre o que é ser livre”.

Angela Davis

Realizamos uma oficina com os/as jovens urbanos/as e com os/as quilombolas sobre sexualidade. Quando iniciamos a pesquisa na área urbana, no momento em que estávamos realizando a observação participante, chamou-nos atenção a quantidade de vezes que, nas conversas com os/as jovens, eles/as fizeram referência à homofobia e à lesbofobia existentes na escola e nos lugares que eles/as transitam. Em alguns momentos em que eu estava só observando, andando pelo pátio da escola, alguns e algumas alunos/as se aproximavam e relatavam casos que haviam acontecido na escola, discussões entre os/as estudantes devido às situações de discriminação por serem gays ou lésbicas. Pelo tipo de pesquisa que estávamos realizando, uma pesquisa feminista, que tem uma preocupação com a transformação e a justiça social, pensamos que seria oportuno discutir com os/as jovens essas questões, porque a orientação sexual de modo específico, e a sexualidade de modo geral, dizia-nos também sobre o que é ser jovem naquele contexto que estávamos estudando, quais situações eles/as enfrentam para as vivências das práticas sexuais.

Uma das abordagens da Psicologia para a homofobia é relacionada aos sentimentos e percepções negativas a respeito da homossexualidade e às consequências na conduta individual. Já a abordagem da sociologia para a homofobia analisa os mecanismos de reprodução da hostilidade contra o desvio da norma heterossexual (BARRETO et al, 2009). Homofobia é definida por Borrillo (2010, p.34) como “a hostilidade geral, psicológica e social contra aquelas e aqueles que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos de seu próprio sexo”, ou ainda, de forma mais sintética, o termo pode ser usado para designar “atitude de hostilidade contra as/os homossexuais”.

Existe uma discussão sobre a patologização da homossexualidade, mesmo com a retirada do termo “homossexualismo” dos grandes manuais de patologias (DSM e CID). A prática de alguns profissionais de psicologia que fazem parte, sobretudo de grupos evangélicos-cristãos fundamentalistas e conservadores, acontece em desacordo com os preceitos éticos, distanciando-se das contribuições mais atuais e críticas da ciência

psicológica. Inclui a prática que se propõe a uma “cura gay” vai contra os princípios éticos do Código de Ética da Profissão do/a Psicólogo/a.

Na oficina, tanto com os/as jovens urbanos/as quanto com os/as quilombolas, pudemos discutir outras questões sobre sexualidade e não só a questão da orientação sexual. Primeiro porque acreditamos que a discussão sobre orientação sexual não deve ser realizada a parte da discussão sobre sexualidade e gênero, que é constituído por raça/etnia e classe social, e porque vimos, em ambos os territórios, o quanto os/as jovens ainda sentem necessidade de falar de questões “básicas” para as vivências das práticas sexuais. A seguir abordaremos algumas dessas questões que foram discutidas com os/as jovens de ambos os territórios.

8.1 Jovens da periferia urbana e sexualidade

Percebemos o quanto os direitos sexuais e reprodutivos não são garantidos aos/as jovens da periferia. As jovens narraram várias situações que dificultam as mesmas irem, por exemplo, a Unidade de Saúde das localidades que moram para fazer uma consulta com um/a ginecologista, buscar preservativo e/ou tirar dúvidas sobre questões acerca da sexualidade. Os Direitos Sexuais e Reprodutivos são Direitos Humanos reconhecidos em leis nacionais e documentos internacionais. Os Direitos Reprodutivos são os direitos das pessoas de decidirem, de forma livre e responsável, se querem ou não ter filhos, quantos filhos desejam ter e em que momento de suas vidas. Os Direitos Sexuais são os direitos de viver e expressar livremente a sexualidade sem violência, discriminações, imposições e com respeito pleno pelo corpo do/a parceiro/a (BRASIL, 2009).

A seguir podemos observar alguns relatos sobre a dificuldade para buscar preservativo na Unidade de Saúde – US:

Amora: É porque no posto né, tem aquelas velhas curiosas, vizinhas de vovó, que ficam perguntando: minha filha namora, tem relacionamento sério? Aí se ver a pessoa no posto, vai encher a rua [todos vão ficar sabendo].

Aiane: E vai perguntar pra que você quer camisinha, aí eu vou dizer eu vou encher e ficar brincando em casa.... risos... muitos risos...

Amora: Vocês lembram do trabalho? A gente foi buscar camisinha no posto para fazer um trabalho, mas o povo olhava com as cara para gente.

Roseane: Quem olhava com essas caras?

Chiara: As funcionárias, balconistas, já disseram pra que vocês querem a camisinha? Eu já disse que é um trabalho.

Amora: E geralmente as que ficam no balcão são conhecidas, elas perguntam e além de perguntar, elas vão comentar com sua mãe.

Valentina: Têm muitas mulheres que engravida por isso, por receio, e por vergonha de ir no posto.

(3ª oficina realizada na área urbana).

É possível observarmos nos discursos acima, como o modo que os/as profissionais recebem os/as jovens na Unidade de saúde é um fator que dificulta o acesso dos/as mesmos/as às informações, a buscarem preservativo, a cuidarem-se. Essa questão da fofoca nas Unidades de Saúde é algo que em outras pesquisas realizadas em diferentes localidades também foi encontrado. Em uma pesquisa realizada sobre Direitos sexuais e Direitos reprodutivos com homens e mulheres jovens da região de Suape/PE, foi visto que a fofoca na região funcionava como um controle das vivências sexuais dos/as jovens, por receio de ficarem mal faladas, principalmente, as jovens não frequentavam a Unidade de Saúde para buscar preservativo ou para consultas com o/a ginecologista, as mesmas faziam uso de algumas estratégias, pediam, por exemplo, para uma tia ou uma amiga mais velha ir buscar o preservativo ou iam como acompanhante das mesmas, mas no momento da consulta eram as pacientes (MENEZES et al, 2016). Mas se algumas jovens conseguiram algumas estratégias para lidar com essa situação, outras não tiveram acesso à Unidade, e isso é um fator que dificulta as vivências sexuais de maneira segura e saudável.

Vimos, nos discursos dos/as jovens urbanas, que, muitas vezes, as mulheres são culpabilizadas por terem engravidado, sendo responsabilizadas pela prevenção. Pensar em uma prevenção compartilhada, negociar o uso do preservativo com o companheiro é uma realidade que se mostra difícil para essas jovens:

Apolo: A responsabilidade não é só da mulher, a mulher, às vezes, tem pouca mentalidade.

Analu: Mas a culpada é mais a mulher, eu acho, porque às vezes a mulher sabe que o homem não quer nada com ela, e quando ele quer fazer sexo com ela, ela vai lá e ainda não se previne.

(3ª oficina realizada na área urbana).

Embora o jovem afirme que a responsabilidade não é só da mulher faz isso porque a coloca em uma posição inferior ao homem. Esses relatos nos dizem o quanto às desigualdades de gênero interseccionadas com geração e classe interferem na vida sexual, sobretudo das mulheres jovens. O direito das mulheres ao controle de sua sexualidade e sua capacidade reprodutiva é fundamental para a cidadania igual de mulheres e homens. Sua negação retira das mulheres o domínio sobre seu corpo, restringindo também seu direito à privacidade na decisão sobre questões de forte relevância ética e moral para os indivíduos (BIROLI, 2014). As formas de controle sobre as mulheres são, quase sempre, determinadas por agendas morais de grupos religiosos ou tradicionalistas, que tendem a operar contrariamente a relações de gênero igualitárias e à autonomia das mulheres.

Em uma pesquisa realizada por Bordignon, Liberali e Bordignon (2017), foi visto que um dos fatores que dificulta o uso do preservativo nas relações sexuais são as questões

desiguais de gênero, que impedem o diálogo e a negociação na prevenção durante as práticas sexuais. Viram também que a confiança no parceiro/a produz uma redução gradual do uso do preservativo, principalmente quando aumenta o tempo do relacionamento, por serem considerados/as "parceiros/as fixos/as", não acreditam na possibilidade de casos fora do relacionamento e, dessa forma, não pensam em Infecções Sexualmente Transmissíveis - ISTs. Outro motivo frequente é o desconhecimento acerca dos métodos de barreira e demais temas relacionados à sexualidade. Nesse sentido, foi percebida a relação entre grau de escolaridade/nível de informações e comportamentos de risco. Alguns jovens desconhecem a transmissão das ISTs e dos métodos de prevenção contra uma gravidez não desejada.

Os autores mencionados acima encontraram também, na revisão de literatura realizada, que uma justificativa para a não utilização do preservativo é a não disponibilidade do mesmo no momento dos encontros, e a dificuldade de conseguir pegar nas Unidades de Saúde devido à falta de informações (alguns não sabem dessa possibilidade) e aos julgamentos sociais, a exemplo das fofocas, principalmente em relação às mulheres, que passam a não ser vistas como “direitas”, e que não “servem para casar” por já terem iniciado as práticas sexuais. Observamos também que não são só os/as profissionais das Unidades de saúde que atendem os/as jovens com práticas preconceituosas e discriminatórias, como podemos ver a seguir:

Amora: Eu fui comprar um teste de gravidez para minha mãe, aí eu disse na farmácia é para minha mãe, aí a mulher ficou fazendo careta, sério? Invente uma desculpa melhor. Na hora eu fiquei assim... nossa!

Aiane: Minha ginecologista disse que a virgindade é o diamante da mulher. Mainha escutou ela falar, pronto, fica repetindo isso, você tem que presentear só aquela pessoa que você for casar.

(3ª oficina realizada na área urbana).

Em ambos os discursos, podemos observar como a sexualidade é considerada, sobretudo para as mulheres jovens. As práticas sexuais são vistas como algo errado, em que as jovens são vigiadas e punidas caso tenham vivências dessa ordem antes do casamento. Chama atenção também o discurso da ginecologista que reproduz a cultura machista e conservadora já tão presente na sociedade.

Outra questão que os/as jovens falaram foi sobre o uso de álcool como um estimulante para ter coragem de aproximar-se de uma jovem, mas falaram também que beber e ter relações sexuais pode ser uma prática que proporciona riscos, pois as mulheres podem ficar vulneráveis aos homens fazerem o que quiserem e no outro dia nem lembrar do que ocorreu. Como podemos observar a seguir:

Agnes: Tem gente que nem fez nada, mas por causa da bebida no outro dia, ele diz que fez e a mulher nem sabe, fica perdida sem saber, que tava bêbada.

Betina: Se a mulher beber ele pode fazer o que quiser com ela.

Ciro: Ela pode acabar até engravidando de uma pessoa que ela não conhece direito.

(3ª oficina realizada na área urbana).

Percebemos que os/as jovens falam sobre o que pode acontecer com a mulher caso faça uso de álcool e tenha relações sexuais, mas, em nenhum momento, refletiram sobre o fato de que a mulher beber não dá o direito a nenhum homem de fazer o que quiser com a mesma. Isso também observamos nas comunidades quilombolas, e sempre recai sobre a mulher a responsabilidade pela prevenção, de se proteger, de ter cuidado com o que bebe, com os lugares que frequenta, os horários, entre outras questões. Na pesquisa realizada por Dallo e Martins (2018), foi visto que as mulheres tinham mais relatos sobre avanços sexuais não desejados quando existia consumo de álcool feito por homens, já esses fazem mais relatos sobre sexo inseguro. De qualquer modo, ou a mulher fazendo uso de álcool ou em situações de homens que consomem de modo abusivo, o que se percebe é que a repercussão desses usos no que se refere à sexualidade é diferente entre homens e mulheres. E mais uma vez nos remete ao fato de que os usos de álcool não justificam as situações de assédio sexual e outras violências realizadas pelos homens em relação às mulheres.

Fomos observando na escola o que significa não seguir os padrões heteronormativos naquele contexto:

Em uma conversa com uma jovem sobre a escola que ela estuda, a mesma relatou: aqui é tranquilo, e eu fico muito na minha, tem esses gays, as lésbicas [mostrou os meninos que estavam passando no pátio da escola], eu não tenho preconceito, mas não gosto de ficar perto, se eles estiverem em um lugar, e eu puder não ficar perto, eu acho melhor, acho que é também por conta da minha religião, que eu sou evangélica. (Diário de campo, 09/02/2017).

Em uma terça-feira, à tarde, conversando com dois jovens no pátio da escola, a jovem disse: Aqui as pessoas não aceitam a diversidade (olhou para o amigo e disse: Posso contar? Ele fez sinal de sim). “Porque ele é homossexual e os alunos não aceitam”. O jovem disse: Eles ficam dizendo coisa comigo, me chamam de bichona, me ameaçam, dizem que vão me pegar, eu já contei tudo a minha mãe. Ela disse que eu não desse atenção, que não entrasse em confusão, mas eu tô me sentido apreensivo, com medo de vir pra’qui e acontecer alguma coisa”. (Diário de campo, 08/02/2017).

Pelos trechos do diário de campo acima, podemos perceber o quanto as situações de preconceito e discriminação com os homossexuais e as lésbicas se fazem presentes no contexto em que estávamos realizando a pesquisa. A frase que a jovem proferiu “eu não tenho preconceito, mas não gosto de ficar perto” dos gays e das lésbicas, foi algo afirmado por

outros/as jovens em diferentes momentos, o que nos diz o quanto as situações de discriminação são sutis e a ideia da homossexualidade como algo contagioso. Uma das alunas contou que a mãe foi chamada na escola porque ela estava andando com outras meninas que são lésbicas. Quando foi à escola, a mãe disse: “Eu não tenho preconceito, só não quero minha filha com elas”.

Observamos também, acima, o quanto às situações de discriminação em relação à orientação sexual são violentas. O jovem afirmou estar com medo de ir à escola por não saber o que poderia acontecer, e por não se sentir bem em um espaço que deveria ser acolhedor e construtivo. No estudo realizado por Albuquerque e Williams (2015), foi visto que os/as jovens vítimas da homofobia tendiam a se isolar, a desistir dos estudos, a terem problemas com a autoestima e a saúde mental.

Na oficina sobre sexualidade uma jovem urbana relatou:

Valentina: O pessoal daqui é muito oportunista. Tem dois tipos de homossexual aqui, o tipo que o pessoal se dá bem, e o tipo que o pessoal não se dá, porque o que se dar bem é porque esse favorece, que dá alguma coisa, da status, aí a pessoa pode ser negra mas se ela oferecer alguma coisa, eu falo com ela, sou amiga dela, a mesma coisa acontece com o homossexual, se for um coitado que não sabe se defender nem nada, eu vou zoar, até tirar o couro, agora se tiver status para me oferecer, se tiver até um refrigerante na fila do almoço eu vou ser amigo dele, aí não vou destratar ele, se ele tiver alguma coisa para me oferecer.

(3ª oficina realizada na área urbana).

O que se percebe é que, nesse contexto, as discriminações estão atreladas também a outras questões que poderíamos elencar, por exemplo, a classe social, ser homossexual, mas poder oferecer algo ao grupo como a jovem relatou faz diferença. E aqui estamos entendendo classe social (BARATA, 2009) não apenas como renda financeira, mas como posição social, condições de vida, acesso a bens e serviços, a práticas de lazer, as relações sociais (SANTOS, 2010) e aos efeitos positivos dessas relações nos processos de subjetivação. Diante dos vários relatos de homofobia e lesbofobia e de alguns e algumas jovens mostrarem que não concordavam com isso, questionamos o que poderia ser feito em relação a essa situação e uma jovem relatou:

Agatha: Porque os professores que a gente imaginava ser cabeça aberta estão fazendo isso, a direção, que era pra ser o exemplo, tá sendo pior do mesmo jeito, então fica difícil você querer combater uma coisa se as autoridades, que querendo ou não são maiores, têm preconceito.

(3ª oficina realizada na área urbana).

Mais uma vez, a escola e os/as profissionais aparecem em uma posição de quem reforça as situações de preconceito e discriminação. Abramovay, Cunha e Calaf (2010)

destacam que a discriminação por a pessoa ser ou parecer homossexual corresponde a 63,1% das já observadas pelos alunos em escola, o que é um número alarmante que revela o nível de intolerância com as práticas sexuais que não seguem o padrão heteronormativo. A escola é um ambiente inserido em um contexto maior e não só reproduz, mas também produz arranjos capazes de favorecer e fortalecer o preconceito e a discriminação frente às pessoas que estabeleçam uma relação homoafetiva ou apresentem características comumente associadas ao outro sexo. É importante lembrarmos o papel da responsabilização que a escola deve ter como instituição social de regime democrático. É preciso construir ações no sentido de romper com esses tipos de violência. Podemos ver abaixo uma situação narrada por um jovem sobre o preconceito existente na sua turma com um homossexual:

Benjamim: Uma pessoa que é homossexual na minha turma queria entrar no grupo pra fazer dupla com as pessoas, todo mundo estava fazendo e a professora mandou fazer duplas, e ninguém quis ficar com ele, pela opção sexual, e aí essa professora pegou e falou, mas será que a culpa não é sua, aí eu peguei: ô professora porque a culpa é dele? E ela: Porque ele é assim muito alegre. Mas isso aí é a condição dele, o problema tá nas pessoas que não aceitam ele, as pessoas que têm que aceitar como ele é. Comecei a falar assim, mas aí esse acontecimento teve preconceito dos alunos que não quiseram fazer dupla com ele, e teve o preconceito da professora que achava normal, por ele ser alegre, as pessoas não querer fazer dupla com ele. Então acho que isso acontece muito na escola.

(1ª oficina realizada na área urbana).

Comumente, ocorre que, nesse processo de discriminação, as vítimas são consideradas “culpadas” pela agressão, por ultrapassarem as fronteiras, por assumirem expressões de gênero e sexualidade diferentes dos padrões normativos. No relato acima, a professora não tomou os processos de discriminação como objeto de problematização, contribuindo para naturalização da situação ocorrida. A atitude da professora sugere que a heterossexualidade é a única forma de vivência sexual possível. O debate da homofobia como elemento higienizador de uma sociedade na qual a heteronormatividade é condição obrigatória de normalidade, sobretudo quando a diferença é princípio produtor da identidade e não o contrário, é algo que precisa ser discutido nos diferentes contextos. “A identidade não é aquilo que somos, mas somos em função das multiplicidades do ser” (SILVA; D’ADDIO, 2012, p. 221-222).

Segundo Louro (2007), na escola, os sujeitos que fogem à norma sexo/gênero/sexualidade e destoam da maioria social, são colocados à margem. No âmbito escolar, essa exclusão é refletida na elaboração do projeto curricular, no qual a atenção é voltada para os que são vistos como “normais”. Ainda sobre esse contexto, Junqueira (2009) destaca ser esse um ambiente que se configura como

um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem, de maneiras distintas, situações delicadas e vulnerabilizadoras de internalização da homofobia, negação, autculpabilização, autoaversão. E isso se faz com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado (p.15).

Na escola, bem como em outros contextos, a homossexualidade é encarada como “contagiosa”, o que promove, conseqüentemente, a exclusão dessas pessoas, uma vez que a aproximação pode ser compreendida como uma identificação a tal identidade, o que vem a reforçar a marginalização desse grupo (LOURO, 2007).

Os discursos sobre homossexualidade ligados à religião também surgiram na área urbana, durante as conversas no período da observação, a exemplo dos relatos abaixo, em conversa com algumas jovens:

Eu estava sentada próximo ao refeitório, chegaram três jovens e ficaram conversando comigo. De onde estávamos sentadas, dava para ver um casal hétero que trocava carícias. Uma das jovens ao ver o casal, comentou: “aqui na escola eu acho feio o povo fica se agarrando por aí, eu já vi duas lésbicas se beijando no corredor”. E a outra: “Eu acho que era para deixar só os héteros, porque Deus fez o homem e a mulher, não foi dois homens, nem duas mulheres. A outra discordou e disse: “Não seria certo, ou deixa todo mundo ou não deixa ninguém”. (Diário de campo, 10/02/2017).

Esse relato acima lembra também a pesquisa realizada por Junqueira (2009), em que foi questionado aos participantes sobre a concordância de que casais gays e lésbicas façam o que desejarem em suas casas, 75% concordaram. Quando questionados quanto a casais de gays ou de lésbicas andarem abraçados ou se beijarem em público, 64% declararam discordarem totalmente. Esses números dizem o quanto existe uma intolerância de gestos homoeróticos em público sob a égide de que esses comprometam a ordem heterossexual.

Após o/as jovens terem abordado várias situações de preconceito e violências devido à orientação sexual, questionamos o que eles pensavam sobre isso, porque existe na sociedade, eles/as relataram:

Apolo: O machismo, a criação das pessoas que vem de casa com ignorância, porque eu mesmo fui criado ouvindo tu é homem e mulher é mulher, quero nada aqui não.

Brenda: Eu também fui criada assim, só que...

Apolo: Aí a gente leva pra vida toda né?

Levi: Eu também fui criado assim homem é homem e mulher é mulher, mas eu não sou.

Brenda: Você não quis.

Levi: Eu não quis não, eu não era.

(3ª oficina realizada na área urbana).

Interessante observarmos, nesse diálogo, a ideia de homossexualidade colocada pela jovem como algo que “não se quer” seguir o padrão homem, mulher, heteronormativo. E um dos jovens que é homossexual no momento que ela fala, já retruca “Eu não quis não, eu não era”. Isso nos remete a visão sobre homossexualidade por muitos/as na sociedade, que é algo que se escolhe, que tem relações homoafetivas porque é “safadeza”, é “doença”, entre outras formas preconceituosas de perceber uma orientação sexual diferente do que a cultura sexista e patriarcal construiu. Com essa fala do jovem na oficina, pudemos discutir sobre essas questões, os padrões construídos socialmente, os preconceitos e violências em relação à orientação sexual.

O posicionamento de muitos/as jovens em relação à homossexualidade nos chamou atenção, pois os números sobre as mortes de pessoas LGBTs no Brasil são alarmantes. Quando observamos o quanto os/as jovens participantes do presente estudo vivem em contextos homofóbicos e olhamos para os dados, vemos o quanto é preciso abordar esse tema. Em 2017, 445 LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) morreram no Brasil, (incluindo três mortos no exterior) vítimas da homotransfobia: 387 assassinatos e 58 suicídios. Nos 38 anos em que o Grupo Gay da Bahia (GGB) tem coletado e divulgado tais estatísticas, o ano de 2017 foi o que houve o maior número de casos e um aumento de 30% em relação a 2016, quando registraram-se 343 mortes (MOTT et al, 2017).

Ainda de acordo com o relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), foi visto que, a cada 19 horas, um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da “LGBTfobia”, o que faz o Brasil está na 1ª posição mundial de crimes contra as minorias sexuais. Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais aqui do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra os LGBTs. E as mortes crescem assustadoramente: de 130 homicídios em 2000, saltou para 260 em 2010 e 445 mortes em 2017(MOTT et al, 2017).

Outra questão que também observamos nos estudos sobre homofobia é que os homossexuais não são vítimas da mesma violência que acomete os crimes contra héteros, os cometidos contra eles, especialmente os homicídios, são acompanhados de crueldades inenarráveis. Essas expressões de ódio são, muitas vezes, alimentadas pela homofobia e estimuladas por setores conservadores da sociedade. É a violência como forma de disciplinarização de quem transgride verdades naturalizadas em séculos de dominação. Essa violência é vista por muitas pessoas como algo natural contra quem transgride a heteronormatividade. É uma forma nefasta de materialização do ódio daqueles que se sentem coagidos pela diferença (SILVA; D’ADDIO, 2012).

8.2 Jovens quilombolas e sexualidade

A questão da fofoca, presente na área urbana, referente às vivências sexuais dos/as jovens, foi algo também abordado no contexto quilombola, quando conversamos com algumas jovens, elas relataram que as pessoas da comunidade são muito fofoqueiras e que as agentes de saúde também, o que faz com que as mesmas não frequentem a Unidade de Saúde para tratar nada referente à vida sexual. Em conversa com uma agente de saúde, questionamos se as jovens frequentavam a Unidade, se iam buscar anticoncepcional, preservativo e ela nos relatou:

Às vezes, as mulheres levam para alguém, como duas meninas que pediram para outra pegar anticoncepcional aqui na USF porque estão com medo de engravidar, mas ninguém ainda sabe que elas “já vivem nessa vida”, aí a menina veio, parece que uma prima, e falou com a técnica, a enfermeira mandou a gente chamar elas, eu avisei que a enfermeira quer conversar com elas. E as outras que todo mundo sabe que são doida, nessa vida louca, elas vem. (Diário de campo, 03/12/2016).

Foi possível perceber que dos homens jovens que experienciam a vida sexual nada é falado, mas das jovens é dito de forma pejorativa, “são doida”, “vivem na vida louca”. A falta de uma melhor formação para os/as profissionais que atuam nas Unidades é um fator que precisa ser melhor pensando. Muitos/as ocupam o cargo, mas não têm uma formação necessária para atuar em relação a assuntos como sexualidade, drogas e outros. Com isso não queremos culpabilizar os/as profissionais, mas é importante refletirmos sobre a responsabilização desses e como as próprias políticas são pensadas, que não dão assistência aos profissionais no sentido de terem subsídios para saber lidar com temas complexos como a sexualidade.

Na oficina com os/as jovens quilombolas, eles/as também relataram algumas situações de preconceito e discriminação nas comunidades e o que pensavam sobre:

Jani: Eu não sei se é verdade, mas [fez referência a um jovem que disseram que ele é homossexual] chegou a dizer que o pai dele quase matava ele quando soube que ele era gay, porque não queria que ele fosse gay, porque eu acho assim, você criar seu filho de um jeito e quando ele crescer ele virar outro, eu mesmo, eu acho que eu não aceitava não, eu dava um cacete nele.

Akil: Eu acho que se ele apanhasse, ele ia ficar pior. E assim também, às vezes, o pai e a mãe não aceitam, e o filho de tanto sofrer acaba se matando, eu já vi isso também.

Jani: Eu tenho minha opinião, eu não aceitaria não.

Amina: O pai dele falou que não aceita ele não, aí ele saiu de casa.

Dalila: E aí ele virou a cabeça ainda mais, começou a beber muito, acho que até fuma maconha, eu não sei não... quando é um filho por mais que você não queira, tem que aceitar, porque, sei não, e a mãe tem que amar o filho do jeito que ele é, porque ela botou ele no mundo, não sabia pra que ele ia dá não.

Jani: Eu acho assim, que se ela teve mulher, tem que ser mulher, se ela teve um homem, tem que ser um homem.

(3ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Podemos observar acima o quão violentas são as atitudes e o que alguns e algumas jovens pensam sobre a homossexualidade. Existe uma íntima relação entre homofobia e relações de gênero, que pode comportar consequências drásticas a qualquer pessoa que ouse descumprir preceitos socialmente impostos sobre o que significa ser homem e ser mulher. Podemos observar nos discursos acima que os/as jovens relataram várias situações de discriminação e violências vivenciadas devido à homofobia existente no território quilombola. A noção de homofobia pode ser estendida como situações de preconceito, discriminação e violência contra pessoas (homossexuais ou não), cujas performances e/ou expressões de gênero (gostos, estilos, comportamentos, entre outros) não se enquadram nos modelos hegemônicos heteronormativos (JUNQUEIRA, 2009).

No discurso acima, podemos observar também que Jani informa que um jovem da comunidade foi agredido pelo pai quando esse soube que o filho é gay. Na pesquisa realizada por Perucchi (2013, p. 127) com jovens lésbicas, foi visto que quando ocorre a revelação da orientação sexual no seio familiar, a família não atua como protetora e promotora de saúde das jovens, age institucionalmente como dispositivo de reiteração da heteronorma através de formas de violência pautadas na inferiorização e desqualificação. “O espaço familiar que, no entanto, deveria ser acolhedor, inserindo as jovens mulheres na dinâmica da sociedade, ofertando-lhes segurança, torna-se um ambiente hostil que busca reenquadrar as jovens [...] a parâmetros binários, moralizadores e naturalizados da sexualidade”. Desse modo, os/as jovens no âmbito familiar passam a ser tratados/as de modo distintos e têm suas histórias de vida marcadas por episódios violentos.

Podemos observar ainda, que o jovem agredido saiu de casa e, segundo o relato das jovens, está bebendo muito e usando drogas ilícitas. Perucchi (2013), em sua pesquisa, também observou que situações de homofobia produzem quadros de tristeza, angústia, depressão, problemas relacionados ao uso abusivo de drogas, principalmente álcool. Pois, como vimos nesse estudo, o uso de álcool, muitas vezes, é o meio encontrado de lidar com o sofrimento. Mas, não são só as famílias que não veem com “bons olhos” as práticas sexuais que não seguem a heteronorma, os/as amigos/as também, como podemos ver a seguir:

Jani: Aos olhos de Deus também isso não é certo, porque isso já é outra coisa partindo pra religião já, mas eu já tenho outro pensamento, porque Deus criou o homem e a mulher, então tem que ser homem e mulher e não tá mulher com mulher e homem com homem.

Jamila: Como ela falou, envolve muita religião, mas assim, existe o livre arbítrio pra você escolher o que você quiser ser, e tem gente que é hétero que é infeliz e tem gente que é homo e é feliz, e, tipo, as pessoas ficam colocando esse padrão que é só homem e mulher. Mas, pra mim é tudo igual. Se for um filho meu, aceito na boa.

Amina: Tá falando agora.

Jamila: Eu aceito, porque, tipo, o pecado não é meu, é dele.

Dalila: Falar, a gente fala, mas na prática, é olhe... [fez sinal de não com a mão].

(3ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Podemos ver que as jovens fazem uso do discurso religioso que sempre questionou as práticas homossexuais como sendo pecado. Inclusive, umas das jovens diz que se fosse um filho seu aceitaria porque o pecado seria dele, por mais que apresente o discurso da aceitação, do livre arbítrio, mas remete à homossexualidade a algo errado. Na pesquisa realizada por Toneli (2006, p. 34) também foi visto que mais de um informante citou a influência religiosa na não aceitação da homossexualidade, como na seguinte afirmação: "Não, não têm direito. Se Deus fez o homem e a mulher é porque o homem é pra mulher e a mulher pro homem. Não tem essa de você e ela. Só porque inventaram o veado, veado é um animal."

Sobre essa questão do uso do discurso religioso para reproduzir e reforçar o preconceito, Prado e Machado (2008, p.70) ressaltam que:

No âmbito da sexualidade, o preconceito social produziu a invisibilidade de certas identidades sexuadas, garantindo a subalternidade de alguns direitos sociais e, por sua vez, legitimando práticas de inferiorizações sociais, como a homofobia. O preconceito, neste caso, possui um funcionamento que se utiliza, muitas vezes, de atribuições sociais negativas advindas da moral, da religião ou mesmo das ciências, para produzir o que aqui denominamos de hierarquia sexual, a qual é embasada em um conjunto de valores e práticas sociais que constituem a heteronormatividade como um campo normativo e regulador das relações humanas.

Para fazer essa discussão sobre preconceito como produtor de práticas de subalternidade e inferiorizações sociais, os autores mencionados acima fazem uso das ideias de Mouffe (1992) para diferenciar as referidas práticas. As consideradas de subordinação seriam uma relação de opressão ainda não politizada, ligadas à hierarquia, não reconhecida pelos atores em reciprocidade, como uma relação de injustiça e inferiorização social. As práticas de inferiorização estariam ligadas à opressão, no sentido de impedir que as relações subordinadas se transformem em política. E é neste jogo, entre hierarquizações e inferiorizações, que mecanismos importantes como o preconceito social atuam.

Observamos também que as situações de preconceito e discriminação devido à orientação sexual são maiores quando as relações homoafetivas ocorrem entre mulheres. Os

xingamentos e a forma pejorativa como alguns e algumas jovens fizeram referência a casais de lésbicas revelaram que há menor tolerância para essas relações. Isso nos lembra quando as mulheres negras chamaram atenção e fizeram críticas ao feminismo por não contemplar as necessidades de todas as mulheres, mostrando as hierarquias existentes na relação entre mulheres devido à raça e classe social distintas, e aqui vê-se também a orientação sexual. Sobre isso Mayorga et al (2013, p.475) fazem referência ao pensamento de Monique Wittig, feminista que enfatizou em seus estudos que “as lésbicas não podem ser consideradas mulheres, pois se recusam a fazer parte da relação de escravidão que constitui a relação heterossexual e as categorias sexuais”. Isso faz pensarmos mais uma vez o quanto à categoria gênero de modo isolado não desconstrói as desigualdades seja de raça, classe e orientação sexual.

Algumas jovens quilombolas que estudam em uma escola na área urbana de Garanhuns, relataram que lá tem muitas meninas que são lésbicas. Questionamos se elas se relacionavam com essas meninas, se eram amigas das mesmas. E afirmaram:

Dalila: Não gosto não de me relacionar com essas pessoas, a pessoa vai conversar com elas e a mulher delas pode vim dar na pessoa.

Jani: É pode surgir uma briga, porque pode ser que a lésbica tenha uma namorada ciumenta e você não sabe, quando você menos espera é a pancada que você leva... risos gerais... é um ciúme muito grande. E podem pensar também que você é lésbica, se ficar andando todo mundo junto.

(3ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Toneli (2006) em sua pesquisa com jovens, sobre homossexualidade também investigou a amizade entre grupos heterossexuais e homossexuais e viu que os jovens mais novos buscam se afirmar em grupo, vendo a amizade com gays como uma ameaça à sua masculinidade. Já alguns jovens mais velhos (com mais de 19 anos), afirmam que têm amigos gays. No entanto, o medo do assédio mantém-se presente exigindo uma delimitação de posições para que a relação de amizade possa ser estabelecida, como demonstra o trecho seguinte: “Eu tenho amigos que são assim. Mas antes eu tive uma conversa, disse assim: ‘Quer ser meu amigo, tudo bem, vou tratar igual, mas não vem para cima de mim’” (TONELI, 2006, p. 35). Percebemos que tanto as jovens dos discursos acima quanto os jovens da pesquisa mencionada têm receio do que as outras pessoas possam pensar, e mesmos os jovens que afirmaram ter amigos gays não têm uma relação com eles como têm com outros amigos/as. O que nos diz da visão sobre homossexualidade que esses possuem.

8.3 Costura quilombo-periferia sobre sexualidade, gênero, classe e raça

Observamos que tanto os/as jovens da periferia quanto os/as da comunidade não têm os direitos sexuais e reprodutivos garantidos. As dificuldades que os/as jovens da periferia enfrentam para ir à Unidade de Saúde realizar uma consulta com um/a ginecologista, pegar anticoncepcional, preservativo, tirar alguma dúvida, são as dificuldades vivenciadas também nas comunidades quilombolas, inclusive, a questão da fofoca, o receio principalmente das jovens, da família ficar sabendo de suas vidas sexuais ou de ficarem mal faladas, está presente em ambos os territórios. Também a culpabilização da mulher nos casos em que ocorre uma gravidez não planejada, ou quando esta, por ter bebido muito, fica vulnerável às situações não desejadas. O que nos diz que a cultura sexista, patriarcal se faz presente de forma bastante arraigada no quilombo, e na periferia, assim como os modos como esta se apresenta, no sentido da sexualidade, são bem semelhantes.

No que se refere às situações de homofobia, essas se fazem presentes também em ambos os territórios, mas se na área urbana esse foi um assunto muito falado por quem não concorda com a existência de relações homoafetivas e várias situações foram relatadas, nas comunidades há um silenciamento sobre a homossexualidade. Em nossas observações e conversas com os/as moradores/as, não foi um assunto que surgiu, e na oficina sobre sexualidade vimos o quanto os/as jovens consideram que é algo errado, é pecado, é difícil de aceitar. Alguns jovens que diziam que aceitavam, mas faziam referências do tipo: “a vida é do outro/a”, “se fosse meu filho eu aceitaria, porque o pecado seria dele”, discursos que revelam a dificuldade de compreender e aceitar que existem outros modos de viver a sexualidade que não apenas a heteronormativa.

Na área urbana, observamos que a escola é um contexto em que várias situações de discriminação e violências devido à orientação sexual estão presentes, e que há um silenciamento por parte dos docentes diante das situações, seja no sentido de discutir esse tema, seja no sentido da proibição no contexto escolar de relações homoafetivas. No que tange aos profissionais, quando estes se deparam com as cenas de agressão contra homossexuais, de desistência de alunos porque eram vítimas de agressões em virtude da orientação sexual, bem como da indiferença da escola frente a essa situação, ainda é frequente a banalização do fato por parte dos/as professores/as (ABRAMOVAY; CUNHA; CALAF, 2010). Observamos essa situação, principalmente na área urbana, já que na escola das comunidades quilombolas o silenciamento sobre esse assunto é ainda maior.

9 O USO ABUSIVO DE ÁLCOOL ENTRE OS/AS JOVENS: UMA DAS FACETAS DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO, CLASSE, RAÇA E SEXUALIDADE

A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago.

(Carolina Maria de Jesus).

O uso de álcool feito por muitos/as jovens no contexto das comunidades quilombolas de modo abusivo⁶ era algo que já conhecíamos desde as pesquisas que realizamos em 2010 e 2013. Em 2013 começamos a pensar que esses usos nos diziam de outras questões vivenciadas pelos/as jovens e que constituem as juventudes dessa localidade, a exemplo de quando entrevistamos um homem jovem em 2013 e o mesmo disse que bebia todos os dias. Durante a entrevista, o jovem relatou que trabalha em um mato cheio de cobra, escorpião, outros insetos e animais, e que bebia para ter coragem de passar por esse mato e ir trabalhar. Com esse e outros relatos, e a partir dos estudos sobre interseccionalidade começamos a pensar sobre quem nos relatava essa situação: um jovem negro, quilombola, de uma classe social menos favorecida economicamente, que tinha poucas oportunidades de trabalho. O trabalho que conseguiu para manter sua sobrevivência ocasionava um risco à sua vida. O uso de álcool para este era uma forma de enfrentamento de uma situação difícil ou das várias situações que vivenciava no dia-a-dia.

Com isso, vimos que o uso de álcool visibiliza situações de opressão, desigualdades e resistência dos/as jovens. Realizamos uma oficina com os/as jovens quilombolas e uma com os/as da periferia urbana, em que conversamos sobre várias questões referentes aos usos de álcool, que durante o período das observações pudemos perceber e que em outras oficinas também foram relatadas. Nosso objetivo foi conhecer as relações entre os usos de álcool e as experiências dos/as jovens.

A literatura sobre o uso de álcool, muitas vezes, aborda essa temática com foco nos riscos advindos do uso dessa substância psicoativa e na busca de explicar as causas porque as pessoas bebem. Assim, na área da saúde, uma das principais interlocutoras das

⁶ A passagem do uso de álcool sem problemas para um uso abusivo geralmente não se faz rapidamente, isso acontece quando o uso passa a ser priorizado em relação a outras atividades, adquirindo cada vez mais importância na vida do sujeito. Esse processo de transição é assinalado de diversas formas, quando se começa a beber mais que o habitual para as circunstâncias, a ponto de isso ser perceptível para as pessoas que lhes são próximas.

questões relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, encontramos pesquisas em que geralmente, o foco são nos estudos clínicos e epidemiológicos com ênfase nas terapias e nos medicamentos, ou então, debruçam-se sobre os efeitos que o uso e abuso provocam no corpo humano, apontando as reações do álcool e outras drogas, e seus impactos nas redes neurais, no sistema nervoso, além das consequências hepáticas, cardíacas, dentre outras. No campo jurídico, os estudos encontram-se relacionados às questões legais, mais preocupadas com a venda e distribuição das drogas ilícitas e, da venda das lícitas para menores de 18 anos. Ocupam-se das ações promovidas pelo tráfico ou da elaboração de leis referentes à legalização e descriminalização, dentre outras questões que caminham, invariavelmente, na direção da repressão à distribuição e ao uso de drogas, especialmente as ilícitas (ROMERA; MARCELLINO, 2010).

Quando outras áreas do conhecimento são trazidas à discussão, os discursos nem sempre consideram que o uso de drogas, lícitas e/ou ilícitas, se dá no âmbito social, e que os sujeitos devem ser tomados de forma contextualizada, histórica e socialmente (ROMERA; MARCELLINO, 2010). Na Psicologia, muitos estudos já foram realizados sobre essa problemática, alguns e algumas autores/as (BAUMKARTEN; TATSCH, 2009) consideram que os usos de álcool e outras drogas podem ser vistos como o sintoma de que algo não vai bem, sobretudo no contexto familiar, e, devido às dificuldades nesse contexto, o/a jovem utiliza a droga como um caminho para lidar com os conflitos que está vivenciando. Observamos que existem diversas percepções e abordagens sobre essa temática, e diante da complexidade que refletir sobre usos de álcool envolve, é relevante pensar sobre as mesmas.

Aqui abordamos a relação dos usos de álcool com as situações de classe, gênero, raça/etnia, sexualidade, geração e território, como esses usos dizem de situações de desigualdades sociais e resistência, entre os/as jovens quilombolas e urbanos/as. Buscamos compreender como os sujeitos se relacionam com o consumo de bebidas alcoólicas, e não o porquê dos usos, pois, concordamos com Nascimento (2016) em relação ao interesse de contribuir com as discussões que considerem as dimensões sociais desses usos e menos o álcool e outras drogas como uma patologia médico-social. A seguir, abordaremos questões relacionadas ao uso de álcool entre os/as jovens quilombolas e da periferia urbana.

9.1 Jovens quilombolas e usos de álcool

Podemos observar, nos discursos abaixo, como são as práticas relacionadas ao uso de álcool no contexto quilombola.

Dalila: Aqui em Castainho e Estivas é uma bebedeira só, o povo pensa que bebendo vão esquecer os problemas, aí depois que passa a ressaca tá devendo mais e um monte de coisa ... risos...

Binah: E a maioria do povo bebe, às vezes, é porque tá com muita raiva.

Dalila: É muita briga aqui por causa de bebida, compra fiado e não tem dinheiro para pagar, abandona os estudos, principalmente os estudos que começa a beber, sai dizendo que vai pra escola quando chega lá vai beber, quando chega em casa não é calmo, é bagunçando, quebrando o que a mãe tem, na maioria das vezes, aqui é assim.

Jani: É aquele negócio, se chegasse bebo em casa e fosse dormir, mas não, tem deles que bebem, brigam entre si, os vizinhos, às vezes, vão socorrer, aí os vizinhos entra no meio, acaba até acontecendo coisa pior porque tudo através da cachaça, se bebesse e chegasse em casa e fosse dormir, tem delas que amanhece até com os olhos roxo, oia, cabaré danado.

(4ª oficina realizada na comunidade quilombola).

As jovens narraram várias consequências advindas do uso abusivo de bebidas alcoólicas, e que esse potencializa as situações de violência, e violência contra a mulher. No estudo realizado por Vieira et al (2014) foi visto, nas narrativas de mulheres vítimas de violência, que o consumo abusivo de álcool e outras drogas pelo companheiro, vulnerabiliza ainda mais as mulheres para situações de violência nas relações conjugais e familiares. Vale ressaltar que a violência contra a mulher é um problema multidimensional. Por mais que as próprias vítimas, participantes do estudo mencionado acima, tenham colocado o uso abusivo de álcool feito pelo companheiro, como causa das situações de violência vivenciadas, assim como também observamos nos relatos das quilombolas, não podemos esquecer que essas últimas são de uma classe social menos favorecida economicamente, negras e vivem em comunidades marcadas por uma cultura patriarcal e sexista, em que a violência contra a mulher realizada por seu companheiro é considerada algo natural, “normal” na vida de um casal.

Localizamos algumas pesquisas sobre festas e lazer em comunidades quilombolas, que o uso de álcool não era uma questão central, mas apareceu nas discussões. Na pesquisa realizada por Santos (2013) na comunidade Bombas, localizada no município de Iporanga-SP, a autora percebeu que a realização de festas e bailes revelou duas problemáticas: uso abusivo de bebidas alcoólicas e a potencialidade de ocorrerem brigas. Segundo os relatos dos/as participantes do estudo, sempre que há festas, acontecem muitas brigas, sobretudo entre os homens que fazem uso de álcool de modo abusivo e se envolvem

em confusão.

A bebida alcoólica sempre esteve presente nas comunidades negras, desde o tempo das senzalas. Havia uma crença de que era necessário tomar bebida alcoólica antes de realizar algum trabalho difícil, essa funcionaria como uma espécie de energético. A bebida alcoólica tinha outro papel que até hoje pode ser percebido nas festas (e não apenas em Bombas), ser uma substância capaz de dar mais vigor às danças e aos cânticos, e estreitar, mesmo que temporariamente as amizades. No entanto, permanece na comunidade o caráter contraditório: entre o prazer de confraternizar e o medo das confusões ocasionadas pelos excessos do uso de álcool. Existe um fator preocupante com o alcoolismo em Bombas, é considerado como grande desestímulo à ação local e ao envolvimento da comunidade em questões que exigem sua participação política, como no processo de reconhecimento como quilombo (SANTOS, 2013).

No estudo realizado por Freitas, Silva e Galvão (2009) em duas comunidades quilombolas de Santarém no Pará, com objetivo de investigar práticas cotidianas relacionadas à cultura e ao binômio lazer/saúde, do qual participaram 20 adultos e 20 crianças e adolescentes de ambos os sexos, foi visto que o álcool é presença constante nas práticas de lazer, presente nas conversas e no fim dos jogos. Segundo os adultos, os jovens impulsionados pela falta de perspectivas que possibilitem o crescimento pessoal e coletivo, encontram na “cachaça” a solução paliativa para os problemas, aumentando os índices de alcoolismo entre os comunitários. Um morador antigo da localidade chegou a afirmar: “a juventude, em vez de jogar bola, prefere o goró”.

Podemos perceber, nos estudos mencionados acima, que o uso de álcool realizado de forma abusiva é uma realidade presente em várias comunidades quilombolas e que tem exercido funções diversas, isto nos leva mais uma vez a uma das questões de pesquisa do presente estudo: O que os usos de álcool revelam das situações de opressão, desigualdades e resistência vivenciadas por jovens de diferentes territórios?

Ainda sobre o uso de bebida, relataram as situações de mulheres quilombolas que usam o dinheiro que seria para outras finalidades de suas casas e compram bebida:

Dalila: Tem mulher que deixa de comprar comida pra dentro de casa, aí vai pra o bar beber.... risos.

Jani: Mas tem muitas que são assim, que muitas já ficam esperando os de fora vir pagar uma dose pra elas beber.

Dalila: Tem, mas também tem delas que compra a bebida, quando tem jogo, tem delas que compra a cerveja e paga.

(4ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Esses discursos em relação às mulheres que vão aos bares, que bebem são sempre proferidos de forma negativa, em um tom pejorativo, e fica muito evidente que isso não acontece em relação aos homens:

Akin: Porque tem mulher que não se contenta com uma cerveja, aí toma uma quer outra e outra, aí se embriaga, e com uma mulher bêbada, os homens fazem o que quer. E um homem quando vê uma menina novinha, aí depois que bebe ele já não pensa em mais nada.

Kamili: Eu não vejo problema não a mulher sair pra se divertir, agora ficar bebendo muito pra ficar bêbada, não acho certo não, é muito feio, principalmente uma mulher.

Akin: Eu acho os dois ridículos, mas a mulher é pior.

Kamili: A mulher é pior porque depois que ela tiver bêbada, os homens podem fazer o que quiserem.

(4ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Outra coisa que não é visto com “bons olhos” são os casos em que algumas mulheres quilombolas levam crianças para o bar:

Jani: A pessoa diz oia vou te denunciar ao conselho tutelar que tu tá trazendo menino.

Dalila: O conselho tutelar passa aí e sobe sozinho, acho que aquele homem não tá achando lugar pra desfilar na rua e vem pra aqui, porque tanta coisa acontecendo e o conselho tutelar não faz nada.

Jani: É tanta criança, tanta criança, porque as mães começam a tomar uma, aí parece que dá um fogo nelas, dá Binah [nome fictício de uma participante], tu que bebe uma?

Binah: Neu num dá não.

(4ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Já aconteceu de, através de uma ação do Conselho Tutelar, uma criança ser retirada dos pais e foi morar em um abrigo, porque ambos são alcoolistas e a mãe levava a criança para os bares. Há uma crítica em relação ao trabalho do Conselho, podemos perceber na forma irônica como a jovem se refere ao mesmo. Pensamos também que é importante a ação do Conselho no sentido de proteger as crianças contra maus tratos, negligência e todas formas de violência, mas é importante que exista uma ação conjunta desse com outros equipamentos sociais para que, por exemplo, no caso desses pais alcoolistas, esses tenham condições de receber o/a filho/a de volta.

Jani: a pessoa dá conselho não querem saber, aí eu digo beba, leve seus macacos, fazer que nem mãe diz leve seus macacos tudinho a tira colo, leve... risos.

(4ª oficina realizada na comunidade quilombola).

O que se observa também é o modo como é feita referência às crianças: “macacos”, e são chamados assim por serem negras. Conforme, já abordamos no presente estudo. Conversamos com os/as jovens se o uso de álcool teria alguma relação com as situações de preconceito vivenciadas, e eles/as falaram:

Dalila: Aqui não, que todo mundo já é de casa, mas em outro lugar aumenta.

Maisha: Aumenta, dizem olha o bando de bebo do Castainho.

Akil: Tipo assim, sem a pessoa beber, eles já não gostam da pessoa, não sei porque, aí por saber que bebe, aí eles querem botar pra lasciar por cima da pessoa.

Maisha: Fica maltratando, xingando.

Akil: Se achando superior, acho que essa é a melhor resposta, eles ficam se achando superior.

(4ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Observamos isto ainda em outros momentos em que o uso de bebidas alcoólicas realizado por alguns e algumas moradores/as do Castainho é também um elemento que contribui para que esses/as sejam estigmatizados, sejam vistos como os/as “briguentos”, que não “querem nada com a vida”, entre outros xingamentos.

Quando olhamos para a história do uso de álcool entre a população negra, vimos que no período escravagista, notícias eram espalhadas pelos meios de comunicação da época, afirmando que os negros ficavam perambulando pelas estradas, vadiando e bebendo cachaça, mas não associavam tais comportamentos às situações de falta de emprego, às condições de vida insalubres, ao pagamento de baixos salários, quando comparados aos brancos (PARTELLI, 2016). Esse estigma construído em relação ao negro a partir das relações de poder existentes naquela época foi sendo reproduzido ao longo dos tempos e perdura até hoje, e não é difícil encontramos as mesmas análises que se faziam no século passado, com o/a negro/a sendo visto de forma pejorativa. Esta condição de desigualdade social pode ter uma forte relação com o uso abusivo de álcool desde o período escravocrata (VILLA, 2017).

Como os/as jovens tinham relatado as situações das mulheres que bebem, questionamos o que eles/as pensam sobre os homens que bebem:

Akil: Acho que é por influência dos amigos também, quando você tem amigos que bebe, eu já tive amigo assim que dizia bora beber e eu bora, só tomei pra não fazer desfeita que tinha muita gente, mas eu acho que é por influência também.

Jani: Ou assim... quando não tem moral dentro de sua casa, lá em casa, eu tiro por pai né, porque pai não tem moral pra falar lá em casa, aí vai lá no bar, aí toma uma dose, aí chega em casa, chega na moral, aí quer quebrar logo tudo. Porque ele não tem coragem de chegar e falar quando tá bom, olha isso e isso tá errado. Ele não tem coragem de falar quando tá bom, aí vai lá no bar, acho que é a cachaça de lá que dá força a ele (risos gerais), porque quando ele chega em casa é faca pra todo lado, até os meninos ele quer furar agora, quando pai quer brigar, nós tem que sair atrás dele, pra ele não furar os meninos. Por quê? Porque ele não tem moral quando tá bom, aí quando tá bebo quer ser o maioral.

(4ª oficina realizada na comunidade quilombola).

O que percebemos são os discursos diferentes quando se trata do uso realizado por

mulheres e por homens. Os homens não são culpabilizados, pelo contrário, um dos jovens diz que bebem por influência dos amigos, a outra jovem relatou o que acontece com o pai, mas não no sentido também que acontece quando se referem às mulheres de colocá-las no lugar de que não são “direitas”, não querem nada com a vida, não “servem” para casar.

Apresentaremos agora uma história que foi construída em uma das oficinas, discutindo também o uso de álcool. Entregamos o início da história e as jovens deram continuidade.

História: Uma jovem negra, casada, 18 anos, seu companheiro é um jovem de 20 anos. Ele não gosta de vê-la no bar, mesmo assim ela foi ao bar e lá encontrou pessoas conhecidas e ficou dançando e bebendo, o marido ficou sabendo e...

Layla: ...foi até ela. chegando lá viu ela bebendo e dançando, ele a pegou pelos cabelos levou pra casa, quando chegou em casa ele perguntou porque ela tinha ido ao bar sem a permissão dele. Ela respondeu: Você não manda em mim. Então ele pegou e a espancou. Ela foi até a justiça denunciar a agressão e falou que não era a primeira vez que ele agredia ela. A polícia foi procurá-lo, chegando lá ele estava ajoelhado pedindo pra que ela retirasse a queixa, ela com o coração mole desculpou e retirou a queixa. Outro dia ela voltou a sair de novo sem a permissão do marido, ele ficou sabendo quando ela chegou em casa, dessa vez foi diferente, ele a matou. Não deixe de denunciar, denuncie. Você pode ser a próxima, quem bate uma vez, bate duas, três e pode até matar.

Akin: Aí os dois estavam errados. Por que uma mulher casada vai pra um bar ficar lá dançando e bebendo?

Kamili: Escuta, a mulher não pode, mas o homem pode ir pra o bar beber, pode arrumar rapariga?

Akin: Não, é diferente.

Kamili: É diferente por quê?

Akin: O homem só arruma rapariga se ele quiser, mas o homem trabalha a semana toda, no final de semana ficou pra isso mesmo, ele ir jogar bola, beber. Agora se ele não se contenta com a mulher que arrumou, não se pode fazer nada, mas pra mulher sair, ficar dançando, bebendo, não.

(2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Akin proferiu um discurso que é comum na comunidade, entre jovens e adultos homens e mulheres, assim como o fato narrado na história do companheiro ir ao bar e agredir a mulher por ela está nesse ambiente e bebendo. Também podemos observar como tanto a jovem quanto o jovem se referem à mulher que está no bar: a “rapariga”, ou seja, mais uma vez isto diz da cultura local, o quanto as desigualdades de gênero estão presentes.

Roseane: E essa parte da história que ela fez a denúncia, mas foi retirar a queixa e depois ele bateu nela de novo?

Leydyanne (co-facilitadora): Aqui na comunidade vocês já ouviram esses casos, caso parecido assim?

Akin: Já houve fatalidade, teve um que matou a mulher ali, ano passado, por ciúme, eu não sei, foi o que disseram, eles já estavam separados, ela morava

em uma casa e ele em outra, e ela se considerava solteira, mas ele foi, viu alguma coisa lá no celular, foi e matou ela.

Roseane: E antes dessa situação da morte, ela já tinha prestado alguma queixa?

Akin: Não, nunca. Agora foi um fato muito triste, quando a polícia chegou, a criança, a filha pequena estava se alimentando no peito da mãe morta. E aqui na comunidade eu já presenciei homem batendo em mulher de cinto, de tapa.

Layla: Elas têm medo de denunciar eles, e é um sofrimento pros filhos, porque imagine assim, umas criancinhas vendo o pai bater na mãe e não podendo fazer nada, aí cresce revoltado também.

Akin: Os filhos pequeno com 6, 7 anos, veem o pai batendo na mãe, aí quando crescem vão bater também.

(2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Essa situação que os/as jovens relataram foi um caso que aconteceu na comunidade em 2016, o feminicídio de uma mulher jovem na presença de seus filhos. E muitos são os casos de violência contra as mulheres nas comunidades, em mais de uma das oficinas essa questão foi colocada pelos/as participantes. Embora, alguns e algumas falem desse feminicídio inconformados/as, quando falam das situações de agressão física e verbal, falam como se as situações fossem “normais” entre um casal, culpabilizando as mulheres pelas situações de violência que sofrem.

Roseane: Como é aqui na comunidade essa questão da violência contra a mulher?

Akil: Oxe, aqui é madeira, aqui as mulher não abri mão não dá briga... risos gerais... aqui você dá um, leva dois... risos gerais... Elas tão rindo mais é sério mesmo.

Aisha: Mas é a lei da sobrevivência, porque se não fizer nada vai ficar apanhando é?

Risos gerais.

Jani: Mas tem deles que é ao contrário que dá na cara da mulher, e no outro dia ela ainda tem coragem de dizer: ele deu em mim e eu tava sentada, ele deu dos dois lados. Risos ... tem delas que nem se levantam pra se defender, apanham sentada mesmo.

Aisha: Eu acho assim, a mulher apanha mais, mas também tem homem que são casado com umas mulher, que a mulher mete o aço.

Jani: Quando tem uma mulher que possa se defender, ele dá um murro e leva dois, mas quando é uma mísera mulher, que fica só sentada, não dá desgosto? Dá vontade da pessoa ir lá e espancá-la também. Risos gerais.

Dalila: Pegar uma tabica pra ela apanhar.

Roseane: Vocês acham o que dessa violência?

Dalila: Eu acho que é pouca vergonha delas, porque apanhou uma vez e não fez nada, aí acostuma, apanha sempre, é tão bom ver elas apanhando.

Jani: E essa Lei Maria da Penha praticamente é perdido, porque denuncia o cara, aí chega lá, dá queixa lá, olha o que ele fez aqui comigo, aí presta queixa, com oito mês pra frente é que chama o cara pra o juiz ouvir ele, a mulher é tão sem vergonha que diz: vou levá-lo pra casa. Bota o cabra debaixo do braço e leva pra casa, serviu de que o cacete? Serviu de que a polícia ir lá? E serviu de que a Maria da Penha? É por isso que tem que dá cacete nelas mesmo, dá cacete sem dó, nem piedade, pra ela se orientar e parar de tá chamando polícia.

Roseane: Acontece aqui das mulheres chamarem?

Jani: Chama e é perdido

Dalila: Elas fazem a denúncia e depois tiram a queixa, serviu de que? De nada.

Jani: É, serve de nada não. Pra quem tem vergonha, mas pra quem não tem. A polícia saí agora e depois já tá o cabra bebo.

Roseane: Mas vocês já pensaram nas dificuldades que essas mulheres que sofrem violência enfrentam pra fazer essa denúncia? Algumas não têm pra onde ir, algumas financeiramente dependem desse marido, algumas não sabem os caminhos pra chegar e fazer uma denúncia. Que por mais que a gente fale, existe a Lei Maria da Penha, mas nem todas sabem os caminhos pra chegar, pra fazer a denúncia, aqui na comunidade não tem um lugar, não tem a delegacia da mulher.

(1ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Nesse momento, o grupo ficou em silêncio. Compreendemos que esse silêncio não é a ausência de discurso, mas um discurso em que o não dito ganha significados, que podem ser diversos. Esses/as jovens vivem em um contexto onde a cultura sexista é muito presente, em que ouvem constantemente que um bar não é lugar de mulher, que mulher direita não fica bebendo fora de casa, que não sai com roupa curta, que não frequenta determinados lugares e tantos outros discursos, que qualquer comportamento que seja considerado fora da norma é motivo para que a mulher seja culpabilizada pelas violências vivenciadas, o que nos leva a perceber como se faz necessário discutir essas questões com os/as jovens, mas não somente com essa geração.

Em vários momentos, os/as jovens abordaram situações de violência contra a mulher que ocorrem nas comunidades e, muitas vezes, isso era colocado como algo naturalizado. Sempre que falavam, eu levantava alguns questionamentos como os que coloquei acima. Não sei dizer o efeito que isto produzia, mas considero que a pesquisa tem essa função: convocar o outro a pensar. Do mesmo modo que, muitas vezes, me senti convocada a repensar alguns dos meus posicionamentos, depois do contato com as experiências dos/as jovens. A exemplo do modo como, desde a pesquisa realizada em 2013, fui provocada a olhar para os usos do álcool de modo relacional com os marcadores sociais de classe, gênero, raça, sexualidade, e os efeitos que essas relações produzem na vida dos/as jovens.

Concordamos com Bandeira (2017, p. 16) que escrever sobre situações de violência contra a mulher e de gênero, “requer um compromisso intelectual particular e político de quem escreve, pois a violência é em si uma ‘força perturbadora’, um ‘poder inquietante’”. De acordo com o Atlas da violência, já referido nesse estudo, os homicídios de mulheres negras aumentaram nos últimos anos (CERQUEIRA et al, 2018). E o que se vê é que nenhuma mulher está livre da violência, mas quando se racializa esse fenômeno, percebe-

se que a condição das mulheres negras e pobres, aumenta muito o risco de sofrerem violências de diversos tipos.

Em uma das oficinas, mais uma vez, foram relatadas situações que ocorreram na comunidade, de mulheres que vão aos bares e quando seus companheiros sabem vão buscá-las e ocorre muita confusão. Então questionamos os/as participantes sobre o que eles/as pensam em relação a isso:

Roseane: Por que será que mesmo ela sabendo que ele não gostava foi ao bar?

Akin: Acho que por conta das amizades, conhecidos, e ela gostava de encontrar os conhecidos.

Kamili: E também porque tem mulher que enfrenta o homem, tem homem que diz você não vai pra tal lugar, ela diz tá bom fica com medo, e têm outras que vai de propósito pra mostrar ao homem que ele não manda nela, e que ela tem o direito de ir para onde quiser, de beber, de ir pra bar, festa, o que quiser.

(2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Os/as jovens relataram também que muitas mulheres jovens vão aos bares e que lá existe exploração sexual, essa é também uma desconfiança de algumas profissionais que atuam na localidade.

Em uma sexta-feira pela manhã, fiquei na Unidade de Saúde do Estivas, onde pude conversar com algumas moradoras da comunidade. Havia poucas pessoas na Unidade, a maioria mulheres e algumas residentes. Essas últimas, falaram que o alcoolismo é muito grande na comunidade e o fumo também. Existem muitos bares na localidade e em uns há suspeita que tenha exploração sexual de menores nos bares, mas ainda bem velado na comunidade (Diário de campo, 29/12/2016).

Quando questionamos os/as jovens sobre quem frequenta os bares, quem são as jovens que vão, foi relatado que vão mulheres de todas as idades e quando bebem, elas saem com os homens que chegam lá, principalmente os que são da cidade e vão de carro:

Roseane: São as meninas mais novas, as mais velhas, quem frequenta esses bares?

Binah: Vai menina de menor, de maior, uma tuia, principalmente ali em [disse o nome do bar da comunidade], eu já vi tanta menina de menor, mais os meninos de menor, inté criança des tamanha [fez o gesto com a mão para indicar que a criança é pequena]. Também se prostituem, só quando estão beba, a maioria das meninas fazem isso.

Roseane: Como é que acontece lá no bar?

Binah: Aí quando eles olham elas ficam rindo, aí eles diz: pia, já tá se encherindo pra eu... Risos gerais... Ai quando dá uma piscadinha de olho ai dizem olha já querem ficar, eu tiro isso pela minha prima é um cabra piscar o oio, ela já fica doida.

Jani: Às vezes nem é, mulher, porque elas tão beba, aí ficam vendo coisa aonde não tem, porque o álcool deixa a pessoa doidão, aí elas ficam pensando que os cara querem elas, ai vão dançar, no dança, dança... teve

uma ali que ela pegou, chegou os cara lá, ai ela se encantou pelo carro dele, ai ficou doidinha atrás do cara, ele pegou e levou ela pra um certo lugar, quando foi depois trouxe ela e deixou ela lá, desmaiada na escola, com as pernas aberta e sem caçola.

(4ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Os relatos acima nos chamam atenção para os cuidados em relação ao uso de álcool de forma abusiva, pois pode favorecer relações sexuais desprotegidas, que podem ter várias consequências, infecções sexualmente transmissíveis, gravidez não planejada e a violência sexual como no relato acima que a jovem saiu com um homem, não se sabe bem o que aconteceu, mas relataram que há indicações de que ela foi abusada sexualmente e depois foi deixada em uma situação delicada na comunidade. Quando questionamos os/as jovens, o que eles/as pensavam sobre isso, percebemos que a mulher é considerada a responsável pela violência sexual sofrida:

Akil: É porque as mulher são muito safada.

Jani: Ei, tem mulher aqui visse.

Akil: Algumas, vocês eu sei que não.

Jani: Mas, é mais por conta da bebida mesmo, porque já tão bebendo, já tão sem vergonha, o homem fica atiçando, fica dançando e se esfregando nelas, pronto já é certo.

(4ª oficina realizada na comunidade quilombola).

O jovem responsabiliza as mulheres pelas violências existentes na comunidade quilombola e a jovem se refere ao uso do álcool como um elemento que contribuí para alguns comportamentos apresentados pelas mulheres. Em nenhum dos relatos eles/as trouxeram o homem como responsável pelas violências. Isso nos chama atenção também porque em situações de violência que as mulheres fazem uso de álcool, isto se torna um agravante para realização da denúncia, porque além de ser culpabilizada, o discurso dessas pode não ter credibilidade.

É ressaltado por Vieira et al (2014) que as relações de gênero socialmente construídas sinalizam que o uso abusivo de álcool foi obscurecido pela valorização social do consumo entre os homens e pelas relações desiguais de gênero. Isso reitera comportamentos violentos que geram sofrimento e adoecimentos. Outra questão é que mulheres podem iniciar o uso de álcool e fazê-lo de forma abusiva, tanto como uma forma de aliviar o sofrimento quanto como um meio de reivindicar um lugar de igualdade na sociedade, mas também podem acontecer situações em que o uso de álcool, que já era feito de modo recreacional, como lazer, diversão, ocupe esse espaço de ser o meio encontrado para lidar com o sofrimento e outras situações vivenciadas.

Alguns e algumas jovens fizeram referência às pessoas da cidade como aquelas que sabem beber, diferente das pessoas da comunidade, e se forem “ricos” mais ainda, como podemos ver a seguir:

Jani: Porque assim, o rico na cidade não vai beber Pitú, já vai beber mais Whisky, essas bebidas... aí os daqui se beber um quartinho de Whisky, já desmaia que é mais forte do que a latinha.

Dalila: Uma vez acostumado com Pitú, sempre Pitú, não é Whisky cavalo branco não sei o quê.

Binah: Passaporte... uma vez eu bebi Passaporte pra nunca mais, passaporte da peste, você olha pra cima e ver tudo rodando.

Jani: Tá vendo, se ela tomou uma dose e ficou assim zonza, um rico vai beber um quartinho de Whisky pra já ficar caindo no chão? Não, tem que ser educadamente, o rico é assim, uma dosinha só sentindo o gosto [fez o gesto com a mão perto da boca, para enfatizar o sentindo o gosto].

Binah: Eles botam a garrafa lá e ficam conversando falando da vida dos outros, diferente dos daqui.

Jani: Bota uma dosinha, enche o copo de gelo e fica lá conversando, bote uma pessoa daqui e um rico em uma mesa pra você ver.

(4ª oficina realizada na comunidade quilombola).

É destacado não só o tipo de bebida que para as pessoas de uma classe favorecida economicamente é diferente, mas esses/as são vistos como civilizados, que sabem se comportar, que bebem sentados em uma mesa conversando, em oposição as pessoas de uma classe menos favorecida, na qual elas colocaram os/as quilombolas:

Jani: Pai mesmo oie, o quartinho de pai é assim [fez o gesto com a mão indicando o tamanho grande] metade de um copo... risos. Aí pai tome pra dentro de uma vez só mulher, não tem condição. O rico bebe de três ou quatro vez um quartinho, já o pobre não.

Binah: Eu não falo não, que mãe bota um quase cheio.

(4ª oficina realizada na comunidade quilombola).

A partir de algumas questões colocadas pelos/as quilombolas, sobre o fato de que vão muitas pessoas da cidade, nos finais de semana, para os bares da comunidade, questionamos se eles/as acham que é diferente o uso de álcool feito por pessoas da cidade e relataram:

Dalila: Quando você vai na rua, só o que tem é bar aberto.

Akil: Eu acho que na cidade ainda bebem mais do que aqui, porque aqui é pequeno comparado com a cidade, e também tem gente que sai daqui pra beber na cidade, tem gente da cidade que vem beber aqui, eu acho que depende, acho que da cidade ainda bebe mais, que a maioria dos acidentes acontecem na cidade, eu acho que na cidade o pessoal bebe mais.

Binah: Eu acho que é uma coisa só.

(4ª oficina realizada na comunidade quilombola).

O jovem avalia que as pessoas da cidade bebem muito porque ocorrem muitos acidentes lá com jovens sob efeito do álcool. Essa percepção de que o uso de bebidas alcoólicas está relacionada diretamente a alguns problemas é algo comum nas comunidades.

Aqui é importante lembrarmos também a relação rural-urbano, em que há pessoas da cidade que fazem uso de álcool nas comunidades e vice-versa. Os/as jovens estão em interação nos territórios e para alguns essa relação é mediada também pelo uso de álcool, sobretudo nas comunidades, em que alguns fazem amizades com os/as jovens e adultos da área urbana que frequentam os bares.

Cardoso, Melo e Cesar (2015) realizaram o primeiro estudo de base populacional em comunidades rurais quilombolas do sudoeste da Bahia que avaliou o consumo de álcool e fatores associados. Participaram homens e mulheres na faixa etária dos 18 a 34 anos, compondo uma amostra de 750 quilombolas. Foi visto que as desvantagens socioeconômicas, as relações de gênero, as questões raciais associadas a fatores individuais aumentaram a probabilidade de início precoce do consumo de bebidas alcoólicas e de mudanças do padrão de consumo do álcool, bem como de iniciação ao consumo de outras substâncias psicoativas. Isso porque o álcool e as outras drogas são usadas com diferentes finalidades.

9.2 Jovens da periferia urbana e usos de álcool

O/as jovens urbanos/as, assim como os/as quilombolas, também fizeram referência às diferenças existentes em relação ao uso de álcool realizado por homens e mulheres:

Valentina: O homem ele não é tão, aliás ele não é discriminado por fazer uso de qualquer droga, o homem fumar é normal, o homem beber é normal... e a mulher começa a ser vista como algoz a partir da família. A sociedade é muito machista.

Chiara: Eu acho que os idosos são machistas, porque a geração nossa tá mudando isso.

Valentina: Mas a gente ainda vê muita gente da nossa idade com machismo, porque vem de casa.

Chiara: Pois é, mas devagarzinho, devagarzinho tá mudando, devagarzinho.

Valentina: Até porque os eleitores de Bolsonaro são jovens.

(4ª oficina realizada na área urbana).

A questão geracional também aparece nos discursos relacionada à cultura patriarcal, e uma das jovens faz referência à dificuldade de mudança devido ao contexto político atual. Importante pensarmos nesse contexto porque, de fato, esse tem um efeito na forma como alguns assuntos são ou não abordados na sociedade, a exemplo das relações de gênero enquanto relações de poder que oprimem as mulheres, e que existe todo um discurso contra esse assunto ser abordado nas escolas.

Algumas jovens da periferia questionaram o fato de que se o homem pode beber por que elas não podem? Outras disseram que a mulher tem que beber mesmo, agora de forma

controlada, sem exagerar. Uma jovem urbana relatou que bebe também como um meio de enfrentar o machismo:

Valentina: Eu tiro por mim, tem vezes que eu nem quero beber, mas se eu ver alguém com cara feia porque eu estou bebendo, eu bebo de propósito, é uma forma que eu vejo de tentar combater o machismo, de passar por cima. Tem mulher que tem o costume de beber pra quebrar tabu mesmo, já tem outras que não, que isso não interfere, e existe mulheres que não tão nem aí. Na verdade, também, se um grupo de amigos vai pro bar, bora beber, borá, sou resolvida, sou de maior, sou vacinada, estou com minhas contas pagas, vou beber sim.

(4ª oficina realizada na área urbana).

Essa situação relatada acima por uma jovem da periferia, que se a mulher trabalha, é independente, pode pagar suas contas e sua bebida faz diferença no modo como é olhada, vimos também nas comunidades, por mais que ainda apareça quem critique e desqualifique essas mulheres por estarem fazendo uso de álcool, mas o fato de trabalhar, colocam-nas em outra posição. Algumas pesquisas (MORAES, 2011; SANTOS; PEREIRA; SIQUEIRA, 2013) têm localizado um aumento gradativo do consumo de bebidas alcoólicas entre mulheres. Abordam a existência da influência de fatores sócio-culturais na tomada de decisão para beber ou refrear o consumo, ou seja, homens e mulheres podem beber mais ou menos, dependendo das posições que lhes competem ou lhes são determinadas socialmente em diferentes contextos e culturas. Esses estudos também mostram que determinados perfis sócio-demográficos podem estar mais sujeitos a um consumo com maior prevalência, a exemplo do fato da mulher ter bom nível de escolarização, ser solteira, ter bons empregos e não ter filhos. Mas esse perfil pode mudar de uma localidade para outra, como também pode modificar-se de uma pessoa para outra o significado e a relação que a pessoa tem com a bebida.

Os/as jovens relataram situações em que as mulheres vão aos bares buscar os maridos que estão lá bebendo, e que eles/as já presenciaram cenas de algumas que levam os filhos, crianças, e as deixam no bar, como forma do homem voltar para casa:

Brenda: Eu tenho um ex-cunhado que vai para o bar beber e deixa a mulher em casa, só que ela sabia que ele demorava, aí ela ia bater no bar. Minha mãe também já fez isso, muitas vezes, aí meu pai ficou com vergonha, aí agora ele não bebe mais não, depois do acidente. Ele teve tantos acidentes que a pessoa fica impressionada. Teu pai ainda é vivo menina? É.

(5ª oficina realizada na área urbana).

Nesse momento, que a jovem proferiu o discurso acima, outros/as jovens também falaram que é comum isso acontecer. Quando a mulher chega ao bar, começam a brigar. Às

vezes, vão brigando na rua até chegar em casa. Há situações em que os homens agridem as mulheres. Relataram também casos em que elas querem ir junto aos companheiros ao bar e estes não querem levá-las, alegando que só tem homens lá:

Agatha: Quando a mulher quer ir também ao bar os homens dizem logo: Tu vai fazer o quê no meio de um monte de macho, eu vou tomar uma cervejinha, não vai ter ninguém de mulher lá, só vai ter tu.

Brenda: Meu ex-namorado fazia do mesmo jeito, ele dizia: Eu vou sair com os meninos, meus amigos, vou beber. Aí eu queria ir, pra estar com ele, aí ele dizia tu vai fazer o que? Que eu vou beber mais os meninos, tu vai beber mais os meninos também?

(5ª oficina realizada na área urbana).

Tais discursos nos dizem o quanto às desigualdades de gênero também se fazem presentes nesse contexto da periferia. O homem pode estar no espaço público, sair quando quiser, já a mulher não, nem para acompanhá-lo.

Na área urbana, também foi falado sobre o uso de álcool por pessoas da cidade e por pessoas que moram nas áreas rurais:

Valentina: [...] ao mesmo tempo em que o pessoal da cidade tem mais acessibilidade à bebida, o pessoal do sítio tem outra vantagem, o pessoal da cidade não pode beber durante o trabalho, já a pessoa do sítio pode, porque trabalha por conta própria, em roça, essas coisas.

(4ª oficina realizada na área urbana).

Interessante refletir sobre o uso de álcool no tempo do trabalho conforme o relato. De fato, as pessoas que trabalham nas áreas rurais, como ocorre nas comunidades quilombolas, têm essa “liberdade” maior. Com isso ficamos refletindo: O uso de álcool feito de modo abusivo por muitos/as quilombolas teria relação com essa “liberdade”? O que significa beber quando se está trabalhando? Qual o lugar do álcool?

O modo de produção capitalista tem como objetivo o pleno desenvolvimento das condições materiais da vida, introduziu novos paradigmas sociais que configuram a produção de bens de consumo como o cerne do processo de organização e produção da vida. O lazer, o trabalho e o tempo livre começaram a representar pontos de fundamental importância para as questões socioeconômicas, a partir do momento em que o capitalismo se afirmou enquanto principal forma de organização para a existência da sociedade. O lazer, destinado ao tempo livre, em um contexto no qual tempo é dinheiro, passou a ser visto como uma mercadoria. O que fez com que surgisse uma tendência crescente de necessidades em relação ao lazer e, de ao mesmo tempo, produzir os bens encarregados de supri-las, justificando assim, o desenvolvimento de novas formas de lazer, diversos tipos de esportes, clubes, casas de shows, entre outras.

Mas, como já dissemos no presente estudo, muitos desses lugares de lazer, mencionados acima, não são acessíveis a todos/as jovens e adultos. E pensando sobre a questão do uso do álcool considerado uma prática de lazer, para algumas pessoas da comunidade não há um momento e um lugar específico para que os usos aconteçam, sendo realizados durante o trabalho, e inclusive, foi o meio encontrado por alguns/mas para lidar com as dificuldades que as condições de trabalho colocam.

O uso de álcool e as diferenças de classe social foram abordadas com os/as jovens, e esses/as relataram que percebem diferenças no modo como pessoas de uma classe social mais favorecida economicamente bebem em relação aos de uma menos favorecida:

Doris: O rico bebe mais por status, já o pobre bebe mais para esquecer, e a maioria dos alcoólatras você encontra na periferia, ninguém vê um rico quase todo dia morrendo de bêbado na rua, isso pode acontecer, mas não é diariamente.

(4ª oficina realizada na área urbana).

Muitos estudos observaram a relação entre juventude, uso de álcool e outras drogas, e classes sociais (PRATTA; SANTOS, 2006; PRATTA; SANTOS, 2007). No que se refere às drogas que têm um valor alto, o uso é mais frequente nas classes médias e altas, o que se justifica pelo poder aquisitivo dos/as jovens, mas referente ao álcool é afirmado que não foram encontradas diferenças significativas entre as classes. Percebemos que, muitas vezes, esses estudos têm pensado classe social como um marcador social destituído de raça, gênero e território. Os/as jovens que estamos estudando são quilombolas, pobres e que moram em comunidades rurais, e jovens da periferia urbana. Nesses contextos, há uma precariedade de equipamentos de lazer, saúde e educação. As políticas públicas, quando chegam, não atendem aos interesses e necessidades dos/as jovens, e é nesse cenário que muitos/as fazem uso de forma abusiva de álcool.

As jovens fizeram referência também ao tipo de bebida, afirmando que faz diferença estar em uma festa bebendo uma bebida cara, que chamaram “uma bebida que brilha”:

Roseane: Mas faz diferença ser uma bebida cara ou uma bebida de menor valor?

Chiara: Faz, status, uma bebida que brilha.

Doris: Faz, ela com uma pinga e eu com uma Skol Beats. Isso ela com Pitú é porque ela está sofrendo, agora eu com Whisk é porque eu estou curtindo a night.

Chiara: É aquele negócio de status, ganha um negócio a mais se você tem.

(4ª oficina realizada na área urbana).

Na pesquisa que realizamos em 2013, nas comunidades quilombolas, vimos que alguns e algumas jovens tomavam Pitú porque tinham menor poder aquisitivo, e como esta

bebida possui um alto teor alcoólico, produz efeito mais rápido do que outros tipos como por exemplo, a cerveja, e com isso o gasto financeiro é menor. Em uma pesquisa com jovens rurais de Orobó, Paulo (2011, p.253) observando os/as jovens em um momento de festa, constatou que nesse espaço, a cachaça não é apreciada pelos jovens, “pois pode dificultar o desempenho da paquera ou até mesmo no beijo caso ‘role de ficar com alguma moça’”. Devido a isso, alguns jovens ficam a noite inteira com uma ou duas cervejas na mesa, mas tomam cachaça escondidos que é mais barata. Ou seja, o tipo de bebida também define status e o modo como os jovens são percebidos e aceitos por outros/as jovens. Uma jovem da área urbana afirmou comprar uma bebida mais cara e passar a noite com o copo na mão:

Aiane: Eu compro uma Skol Beats, coloco no copo e fico ali a noite todinha.

Roseane: E faz diferença ficar segurando o copo de bebida na festa?

Chiara: Faz pra tirar foto. Você precisa de algo para dizer que você está bem, mesmo que você não esteja.

Valentina: E como o álcool hoje é sinônimo de diversão, aí quer está a base de álcool para mostrar que tá se divertindo, e se tiver sem dinheiro dá um jeitinho, sempre tem aquele amigo bonzinho.

(4ª oficina realizada na área urbana).

Podemos observar acima que as jovens relataram o uso de álcool também como uma forma de lidar com sentimentos como tristeza, decepção amorosa, entre outros. Uma delas fez referência à importância do copo de bebida para tirar foto. Com o uso cada vez maior das redes sociais, a exemplo do Facebook e do Instagram, os/as jovens têm feito muitas postagens em festas e, para alguns e algumas, é status também aparecer com bebida nessas publicações, pois, como relataram acima, mostra que a pessoa está bem, se divertindo. Ainda podemos ver como o uso de álcool é também uma estratégia que os/as jovens desenvolvem para a sociabilidade, para estreitar os laços de amizade e construir novos/as amigos/as.

Os/as jovens ainda se referiram às bebidas alcoólicas como uma companhia para uma pessoa que se sente sozinha:

Caleb: Eu acho assim, quando a pessoa chega em casa, cansado de muito trabalho, não tem uma companhia, a companhia é a cerveja, não tem ninguém para conversar, vai se acabar na cerveja para esquecer os problemas, aliviar os sofrimentos do dia, aí é bom porque a pessoa relaxa e a cerveja dá alegria.

(4ª oficina realizada na área urbana).

Essa positividade do uso de bebidas alcoólicas foi percebida em alguns momentos como o referido acima, e quando os/as jovens se referiram à bebida como um meio de mostrar aos/as amigos/as que estão bem, mesmo que não estejam, e o uso como uma fuga momentânea das responsabilidades do dia-a-dia.

Vimos, neste estudo, às vivências de desigualdades, muitas vezes, articuladas com o uso de álcool e a violência que atinge não só os/as jovens, mas as suas famílias. Em uma oficina que foi realizada com os/as jovens urbanos/as junto aos/as jovens quilombolas, discutimos o que eles/as pensam sobre o uso de álcool realizado de modo abusivo:

Valentina – jovem urbana: Eu acho que, geralmente, esses é porque não tem apoio dentro de casa, sofre alguma coisa no colégio, sofre alguma coisa no bairro e vai aumentando o uso de bebidas e até de outras drogas né, às vezes, a gente tem que olhar com o olho mais crítico né, olho mais humano da coisa, que julgar é fácil né, julgar todo mundo julga.

Jani – jovem quilombola: Eu já discordo aí, porque lá em casa mesmo tem um sem vergonha que tem comida, tem roupa, tem calçado do bom e do melhor, aparelho nos dentes como diz a história, a mãe se lasca pra dá aparelho a ele, pra pagar manutenção, dá roupa boa, e o infeliz só quer viver na cana, o que ele mais quer? [...]Lapada nele. Porque só quer viver bebo 24h, e tem tudo o que quer. E o que é que tá faltando? Amor não é, porque a namorada é lá no pé 24h, dá tanto beijo, tanto beijo, não é falta de nada, é sem vergonha mesmo.

(6ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Importante refletirmos que, nesse estudo, estamos atentas a como os marcadores sociais de desigualdades repercutem nos usos de álcool, compreendendo a relação entre os marcadores e o álcool. Mas, quando falávamos sobre bebidas alcoólicas, percebemos, nos discursos dos/as jovens, que ele/as construía narrativas em que, de algum modo, questões moralizantes sobre as práticas de consumo se faziam presentes. Sempre que se falava em uso de álcool, por mais que não estivéssemos questionando o porquê das pessoas beberem, isto aparecia nos discursos, o que, mais uma vez, diz da complexidade que implica abordar esse tema.

9.3 Usos de álcool entre a juventude quilombola e da periferia urbana

Observamos, nesse estudo, o que significa ser quilombola e fazer uso de álcool no território quilombola. Ser quilombola e fazer uso na área urbana da cidade. A mesma coisa com os/as urbanos/as, o que é ser da periferia e fazer uso de álcool na periferia, ou ir para as comunidades e lá realizar uso de bebidas alcoólicas. E vimos que os usos são marcados por situações de desigualdades e resistência.

Percebemos também que quase todos/as jovens participantes da pesquisa tinham experiências a serem narradas sobre o uso abusivo de álcool, seja através da própria vivência ou de pessoas do núcleo familiar. Para uma das jovens quilombola, o uso de álcool dá coragem ao seu pai, mas também potencializa a agressividade. Outra jovem quilombola relatou que sua mãe faz uso de álcool todos os dias, já dorme com uma garrafa ao lado da cama, e não consegue fazer os trabalhos na agricultura e cuidar dos animais que elas criam, se

não tiver bebido. Ainda no quilombo, uma jovem nos falou sobre sua tia, a qual conhecemos no período das observações, e que, mesmo em hemodiálise, bebe quase todos os dias para esquecer os problemas. Percebemos também que, nas comunidades, o uso de álcool é transgeracional, ou seja, as diferentes gerações fazem uso de bebidas alcoólicas com os mais diversos significados.

Os/as jovens da área urbana também relataram várias situações vivenciadas relacionadas ao uso de álcool. Uma jovem nos disse que, devido ao uso abusivo de seu pai, perderam a casa, hoje vivem pagando aluguel, o pai sofreu vários acidentes, em um deles teve que pagar uma indenização à pessoa que foi acidentada, entre outras narrativas. Muitas são as situações envolvendo uso abusivo de álcool nas comunidades e na periferia, e nos chama atenção a carência de serviços nesses contextos que auxiliem os/as jovens e adultos a fazerem um uso controlado. São notórias também as desigualdades e injustiças sociais que colocam as pessoas em situação de pobreza entregues à própria sorte.

Sabemos que o álcool não justifica as situações de agressão contra as mulheres, o abuso sexual de mulheres sobre o efeito de álcool, a violência familiar, pois observamos o quanto o contexto quilombola e a periferia urbana são constituídos por relações desiguais de gênero, classe, raça e geração. Mas observamos também que o uso feito de modo abusivo potencializa essas situações de conflito e requer um olhar atento das políticas de saúde para populações tradicionais e para as áreas periféricas que, muitas vezes, são os territórios desassistidos pelas políticas públicas. Alguns trabalhos têm sido realizados nas comunidades, mas o que vemos é que, muitas vezes, esses funcionam a partir de uma lógica urbana que não contempla as reais necessidades dessa população. Nas periferias, vimos que existem alguns serviços, a exemplo do Centro de Assistência Social- CRAS, Unidade de Saúde – US, mas que não atendem às necessidades de toda a população. São serviços com equipes mínimas de profissionais e de recursos que não dão conta do que as pessoas experienciam nesses territórios.

Vimos que as desigualdades de gênero estão bem presentes em ambos os territórios. Se, no quilombo, há uma limitação no que se refere ao uso de álcool por mulheres nos espaços públicos, isto também se faz presente na periferia. Percebemos que, em ambos os contextos, o uso de álcool tem significados diversos: diversão, para lidar com tristeza, decepções, para mostrar que está bem, e o tipo de bebida faz diferença. Poder estar em uma festa ou em um bar e comprar uma bebida mais cara, dá certo status ao/a jovem. Assim como algumas mulheres quilombolas bebem porque acreditam que, se os homens podem estar no bar bebendo, elas também têm direito. Na área urbana, algumas jovens falaram sobre isso e

afirmaram que a bebida, em alguns momentos, é uma forma de enfrentar o machismo. Os/as jovens também fizeram referências positivas ao uso de álcool, a exemplo do uso como companhia para uma pessoa solitária ou para mostrar que está bem, para ter um status.

Nas comunidades quilombolas, os discursos relacionados à religião foram construídos, em alguns momentos, relacionados ao uso de álcool. Vimos, no quilombo, algumas igrejas evangélicas das quais muitos/as jovens participam, e percebemos que a religião funciona como um interdito para o uso de álcool, regula os comportamentos, e as vivências sexuais. Esse aspecto controlador da religião já foi visto em outros estudos como o realizado por Pinto (2012) com jovens pobres, moradores/as de favela no contexto da religião pentecostal, foi observado que a igreja funciona como um espaço de controle, reprodutora de uma concepção de sociedade, na qual as desigualdades e as possibilidades de transformação social são compreendidas a partir da centralidade no indivíduo e em valores morais.

Ficamos pensando sobre o caráter colonizador da religião que estabelece os comportamentos, as roupas, lugares que os/as jovens podem frequentar, o não uso de álcool, e pune os/as que transgridem as normas. Na periferia urbana, observamos que os/as jovens que se declararam evangélicos foram os que fizeram a relação entre religião e uso de álcool. Não chegamos a investigar de qual igreja esses jovens fazem parte, já que existem diversos tipos de igrejas evangélicas e muitas estão localizadas nas periferias: Assembléia de Deus, Adventista, Congregação Cristã no Brasil, Batista, citando só algumas. Mas consideramos que esse é um aspecto importante a ser observado nos territórios.

Ao refletirmos sobre os discursos dos/as jovens sobre os usos de álcool nos diferentes momentos da pesquisa, percebemos que as experiências relacionadas ao uso de bebidas alcoólicas é o que mais aproxima os/as jovens quilombolas e os/as jovens da periferia. Através do uso de álcool, percebemos o quanto as desigualdades sociais produzem efeitos que incidem sobre a vida dos/as jovens pobres para eliminá-los/as socialmente. Esses/as jovens são estigmatizados, discriminados, excluídos por não serem considerados corpos que importam para a sociedade, são alijados de vários de seus direitos, ao acesso à educação de qualidade, à saúde, ao lazer, ao mercado de trabalho, entre outras esferas.

Observamos o quanto esses/as jovens estão em uma situação de desamparo quando narraram várias das situações vivenciadas, a exemplo do uso de álcool ser uma forma de lidar com a falta de perspectiva de futuro, de enfrentar situações difíceis. Nesse sentido, vimos que a rede de apoio desses jovens está vazada. Há um vazio de soluções para tirá-los/as dessas situações. Assim, esses/as jovens não são considerados/as em sua singularidade pelas políticas para juventude, porque não são vidas que importam. A realidade desses/as é visível,

mas é ignorada, é silenciada. E, uma vez que esses/as têm suas histórias de vida silenciadas, isso têm efeitos em seus processos de subjetivação, a exemplo de alguns/mas que não se sentem motivados/as para o engajamento na luta pelos direitos quilombolas.

Estamos compreendendo a rede de apoio como sendo composta por diferentes domínios: família, escola, pares, serviços de saúde e comunidade. Compreende relações próximas e significativas que os sujeitos estabelecem, e representam o apoio que recebem ou que podem receber diante de adversidades na vida. A rede de apoio pode funcionar como fator de proteção, uma vez que ajuda os sujeitos a desenvolver estratégias para enfrentar as mais diversas situações, contribuindo para o desenvolvimento dos sujeitos (COSTA, 2009). O que nos alerta para a importância de construir ações nos territórios que colaborem para o fortalecimento das redes.

A Psicologia comunitária ressalta que o sujeito pode, através da atividade comunitária (coletiva, cooperativa e solidária), superar situações de opressão, resistindo à submissão e lutando contra a mesma. Esse enfrentamento se origina e se sustenta no compromisso ético-político e nos vínculos afetivo-sociais que o/a morador/a constrói com sua comunidade, seu sistema cultural e com os demais moradores (OLIVEIRA et al, 2008). Dessa forma, entendemos que a rede social dos/as jovens não está fortalecida. Eles/as mesmos/as afirmaram que, muitas vezes, não têm com quem contar nos territórios em que vivem. Os/as quilombolas relataram que, nas comunidades, não há um sentimento de coletividade, ajuda entre os/as moradores/as. Falaram das próprias famílias que não os/as ajudam, porque estas também já estão desassistidas, de modo que é extremamente importante que os/as profissionais e instituições existentes nos territórios fortaleçam essas redes.

As autoras mencionadas acima, ao falarem sobre Psicologia comunitária, fizeram relação com a Educação libertadora proposta por Paulo Freire, essa tem como foco o trânsito do indivíduo para o sujeito histórico, superando os esquemas de acomodação e adaptação passiva à realidade e fomentando a integração com a inserção na realidade vivida (FREIRE, 1980). Ambas as abordagens direcionam suas práxis para a construção, o fortalecimento e o desenvolvimento do sujeito, fomentando a identidade pessoal e a atuação comunitária, estimulando a integração entre o desenvolvimento pessoal e o sociocomunitário, no sentido de que os sujeitos construam resistências às opressões que incidem sobre os mesmos/as. Consideramos que esses são importantes caminhos para serem pensados em prol do fortalecimento das redes comunitárias, seja no quilombo ou na periferia.

10 FORMAS DE RESISTÊNCIA ÀS SITUAÇÕES DE DESIGUALDADES SOCIAIS VIVENCIADAS PELOS/AS JOVENS DE DIFERENTES TERRITÓRIOS

[...]

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.
(Conceição Evaristo, 2008).

No presente estudo, buscamos conhecer situações vivenciadas por jovens de diferentes territórios, considerando questões de gênero, classe, raça/etnia e sexualidade de modo interseccionados, e vimos várias trajetórias juvenis marcadas por opressão e desigualdades sociais. Não há, nessas considerações, nenhuma intenção de vitimização dos/as jovens. Com essa discussão, queremos evidenciar os jogos de força que dão sustentação às lógicas de opressão e desigualdades em suas diferentes modulações, no intuito de visibilizarmos limites e possibilidades que circunscrevem a juventude quilombola e a juventude urbana da periferia.

Assim, em nossas conversas, nas oficinas e nas entrevistas com os/as jovens, buscamos conhecer como eles/as têm resistido às situações vivenciadas. Estamos entendendo resistência aqui a partir do pensamento de algumas autoras e autor, como Lugones (2014), Anzaldúa (1987), Scott (2011), entre outros/as, que nos levam a pensar a resistência dos/as jovens que estudamos como ações que contribuem para uma “r-existência”, os atos de questionamento, de subversão das normas, o silêncio como proteção, a afirmação de uma identidade quilombola. Resistir são ações mínimas, que nem sempre parecem ser significativas nas relações de poder, mas que visibilizam as opressões e desigualdades e, de alguma forma, mexem com os sistemas de opressão. A seguir, abordaremos ações de resistência dos/as jovens da periferia e dos/as quilombolas.

10.1 Jovens da periferia urbana e situações de resistência

Em uma das oficinas, trabalhamos com uma adaptação do teatro do oprimido em que os/as jovens construíram situações com base no que havia sido realizado na oficina anterior. Levamos a transcrição dessa oficina e eles/as, em pequenos grupos, escolheram o que gostariam de encenar. Uma das cenas na área urbana foi sobre um homem que sai para o bar com os amigos e recusa-se a levar a esposa que gostaria de ir junto. Construíram, como desfechos possíveis: a esposa indo ao bar à procura do marido, e em um segundo momento, o homem ficando em casa com a esposa, mas não houve negociação possível para irem os dois juntos ao bar, pois “o bar tá cheio de homem, não é lugar de mulher direita”. O que nos chamou atenção também foi o modo agressivo como eles/as proferiam os diálogos e como isso era natural. A seguir apresentaremos um trecho da encenação:

Betina: Vai onde, amor?

Caleb: Vou ali no bar (falou de forma agressiva)

Betina: Eu vou mais você.

Caleb: Não, fica aí, que não tem o que você ver lá.

Betina: Mas você não vai? Eu posso ir com você. (falou de forma agressiva)

Caleb: Pode não, pode ficar em casa, lugar de mulher é em casa. Tu vai fazer o quê no meio de um monte de macho? Eu vou tomar uma cervejinha, só uma cervejinha, senta aí que eu vou embora e mais tarde eu chego, não vai ter ninguém de mulher lá, só vai ter tu. (falou de forma bem agressiva).

(5ª oficina realizada na área urbana).

Percebemos que tanto o que era falado, quanto a forma como era falado, não dizia apenas da criação de um personagem para encenação. Em um determinado momento, eu e a co-facilitadora, questionamos essa agressividade, ao que eles responderam que presenciavam tais cenas com pessoas da família - mães, madrastas, vizinhos/as - e consideravam os atos de violência como solução para os problemas.

Caleb: Eu sempre vejo a vizinha lá de casa, porque lá próximo tem um bar, aí ele tem esse costume de ir pra lá, aí a mulher ia buscar ele, e era tanto cacete, ela dá nele e no instante resolve.

Betina: Minha mãe também fazia isso, porque minha mãe é muito ignorante, ela já chegava no bar brigando com meu pai.

Caleb: Minha madrasta também vai atrás do meu pai, e é briga lá no bar. A gente tem que dizer pra ele ir pra casa, porque se não, a coisa é feia.

(5ª oficina realizada na área urbana).

Nos relatos acima, podemos observar que o contexto vivenciado por esses/as jovens tem implicações no processo de subjetivação dos/as mesmos/as. Observamos, em vários momentos, o quanto às situações de agressão e violências de diversos tipos são naturalizadas, o quanto eles/as consideram algo comum, “normal”. Cabe refletirmos também sobre o que é de fato violência e o que é uma reação daquele/a que sofre as consequências dos sistemas de

opressão. Esses/as jovens e suas famílias vivem toda a sorte de violência por parte de um sistema/Estado que está organizado para normatizar, classificar e homogeneizar as experiências. As violências são inúmeras, desde a exclusão dos espaços sociais até mesmo à eliminação. Esses/as, perante o sistema branco-ocidental (que se pressupõe hegemônico/sem fronteiras/colonizador), são elimináveis.

Outra história abordada foi a de um jovem negro, que estava em busca de um emprego em uma loja famosa. O mesmo tinha um currículo qualificado, mas não conseguiu o emprego por ser negro. A loja deu preferência a uma jovem branca, mesmo esta não tendo as qualificações para o cargo. Essa história foi construída pelos/as participantes da oficina, mas eles/as não conseguiram criar um desfecho para finalizá-la, ficaram pensando e diziam que não sabiam o que poderiam fazer, como poderia terminar a história, alguns/mas falaram sobre denúncia e outros/as em uma solução bem precária que não resolve a situação da discriminação racial:

Apolo: Pode denunciar o crime de racismo.

Caleb: É... tem que denunciar.

Roseane: Fora a denúncia como pode terminar essa história?

Brenda: Ele indo em frente procurar outro emprego.

Agatha: É ele indo em outra loja que não é racista e conseguindo o emprego.

(5ª oficina realizada na área urbana).

Por mais que alguns ainda tenham se referido à denúncia, nesse sentido de que não se pode calar diante de uma situação de discriminação racial, isto foi muito no sentido também de que eles/as não viam uma solução sobre o que poderia ser feito. A dificuldade em encontrar um desfecho para a história reflete o quão complexas são as situações de racismo, inclusive para que o jovem da encenação realizasse a denúncia, porque, na prática, ninguém iria dizer diretamente que ele não seria contratado por ser negro. As discriminações acontecem através de ações sutis. Os/as próprios jovens consideraram ser uma questão complexa de ser resolvida. O racismo acontece há anos e muitas vezes de modo mascarado, a exemplo das “piadinhas”, conforme podemos ver no relato a seguir:

Benjamim: Essas piadinhas que vai passando de pai pra filho, piadinha de negro, piadinha de índio. O índio é preguiçoso, essas piadinhas é que vai mantendo o preconceito e fazendo com que ele se mantenha de gerações, vão crescendo com ele por conta disso.

Valentina: Mas acontece muito isso, porque muitas vezes é a gente mesmo se fecha para as diferentes formas de preconceito. Às vezes, a gente pensa que o preconceito é quando você diz alguma coisa a outra pessoa, e ela é violentada fisicamente ou ela ficou chorando, mas, às vezes, você sofre preconceito e disfarça muito bem, e esse constrangimento é cada vez mais prejudicial ao jovem. Porque, na juventude, adolescência, a gente fica cada vez mais com confusão na cabeça, e a gente só fica assim cada vez

mais assim vulnerável. Por isso que a gente não pode se calar diante das situações de preconceito, tem que falar, denunciar.

(2ª oficina realizada na área urbana).

Ao fazer referência aos grupos minoritários e denominá-los de subalternos, Spivak (2003) afirma que o subalterno não pode falar, pois, se o fizer, já não é. Quando a autora faz essa afirmação, compreendemos que a mesma utiliza a fala no sentido de que o processo de falar exige necessariamente um falante e um ouvinte, de modo dialógico. A ausência do ouvinte ocasiona o silenciamento. No discurso acima, a jovem Valentina diz: “a gente não pode se calar diante das situações de preconceito, tem que falar, denunciar”. Com isso, ficamos refletindo sobre quais as possibilidades que os/as jovens da periferia têm de serem ouvidos/as? Quem os/as escuta? Em quais lugares? Ao mesmo tempo em que consideramos que ter essa consciência da importância de não se calar diante de situações de opressão e desigualdades é o caminho para criar formas de resistência. E alguns/mas jovens têm feito isso por meio da arte, da música, da literatura. Em algumas situações, raça, classe e gênero podem ser mobilizadas para o estabelecimento de uma solidariedade política na busca por mudança.

Ressaltamos também a importância de uma prática educativa em relação a essas situações de preconceito e discriminação, a judicialização é importante, mas se existirem práticas que discutam essas questões, a justiça poderá ser o último meio a ser procurado. Uma das jovens fez referência a uma intervenção de uma professora por via do discurso:

Aiane: Teve um negócio aqui com pessoal do terceiro ano, que eu não sei se vocês se lembram de uma professora que tem o cabelo black Power, aí eu não lembro que foi que ela fez, mas eu acho que ela ia usar uma sala daqui. A menina disse assim: É o cabelo de luar. Ela escutou, olhou para menina e deu um discurso show na cara da menina. Ela desconstruiu todinha a opinião da menina, também foi o único caso, por conta desse laque que ela deu na menina.

(2ª oficina realizada na área urbana).

Outra situação abordada foi à discriminação contra os homossexuais e as lésbicas. Buscamos saber como isso pode ser enfrentado, o que eles/as têm feito:

Agnes: É muito difícil porque deveria começar pela direção do colégio, e é o que não faz.

Valentina: A nossa parte a gente faz, quando a gente ver isso acontecendo aqui a gente fala que aqui a gente não aceita, tenta conversar e explicar que determinados tipos de brincadeira não deve ser feita.

Agatha: Porque os professores, as autoridades são os que mais têm preconceito aqui, aí é difícil.

Betina: Ao invés de fazer palestra, de falar mais sobre isso, não. É preconceito.

(3ª oficina realizada na área urbana).

Observamos acima que os/as jovens não concordam com as atitudes preconceituosas dos/as professores/as da escola e veem no diálogo, na realização de palestras, meios que podem contribuir para a mudança de comportamentos na escola de alunos/as que agem de forma preconceituosa e discriminatória. E algumas das estudantes têm tido essa prática de conversar e não aceitar essas situações, pois da mesma forma que, muitas vezes, o racismo se expressa através de “brincadeiras” que são dolorosas e deixam marcas de sofrimento em quem as recebe, na homofobia e lesbofobia acontece o mesmo.

Uma jovem da periferia relatou alguns problemas que tem percebido que a juventude tem enfrentado no dia-a-dia. Quando questionada sobre qual (is) dificuldades impedem a realização de seus objetivos, ela respondeu:

Valentina: Eu acho que a falta de um trabalho certo é a maior dificuldade que eu tenho enfrentado.

Roseane: Ter um trabalho ajudaria você alcançar seus objetivos, é isso?

Valentina: Acho que sim.

Roseane: E o que você tem feito para isso?

Valentina: Estou estudando [silêncio], estudando e acreditando em mim (18 anos, jovem da periferia).

Outros/as jovens, também se referiram aos estudos como meio para terem uma melhor qualidade de vida, para conseguirem realizar alguns planos. Como podemos ver a seguir:

Roseane: Diante dessas situações que você falou que têm enfrentado, essas dificuldades que os jovens têm enfrentado, o que você acha que pode ser feito para melhorar essas situações?

Amora: Eu tô estudando, quero fazer uma faculdade para realizar meus objetivos. E acho que eu só vou conseguir se for assim. (17 anos, jovem da periferia).

Os/as jovens urbanos/as vivem em contextos em que as situações de violência e desigualdades de diversas ordens se fazem presentes, e isto tem implicações nos modos de viver a juventude, mas alguns/mas têm considerado a escolarização um meio de lidar com essas dificuldades e de construir seus projetos de vida. Não podemos esquecer que as instituições escolares são desiguais, o que pode atuar como fator de produção das desigualdades já existentes entre sujeitos de diferentes classes e raças/etnias. Mas a depender do contexto, a interseccionalidade pode não somente enfatizar uma dimensão negativa de opressão, como também ser utilizada para pensar a emancipação e a mobilização política (BRAH, 2006). Assim é que consideramos que o processo de escolarização pode favorecer a ruptura das desigualdades sociais existentes, ao contribuir para uma mudança nas situações opressoras.

10.2 Jovens quilombolas e situações de resistência

O posicionamento referente à denúncia e à violência como meios para resolver as situações enfrentadas foi algo abordado pelos/as jovens quilombolas, e era frequente ouvirmos questões sobre as quais os/as urbanos/as também falaram:

Roseane: Para resolver essa situação de violência que essas mulheres sofrem é possível fazer alguma coisa?

Amara: Elas mesmo se submetem a isso, é costume, já se acostumou.

Roseane: Mas vocês acham que essas mulheres teriam como sair dessa situação de que forma?

Dalila: Denunciar eles e dá uma pisa boa, a vizinha dela denunciou o marido, a polícia veio tirou as coisas dele e hoje ele não vive com a mulher, porque tem vergonha, mas tem delas que acha bonito viver assim.

Roseane: Quando acontece um caso de violência, às pessoas da comunidade ajudam a mulher, tipo essa que denunciou ela teve apoio das pessoas da comunidade?

Dalila: Eu acho que a comunidade não deve meter o bico não, porque eles brigam, aí alguém entra no meio, aí depois eles vão tá de bem e quem entrou no meio vai tá intrigada de um dos dois, aí se entrar no meio é pior.

Amara: A comunidade vai dá apoio de que? Não dá apoio de outra coisa, imagine de cacete, a comunidade não apoia em outra coisa.

Jani: E não resolve não, dá parte na polícia no outro dia o cabra tá solto, tem que dá é um cacete, igual teve ali que a mulher danou a panela de pressão na cabeça do marido, no instante ele aprendeu.

(5ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Observa-se acima que a denúncia aparece como um meio para resolver as situações de violência contra a mulher, mas nem todas as jovens concordaram que esse é um caminho. Uma trouxe a violência também como um meio de solução. E nos chamou atenção a relação com a comunidade, quando foi colocado que essa não tem que se meter, que não dá apoio em uma situação desse tipo. Em outros momentos, também foi abordado pelos/as jovens a falta de apoio das pessoas da comunidade, inclusive das próprias famílias. Uma jovem contou que sempre quis fazer um curso de cabeleireira, os pais são aposentados e mesmo assim não a ajudaram, quando a mesma resolveu estudar à noite, a mãe dizia para ela não ir, que era melhor procurar um trabalho. Na pesquisa que fizemos em 2013, vimos que, na comunidade, o trabalho é mais valorizado do que os estudos. O que corrobora também com as pesquisas realizadas por Leão (2006) com jovens pobres de Belo Horizonte em que foi visto que muitos/as jovens pobres fazem parte de um histórico familiar em que o processo de escolarização foi incompleto ou precário, o que produz baixo valor atribuído à educação por alguns pais e jovens, devido a não-familiaridade com a cultura escolar.

Em alguns momentos pudemos conversar sobre o uso de álcool realizado de forma abusiva, algo muito presente nas vivências dos/as jovens participantes do estudo. Na

oficina que realizamos com os/as urbanos/as e quilombolas, eles/as também indicaram que a violência poderia resolver os casos de quem faz uso abusivo de álcool:

Jani – jovem quilombola: Porque a primeira vez que ele apanhou ele disse que não ia beber mais, mas só que o pai voltou atrás e no outro dia, beba meu filho, você pode beber que eu também bebo. Ai não sei não, se tivesse deixado ele lá apanhado queria ver se ele não tinha parado, ele não já tinha dado a palavra, agora é um pai sem vergonha, então, tome cachaça.

Roseane: Vocês acham que levar uma pisa, ser agressivo vai resolver alguma coisa?

Caleb – jovem urbano: Às vezes, resolve, se for um pai bem rígido.

Jani - jovem quilombola: Agora se for um pai cachaceiro como o dele.
(6ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Mais uma vez, podemos observar o quanto existe um discurso moralizante sobre o usuário de álcool, inclusive um discurso que culpabiliza quem faz uso. Esse é um posicionamento comum por muitas pessoas na sociedade, que desconsideram todo o contexto e a constituição dos sujeitos que de um uso recreacional passaram a fazer um uso abusivo, ou já iniciaram o uso com um padrão e uma frequência elevada. Nesses discursos, não há uma compreensão de que a pessoa que faz um uso prejudicial de álcool pode precisar de uma ajuda profissional para que o uso seja feito de modo controlado ou não o faça, caso seja o desejo da pessoa. Que não é algo somente da ordem do querer, “não quero, não vou beber mais”, como nos relatou uma jovem entrevistada:

Roseane: Quando você disse que bebia falou também que tem pensando em parar, tem algum motivo que faz com que você queira deixar de beber?

Niara: Já pensei em parar, às vezes, eu penso, porque eu penso assim é melhor eu arrumar um trabalho e cuidar da minha filha do que ficar na porta das bodegas, já perdi um emprego por conta da cachaça, já sofri um acidente. Tentei parar, mas não consegui não, passei um mês só, aí comecei de novo (23 anos, jovem quilombola).

Vimos também que se existe um discurso moralizante, e se alguns e algumas jovens se referiram a vários problemas atribuídos ao uso abusivo de álcool realizado pelos/as moradores/as das comunidades, outros/as relataram que fazem uso com um padrão e frequência que consideram que não ocasiona problemas as suas vidas, que as amigas se reúnem na casa de alguma delas e se divertem, conversam, já que não há muitos espaços de lazer nas comunidades, e não se sentem seguras nos bares. Em entrevista, uma jovem quilombola relatou que é uma forma de fortalecerem os vínculos de amizade e, assim, terem com quem contar na comunidade nos momentos que precisam, como podemos ver abaixo:

Roseane: Em quais lugares você costuma beber aqui na comunidade?

Amara: Aqui na comunidade, quase todo mundo bebe, os jovem tudo. Eu bebo mais em casa com minhas amigas, ou na casa de uma amiga. A gente não gosta de andar em bar aqui, que tá muito perigoso, Castainho já foi um

lugar bom de morar, mas agora. Aí a gente se junta, compra Pitú... risos... cerveja, e vai pra casa de alguém, que não tem o que fazer para se divertir, é só com isso que a gente se diverte, mas a gente bebe controladamente, é mais para tá todo mundo junto, para gente conversar, desabafar, aí uma amiga ajuda a outra, dá um conselho, só as amigas mesmo (23 anos, jovem quilombola).

A bebida contribui para unir as jovens, fortalecer os laços, ao mesmo tempo em que elas ficarem em casa bebendo é uma forma também de se protegerem de um contexto violento e preconceituoso. Isso nos fez lembrar a reflexão de Miguel (2018, p.84) realizada a partir das ideias de Nicole Mathieu, “a violência física e o constrangimento material e mental pesam mais que a eventual adesão às representações que legitimam o poder dos homens”, isso se dá não como uma aceitação, mas como um conhecimento prático de que uma revolta pode levar ao ostracismo ou à morte. Percebemos que elas não concordam que as mulheres só podem beber em casa, estão cientes do contexto que fazem parte e para evitar conflitos e violências de diversas ordens se resguardam.

Discutimos o que os/as jovens têm feito para lidar com as situações de preconceito e discriminação vivenciadas:

Roseane: E o que tem sido feito aqui na comunidade pelos/as jovens pra lidar com essas dificuldades? Para enfrentar esses preconceitos, essas dificuldades que existem aqui?

Aisha: Pelos jovens?

Amina: Nada.

Aisha: É, assim, dizer nada também é uma coisa muito forte, não é que não tenha nada, tem umas coisas, só que não é umas coisas continuadas, por exemplo, tinha, assim... meio que acabou, mas tá adormecido, tinha o grupo de dança, mas com o tempo foi acabando, a gente falava um pouco sobre, além da dança a gente tava começando a fazer um trabalho sobre, falar sobre a identidade quilombola mesmo pra entrar em outros assuntos. Também assim tem oportunidades de os jovens, de alguns né, porque convida os jovens, e, às vezes, eles não vem, oportunidades de participar de tal curso. Teve um curso que eu participei que era para jovens, daqui do Castainho foram três, aí precisou de mais e não tinha, não tinha jovem que tivesse o ensino médio ou tivesse terminando e quisesse participar. Assim aí fica meio complicado de dizer assim que não está se fazendo nada, é por isso assim que esse trabalho que você tá fazendo agora é importante, porque a gente tá observando o que é que os jovens querem, porque até pra gente falar da gente mesmo, o que é que a gente quer é difícil. Imagina uma pessoa que é mais madura, que não é mais jovem, que tem outra cabeça vai escolher o que é que o jovem quer, não vai, é difícil. Porque oportunidade tem.

Amina: É, alguma coisa tem que fazer.

(1ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Interessante observar que logo quando indagados/as uns/mas jovens dizem que não tem sido feito nada, quando uma participante argumenta que não é que nada tenha sido feito, mas que não existe uma continuidade e fala sobre as dificuldades para que isto aconteça,

outra jovem diz que tem que ser feito algo. O trabalho em grupo tem essa função também de provocar as pessoas que o constituem a repensarem seus posicionamentos e, em alguns momentos, pudemos perceber isso. Observamos, nos discursos acima, que a geração articulada com as dificuldades impostas pelos contextos que as juventudes se constituem podem dificultar algumas ações dos/as jovens. Estamos compreendendo aqui geração como o encontro entre o tempo biográfico e o tempo histórico da vida dos sujeitos que é muito importante nas vivências dos/as mesmos/as (FEIXA; LECCARDI, 2010). É relevante lembrarmos que a jovem é negra, quilombola, de uma classe social menos favorecida economicamente, marcadores sociais que em alguns momentos e contextos dificultaram as ações dos/as jovens, em outros contribuem para que esses/as, por exemplo tenham mais possibilidades de ingressarem no ensino superior, uma vez que existem cotas para jovens negros/as e de baixa renda.

Outra coisa que também observamos é que o grupo de dança tem sido usado pelas jovens como uma forma de fortalecimento da cultura quilombola, um espaço/momento para falarem sobre alguns assuntos, para pensarem sobre suas experiências, mesmo que agora, devido à insegurança na comunidade, o mesmo esteja parado. A dança é considerada uma forma de libertação e expressão do corpo negro (GOMES, 2017).

Continuamos questionando os/as jovens:

Roseane: Mas sobre essas dificuldades que vocês falaram de chegar em alguns lugares e sofrer preconceito, ir fazer uma compra e ficar sendo olhado assim pelas pessoas de forma desconfiada, quando entram em um restaurante, como vocês tem lidado com isso?

Aisha: Porque assim, existe preconceito aqui, eu acho que existe também, mas é muito mais forte lá fora, porque aqui pelo menos a gente se conhece, a gente sabe das dificuldades, tem pessoas que tem a pele clara, mas também são negras, não são pretos, mas são negros e tem preconceito, mais é menos, mas assim a gente percebe um preconceito muito forte e o que a gente tenta fazer pelo menos eu, é levantar a cabeça mesmo, mas isso a gente aprende também de muitos tombos, entendeu? De você que tá sendo, que alguém tá sendo racista com você e você conversando com alguém, alguém que já tem mais experiência, alguém que fala isso é racismo, denuncie, ou se vim dizer que você é negra, e tem o tom também, chama você de preta, mas depende do tom, do jeito que você fala em algum lugar, você vai ter que ter uma posição, mas é difícil quando você é um pouco mais jovem.

(1ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Mais uma vez é visto como o fato de ser jovem é considerado um marcador que dificulta a luta ao enfrentamento das situações de discriminação racial. E podemos observar como a jovem se posiciona frente às situações: “levanto a cabeça”. Ou seja, a mesma não naturaliza as situações, mesmo sabendo o quanto é difícil enfrentá-las, faz isso. Segundo Costa (2012), existem vários efeitos psicossociais do racismo. Um deles é quando negros/as

percebem o impacto do racismo vivido e constrói recursos psíquicos e sociais para enfrentá-lo. Para tanto, é preciso ter consciência de que o racismo é uma estratégia de dominação, sentir-se habitante e pertencente ao seu corpo negro, bem como as histórias e expressividades culturais de origem negra. Percebemos que há esse movimento por alguns/mas jovens da comunidade, como é o caso de Aisha, a jovem do discurso acima, que está nesse processo de reconhecimento e luta contra dominação.

Spivak (2003) chamou de “consciência subalterna” o movimento da pessoa que sofre os efeitos das opressões e desigualdades está ciente desse processo. A mesma se refere ainda a uma construção coletiva da noção do lugar de subalterno e o desenvolvimento de respostas diante destas constatações. Posicionamentos como o da jovem no discurso acima, estamos chamando no presente estudo de consciência reflexiva. Fazemos uma analogia assim com as pesquisas feministas (NEVES; NOGUEIRA, 2005) que ressaltam que reflexividade é o/a movimento do/a pesquisador/a pensar sua implicação na construção do conhecimento, sua localização no mundo. Consideramos os/as jovens participantes do presente estudo como sujeitos políticos constituídos a partir dos sistemas de gênero, classe, raça, sexualidade, território e geração que produzem desigualdades nas biografias dos/as mesmos/as, mas também que podem os impulsionar a questionar, discordar, revoltar-se e criar formas de resistir às opressões ocasionadas por esses sistemas. A esse movimento dos/as jovens estamos entendendo como consciência reflexiva que os impulsiona a lutar. Mas cientes, e concordando com Freire (1982) que lutando também acontece à conscientização, a transformação.

Em momentos na pesquisa em que não estávamos questionando o que era feito ou o que poderia ser feito para enfrentar as dificuldades vivenciadas, observamos que em algumas situações os mesmos marcadores sociais que produzem desigualdades, impulsionavam a ação dos/as quilombolas, conforme mencionado acima. Vimos que alguns e algumas se reconhecem como negros/as e fazem questão de afirmar esse lugar, por compreenderem a importância disto no enfrentamento às situações de preconceito e discriminação, como podemos ver a seguir:

Malaika: Eu acho muito errado a pessoa passa na rua, aí dizem ei morena, tipo com preconceito com a pessoa, porque não chamam logo preta, eu prefiro que diga: preta vem cá. Eu sou preta, não é história de morena não, me chame de preta. Eu fui preencher a ficha do grupo de dança aí [disse o nome da quilombola] perguntou: eu coloco que cor? Aí eu disse: e eu sou que cor, mulher? Coloque preta, sou negra, e ninguém venha com preconceito não.

(2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Assumir-se como uma mulher negra é uma atitude, sobretudo política, principalmente em uma sociedade em que o branqueamento ainda se coloca como um ideal, que ser branco constitui um privilégio, e a mestiçagem fragmenta a identidade étnico-racial na medida em que os mestiços tentam se aproximar mais de uma brancura inatingível do que de uma negritude que seja explicitamente assumida no seio das relações raciais do Brasil (MUNANGA, 2004). Assim como o assumir-se também como quilombola. Algumas jovens fizeram referência à identidade quilombola que aonde chegam afirmam: “sou quilombola, da comunidade do Castainho”, estas estão cientes da importância dessa ação para o fortalecimento das mesmas, e da comunidade, pois uma vez que se afirmam aonde chegam, podem lutar por alguns direitos que há anos foram negados a essa população.

A discussão sobre o cabelo também foi algo que, principalmente, as mulheres jovens relataram que estão assumindo o cabelo natural, crespo, cacheado, porque entendem que é uma forma de lutar contra o racismo. O racismo desumaniza, faz criar rejeição pelo próprio corpo, e quando vemos algumas pessoas com essa compreensão e na luta anti-racista, pensamos que esse é um modo de enfrentar as situações vivenciadas por muitas mulheres de preconceito e discriminação, em que a estética tem um peso nas formas de discriminar e no efeito para a mulher que vivencia. Gomes (2017) fala sobre a tensão que existe entre a regulação-emancipação do corpo negro. Cada vez mais, os corpos negros têm se afirmado no espaço público sem cair na exotização e na folclorização. Os cabelos crespos, os penteados afros, as roupas e formas de vestir têm construído uma política da estética e da beleza negra.

Ainda sobre essa questão do cabelo natural como resistência, bell hooks (2005, p.5) fala sobre seu posicionamento:

Existem momentos em que penso em alisar o meu cabelo só por capricho, aí me lembro que, mesmo que esse gesto pudesse ser simplesmente festivo para mim, uma expressão individual de desejo, eu sei que gesto semelhante traria outras implicações que fogem ao meu controle. A realidade é que o cabelo alisado está vinculado historicamente e atualmente a um sistema de dominação racial que é inculcada nas pessoas negras, e especialmente nas mulheres negras de que não somos aceitas como somos porque não somos belas. Fazer esse gesto como uma expressão de liberdade e opção individual me faria cúmplice de uma política de dominação que nos fere. É fácil renunciar a essa liberdade. É mais importante que as mulheres façam resistência ao racismo e ao sexismo que se dissemina pelos meios de comunicação, e tratem para que todo aspecto da nossa autorepresentação seja uma feroz resistência, uma celebração radical de nossa condição e nosso respeito por nós mesmas.

Importante observarmos a partir das reflexões de bell hooks, que se por um lado, deixar o cabelo natural, crespo, é um modo de aceitação e resistência a uma cultura

eurocêntrica e machista, por outro, de alguma forma, continua a controlar as mulheres, pois a liberdade para usar o cabelo como quiser, crespo, cacheado, alisado é comprometida por esse mesmo sistema de poder que diz que cabelo crespo é ruim, é feio.

Em Castainho e Estivas, como já falamos nesse estudo, a cultura sexista permanece muito presente, sendo reforçada e reproduzida pelas gerações, mas algumas jovens relataram que estão cientes de que alguns comportamentos que são esperados para serem realizados pelas mulheres, bem como alguns comportamentos dos homens são fruto dessa cultura sexista. As mesmas afirmaram que pensam diferente e têm ações em suas vidas práticas que não condizem com essa cultura:

Layla: Aqui na comunidade, tem muito homem machista, que acha que a mulher nasceu para pilotar fogão, para ficar em casa fazendo as coisas pra ele, que pode apanhar, que ele pode fazer o que quiser. Mas comigo não tem isso não, se for pra ter um marido assim não quero de jeito nenhum. O homem tem que ser companheiro da mulher, não é o dono dela não, eu digo isso as minhas primas, porque eu vejo muita coisa por aqui e não acho certo não, comigo é diferente.

(2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Enfrentar as desigualdades das relações de gênero não é algo simples na sociedade, mas o fato de ter uma consciência reflexiva sobre a existência das mesmas é um avanço. Quando, no discurso acima, a jovem relata que fala para as primas: “homem tem que ser companheiro da mulher, não é o dono dela não”, percebemos que ações como essas podem ter efeitos nos processos subjetivos e contribuir para que as mulheres criem formas de responder às práticas e discursos machistas e racistas que objetificam as mulheres, sobretudo as negras. Rose (2011) aborda que aquilo que subjetiva um humano não é o resultado daquilo que é, ou do que os transformaram, mas sim, o que os subjetivará será aquilo que eles são capazes de fazer, em vez do que eles são, a isto o autor mencionado denomina de práticas de subjetivação:

os seres humanos são capacitados na medida em que passam a se considerar de modos específicos: se entender, se expressar, atuar e julgar-se em função das maneiras pelas quais suas forças, energias, propriedades e ontologias são constituídas e modeladas ao serem conectadas, utilizadas, inscritas e atravessadas por várias composições (p.238).

É no cruzamento dessas forças, que os sujeitos vão se subjetivando e transformam-se, à medida que expandem suas conexões. Estamos entendendo subjetividade aqui como emergência histórica de processos, não determinados pelo social, mas em conexão com os processos sociais, culturais, econômicos, urbanos, rurais, entre outros, que participam de sua constituição e de seu funcionamento. Não estamos considerando a causalidade entre esses processos, mas a noção de concomitância, de coprodução de uma singularidade (FERREIRA

NETO, 2011). Assim, estamos observando a coprodução dos processos de gênero, classe, raça, território rural e urbano no modo de enfrentamento das situações de desigualdades vivenciadas.

Vimos também que algumas jovens quilombolas têm buscado uma formação, algumas fazendo curso superior, outras cursos técnicos, cursos de cabeleireiro como meio de ter uma renda e melhorar de vida, e mesmo sem ajuda de pessoas da família, algumas têm ido em busca de realizar esses cursos, como podemos ver a seguir:

Jani: Eu tive essa iniciativa por mim mesma, eu encontrei uma mulher que tinha ido dá um curso lá no sítio, levou as aprendiz dela e tava lá escovando cabelo, ai eu fui lá e me informei com ela, quanto era a mensalidade, quanto pagava. Ai ela disse vá que a gente dá um jeito, e vai dá certo, eu peguei e disse eu vou, mas como eu vou arrumar o dinheiro, ai depois eu disse se eu ficar pensando em como eu vou arrumar dinheiro, eu meti a cara e fui porque ninguém vai chegar pra dá um centavo não. Fui fiz a inscrição, a moça mandou ir na outra semana, e já tá com dois meses e se Deus quiser daqui a 4 meses to com meu diploma lá na parede e ganhando meu dinheiro. E ajeito o cabelo do povo por aqui, escova, alisamento para arrumar o dinheiro e pagar o curso.

Amina: Quando eu fui fazer o curso na Microlins, eu ajudava mãe na feira, aí cada feira ela me dava 40,00 reais, aí a mensalidade era 50,00 eu já guardava pra ir pagando.

(5ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Percebemos que as jovens dos relatos acima cada uma foi procurando um modo para lidar com as dificuldades que uma jovem pobre, negra, em um território quilombola enfrenta para dar continuidade ao processo de escolarização e realizar cursos profissionalizantes. No período das observações, conheci o grupo de mulheres Guerreiras Quilombolas, grupo recém criado por mulheres de diferentes idades. O grupo é um espaço/momento de encontro em que elas podem falar sobre problemas da comunidade, dificuldades enfrentadas e pensarem em meios de forma conjunta para lidarem com isso, para se ajudarem.

Ao retomarmos o conceito de quilombismo (BERNARDINO-COSTA, 2015), já mencionado no segundo capítulo desta tese, podemos aplicá-lo ao grupo das mulheres quilombolas, para entendê-lo como espaço político-cultural de luta e resistência contra marcadores da diferença baseados no sexismo, na classe e no racismo, que estabeleceram separações entre infra-humanidade e humanidade. Neste sentido, em vez de ficarem sujeitas aos padrões de poder impostos socialmente, as quilombolas se fizeram sujeitos políticos, se articulando e dialogando também com pessoas de outras localidades, a exemplo de uma professora da Unidade Acadêmica de Garanhuns, das profissionais da residência de saúde no campo, na busca de realizarem os objetivos que traçaram.

Os/as quilombolas estão sofrendo com a ameaça do fim das feiras livres de Garanhuns, e se essas deixarem de existir, eles/as não terão onde vender:

Aisha: O governo e o capitalismo querendo fazer com que a população rural saia de sua zona de conforto, assim, embora a gente more aqui, não é conforto assim, porque precisa de melhorias, mas nós temos por enquanto, graças a Deus, temos onde plantar, onde morar, e a gente não ter o lugar de vender nossas coisas, a gente vai ter que sair, a gente vai se mudar e vai se mudar pra onde? [...] é por isso que tem que pensar nisso e ir atrás de seus direitos, e a gente tem que pensar muito bem, porque se a gente não for atrás dos nossos direitos agora enquanto há tempo, o que a gente vai fazer da nossa vida? A gente vai trabalhar de que? A gente vai viver pedindo esmola é, se a gente pode trabalhar?

(1ª oficina realizada na comunidade quilombola).

A jovem acima fala sobre o quanto reconhece a importância dos/as quilombolas irem em busca do que querem conseguir, das melhorias, da luta pelos seus direitos, o que nos faz pensar em resistência. Buscamos saber o que essa jovem tem feito para lutar pelos direitos, a mesma nos relatou que participa das reuniões da Associação dos moradores na comunidade quilombola, das reuniões da pastoral da terra e que tem estudado, e ver nos estudos um meio de mudar a realidade que vive. Concordamos com Lugones (2014) quando a mesma ressalta que a resistência é a noção mínima de mudança, de ação em relação à opressão.

10.3 Jovens quilombolas e da periferia urbana frente às situações de resistência as desigualdades sociais

As desigualdades de gênero constituídas pela raça e classe se fazem fortemente presente na vida dos/as jovens de ambos os territórios, mas algumas jovens têm compreendido que alguns comportamentos que são exigidos das mesmas, são decorrentes de uma cultura patriarcal e sexista com as quais elas não concordam e afirmam que não se submetem a essa lógica. Ainda que sejam encontradas muitas mulheres que são vítimas dos efeitos do machismo e que encontram pouca solidariedade de outras, como vimos nas comunidades quilombolas com as que sofreram violência contra a mulher perpetradas por seus companheiros. Não podemos esquecer o que Lugones (2014) enfatiza sobre a importância de contestar as formas de dominação, para que assim sejam oportunizadas construções epistemológicas em que mulheres que estão no entre lugar, nas fronteiras, que vivem múltiplas opressões, possam ter outras oportunidades de construir suas histórias.

Pensar na denúncia e na violência como meios para resolver situações de discriminação e de preconceito, assim como também a violência contra as mulheres foi algo comum entre os/as jovens de ambos os territórios, quando os/as mesmos/as também tinham dificuldade em falar sobre um meio para lidar com as problemáticas vivenciadas se referiam,

sobretudo à judicialização. E por mais que estejamos entendendo a denúncia aqui como não se calar, como a busca por justiça, ficamos refletindo sobre as diversas situações em que eles/as não visualizaram outros meios como possibilidade. E quando observamos o contexto que muitos/as dos/as participantes desse estudo fazem parte, vimos que é marcado por situações de violência de diversas ordens, presentes em suas vivências.

Observamos que alguns e algumas jovens das comunidades reconhecem a importância de se afirmarem como negros/as e quilombolas para lutarem por direitos que, há anos, essa população não tem acesso. Sabem que não é fácil porque as situações de discriminação e preconceito racial são inúmeras, que para o/a jovem sozinho lutar por essas questões é difícil, mas estão motivados/as a lutar em busca da realização dos projetos de vida que possuem. Concordamos com Bernardino-Costa (2015, p.160) que a luta política envolve também um “projeto decolonial de reexistência que supere a formação colonial e sua estrutura social em prol de um novo humanismo, no qual as diferenciações de gênero, raça e classe não atuem criando infra-humanidade”, mas possam ser vistas como riquezas para a constituição de uma sociedade pluricultural, que é a luta de alguns/mas jovens.

A luta, o enfrentamento às situações de discriminação racial, lembrou-nos que em entrevista a BBC Brasil, a escritora Conceição Evaristo (2018) destacou que: “na música, na poesia, na literatura, nas religiões afro-brasileiras, em sindicatos, em associações de moradores, as vozes dos negros sempre se pronunciaram”. Sabemos o quanto essas vozes são invisibilizadas. Mas, a autora ainda destaca: “por mais que uma voz hegemônica queira comandar, a água escapole entre os dedos. Você não segura. Não retém a força da água. Então o povo também encontra maneiras de se afirmar, de falar, de dizer”. A mesma autora em outro momento abordou:

Tendo sido o corpo negro, durante séculos, violado em sua integridade física, interdito em seu espaço individual e coletivo pelo sistema escravocrata do passado e, ainda hoje, pelos modos de relações raciais que vigoram em nossa sociedade, coube aos brasileiros, descendentes de africanos, inventarem formas de resistência que marcaram profundamente a nação brasileira. Produtos culturais como a música, a dança, o jogo de capoeira, a culinária e certos modos de vivência religiosa são apontados como aspectos peculiares da nação brasileira, distinguindo certa africanidade reinventada no Brasil (EVARISTO, 2009, p. 18).

As palavras de Conceição Evaristo, assim como os discursos dos/as jovens que abordamos nesse capítulo, remete-nos à resistência enquanto fronteira proposta pela Anzaldúa (1987), que diz de experiências que causam dor no processo de constituição dos sujeitos, mas que podem transformar as suas próprias existências e visão de mundo.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo investigamos as desigualdades sociais nas experiências vivenciadas pelos/as jovens quilombolas e da periferia urbana de Garanhuns/PE. Observamos as situações de opressão pelas quais os sujeitos que sofrem preconceitos e discriminação, devido ao racismo centrado na cor, são atravessados. Refletimos sobre o que significa ser jovem no quilombo e na periferia urbana, e como ocorre o uso dos espaços e territórios, se esses usos são marcados por situações de desigualdades e/ou de resistência. Vimos que as desvantagens socioeconômicas, as relações de gênero, as questões raciais, o preconceito frente à orientação sexual associado a fatores individuais produzem efeitos nos processos de subjetivação dos/as jovens que para alguns e algumas os/as impulsionam a lutar pela realização de seus projetos de vida; para outros/as, as opressões impedem várias ações e os/as mantêm em situações difíceis na vida. Observamos as realidades opressoras, de desigualdades e resistência visibilizadas pelos usos de álcool entre a juventude quilombola e urbana.

Alguns e algumas jovens com os quais tivemos contato na periferia estudavam, outros/as já haviam concluído o Ensino Médio. Desses/as nem todos/as tinham o desejo de fazer um curso superior. Afirmaram que preferiam conseguir um emprego. Havia os/as que tinham filhos/as, os/as casados/as, os que fenotipicamente são negros/as e que nos relataram situações de preconceito, discriminação racial, e de orientação sexual por não seguirem os padrões heteronormativos. Muitos/a se queixaram da falta de emprego. Os/as que informaram desempenhar alguma atividade trabalhista, faziam-no na informalidade e ajudando pessoas conhecidas.

Nas comunidades, nosso contato foi com jovens que estudavam, que já haviam concluído o Ensino Médio, que abandonaram os estudos por diversos motivos, necessidade de trabalhar, desmotivação, por terem engravidado, entre outros. Homens jovens que trabalhavam na agricultura com os pais, em empregos informais na cidade, como ajudante de pedreiro, ajudante de mecânico, em fábrica de bolo e queijos, e mulheres que trabalhavam nas feiras da cidade vendendo os produtos decorrentes do trabalho na agricultura desempenhado por sua família, outras trabalhavam na creche existente na comunidade Castainho, e as que eram cabeleireiras.

Observamos que os contextos de carências são semelhantes entre o/as jovens, mas que os efeitos em suas experiências são diferentes. Não queremos dizer se são maiores ou menores em termos quantitativos, porque compreendemos que isto é algo muito singular às experiências vivenciadas, mas o que queremos discutir é a sutileza como as desigualdades

operam a partir dos marcadores de raça, classe, gênero, sexualidade, geração e território de modo interseccional. Em vários discursos dos/as jovens de ambos os territórios, percebemos que o racismo produz efeitos articulados com outros marcadores sociais. Alguns e algumas quilombolas que têm a cor da pele branca sofreram preconceito ao chegar na cidade por serem quilombolas e moradores/as da área rural. Afirmaram que a identidade étnica se sobressaiu a ser negro/a. Abordamos, no presente estudo, o quanto o preconceito étnico é uma faceta do racial, assim como os preconceitos que os/as jovens vivenciam devido ao local de moradia, quilombo e periferia.

As jovens de ambos os territórios estudados, sofrem preconceito devido ao cabelo crespo que possuem. Para as mulheres, as ofensas são maiores do que para os homens, já que o cabelo crespo, enrolado, saí dos padrões de beleza construídos socialmente. O preconceito racial para os/as jovens da periferia acontece de forma mais disfarçada e velada do que em relação aos quilombolas. Observamos que o racismo opera de maneira muito sutil na vida dos/as jovens, de modo que alguns/mas não percebem quando sofrem preconceito e discriminação racial e que outros/as não vejam o quanto suas atitudes estão imbuídas de racismo.

As jovens enfrentam o medo de serem violentadas se estiverem em espaço público em determinados horários. As situações de violência são uma realidade de ambos os territórios. Observamos que tanto os/as jovens da periferia quanto os/as da comunidade não têm os direitos sexuais e reprodutivos garantidos. As dificuldades que os/as da periferia enfrentam para ir à Unidade de Saúde realizar uma consulta com um/a ginecologista, pegar anticoncepcional, preservativo, tirar alguma dúvida, são as dificuldades vivenciadas também nas comunidades quilombolas, inclusive, a questão da fofoca, o receio, principalmente das jovens, de familiares ficarem sabendo de suas vidas sexuais e de serem mal faladas. Também a culpabilização da mulher nos casos em que ocorre uma gravidez não planejada, ou quando está por ter bebido muito fica vulnerável a violências. O que nos diz que a cultura sexista, patriarcal se faz presente de forma bastante arraigada no quilombo e na periferia, e os modos como essa se apresenta nesse sentido da sexualidade são semelhantes.

No que se refere às situações de homofobia, são presentes também em ambos os territórios. Na área urbana esse foi um assunto muito falado por quem não concorda com a existência de preconceito devido à orientação sexual que não segue os padrões heteronormativos. Nas comunidades, há um silenciamento sobre a homossexualidade. Em nossas observações e conversas com os/as moradores/as, não foi um assunto que surgiu

diretamente. Inclusive, nos estudos acadêmicos, vimos que a discussão sobre relações homoafetivas, homossexualidade na área rural ainda é pouco realizada.

Ao refletirmos sobre os discursos dos/as jovens sobre os usos de álcool nos diferentes momentos da pesquisa, observamos que as experiências relacionadas ao uso de bebidas alcoólicas é o que mais aproxima os/as jovens quilombolas e os/as jovens da periferia. É através do uso de álcool que percebemos o quanto as desigualdades sociais produzem efeitos que incidem sobre a vida dos/as jovens pobres para eliminá-los/as socialmente. Esses/as jovens são estigmatizados, discriminados, excluídos por não serem considerados corpos que importam para a sociedade, são alijados de vários de seus direitos, ao acesso à educação de qualidade, à saúde, ao lazer, ao mercado de trabalho, entre outras esferas.

Os/as jovens estão em uma situação de desamparo. Vimos isto quando narraram várias das situações vivenciadas, a exemplo do uso de álcool ser uma forma de lidar com a falta de perspectiva de futuro, de enfrentar situações difíceis no trabalho ou devido à dificuldade de conseguir um emprego, o uso de bebidas para lidar com estados emocionais que causam sofrimento. Nesse sentido consideramos que a rede de apoio desses jovens está vazada, há um vazio de soluções para tirá-los/as dessas situações, esses/as jovens não são considerados pelas políticas para juventude, porque são vidas que não importam. A realidade desses/as é visível, mas é ignorada, é silenciada. E uma vez que estes têm suas histórias de vida silenciadas, isso têm implicações nos seus processos subjetivos e pode fazer com que alguns recorram ao álcool para lidar com as situações difíceis. Em alguns casos, o uso é feito de modo abusivo, o que nos chama atenção, porque mais uma vez são esses/as jovens, pobres, negros/as que ficam desassistidos/as em seus territórios, que são excluídos/as de cuidados. Para esses/as, diferente dos/as de classes sociais favorecidas economicamente, resta a criminalização, a punição, são deixados de lado, esquecidos/as. Para os economicamente favorecidos, o destino são as clínicas de tratamento para usuários de álcool e outras drogas, os serviços de reabilitação, entre outros.

Em relação ao preconceito e a discriminação racial, alguns e algumas jovens das comunidades estão cientes da importância de se afirmarem como negros/as e quilombolas na luta por direitos que há anos essa população não tem acesso. As desigualdades de gênero constituídas pela raça e classe também se fazem fortemente presente na vida dos/as jovens de ambos os territórios, mas algumas jovens têm compreendido que alguns comportamentos que são exigidos das mesmas, são decorrentes de uma cultura patriarcal e sexista com as quais elas não concordam e afirmam que não se submetem a essa lógica.

Com esse estudo queremos visibilizar as situações de opressões e desigualdades que incidem sobre os/as jovens da periferia e das comunidades quilombolas. Observamos os movimentos de resistência desses/as jovens frente a essas situações, e os momentos em que os/as mesmos/as não viam solução para as dificuldades vivenciadas, ou falavam da violência e da judicialização como os únicos meios de resolver a violência que sofriam, o preconceito étnico-racial, entre outras. Nesses momentos, refletimos sobre a importância do fortalecimento da rede de apoio desses/as jovens para que essa contribua para a construção de ações decoloniais por parte dos/as mesmos/as.

Ao pensarmos na Psicologia, área do conhecimento que nos localizamos, consideramos o quanto é importante que essa ciência considere os efeitos de poder que incidem a partir da intersecção dos marcadores gênero, classe, raça/etnia, sexualidade e geração nos processos de subjetivação dos/as jovens, pois assim é possível compreender as experiências dos/as mesmos e contribuir para que esses/as construam projetos em prol de suas existências, pois vimos o quanto o caráter colonizador continua presente nos espaços por onde transitam e constituem as juventudes, na escola, na saúde, na religião, entre outros. O racismo, o sexismo e a homofobia produzem efeitos no psiquismo dos sujeitos que é importante de serem considerados, pois, entre esses, estão os adoecimentos de diversas ordens, e como vimos na presente pesquisa, o suicídio como meio de lidar com o sofrimento em uma sociedade opressora que controla os corpos, dita as normas e regras que têm que serem seguidas. Determina quais as vidas que importam e quais são deixadas à própria sorte, em territórios desassistidos, com carências múltiplas.

A pesquisa nos convocou a pensar diversas vezes sobre a academia, a psicologia, o quilombo, a periferia, a juventude em meio a violência, o uso de álcool, o racismo, a homofobia, a falta de segurança, de oportunidades no mercado de trabalho, sobre a (im)possibilidade de acessar espaços na cidade, sobre as escolas, os serviços de saúde, religião, as práticas de lazer. Essa convocação fez com que também, enquanto pesquisadoras, refletíssemos sobre nossos posicionamentos em relação ao que os/as jovens vivenciam e os/as constituem, e conforme já colocado na introdução, por exemplo, sobre o quanto os usos de álcool dizem de situações de várias ordens, com as mais diversas finalidades, entre essas é um meio de resistência aos sistemas opressores que constroem a sociedade, e alguns e algumas o consideram uma prática de lazer presente em diferentes contextos e classes sociais.

Em se tratando de resistência, foi possível observarmos como os/as jovens re(ex)istem todos os dias para sobreviverem, das mais diferentes formas, seja silenciando, seja denunciando ou encarando de frente as situações que os oprimem. Scott (2004) que já citamos

nesse estudo, falou sobre resistências cotidianas e foi criticado por alguns estudiosos, que o julgam muito otimista. Concordamos com esse autor, porque diante de todos os sistemas de opressões que produzem desigualdades de diversas ordens, sobretudo para os/as jovens negros/as e pobres, o que eles/as constroem no dia-a-dia é o que tem permitido que esses/as existam e concretizem seus projetos de vida, que para alguns/mas é estudar, ter uma profissão, morar em outra localidade, enquanto para outros/as é conseguir qualquer trabalho, casar, ter filhos/as, ter sua casa.

É urgente construirmos ações decoloniais em prol da juventude em suas mais diversas especificidades, e isto implica que a academia, os movimentos sociais e a saúde trabalhem em busca dessas mudanças, o que não é fácil, pois envolve, antes de qualquer ação, repensar os próprios posicionamentos, o que requer deslocamento, saída dos lugares de “conforto”, significa criar e re-criar modos de atuação que não seguem os padrões colonizadores presentes na sociedade. E também (re) pensar os privilégios que impedem perceber e/ou se engajar na luta na construção dessas ações.

Encontramos jovens homens e mulheres que ainda “aceitam” o discurso de que se a mulher foi agredida é porque ela não cumpriu com seu papel, que existe cabelo “bom” e cabelo “ruim”, racismo contra brancos, que uma orientação sexual diferente da heteronormativa é algo errado, pecado. Essas são questões arraigadas na sociedade, pois o racismo e o sexismo estão nas estruturas sociais, o que faz com que ainda alguns/mas pensem desse modo. Outra questão sobre a qual já começamos a refletir e consideramos importante para novas pesquisas é o papel da religião nos territórios, pois vimos nos lugares que estudamos que algumas igrejas, sobretudo as evangélicas, funcionam como um controle das vidas das juventudes, em que se reproduz uma concepção de sociedade na qual as desigualdades e as possibilidades de transformação social são compreendidas a partir da centralidade no indivíduo e em valores morais.

Com esse estudo, queremos visibilizar as desigualdades sociais e convocar a reflexão, fazer o convite para que os diversos setores - educação, saúde, lazer, entre outros - construam outras práticas de atuação, olhem para os/as jovens como seres atravessados por sistemas de opressão que produzem desigualdades, e que esses setores contribuam para uma sociedade justa e igualitária. No contexto político atual, é cada vez mais relevante que as desigualdades sociais sejam visibilizadas. As comunidades quilombolas sempre tiveram uma luta árdua por direitos e pela posse de seus territórios e estão cada vez mais desassistidas e ameaçadas. O extermínio dos/as jovens da periferia é uma realidade que só aumenta. É urgente a responsabilização das diferentes esferas da sociedade na luta por justiça social.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. e BRANCO, Pedro P. M. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-71.
- ABRAMOVAY, Miriam; CUNHA, Anna Lúcia; CALAF, Priscila Pinto. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. 2.ed. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latinoamericana – RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, 2010.
- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.
- AGUIAR, Gilberto Orácio de. O suicídio entre jovens negros na perspectiva Durkheimiana. **Identidade**. São Leopoldo, RS, v.17. 2012.
- ALBUQUERQUE, Paloma Pegolo de; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Homofobia na escola: relatos de universitários sobre as piores experiências. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 663-676, set. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17/06/ 2018.
- ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. In: **Sociedade e Estado**, Vol. 31, n. 1, p. 129-143, 2016.
- ALMEIDA, Renato Souza de. Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 56, p. 151-172, jun. 2013.
- ALVES, Vânia de Fátima Noronha. Uma leitura antropológica sobre a educação física e o lazer. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder Ferreira (Orgs.). **Lazer, recreação e educação física**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Pp.83-114.
- ANDRADE, Lúcia M. M. de; BELLINGER, Carolina K. L. Quilombos latino-americanos. In:[ADITAL] Agência de Informação Frei Tito para a América Latina, 2009.
- ANZALDÚA, Gloria Evangelina. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. San Francisco: Spinsters/Aunt Lute Books, 1987.
- AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita et al. Risco, Vulnerabilidade e Práticas de Prevenção e Promoção de Saúde. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Souza et al. **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.
- BAIROS, Luiza. Nossos femininos revisitados. In: MIÑOSO, Yuderlys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa.(Orgs.). **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. pp. 181-188.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Soc. estado.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, Aug. 2014. Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

69922014000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16/06/2018.

_____. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: STEVENS, Cristina (ORGs.). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília, DF : Technopolitik, 2017. Pp. 14-35.

BARATA, Rita Barradas. A posição social e seus reflexos sobre a saúde. In: **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Editora: FIOCRUZ. Temas em Saúde collection, pp. 23-39, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARRETO, Andréia et al. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras(es) em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

BATISTA, Neiza Cristina Santos Batista; BERNARDES, Jefferson; MENEGON, Vera Mincoff. Conversas no cotidiano: um dedo de prosa na pesquisa. In: SPINK, Mary Jane, et al (ORGs.) **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando Ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014 (publicação virtual), pp.97-122.

BAUMKARTEN, Silvana; TATSCH, Dirce Terezinha. **A psicologia e as intervenções familiares na drogadição: o sintoma como mensagem da necessidade de mudança**. 2009. Disponível em:

<http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABR...-1k->. Acesso em: 12 de setembro de 2015.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Controle de vida, interseccionalidade e política de empoderamento: as organizações políticas das trabalhadoras domésticas no Brasil In: **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, vol. 26, nº 52, p. 471-489, julho-dezembro de 2013.

_____. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. In: **Revista Sociedade e Estado** - Volume 30 Número 1, Janeiro/Abril, 2015.

BERNARDINO, Jéssyca Lorena Alves. **Luz, câmera, limpando: interseccionalidades e representações sociais em domésticas, o filme (2001) e doméstica (2012)**. Dissertação. 2016 - (Mestrado em História). Universidade de Brasília: Brasília, 2016.

BEZERRA, Vanessa Moraes et al. Inquérito de Saúde Em Comunidades Quilombolas de Vitória Da Conquista, Bahia, Brasil (Projeto COMQUISTA): Aspectos Metodológicos E Análise Descritiva. In: **Ciênc. Saúde Coletiva**. 19 (6): 1835–47, 2014.

BHABHA, Homí K. **O local da cultura**. Trad: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIRMAN, Joel. Tatuando o desamparo. A juventude na atualidade. In: CARDOSO, Marta Rezende. (Org.). **Adolescentes**. São Paulo: Editora Escuta, 2006. pp. 25 – 46.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades In: **Mediações**. Londrina, vol. 20 nº. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014. pp.31-46.

BORDIGNON, Monique Nunes Fiuza Dias; LIBERALI, Rafaela; BORDIGNON, Julio Cesar Pegado. Causas da não utilização de preservativos nas práticas sexuais de adolescentes: revisão integrativa. **Rev. enferm UFPE**, online., Recife, 11(1):207-13, jan., 2017.

BORGES, Livia de Oliveira; BARROS, Sabrina Cavalcanti; LEITE, Clara Pires do Rêgo Lobão Amorim. Ética na Pesquisa em Psicologia: Princípios, Aplicações e Contradições Normativas. In: **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2013, 33 (1), pp. 146-161.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BORTOLAZZO, Sandro Faccin. De que geração estamos falando? Narrativas acadêmicas produzindo crianças e jovens digitais. **37ª Reunião Nacional da ANPEd**. UFSC – Florianópolis, 2015.

BOTTEGA, Maria dos Passos Viana. **Jovens quilombolas e ocupações não agrícolas**. 211 p. 2011. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2011.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu. (26), p. 329-376, 2006.

BRANDÃO, André Augusto; JORGE, Amanda Lacerda. Estado e Comunidades Quilombolas no pós-1988. In: **Sociedade em Debate**, 22 (1): 71-103, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado et al. Como fazemos para trabalhar com a dialogia: a pesquisa com grupos. In: SPINK, Mary Jane, et al (ORGs.) **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando Ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014 (publicação virtual), pp.73-96.

BURGOS, Marcelo; CANEGAL, Ana Carolina. Entrevista com Lucia Rabello de Castro. **Desigualdade & Diversidade** – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio n. 15, jul/dez, 2014, pp. 161-187.

BUSIN, Valeria Melki. **Morra para se libertar: estigmatização e violência contra travestis**. 2015. Tese. (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia: São Paulo, 2015.

BUSTORFF, Leila Alcina Correia Vaz. **O conceito de gênero nas políticas públicas que orientam atenção à saúde da mulher: revisão integrativa da literatura**. 2010. 167 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

BUZAR, Francisco José Roma. **Interseccionalidade entre raça e surdez: a situação de surdos (as) negros (as) em São Luís – MA.** 155 p. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília: Brasília, 2013.

CARDONA; Milagros García; CORDEIRO, Rosineide Meira; BRASILINO, Jullyane. Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em psicologia social. In: SPINK, Mary Jane, et al (ORGs.) **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando Ferramentas.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014 (publicação virtual), pp.123-148.

CARDOSO, Raimundo Luis Silva. **Vulnerabilidade às DSTS/AIDS em uma comunidade quilombola do município de Turiaçu- MA.** 86 p. 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde e ambiente). Universidade Federal do Maranhão. 2011.

CARDOSO, Luiz Gustavo Vieira; MELO, Ana Paula Souto; CESAR, Cibele Comini. Prevalência do consumo moderado e excessivo de álcool e fatores associados entre residentes de comunidades Quilombolas de Vitória da conquista, Bahia, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 20 (3), 2015, pp. 809-820. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v20n3/1413-8123-csc-20-03-00809.pdf>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Revista Lola.** Press nº 16, novembro de 2003. p.1-5.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbarano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da *et al.* (Org.). **Mundo rural e política.** Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 97-117.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, pp. 13-24.

CARRARA, Sérgio. (Org.). **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras.** Rio de Janeiro: Garamond/CLAM, 2004.

CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. In: **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 107-147, 2001.

CASTRO, Ana Chacel de; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Juventude, território, Psicologia e política: intervenções e práticas possíveis. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. SP, p. 112-123, 2013.

CAVALCANTE, Breno Neno Silva; BELTRÃO, Jane Felipe. Jovens quilombolas: da identificação à organização. In: **Anais do V Seminário Direitos, pesquisa e movimentos sociais.** Vitória – Espírito Santo, 2015.

CAVALCANTE, Maria Aparecida Milanez; SILVA, Valéria. Juventudes rurais de São Mateus – Castelo do Piauí (PI): escassez, projetos de autonomia e vivências do trabalho nos trânsitos migratórios. In: LUZ, L. C. X.; ADAD, S. J. H. C.; SILVS, V. (Orgs.) **Juventudes rurais e urbanas: territórios, culturas, sociabilidades e identidades**. Teresina: EDUFPI, 2016. Pp. 263 – 290.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2017. IPEA e FBSP**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

CHACHAM, Alessandra; MAIA, Mônica; CAMARGO, Malco. Autonomia, gênero e gravidez na adolescência: uma análise comparativa da experiência de adolescentes e mulheres jovens provenientes de camadas médias e populares em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 29, n. 2, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estudos feministas**. Ano 10 (172), 2002. p. 171-188.

COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Lívia. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. vol. 57, n. 1. 2005. p. 2-11.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S. (Org.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A. 2003, pp. 19 -37.

COLLINS, Patrícia. Hill. **Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro**. In: JABARDO, Mercedes (ed.). **Feminismos negros: uma antologia**. Traficantes de Sueños, 2012.

_____. Intersectionality's definitional dilemmas. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, n. 41, p. 1-20, 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Castainho: contando sua história**. Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA –CFP. **Relações raciais: referências técnicas para a atuação de psicólogas(os)**. Brasília: CFP, 2017.

CORDEIRO, Rosineide de L. Meira. **Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão Central de Pernambuco**. 2004. 199 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de estudos Pós Graduated em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

COSTA, Lígia Marise Lima. Identidades de jovens quilombolas: registros de uma etnografia. In: **Revista de Educação**. Vol.9 nº 17 jan./jun.2014. p. 127-137.

COSTA, Eliane Silvia. **Racismo, política pública e modos de subjetivação em um quilombo do Vale do Ribeira**. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2012.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cad. Pagu**, Campinas , n. 19, p. 59-90, 2002 .

COSTA, Letícia Graziela. **A rede de apoio social de jovens em situação de vulnerabilidade social e o uso de drogas.** 2009. 93 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Rio Grande do Sul, 2009.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro do; OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos; POCAHY, Fernando Altair. Gênero, sexualidade e juventude(s) Problematizações sobre heteronormatividade e cotidiano escolar. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.**, Porto Alegre , v. 18, n. 1, p. 124-137, abr. 2018.

DALLO, Luana; MARTINS, Raul Aragão. Associação entre as condutas de risco do uso de álcool e sexo desprotegido em adolescentes numa cidade do Sul do Brasil. In: **Temas Livres. Ciênc. saúde colet.** 23 (1) Jan. 2018.

DANTAS, Rafaela Maximiano; COSTA, Micheli Pereira. Territórios rurais no Brasil e suas estratégias de desenvolvimento. In: **Anais do I Simpósio Mineiro de Geografia** , 2014. pp. 828-837.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In: **Revista brasileira de Educação.** São Paulo: ANPED, nº 24, set-dez, 2003, p.40-52.

DEUS, Lia Maria dos Santos de. **Políticas públicas em educação para mulheres negras: da prática do falo à construção da fala.** 113 p. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília: Brasília. 2011.

DOMINGUES, J. M. Gerações, modernidade e subjetividade. In: **Tempo social.** Revista de Sociologia, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 67-89, 2002.

DUARTE, Heloísa Helena da Silva. **A construção social da “saúde reprodutiva” no Brasil. Um olhar na perspectiva da interseccionalidade de gênero e raça.** 80 p. 2012. Dissertação. (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2012.

ECA – **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: < http://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/LivroECA_2017_v05_INTERNET.pdf>. Acesso em: 12/06/2018.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão Gay.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **SCRIPTA,** Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmen. O conceito de geração nas teorias sobre a juventude. **Sociedade & Estado,** Brasília, Vol.25 nº2, mai – ago, 2010.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: DIFEL, 1972.

FERNANDES, Mariane de Oliveira. **Os conceitos de território e lugar na contemporaneidade:** a produção nas teses de pós-graduação em geografia de 2001-2011.

Dissertação (Mestrado em Geografia). 2013. p. 158. Universidade Federal de Santa Maria: Rio Grande do Sul. 2013.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. In: **Educação & Sociedade**. Ano XXIII, no 79, Agosto/2002.

FERREIRA, Augusta Eulália; CASTILHO, Suely Dulce de. Reflexões sobre a educação escolar quilombola. In: **Revista de pesquisa em Políticas públicas**. Nº 3, ago, 2014.

FERREIRA NETO, João Leite. **Psicologia, políticas públicas e o SUS**. Belo Horizonte: FAPEMIG, 2011.

FIORIN, Pascale Chechi; OLIVEIRA, Clarissa Tochetto de; DIAS, Ana Cristina Garcia. Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. **Rev. bras. orientac. prof**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 25-35, jun. 2014

FLICK, Uwe. Desenho da pesquisa qualitativa. **Coleção Pesquisa Qualitativa** (Coordenação de Uwe Flick). Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANÇA, Luara da Costa. **Cartografando as medidas socioeducativas em meio aberto no município de Fortaleza**. 2014. 158 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Ceará: Fortaleza. 2014.

FRANCH, Mônica. Nada para fazer? Um estudo sobre atividades no tempo livre entre jovens de periferia no Recife. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.19, n.2, jul./dez. 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Maíra Samara de Lima. **É a luta da gente!:** Juventude e etnicidade na comunidade Quilombola de capoeiras (RN). 171 p. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal. 2012.

FREITAS, Dionísio Bellé de; SILVA, Jasson de Miranda; GALVÃO, Edna Ferreira Coelho. A relação do lazer com a saúde nas comunidades quilombolas de Santarém. In: **Rev. Bras. Cienc. Esporte**. Campinas, v. 30, n. 2, p. 89-105, jan. 2009.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Ana Carolina Welligton Costa. **Penalidade e privilégio:** a falsa representação dos homens negros homossexuais. 113 p. 2014. Dissertação. (Mestrado em Direito Político e Econômico). Mackenzie: São Paulo, 2014.

GOMES, Ana Maria Rabelo; FARIA, Eliene Lopes. **Lazer e diversidade cultural**. Brasília: SESI/DN, 2005.

GOMES, Christianne; PINTO, Leila. O Lazer no Brasil: analisando práticas culturais cotidianas, acadêmicas e políticas. In: GOMES, Christiane et al. **Lazer na América**

Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, 67-122.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos/Remanescentes de quilombos. In: SCHWARCZ, Lília M.; GOMES, Flávio. (ORGs.) **Dicionário da Escravidão e liberdade: 50 textos críticos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018. pp. 367-373.

GROSGOUEL, Ramón; MIGNOLO, Walter Intervenciones Descoloniales: una breve introducción. In: **Tabula Rasa.** Nº. 9: 29-37, julio-diciembre, Bogotá – Colombia, 2008.

GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. In: **Espaços & debates.** Vol. 1. Nº 16. Pp.109-112, 1988.

GUEDES, Aline Soares. **Sociabilidade e comensalidade de um quilombo remanescente em São Paulo: Cafundó (1999-2016).** 2016. 130 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Mestrado em Hospitalidade) - Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2016.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. In: **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de Globalização. **Espaço, tempo e crítica,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu,** Campinas, n. 5. p.07-42. 1995.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. In: **Mediações,** Londrina, V. 20 N. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo soc.,** São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, June, 2014.

hooks, bell. Alisando o nosso cabelo. Trad. Lia Maria dos Santos. In: **Revista Gazeta de Cuba** – Unión de escritores y Artista de Cuba, janeiro-fevereiro, 2005. Disponível em: < coletivomarias.blogspot.com/.../alisando-o-nossocabelo.html>. Acesso em: 17/06/2018.

_____. Intelectuais Negras. In: **Revista Estudos Feministas,** V.3, nº 2, 1995, pp. 454-478.

_____. **Teaching to Transgress** – Education as the Practice of Freedom. New York: Routledge, 1994.

_____. **Feminist theory: from margin to center.** Boston: South End Press, 1984.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil /** organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.].- Brasília : Ipea, 2013. 160 p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios,** 2015. Relatório, IBGE, 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios,** 2016. Relatório, IBGE, 2016.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Educação e homofobia: O reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In _____ (Org.). **Diversidade sexual na educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 367-444.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Trad. Antonia Malta Campos. In: **Novos Estudos** – CEBRAP, 86, marco, pp. 93-103, 2010.

KLIKSBERG, Bernardo. O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações. In: **RAP.** Rio de Janeiro 40(5):909-42, Set./Out. 2006.

KNAUTH, Daniela Riva et al. As trajetórias afetivo-sexuais, encontros, uniões e separação. In: HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L.; BOZON, M.; KNAUTH, D.R. (ORGs). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros.** Rio de Janeiro: Editora Garamond/Editora Fiocruz; 2006, p. 267-307.

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre Alguns Desafios Do Ensino Médio no Brasil Hoje. **Cadernos de Pesquisa.** V.41, N.144. Set/Dez.2011.

LACHTIM, Sheila Aparecida Ferreira. **Jovens de Santo André, SP, Brasil: um estudo sobre valores em diferentes grupo sociais.** 228p. 2010. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, 2010.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v.32, n.1, p. 31-48, jan./abr. 2006

LEITÃO, Catarina Ferreira Cardoso. **Comportamentos de risco na juventude: uma perspectiva de gênero e interseccional.** 2015. 358p. Tese (Doutorado em Psicologia Social). – Universidade do Minho: Portugal. 2015.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira et al. O extermínio de jovens negros pobres no Brasil: práticas biopolíticas em questão. **Pesqui. prá. psicossociais,** São João del-Rei , v. 12, n. 1, p. 164-176, abr. 2017.

LIMA, Adalberto de Salles. **Periferias e subjetividades juvenis em Salvador/Bahia.** 2016. 108 p., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

LOPES, Moisés. A construção social da "branquidade" em homossexuais masculinos do Brasil e da Argentina. **Sex. Salud Soc. (Rio J.),** Rio de Janeiro, n. 8, p. 113-130, Aug. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872011000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 /06/ 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas,** Florianópolis,

22(3): 320, setembro-dezembro, 2014.

MACÊDO, Márcia dos Santos. **Na trama das interseccionalidades:** mulheres chefes de família em Salvador. 247 p. 2008. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2008.

MCKLINTOCK, Anne. **Imperial leather, Race, gender and sexuality in the colonial contest.** Routledge, 1995.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade e política. Trad. Ângela Lopes Norte. **Cadernos de Letras UFF – Dossiê:** Literatura, língua e identidade, número 34, p. 287-324, 2008.

MANNHEIM, Karl . El problema de las generaciones. Trad. Ignacio Sánchez de la Yncera, **Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)**, nº. 62, pp. 193-242, 1993.

MARIMON, Alessandra Schwantes; PIMENTEL, Guilherme de Souza; MIGUEL, Katarini Giroldo. As mulheres da favela cidade de Deus de Campo Grande MS: histórias de luta e resistência. In: **Revista de Humanidades, Tecnologia e Cultura.** 2017. 10p.

MARTINS, Edna; SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; COLOSSO, Marina. Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. In: **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, 15(3), 118-133. São Paulo, SP, set.-dez. 2013.

MARQUES, Pâmela Marconatto; GENRO, Maria Elly Herz. Por uma ética do cuidado: em busca de caminhos descoloniais para a pesquisa social com grupos subalternizados. In: **Estud. sociol.** Araraquara v.21 n.41 p.323-339 jul.-dez. 2016.

MASSARA, Bruno. Territórios: modos de entendê-los e agenciá-los nas metápolis. In: **Territórios.** Ano 03 – Nº 6. 2016. Disponível em: <<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/?p=5538>>. Acesso em 16 de agosto 2018.

MATSUOKA, Emiko Aparecida de Castro. **Discurso E Representação Política:** Estudo Do Comportamento Político Dos Parlamentares Integrantes Da Frente Parlamentar Mista Pela Igualdade Racial E Em Defesa Dos Quilombolas. 149 p. 2012. Dissertação. (Mestrado em Estudos comparados sobre as Américas). Universidade de Brasília: Brasília, 2012.

MAYER, Ana Rita. A Categoria “Mulata” e a negação de sua própria libertação como negra e como mulher. **Mosaico Social** - Revista do Curso de Ciências Sociais da UFSC. Ano 1. V. 1, n. 05, – 2010: 250-267.

MAYORGA, Cláudia; PINTO, Geíse Pinheiro. Juventudes: a pluralização da experiência ou a invisibilidade das relações de poder? In: Menezes, Jaileila de Araújo; Costa, Mônica Rodrigues & Araújo, Tatiana Cristina dos Santos de (Orgs.). **Territórios interculturais de juventude.** Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2013, p. 101-114.

MAYORGA, Cláudia et al . As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 21, n. 2, p. 463-484, Aug. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 de dez. 2017.

MAYORGA, Claudia. Algumas contribuições do feminismo à Psicologia social comunitária. In: **Athenea Digital** - 14(1): p. 221-236, marzo, 2014.

MEDRADO, Benedito; SPINK, Mary Jane; MÉLLO, Ricardo Pimentel. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas In: SPINK, Mary Jane, et al (ORGs.) **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando Ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014 (publicação virtual), pp.273-294.

MENEGHEL, Stela Nazareth; INIGUEZ, Lupicínio. Contadores de histórias: práticas discursivas e violência de gênero. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 1815-1824, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000800008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 Nov de 2017.

MENEZES, Jaileila de Araújo, et al. **Significados e práticas sobre os Campos dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos: uma análise interseccional com mulheres e homens jovens e suas redes de convívio em território de desenvolvimento econômico**. Relatório final - projeto de pesquisa: Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº 43/2013. 84p. 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F.; GOMES, R. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 27ªed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2008. p. 61-77.

_____. Introdução. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. pp. 19-51.

MORAES, Micheline Alves de. Mulheres, bebidas alcoólicas e trânsito: novas tendências e desafios. In: UCHÔA, Roberta (Org.). **Ensaio sobre as drogas: necessidades humanas e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. p.39-54.

MORAIS, Lúcia Maria de Oliveira. **Negritude nas linguagens do corpo: criatividade e resistência na experiência de jovens em Paracatu, MG**. 115 p. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Universidade de Brasília, 2017.

MOREIRA, Jader Arierom da Silva. **Territórios e territorialidades na cidade: práticas jovens na/a partir da escola pública de periferia em Juiz de Fora/MG**. 184 p. 2016. Dissertação. (Mestrado em Psicologia). Instituto de Ciências Humanas: Juiz de Fora, 2016.

MONTEIRO, Anita Maria de Queiroz. **Castainho: etnografia de um bairro rural de negros**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1985.

MOUFFE, Chantal. **O Regresso do Político**. Gradiva, Lisboa, 1992.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 42, p. 201-248, jun. 2014

. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000100201&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em : 16 jun. 2018.

MOTT, Luiz et al. Grupo gay da Bahia – GGB. **Mortes violentas de LGBT no Brasil relatório 2017**. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>. Acesso em: 01/10/2018.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Nosso racismo é um crime perfeito. Entrevistadores: RAMOS, Camila Souza; FARIA, Glauco. **Entrevista – Revista FORUM**. 2013. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2012/02/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/>>. Acesso em: 22 de nov. de 2013.

NANDY, Ashis. **A imaginação emancipatória: desafios do século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

NARDI, Henrique Caetano; RAMMINGER, Tatiana. Modos de Subjetivação dos Trabalhadores de Saúde Mental em Tempos de Reforma Psiquiátrica. In: **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 17(2). Pp. 265-287, 2007.

NASCIMENTO, Maria Livia do; COIMBRA; Cecília M.B. Transvalorando os conceitos de juventude e direitos humanos. In: **Juventude, marginalidade social e direitos humanos**. Da Psicologia às políticas públicas. SCISLESKI, Andrea; GUARESCHI, Neuza. (Orgs.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. p.181-190.

NASCIMENTO, Pedro. Beber como homem: Dilemas e armadilhas em etnografias sobre gênero e masculinidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 31. Nº 90. Pp. 56-71, 2016.

NAVASCONI, Paulo Vitor Palma; MOSCHETA, Murilo dos Santos. O existente inexistente: a interseccionalidade de raça, sexualidades e suicídio. In: **Simpósio Internacional sobre educação sexual**. NUDISEX. Abril de 2017.

NEVES, Cleiton Ricardo das; ALMEIDA, Amélia Cardoso de. A identidade do “Outro” colonizado à luz das reflexões dos estudos Pós-Coloniais. **Em Tempo de Histórias**, nº. 20, Brasília, jan. – jul. 2012.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: A reflexividade ao serviço da Investigação nas Ciências Sociais. **Rev. Reflexão e Crítica**. Nº 3, vol. 18, 2005. p.408-412.

NOGUEIRA, Conceição. A teoria da interseccionalidade nos estudos de gênero e sexualidades: condições de produção de “novas possibilidades” no projeto de uma psicologia feminista crítica. In: NOGUEIRA, Conceição. **Práticas sociais, Políticas públicas e Direitos Humanos**. Portugal, 2013, pp. 227 -248.

_____. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Devires: Salvador, Bahia.

2017.

NOGUEIRA, Conceição; OLIVEIRA, João Manuel de. Um olhar da psicologia feminista crítica sobre os direitos humanos de pessoas LBGT. In: _____ (Org.). **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2010. p.9-17.

NOVAES, Regina. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias: um debate em curso. In: FREITA, M. V. ; PAPA, F. de C. (Orgs.) **Políticas públicas: juventude em pauta**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008. P121-141.

NUNES, Silvia Balestreri. Teatro-fórum: histórias espalhadas e questões compartilhadas. In: **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. 11p.

OLESEN, Virginia L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo Milênio. DENZIN, Norman, k.(Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 219-257.

OLIVEIRA, Elda de; SOARES, Cassia Baldini; BATISTA, Leandro Leonardo. Representações cotidianas de jovens sobre a periferia. **Rev Bras Enferm** [Internet]. 2016 nov-dez;69(6):1147-53.

OLIVEIRA, Mônica. **Condições de vida das mulheres negras em Pernambuco**. Recife: Sos Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2015.

OLIVEIRA, Fábio Porto de, et al. Psicologia comunitária e Educação libertadora. In: **Psicologia: Teoria e Prática** – 2008, 10(2):147-161.

OZELLA, Sergio.; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de. Desmistificando a concepção de adolescência. **Cadernos de Pesquisa**. V. 38, nº 133, p. 97 – 125, jan./abr. 2008.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra: afetividade e solidão**. Salvador : ÉDUFBA, 2013. 382 p.

PAIVA, Ilana Lemos de; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Juventude, violência e políticas sociais: da criminalização à efetivação de Direitos Humanos. In: SCISLESKI, Andrea; GUARECHI, Neuza (Orgs.). **Juventude, marginalidade social e Direitos Humanos: da psicologia às políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, pp. 41-54.

PARTELLI, Adriana Nunes Moraes. **Histórias sobre álcool de uma comunidade quilombola contadas por adolescentes em um material educativo**. Tese. [Doutorado em Enfermagem]. Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. 178p.

PASSOLD, Sirlene Barbosa Corrêa. **Desapocadas: Concepções De Beleza E Conhecimentos Tradicionais De Mulheres Quilombolas Do Puris- MG**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília: Brasília, 2017.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **Juventude rural: suas construções identitárias**.

Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. In: **Dossiê Saberes Subalternos**. v. 2, n. 2 p. 395-418 Jul.–Dez. 2012.

PEREIRA, Juliano Gonçalves; GONÇALVES Luiz Alberto Oliveira. Juventude negra: uma perspectiva decolonial. In: **Anais - III CONEDU, Congresso Nacional de Educação**. 2016, 11p. Disponível em: <
http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA9_ID6921_17082016135827.pdf >. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

PERUCCHI, Juliana. Juventudes, gêneros e sexualidades: um relato de pesquisa-intervenção com jovens lésbicas em contextos de vulnerabilidade. In: Menezes, Jaileila de Araújo; Costa, Mônica Rodrigues & Araújo, Tatiana Cristina dos Santos de (Orgs.). **Territórios interculturais de juventude**. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2013, p. 115-130.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Geíse Pinheiro. **Juventude e Pentecostalismo [manuscrito]**: participação social em contexto de favela. Dissertação (mestrado em Psicologia.) 202 p., 2012. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2012.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2001, p. 7-42.

_____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**. Vol. 11, nº 2, jul-dez, p. 263-274, 2008.

PIZA, Edith. Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu. In: A. S. A. Guimarães, & L. Huntley (Orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, pp.97-125, 2000.

_____. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo**. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PRÁ, Jussara Reis. Estereótipos e ideologias de gênero entre a juventude brasileira. **Revista Feminismos**. Vol.1, N.3 Set. - Dez. 2013.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: A hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antônio dos. Adolescência e uso de substâncias psicoativas: o impacto do nível socioeconômico. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 15, n. spe, p. 806-811, Oct. 2007 .

_____. Levantamento dos motivos e dos responsáveis pelo primeiro contato de adolescentes do ensino médio com substâncias psicoativas. **Rev Eletrônica, Álcool e Drogas**, 2006.

- PURGATO, Paula de Oliveira. **Jovens pobres da periferia urbana e projetos de vida em tempos de crise: um estudo no condomínio Parque das Águas**. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2015.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (ORG) (Ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Colección ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227–278.
- RAMOS, Élvis Christian Madureira. **Tudo junto e misturado: roles e fluxos dos jovens da periferia**. Tese (Doutorado em Geografia). 2017. Universidade Estadual Paulista: São Paulo, 2017.
- RODRIGUEZ, Andrea, et, al. Olhares sobre a favela: intervenção junto à Escola de Fotógrafos Populares da Maré. In: **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, 15(3), 107-117. São Paulo, SP, set.-dez. 2013.
- ROMERA, Liana Abrão; MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e uso de drogas: a partir do olhar sociológico. **Impulso**, Piracicaba. 20(49), 75-84, jan.-jun. 2010.
- ROSA, Thaís Troncon. Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias. **33º Encontro Anual da Anpocs**. GT 01: A cidade nas ciências sociais: teoria, pesquisa e contexto. 2009.
- ROSE, Nikolas. **Inventando nossos selfs**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- SANTANA, Katiuscly Carneiro; TELES, Nair; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. Direito à saúde: adolescentes quilombolas em comunidades rurais de Vitória da Conquista (BA). In: OLIVEIRA, Maria Helena Barros de, et al (Orgs). **Direitos humanos e saúde: construindo caminhos, viabilizando rumos**. CEBES: Rio de Janeiro, 2017, p. 53-68.
- SANTOS, Pablo. **Sobre a Sociologia Educacional de Pierre Bourdieu: primeiros conceitos**. Sociologia Educacional. 2010. Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/social-sciences/education/1100054-sobre-sociologia-educacional-pierre-bourdieu/>>. Acesso em: 21 de Junho de 2016.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.
- SANTOS, Neville Julio Vilasboas e. **Desigualdade e identidade no serviço doméstico: interseccções entre classe, raça e gênero**. 152 p. 2010. Dissertação (mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Góias: Góias.2010.
- SANTOS, Marcos Vinícius Ferreira dos; PEREIRA, Denis Soprani; SIQUEIRA, Marluce Miguel de. Uso de Álcool E Tabaco Entre Estudantes de Psicologia Da Universidade Federal Do Espírito Santo. In: **J. Bras. Psiquiatr.** 62 (1): 22–30, 2013.
- SANTOS, Maria Walburga dos. Festas quilombolas: entre a tradição e o sagrado, matizes da ancestralidade africana. In: **Revista HISTEDBR**, On-line, Campinas, nº 50 (especial), p. 286-300, 2013.
- SCHUCMAN, Lia Vainer; COSTA, Eliane Silvia; CARDOSO, Lourenço. Quando a identidade racial do pesquisador deve ser considerada: paridade e assimetria racial. In:

Revista da ABPN. v . 4, n. 8, jul. –out. p. 15-29, 2012.

SCOTT, James C. **Los Dominados e el Arte de la Resistência:** discursos ocultos. Trad. Jorge Aguillar Mora. México, 2004.

_____. Exploração normal, resistência normal. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. pp. 217-243, janeiro –julho, Brasília, 2011.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005.

_____. Experiência. SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. (Orgs.) **Falas de Gênero**. Editora Mulheres: Santa Catarina, 1999, pp. 21-55

SILVA, Marjorie Thaynna Pereira da; NETO, Eptácio Nunes de Souza; VIANA, Normando José Queiroz. É o preço de um almoço: sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no sertão do Pajeú pernambucano – Brasil. In: **Desidades**, nº 18, ano 6. Jan-mar, 2018.

SILVA, Alcione Ferreira. **Nas trilhas da ancestralidade e na força da cor:** protagonismo social de mulheres da comunidade quilombola do Grilo-PB na luta pelo direito social à terra. 2017.133f. Dissertação(Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB, 2017.

SILVA, Tainan Maria Guimarães. **O colorismo e suas bases históricas discriminatórias**. 2017. Disponível em: <
<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/4760/3121>>. Acesso em: 20 de out. de 2017.

SILVA, Roseane Amorim da et al. Vamos conversar?: Histórias de jovens sobre o uso de bebidas alcoólicas nas comunidades quilombolas. **Pesqui. prá. psicossociais** [online]. vol.12, n.2, pp. 263-279, 2017.

SILVA, Samira do Prado. **As interseccionalidades entre gênero, raça/etnia, classe e geração nos livros didáticos de Sociologia**. 112 p. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Feira de Santana: Feira de Santana, 2016.

SILVA, Roseane Amorim da; MENEZES, Jaileila de Araújo. Os significados do uso de álcool entre jovens quilombolas. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 14 (1), pp. 493-504, 2016.

SILVA, Beatriz Zocal da et al. Juventude e movimentos na/da cidade: experienciando a promoção de saúde. In: **Revista Psicologia e Saúde**, v. 6, n. 2, jul. /dez. 2014, pp. 20-27.

SILVA, Kleide Iraci Marques. **A Construção da identidade Quilombola na Percepção dos Jovens de Araçá/Cariacá, Bom Jesus da Lapa- Bahia**. 147 p. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação).Universidade do Estado da Bahia: Salvador. 2014.

SILVA, Roseane Amorim. da. **Os significados do uso de álcool entre os/as jovens quilombolas de Garanhuns/PE:** uma perspectiva interseccional. 187 p. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2014.

SILVA, Roseane Amorim da; AGUIAR, Cibele Duarte; MENEZES, Jaileila de Araújo. O estado da arte dos estudos sobre juventude em diferentes interfaces. In: **Anais do Congresso Iberoamericano de pesquisa qualitativa**, 2014.

SILVA, Tatiana Dias. Panorama Social da população negra. In: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (Org.). **Igualdade racial no Brasil**: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes. Brasília: Ipea, 2013, pp.13-30.

SILVA, Alessandro Soares da; D'ADDIO, Thomaz Ferrari. Homofobia, violência e direitos humanos. In: ALMEIDA, Marcos Antonio Bettine de; SILVA, Alessandro Soares da, CORRÊA, Felipe (Orgs.). **Psicologia política**: debates e embates de um campo interdisciplinar. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012. Pp. 221-248.

SILVA, Roseane Amorim da; SENA-LEAL, Marilyn Dione de. **Vulnerabilidade de jovens de Garanhuns ao uso de álcool e outras drogas**. Trabalho de Conclusão de Curso. 124 p. 2010. (Graduação em Psicologia). Universidade de Pernambuco: Garanhuns, 2010.

SILVA, Zuleide Paiva da. **Conceição do Coité em “quadrado”**: retratos da violência contra as mulheres (1980-1998). 2010. 195 p. Dissertação (Mestrado em Estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismos). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SILVA, Fernando Moreno da. As várias faces do riso. In: **Rev. Travessias**. s/n. 2008. Disponível em: <saber.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/3594/2851>. Acesso em: 30/09/2018.

SILVEIRA, Raquel. da Silva.; NARDI, Henrique. C. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. In: **Psicologia & Sociedade**; 26(n. spe.), 2014, p.14-24.

SILVEIRA, Raquel da Silva. **Interseccionalidade gênero/raça e etnia e a Lei Maria da Penha: discursos jurídicos brasileiros e espanhóis e a produção de subjetividade**. 244 p. 2013. Tese. (Doutorado em Psicologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Rio Grande do Sul.

SIQUEIRA, Breenda Karolainy Penha. **Feminismo negro como movimento social e político**. Centro Universitário Toledo, Araçatuba, 2018.

SIMÕES, Júlio A.; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do homossexual ao movimento LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SMOLEN, Jenny Rose. **Raça/cor da pele, gênero e transtornos mentais comuns na perspectiva da interseccionalidade**. 127 p. 2016. Dissertação. (Mestrado em saúde coletiva)-Universidade Estadual de Feira de Santana: Feira de Santana, 2016.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera Mincoff; MEDRADO, Benedito. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. **Psicol. Soc.** 2014, vol.26, n.1, pp.32-43.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

STENGEL, Márcia; DAYRELL, Juarez T. Produção sobre adolescência/juventude na pós-graduação da Psicologia no Brasil. In: **Desidades**. Nº 14. Ano 5. Mar, 2017.

TEIXEIRA, Clodine Janny. **Vítimas Ocultas das mortes escancaradas: As Repercussões da morte violenta de um jovem na vida dos sobreviventes.** 316 p. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do desenvolvimento humano). Universidade de São Paulo, 2016.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Homofobia em contextos jovens urbanos: contribuições dos estudos de gênero. **Psic** [online]. 2006, vol.7, n.2, pp. 31-38.

VIEIRA, Letícia Becker et al . Abuso de álcool e drogas e violência contra as mulheres: denúncias de vividos. **Rev. bras. enferm.**, Brasília , v. 67, n. 3, p. 366-372, June, 2014 .

VILLA, Louise Lisboa de Oliveira. **Consumo de álcool entre adolescentes escolares quilombolas e fatores associados.**2017, 113p. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2017.

XAVIER, Eliana Costa. Tá **dentro, não tá fora:** subjetividade, interseccionalidade e experiências de adoecimento de mulheres negras com doença falciforme. 149 p. 2015. Dissertação. (Mestrado em Psicologia). PUC: Campinas.2015.

ZANELLO, Valeska. Xingamentos: entre a ofensa e a erótica. In: **Anais do Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder.**2008. Disponível em: < http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST33/Valeska_Zanello_33.pdf >. Acesso em: 17/06/2018.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015.** Homicídios de Mulheres no Brasil. Brasília: DF, 2015.

WARNER, Leah R. A best practices guide to intersectional approaches in psychological research. **Sex Roles**, 59,p. 454–463,2008.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde soc.**, São Paulo , vol. 25, nº. 3, pp. 535-549, 2016 .

_____. Intersecções de raça/etnia, gênero e classe: faces cotidianas e teóricas. Em G. de O. Assis, L. S. Minella & S. B. Funck (orgs.) **Entrelugares e mobilidades**, 2014. (pp. 319-328). Tubarão: Copiart.

APÊNDICE A – TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de teses e dissertações por ano de publicação

Ano de publicação	Quantitativo
2003	2
2006	2
2008	1
2007	1
2009	3
2010	5
2011	9
2012	12
2013	12
2014	22
2015	32
2016	49
2017	35
2018	2
Total	187

Tabela 2 – Quantitativo de artigos por ano de publicação

Ano de publicação	Quantitativo
2002	2
2005	1
2010	5
2011	4
2012	4
2013	8
2014	12
2015	4
2016	14
2017	9
2018	2
Total	65

Tabela 3 – Quantitativo de teses e dissertações por áreas de conhecimento

Área do conhecimento	Quantitativo
Educação	46
Psicologia (social, clínica)	26
Sociologia	21
Ciência política	16
Ciências Humanas	7
Serviço Social	3
Direito	12
Ciências Sociais	10
Antropologia	9
Desenvol. humano e saúde	8
Bioética	7
Saúde Coletiva	6
Comunicação	5
Direitos Humanos	4
Administração de empresas	4
Teologia	2
Enfermagem	2
Artes	2
Desenvolvimento sustentável	2
Ciência da informação	2
Turismo	1
Estudos de tradução	1
Economia	1
Total	187

Tabela 5 – Quantitativo de produções por Instituições de Ensino Superior

Instituições	Quantitativo
UNB	110
UFRGS	7
UFSC	7
USP	7
PUC-RS	5
UFSCAR	5
PUC-SP	5
UFPB	4
UFJF	4
UFPE	4
PUC-RIO	4
UNESP	3
UNICAMP	3
UFC	3
UFG	2
UFF	2
UFSM	2
PUC_Campinas	1
UEFS	1
UEL	1
UEPB	1
EST	1
Mackenzie	1
UFFS	1
UFPA	1
UNISINOS	1
FGV	1
Total	187

Tabela 4 – Quantitativo de artigos por áreas de conhecimento

Área do conhecimento	Quantitativo
Sociologia	15
Educação	11
Estudos sobre a mulher	11
Saúde pública	9
Psicologia	9
Antropologia	6
Políticas	2
Total	65

APÊNDICE B – CARTA DE ANUÊNCIA⁷

Declaro, para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora Roseane Amorim da Silva, a desenvolver o seu projeto de pesquisa, intitulado: **Desigualdades e resistências dos/as jovens quilombolas e da periferia urbana de Garanhuns/PE**, que está sob a orientação da Prof.^a Jaileila de Araújo Menezes, cujo objetivo é investigar como os/as jovens rurais (quilombolas) e jovens urbanos/as da periferia se relacionam com os usos de álcool, considerando as interações com os marcadores sociais, gênero, geração, classe, raça/etnia e território.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos da Resolução 466/12 e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados a pesquisadora deverá apresentar a esta comunidade o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Garanhuns, 12 de novembro de 2016.

Assinatura do/a responsável.

⁷ Esse modelo da carta de anuência foi usado para as comunidades e para a escola.

APÊNDICE C- TCLE PARA MAIORES DE 18 ANOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS - Resolução 466/12)

Convidamos você: _____ para participar como voluntário (a) da pesquisa: **Desigualdades e resistências dos/as jovens quilombolas e da periferia urbana de Garanhuns/PE**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Roseane Amorim da Silva, que reside na Rua João Francisco Lisboa, 121, Várzea. CEP: 50741-100, Recife/PE. Fone (87) 999110342, e-mail: roseane_amorim6@hotmail.com. A mesma está sob a orientação da professora: Jaileila de Araújo Menezes. Telefone: (81) 997405495, e-mail: leilaufrj@hotmail.com.

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensíveis, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Caso não concorde, não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A pesquisa busca investigar como os/as jovens rurais (quilombolas) e jovens urbanos/as da periferia se relacionam com os usos de álcool, considerando as interações com os marcadores sociais, gênero, geração, classe, raça/etnia e território. Será realizada em duas etapas: 1ª etapa – será feita uma observação nas comunidades quilombolas e nas escolas; 2ª etapa - serão realizadas oficinas e entrevistas com jovens de ambos os sexos, moradores das comunidades quilombolas e da área urbana do município de Garanhuns. As oficinas serão áudio gravadas e as entrevistas serão gravadas.

Em relação aos riscos e benefícios:

Quanto aos riscos presentes no estudo, a qualquer momento você está livre para deixar a pesquisa, se sentir algum desconforto durante a realização das oficinas e entrevistas, se não ficar confortável com nossa presença nos momentos de observação também não daremos continuidade a mesma.

Caso algum participante sinta algum incômodo poderemos encaminhá-lo para os serviços de saúde existentes nas comunidades, a exemplo do CRAS e da Unidade de saúde, que dispõem de uma equipe com psicólogos, assistentes sociais e médicos, o mesmo procedimento pode ser feito em relação aos participantes da área urbana.

Sobre os benefícios, este estudo possibilitará aos (as) participantes reflexões sobre a temática investigada, contribuirá para que as comunidades ganhem visibilidade e que estratégias de prevenção e promoção de saúde sejam desenvolvidas considerando os diferentes territórios: rural e urbano.

O sigilo das informações disponibilizadas será resguardado, bem como o anonimato dos/as participantes. Os dados só serão utilizados para atender aos objetivos da pesquisa, inclusive na publicação dos resultados. As gravações das oficinas e entrevistas serão arquivadas no computador da pesquisadora Roseane Amorim, no endereço citado acima, que ficará responsável pelo sigilo do material armazenado por 5 anos, após isso será deletado. A participação de cada jovem nas oficinas será de 2 horas e nas entrevistas terá em média 40 minutos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).**

(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo: **Desigualdades e resistências dos/as jovens quilombolas e da periferia urbana de Garanhuns/PE**, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).

Local e data _____

Assinatura do participante: _____

Impressão digital

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE D – TALE PARA MENORES DE 18 ANOS

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TALE

(Resolução 466/12)

Convidamos _____, após autorização dos seus pais [ou dos responsáveis legais] para participar como voluntário (a) da pesquisa: **Desigualdades e resistências dos/as jovens quilombolas e da periferia urbana de Garanhuns/PE**. Esta pesquisa é da responsabilidade da pesquisadora Roseane Amorim da Silva, que reside na Rua João Francisco Lisboa, 121, Várzea. CEP: 50741-100, Recife/PE. Fone (87) 999110342, e-mail: roseane.amorim6@hotmail.com, e está sob a orientação da professora: Jaileila de Araújo Menezes. Telefone: (81) 997405495, e-mail: leilaufrj@hotmail.com.

Caso este Termo de Assentimento contenha informação que não lhe seja compreensível, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados e concorde com a realização do estudo pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue para que seus pais ou responsável possam guardá-la e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você será esclarecido (a) sobre qualquer dúvida e estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu. Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento, podendo retirar esse consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A pesquisa busca investigar como os/as jovens rurais (quilombolas) e jovens urbanos/as da periferia se relacionam com os usos de álcool, considerando as interações com os marcadores sociais, gênero, geração, classe, raça/etnia e território. Será realizada em duas etapas: 1ª etapa – será feita uma observação nas comunidades quilombolas e nas escolas; 2ª etapa - serão realizadas oficinas e entrevistas com jovens de ambos os sexos, moradores das comunidades quilombolas e da área urbana do município de Garanhuns. As oficinas serão áudio gravadas e as entrevistas serão gravadas.

Em relação aos riscos e benefícios:

Quanto aos riscos presentes no estudo, a qualquer momento você está livre para deixar a pesquisa, se sentir algum desconforto durante a realização das oficinas e entrevistas, se não ficar confortável com nossa presença nos momentos de observação também não daremos continuidade a mesma.

Caso algum participante sinta algum incômodo poderemos encaminhá-lo para os serviços de saúde existentes nas comunidades, a exemplo do CRAS e da Unidade de saúde, que dispõem de uma equipe com psicólogos, assistentes sociais e médicos, o mesmo procedimento pode ser feito em relação aos participantes da área urbana.

Sobre os benefícios, este estudo possibilitará aos (as) participantes reflexões sobre a temática investigada, contribuirá para que as comunidades ganhem visibilidade e que estratégias de prevenção e promoção de saúde sejam desenvolvidas considerando os diferentes territórios: rural e urbano.

O sigilo das informações disponibilizadas será resguardado, bem como o anonimato dos/as participantes. Os dados só serão utilizados para atender aos objetivos da pesquisa, inclusive na publicação dos resultados. As gravações das oficinas e entrevistas serão arquivadas no computador da pesquisadora Roseane Amorim, no endereço citado acima, que ficará responsável pelo sigilo do material armazenado por 5 anos, após isso será deletado. A participação de cada jovem nas oficinas terá uma média de 2 horas e nas entrevistas terá em média 40 minutos.

Nem você e nem seus pais [ou responsáveis legais] pagarão nada para você participar desta pesquisa, também não receberão nenhum pagamento para a sua participação, pois é voluntária. Se houver necessidade, as despesas (deslocamento e alimentação) para a sua participação e de seus pais serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores. Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da sua participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial.

Este documento passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE que está no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).**

Assinatura do pesquisador (a)

ASSENTIMENTO DO(DA) MENOR DE IDADE EM PARTICIPAR COMO VOLUNTÁRIO(A)

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo: **Desigualdades e resistências dos/as jovens quilombolas e da periferia urbana de Garanhuns/PE**, como voluntário (a). Fui informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, o que vai ser feito, assim como os possíveis riscos e benefícios que podem acontecer com a minha participação. Foi-me garantido que posso desistir de participar a qualquer momento, sem que eu ou meus pais precise pagar nada.

Local e data _____

Assinatura do (da) menor : _____

Presenciamos a solicitação de assentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do/a voluntário/a em participar. 02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE E – TCLE PARA RESPONSÁVEIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

(PARA RESPONSÁVEL LEGAL PELO MENOR DE 18 ANOS - Resolução 466/12)

Solicitamos a sua autorização para convidar _____ que está sob sua responsabilidade} para participar, como voluntário (a), da pesquisa: **Desigualdades e resistências dos/as jovens quilombolas e da periferia urbana de Garanhuns/PE**. Esta pesquisa é da responsabilidade da pesquisadora Roseane Amorim da Silva, que reside na Rua João Francisco Lisboa, 121, Várzea. CEP: 50741-100, Recife/PE. Fone (87) 999110342, e-mail: roseane_amorim6@hotmail.com. Que está sob a orientação de: Jaileila de Araújo Menezes. Telefone: (81) 997405495, e-mail: leilaufjr@hotmail.com.

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensíveis, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde que o (a) menor faça parte do estudo pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Caso não concorde, não haverá penalização nem para o (a) Sr.(a) nem para o/a voluntário/a que está sob sua responsabilidade, bem como será possível ao/a Sr. (a) retirar o consentimento a qualquer momento, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A pesquisa busca investigar como os/as jovens rurais (quilombolas) e jovens urbanos/as da periferia se relacionam com os usos de álcool, considerando as interações com os marcadores sociais, gênero, geração, classe, raça/etnia e território. Será realizada em duas etapas: 1ª etapa – será feita uma observação nas comunidades quilombolas e nas escolas; 2ª etapa - serão realizadas oficinas e entrevistas com jovens de ambos os sexos, moradores das comunidades quilombolas e da área urbana do município de Garanhuns. As oficinas serão áudio gravadas e as entrevistas serão gravadas.

Em relação aos riscos e benefícios:

Quanto aos riscos presentes no estudo, a qualquer momento o participante está livre para deixar a pesquisa, se sentir algum desconforto durante a realização das oficinas e entrevistas, se não ficar confortável com nossa presença nos momentos de observação também não daremos continuidade a mesma. Para você que está autorizando a participação do menor sobre sua responsabilidade se sentir algum desconforto ou incômodo também não daremos continuidade à solicitação para a pesquisa.

Caso algum participante sinta algum incômodo poderemos encaminhá-lo para os serviços de saúde existentes nas comunidades, a exemplo do CRAS e da Unidade de saúde, que dispõem de uma equipe com psicólogos, assistentes sociais e médicos, o mesmo procedimento pode ser feito em relação aos participantes da área urbana.

Sobre os benefícios, este estudo possibilitará aos (as) participantes reflexões sobre a temática investigada, contribuirá para que as comunidades ganhem visibilidade e que estratégias de prevenção e promoção de saúde sejam desenvolvidas considerando os diferentes territórios: rural e urbano.

O sigilo das informações disponibilizadas será resguardado, bem como o anonimato dos/as participantes. Os dados só serão utilizados para atender aos objetivos da pesquisa, inclusive na publicação dos resultados. As gravações das oficinas e entrevistas serão arquivadas no computador da pesquisadora Roseane Amorim, no endereço citado acima, que ficará responsável pelo sigilo do material armazenado por 5 anos, após isso será deletado. A participação de cada jovem nas oficinas terá em média 2 horas e nas entrevistas terá em média 40 minutos.

O (a) senhor (a) não pagará nada e nem receberá nenhum pagamento para ele/ela participar desta pesquisa, pois deve ser de forma voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação dele/a na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento com transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – Prédio do CCS - 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).**

Assinatura do pesquisador (a)

CONSENTIMENTO DO RESPONSÁVEL PARA A PARTICIPAÇÃO DO/A VOLUNTÁRIO

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, responsável por _____, autorizo a sua participação no estudo: **Desigualdades e resistências dos/as jovens quilombolas e da periferia urbana de Garanhuns/PE**, como voluntário(a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação dele (a). Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de seu acompanhamento/ assistência/tratamento) para mim ou para o (a) menor em questão.

Local e data _____

Assinatura do (da) responsável: _____

Impressão

Digital

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar. 02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE F - ROTEIRO DAS OFICINAS

Primeira oficina

Vivências juvenis em territórios plurais

Local de realização: Escola

Espaço utilizado: sala de aula com capacidade para 30 pessoas

Participantes: Jovens idades a partir dos 15 anos – homens e mulheres

Quantidade de participantes: 20

Encontro nº: 1

Tempo total: 2h e 30min

Material para todos os encontros: TCLE, Câmera fotográfica, tripé para câmera, gravador de voz, bloco para anotação.

Material específico para esse encontro: Técnica de integração: música, computador, caixinha de som.

Dinâmica principal: cartolinas, cola, lápis coloridos, fotos de diferentes bairros da cidade e da área rural – comunidades quilombolas -, revistas diversas para usar nas colagens.

Dinâmica de encerramento: três caixas pequenas, papéis pequenos para anotação, canetas.

Objetivo geral: Refletir sobre os espaços/territórios, lugares que os/as participantes residem (áreas urbanas e rurais) observando as potencialidades e problemáticas existentes, as mudanças que desejam que ocorram e o que se faz necessário para que elas aconteçam.

Temáticas para discussão: Qual espaço da cidade os/as jovens acessam? Como ocorre o uso dos espaços, como são as práticas de lazer, os usos de álcool nesses territórios? Os usos dos espaços são marcados por situações de desigualdades e/ou agentividade?

Técnica de aquecimento (30 mim)

Nome com movimento

Objetivo: Apresentar cada jovem, favorecendo a integração entre os/as participantes

Desenvolvimento

1. Grupo em círculo, todos/as em pé;
2. Cada participante deve ir ao centro para dizer seu nome em voz alta, ao mesmo tempo que fala o nome realizar um movimento corporal que, associado ao nome, constitui um retrato de seu modo de ser;

3. Após a expressão do nome e movimento, com este de volta ao seu lugar de origem no círculo, o grupo todo imita o movimento feito, dizendo o nome do/a companheiro/a.

Cumprimento criativo

Objetivo: Promover a integração entre os/as jovens de forma descontraída.

Desenvolvimento

1. Grupo em círculo, todos/as em pé;
2. A facilitadora explica ao grupo que, quando a música tocar, todos/as deverão movimentar-se pela sala de acordo com o ritmo musical. A cada pausa da música, congelar o movimento, prestando atenção à solicitação que será feita pela facilitadora.
3. A facilitadora pedirá formas variadas de cumprimento corporal a cada parada musical. Cumprimentar com:
 - a palma das mãos
 - os cotovelos
 - os joelhos
 - as costas
 - com um abraço
4. Após vários tipos de cumprimento, ao perceber que se estabeleceu no grupo um clima alegre e descontraído, a facilitadora diminui a música paulatinamente, pedindo a cada pessoa que procure um lugar na sala para estar de pé, olhos fechados, esperando que a respiração volte ao normal.
5. Abrir os olhos, olhar os/as companheiros/as, formar um círculo, sentar.
6. Comentar o exercício: o que foi mais difícil? O que mais gostou? O que pôde observar?

Dinâmica principal (60 mim)

Discutindo um tema

Desenvolvimento

1. Dividir o grupo em subgrupos de, no máximo, cinco pessoas; Os subgrupos serão criados a partir do local de residência dos/as jovens ou os bairros que o/a jovem conheça e frequente: Magano, Cohab III, Manoel Chéu, Várzea, Buraco da Raposa, Conjunto Manoel Camelo e outros. Um grupo irá ficar com a área rural – comunidades quilombolas.
2. Espalhar o material no centro do grupo;
3. Pedir que cada subgrupo escolha fotos do bairro de acordo com a divisão dos bairros pelos subgrupos;
4. Pedir para que construam duas colagens: uma expressando o bairro/comunidade em que vive, de modo que apresentem como é o bairro/comunidade e o que é ser jovem em cada uma

dessas localidades. Na outra colagem, como gostaria que esse bairro/comunidade fosse; Para construção da primeira colagem, a facilitadora irá levantar alguns questionamentos:

- Como você descreveria o seu bairro/comunidade, o que tem no bairro? Escola, posto de saúde, lugares para lazer, praças, onde os/as jovens se encontram?
- O que os/as jovens fazem durante a semana? E no final de semana?
- Quais os problemas e dificuldades da comunidade?
- Existe algum problema que atinge os/as jovens na comunidade?
- O que as pessoas da comunidade têm feito para lidar com esse problema?
- Os/as jovens do bairro/comunidade sofrem algum tipo de preconceito? Qual?

Como eles/as têm lidado com isso?

- Os/as jovens podem acessar todos os espaços na cidade? Cinema, praças, parque e outros espaços.

*Para os/as que ficarem com a área rural: o que se conhece sobre as comunidades quilombolas? O que já ouviu falar? O que pensa sobre os/as jovens que moram lá?

5. Pedir que cada subgrupo apresente o material que construíram, prendendo as colagens na parede, deixando entre elas um espaço que represente, a distância entre a realidade que se tem e a desejada;
6. Cada subgrupo constrói, com o material, uma ponte entre as duas colagens, representando, nessa ponte, as questões que precisam ser trabalhadas para diminuir a distância entre a comunidade/bairro que se tem e o/a que se deseja;
7. Após todas as apresentações, pedir que os subgrupos falem sobre o que perceberam enquanto pontos em comuns entre os territórios (bairros/comunidade) e também o que os diferenciam.

Comentário

Com essa atividade, o/a jovem se depara com a realidade em que vive, situações de desigualdades, dificuldades em acessar alguns espaços, e também pode se deparar com o desejo de mudar algumas dessas vivências. A partir daí, pode refletir sobre sua participação nesse processo de transformação. Permite perceber também que desejar por si só não produz mudança, é preciso iniciar ações coletivas que possibilitem transformações.

Dinâmica de encerramento (20 mim)

Objetivo: avaliar a oficina e tirar dúvidas que tenham ficado sobre as questões discutidas

Desenvolvimento (não aconteceu conforme o planejado)

1. Três caixas de papel estarão na sala e pequenos papéis cortados;
2. Pedir para que cada participante escreva o que mais gostou, o que menos gostou. E coloque o que mais gostou em uma caixa e o que menos em outra.

3. Pedir se alguém tiver alguma dúvida, quiser fazer alguma pergunta escrever no papel e colocar na terceira caixa.
4. Depois as caixas serão abertas e feita a leitura e os comentários no grupo.

Segunda oficina

Racismo: desigualdades e enfrentamento

Material específico para esse encontro: Técnica de integração: música, computador, caixinha de som.

Objetivo geral: Refletir sobre as situações de preconceito e discriminação racial vivenciadas e/ou presenciadas pelos/as jovens e as formas de enfrentamento encontradas, bem como a intersecção da raça com os marcadores gênero, classe, território, geração e sexualidade.

Técnica de aquecimento (30 mim)

Material: Fita crepe.

Desenvolvimento: Os participantes irão andar pela sala, ocupando o espaço ao som de uma música. Quando a música parar, algumas perguntas serão feitas e eles irão se agrupar em um lado ou outro da sala, de acordo com as respostas. Em um lado da sala vai ter a placa Gosto, do outro Não gosto.

Perguntas: Quem gosta de viajar? Quem gosta de dormir? Quem gosta de comer? Quem gosta de assistir filme? Quem gosta de estudar? Quem gosta de festa?

Objetivo: integração e identificação com o outro.

Introduzindo o tema

1º momento: Breves explicações sobre a oficina e sobre a diferença entre preconceito, racismo e discriminação.

2º momento: pedir que ouçam a música: Bate a poeira de Karol Conka e prestem atenção na letra da música.

Em seguida, solicitar que andem pela sala e escolham uma das expressões (expressões racistas que comumente são usadas no dia-a-dia) que estarão espalhadas pela mesma.

Depois cada um/a fala um pouco sobre a expressão escolhida e sobre a música.

Expressões racistas: -Lápis cor da pele; - Cor do pecado; - Samba do crioulo doido; -Ter um pé na cozinha; -Moreno (a);- Cabelo ruim; - Não sou tuas negas; - A coisa tá preta; - Serviço de preto; - Você está na lista negra; - Ovelha negra da família; - Mercado negro; - Inveja branca; - Negro de traços finos; - Mulata (o); - Meia Tigela; - Denegrir; - Magia negra; - Barriga suja; - Amanhã é dia de branco.

Dinâmica principal (60 mim)

Discutindo um tema

Materiais: folhas, canetas, lápis

Desenvolvimento: Dividir o grupo, em pequenos subgrupos. Entregar a cada grupo uma história para que o grupo construa o desfecho da mesma. Depois pedir para que cada grupo apresente o final construído e serão feitos comentários.

História 1: Uma mulher jovem negra, aparentava ter uns 20 anos, após finalizar mais um dia de trabalho, entra em um bar e pede uma dose de Pitú, nesse bar estava alguns homens e alguns casais, e

Questões que podem ser discutidas no momento da apresentação: o desfecho da história seria diferente se quem tivesse entrado no bar fosse um homem negro? Se fosse uma mulher branca? Se a mulher negra estivesse acompanhada por um homem negro? Por um homem branco?

História 2: Um jovem negro morador da periferia começa a estudar em uma escola no centro da cidade. Na escola sofre preconceito e discriminação...

Questões que podem ser discutidas no momento da apresentação: diante das situações que podem ocorrer na escola, o que pode acontecer com o jovem? Como ele pode se sentir em relação as situações? O que ele faz para lidar com isso?

História 3: Uma jovem negra procura o serviço de saúde, pois não estava se sentindo muito bem, lá tinha várias pessoas esperando atendimento. Ela fica esperando para ser atendida e...

Questões que podem ser discutidas no momento da apresentação: o que pode acontecer com essa jovem? Como ela foi recebida? Atendida? Ela conseguiu o atendimento que buscava? Seria a mesma coisa se fosse uma jovem branca?

História 4: Um jovem negro costuma fazer uso de bebidas alcoólicas nos espaços existentes no bairro em que mora, bares, praças e as pessoas costumam comentar....

Questões que podem ser discutidas no momento da apresentação: o que as pessoas costumam comentar? Seria diferente se fosse um jovem branco?

História 5: Dois amigos sofrem discriminação ao entrarem em uma loja no centro da cidade, os jovens ao perceberem o que estava acontecendo

Questões que podem ser discutidas no momento da apresentação: o que pode ser feito para enfrentar situações de discriminação e preconceito racial?

3º momento: socializando as histórias, comentários sobre os resultados.

Dinâmica de encerramento (20 mim)

Material: não necessário

Desenvolvimento: pedir para que os/as jovens respondam com uma palavra.

- Como cheguei?

- Como estou agora?

Comentários finais.

Terceira oficina

Diversidade sexual entre os/as jovens

Material para todos os encontros: TCLE, Câmera fotográfica, tripé para câmera, gravador de voz, bloco para anotação.

Objetivo geral: Refletir sobre diversidade sexual, a intersecção com os marcadores gênero, classe, raça/etnia.

Técnica de aquecimento (30 mim)

Técnica: troca de emoções

Material: Não precisa

Objetivo: Cria no grupo um clima descontraído e afetivo, abrindo espaço para discussões sobre o corpo, sexualidade e afeto.

Desenvolvimento:

1. Grupo em círculo, em pé;
2. O facilitador explica que o trabalho requer disponibilidade e envolvimento, porque exige troca. É importante trabalhar em silêncio até o final;
3. Colocar uma música, solicitar que deem as mãos e fechem os olhos. Deter-se no momento;
4. Pedir que soltem as mãos, abram os olhos e andem pela sala. Ao cruzar com um companheiro, parar frente a ele, expressando com o corpo o sentimento que vivencia no momento. Despedir-se sem falar, voltando a caminhar, repetindo o mesmo procedimento;
5. Voltar ao círculo, dar as mãos, fechar os olhos novamente, tomando consciência da própria emoção;
6. Soltar as mãos, abrir os olhos e sentar-se.

Comentários: alguém chamou atenção durante o exercício? Alguma emoção foi surpresa?

Introduzindo o tema (30 mim)

Técnica: mitos e realidade

Objetivo: Verificar o nível de informação sobre sexualidade em geral, esclarecer dúvidas e fornecer informações sobre os assuntos levantados.

Material: Três cartazes, um com o nome concordo, um com discordo e no outro tenho dúvidas.

Desenvolvimento:

1. Distribuir, pela sala, os cartazes (Concordo – discordo – tenho dúvidas), prendendo-os na parede;

2. Explicar aos componentes do grupo que participarão de um jogo que os ajudará a distinguir mito de realidade, no que diz respeito à vários assuntos dentro do tema da sexualidade;

3. A facilitadora lerá as várias afirmações, uma de cada vez. Após a leitura de cada uma delas, os participantes deverão se dirigir ao cartaz que expressa sua posição em relação à afirmação apresentada. O grupo deverá escutar com atenção cada frase, que será lida duas vezes, para só então, se movimentar.

Afirmações:

1- Se um homem ou uma mulher jovem tem relação sexual com pessoa do mesmo sexo significa que é homossexual e lésbica;

2- O álcool é um estimulante sexual;

3- Um/a jovem precisa ter autorização dos pais para solicitar métodos anticoncepcionais no posto de saúde;

4- Pessoas do mesmo sexo não precisam usar camisinha nas relações sexuais;

5- Os homens jovens bebem para ficarem desinibidos durante as relações sexuais;

6- Enquanto a jovem ainda está conhecendo seu parceiro seria melhor que não fizesse uso de bebidas alcoólicas com ele antes de terem relações sexuais;

7- Homossexuais e lésbicas bebem mais do que os casais heterossexuais;

8- As pessoas podem ter doenças sexualmente transmissíveis sem apresentar sintomas;

9- O homem poder ter várias parceiras sexuais e a mulher não pode ter vários parceiros;

10- Os grupos de risco para a AIDS são os homossexuais e os usuários de álcool e outras drogas;

11- Uma mulher pode engravidar na primeira relação sexual;

12- Não ter relações genitais é a única forma 100% de evitar a gravidez;

13- Uma jovem pode engravidar mesmo que o rapaz ejacule fora dela;

14- A camisinha é o método mais seguro que existe;

Dinâmica principal (60 mim)

Discutindo um tema

Técnica: Correio sentimental

Materiais: Cartões com casos para discussão

Desenvolvimento:

1. Formar subgrupos. Explicar que cada um compõe uma equipe responsável por um programa de rádio que mantém uma seção intitulada “Correio sentimental”, na qual os ouvintes relatam casos e a equipe apresenta uma resposta;
2. Distribuir um caso para cada equipe, pedindo que discutam a resposta que darão aos ouvintes, quando o programa for ao ar;

Caso 1:

Ana e Leonardo têm 18 anos, são namorados e, de vez em quando, têm relações sexuais. Os dois vivem com os pais. Atualmente, não usam métodos anticoncepcionais, mas, muitas vezes, conversam sobre a necessidade de usá-los. Entretanto, não se decidiram ainda. Gostariam de ouvir a opinião da equipe do “Correio sentimental” sobre a situação em que se encontram.

Caso 2:

Hugo está com 17 anos. Seus amigos lhe perguntam se ele já teve alguma namorada, se já teve relações sexuais. Ele nunca teve, mas diz que sim. Hugo está apaixonado por um amigo do colégio e não está sabendo o que fazer em relação a isso. Hugo, há muitos anos faz uso de álcool, há uns tempos atrás passou a beber quase todos os dias. Gostaria de ouvir a opinião da equipe do “Correio sentimental” sobre a situação em que se encontra.

Caso 3:

Luísa e Mariana estavam com um grupo de amigos e amigas em um show que tinha várias bandas de forró. A festa estava muito animada, todos/as dançaram, cantaram e fizeram uso de bebidas alcoólicas. Em um determinado momento da festa, Luísa e Mariana começaram a dançar juntas e a trocar carícias. No outro dia, quando chegaram à escola já ouviram os comentários de que elas são lésbicas. As meninas não estão sabendo lidar com os comentários dos amigos/as no colégio. Gostariam de ouvir a opinião da equipe do “Correio sentimental” sobre a situação em que se encontram.

Caso 4:

Marta está com 16 anos, é de uma família de classe social baixa, está namorando há alguns meses. O jovem é dois anos mais velho do que ela, e de uma classe social bem favorecida economicamente. Ele está querendo ter relações sexuais. Marta tem dúvidas se é o momento para isso acontecer. Todas as vezes que se encontram, o namorado tem feito uso de bebidas alcoólicas. Ela imagina que o dia que acontecer a primeira vez tem que ser um dia especial. Gostaria de ouvir da equipe do “Correio sentimental” sobre a situação em que se encontra.

Caso 5

Vitor é um jovem negro que tem 16 anos, está apaixonado pela filha do seu chefe, Lívia, uma jovem branca de 16 anos. Os dois começaram a se encontrar escondidos e estão com vontade de ter relações sexuais. Mas Lívia está cheia de dúvidas sobre o uso dos métodos anticoncepcionais e outras questões que Vitor também não sabe ajudá-la. Ela não quer compartilhar com suas amigas porque tem vergonha de ter se apaixonado por Vitor. Gostaria de ouvir da equipe do “Correio sentimental” sobre a situação em que se encontra.

Caso 6

Miguel e Pedro são dois jovens de 17 anos, há dois meses eles começaram a namorar. Na sexta, à noite, saíram juntos, tomaram algumas cervejas e foram para casa de Pedro, que estava só, pois seus pais viajaram. Tiveram relações sexuais, mas não lembraram de usar camisinha. Conversaram com um amigo sobre a situação e o amigo disse que não tinha problema já que os dois são homens. Gostariam de ouvir da equipe do “Correio sentimental” sobre a situação em que se encontram.

3. Solicitar que, ao apresentar sua resposta, cada equipe o faça como se estivesse no ar, inclusive com a leitura do caso para os demais “ouvintes”. O grupo tem a tarefa de transformar o caso em uma realidade;

4. Cada subgrupo apresenta o seu programa;

5. A facilitadora discute com o grupo algumas questões

Dinâmica de encerramento (20 mim)

Material: não necessário

Desenvolvimento: pedir para que os/as jovens respondam com uma palavra.

- O que mais gostou?

- O que menos gostou?

Comentários finais

Quarta oficina

Os usos de bebidas alcoólicas: questões relacionadas

Material para todos os encontros: TCLE, Câmera fotográfica, tripé para câmera, gravador de voz, bloco para anotação.

Objetivo geral: Investigar se os usos de álcool visibilizam as situações de opressões e desigualdades vivenciadas em ambos os territórios; e as formas encontradas pelos/as jovens quilombolas e urbanos/as para enfrentarem as situações.

No início da oficina, retomar algumas questões da oficina anterior que surgiram no fim da oficina.

Introduzindo o tema (40 min)

Objetivo: Refletir sobre assuntos relacionados ao uso de álcool

Material: trechos de letras de músicas que falem sobre álcool

1º momento: Colocar músicas que falem sobre álcool. Depois cada participante escolhe uma música.

2º momento: Pedir que cada um fale sobre o que diz a música e o que acha sobre.

3º momento: Estabelecer relações entre a música e os vários fatores relacionados ao uso de álcool.

Técnica: Mito ou fato (30 mim)

Material: Cartões com frases sobre álcool

Formar dois subgrupos, A e B. Pedir que se coloquem em lados opostos da sala;

1. As facilitadoras leem em voz alta os cartões um a um, solicitando que cada subgrupo discuta entre si, concluindo se a informação apresentada se trata de fato ou mito.
2. Cada grupo apresenta sua conclusão, enquanto a facilitadora faz o registro, comentando as colocações do grupo;
3. Comentários gerais sobre o grupo.

Cartões para a atividade

1. As pessoas que vivem em áreas urbanas pobres bebem mais do que as pessoas que moram em outras áreas de classe social mais favorecidas economicamente;
2. Pessoas que vivem em áreas rurais bebem mais do que quem mora na cidade;
3. Os homens podem beber nos bares, em casa, nas praças, nas festas não há nenhum problema nisso, as mulheres só podem beber em casa e festas familiares;
4. Os negros sofrem mais preconceito na sociedade se beberem;
5. Os negros/as bebem porque sofrem preconceito;
6. As pessoas mais velhas beberem não tem relação com os jovens fazerem uso de álcool, porque o álcool sempre existiu na sociedade;
7. As mulheres bebem muito porque enfrentam muitas dificuldades;
8. As desigualdades sociais levam as pessoas a fazerem uso de bebidas alcoólicas em excesso;

Discutindo um tema

Técnica: Olhando à minha volta (60 min)

Materiais: folhas, canetas, lápis

Objetivo: Posicionar-se em relação às diferentes situações vivenciadas/presenciadas que se referem ao uso de bebidas alcoólicas;

Desenvolvimento

1. A facilitadora prende nas paredes tiras com as seguintes frases (cada frase em uma tira): uso de álcool e as relações com as diferentes classes sociais; uso de álcool e as relações com ser homem e ser mulher; usos de álcool e as relações com ser negro/ou negra; uso de álcool e as relações com ser jovem; uso de álcool e as relações com a sexualidade;
2. A facilitadora pede que cada pessoa escolha uma frase que lhe chame atenção;

3. Solicitar aos/as participantes que pensem sobre a frase escolhida numa situação real vivenciada ou presenciada (ou que ficou sabendo através de algum meio), refletindo sobre o que acontece nessa situação;
4. Cada um/a diz a frase escolhida e se reúnem em subgrupos de acordo com a frase semelhante;
5. Nos subgrupos formados, discutir as principais questões relacionadas à frase escolhida (dificuldades, formas de transformar a situação, experiências).

Registrar as conclusões em uma folha de ofício.

6. Apresentação dos subgrupos e registros pela facilitadora em um painel.

Dinâmica de encerramento (20 min)

Material: não necessário

Desenvolvimento: pedir para que os/as jovens respondam com uma palavra.

- O que mais gostei?
- O que menos gostei?

Quinta oficina

Enfretamento as situações de opressão e desigualdades

Objetivo geral: Investigar as formas encontradas pelos/as jovens quilombolas e urbanos/as para enfrentarem as situações de desigualdades sociais e opressões abordadas nas oficinas anteriores.

Introduzindo o tema (30 min)

- Retomar algumas questões das oficinas anteriores, para o grupo lembrar o percurso que foi realizado nas quatro oficinas que já aconteceram e explicar as questões referentes a presente oficina;
- Falar um pouco sobre a técnica do teatro fórum;

Discutindo um tema

Técnica: teatro fórum

Material: Transcrição da oficina sobre o uso de bebidas alcoólicas [outros materiais ficarão a critério dos/as participantes].

Desenvolvimento

1. O grupo será dividido em 4 subgrupos. Cada subgrupo receberá a transcrição da oficina sobre uso de bebidas alcoólicas e suas relações;

2. Cada subgrupo irá ficar responsável por um tema: uso de álcool realizado por jovens em territórios rurais e urbanos; uso de álcool realizado por jovens homens e mulheres; usos de álcool realizado por jovens negros e negras; uso de álcool realizado por jovens e seus efeitos na vida sexual;
3. Em seguida solicitar aos subgrupos que a partir da transcrição da oficina sobre usos de álcool, criem uma ou mais de uma situação-problema, considerando o tema que ficou e o que já foi falado sobre o tema na oficina anterior;
4. Após criarem a situação-problema, vão pensar como essa será encenada;
5. Os subgrupos, no dia combinado, irão encenar as situações-problema e será utilizada a técnica do teatro fórum de Boal para a continuidade da encenação e desfecho final.
6. Após cada apresentação, será deixado um tempo (15 a 20 min) para discussão sobre a mesma.

Dinâmica de encerramento (20 min)

Material: não necessário

Desenvolvimento: pedir para que os/as jovens respondam

- O que mais gostei? - O que menos gostei?

Comentários finais.

Sexta oficina

Encontro entre as juventudes rurais e urbanas

Objetivo geral: Propiciar o encontro entre as juventudes rurais e urbanas, bem como as reflexões em relação aos usos de álcool realizados em ambos os territórios.

Temáticas para discussão: ser jovem rural, ser jovem urbano, uso de álcool realizado por homens e mulheres jovens em ambos os territórios.

Apresentação (10 min)

Objetivo: Apresentar cada jovem, favorecendo a integração entre os/as participantes

Desenvolvimento

4. Grupo em círculo, todos/as em pé;
5. Cada participante diz o nome e duas coisas que gosta;

Técnica de aquecimento (5 min)

Técnica: passa - passa de energia

- Será solicitado ao grupo que fique de mãos dadas em círculo. Ao sinal da facilitadora, um voluntário começa a passar a energia, apertando a mão do seu vizinho à direita. Essa pessoa então aperta a mão do seu vizinho à direita. Assim prossegue-se até voltar para a mão da

pessoa que iniciou. Este, ao receber o estímulo de volta, dá um sinal pré-determinado – um grito, por exemplo.

O grupo será estimulado a passar energia ao redor do círculo o mais rápido possível.

Técnica adaptada do Artpad – Fotos (30 mim)

Objetivo: Promover a integração entre os/as jovens e que cada um relate sobre a participação nas oficinas.

Material: fotos espalhadas pelas salas de diferentes momentos das oficinas anteriores, área rural e urbana e as cartas produzidas pelos/as jovens (pedi aos jovens da área urbana que escrevesse para os jovens quilombolas sobre a participação nas oficinas, e fiz a mesma coisa com os quilombolas).

Desenvolvimento

1 – pedir aos/as jovens que olhem as fotos e as cartas;

2- solicitar que os/as jovens da área urbana falem sobre que lembranças as fotos trazem, o que estava acontecendo na oficina no momento das fotos, em seguida o mesmo procedimento será realizado pelos/as jovens quilombolas.

3 – As fotos serão usadas como instrumentos para iniciar a discussão, então após falarem sobre as fotos, os/as jovens podem trazer outros elementos das oficinas, das cartas, o que gostaram de discutir, o que mais chamou atenção, como foi participar?

Dinâmica principal (60 mim)

Discutindo um tema

Técnica: ouvi dizer...

Material: cartolinas e lápis pilot

Desenvolvimento

1. Espalhar as cartolinas pela sala. Nas cartolinas terá o título:

- Ouvi dizer que ser jovem na cidade é....
- Ouvi dizer que ser jovem na comunidade é....
- Já ouvi sobre o uso de álcool...
- Ouvi dizer sobre os homens jovens que bebem...
- Ouvi dizer sobre as mulheres jovens que bebem...
- O que eu sei sobre o uso de bebidas alcoólicas por jovens da cidade....
- O que eu sei sobre bebidas alcoólicas por jovens das comunidades

Cada participante dirige-se a uma das cartolinas e escreve o que já ouviu dizer (em casa, na escola, entre os/as amigos/as, na TV, policia, comunidade, igreja, etc) sobre cada tópico.

2. Após o rodízio entre os/as participantes, formar subgrupos, nos quais os participantes irão falar sobre o que escreveram em cada tópico, trocando experiências;

3. No subgrupo, buscarão encontrar os pontos comuns e as diferenças, listando as conclusões a que chegaram;

4. Cada subgrupo apresenta o que foi discutido, as conclusões que chegaram (pontos de aproximação e distanciamento entre suas experiências).

5. Discussão com o grupo, nesse momento, poderá ser exploradas as colocações feitas nos cartazes e a partir dos subgrupos. Explorar, também, os problemas abordados pelos subgrupos pensando meios de enfrentá-los (com quem podem contar para enfrentar dificuldades/quem podem acionar).

Dinâmica de encerramento (10 mim)

Avaliação

Material: novelo de cordão, tesoura, música

Desenvolvimento

1 - O grupo fica em pé, em círculo. Será entregue um novelo de cordão a alguém do círculo. Esta pessoa irá escolher uma outra, dizer uma mensagem para ela e, segurando uma ponta do cordão, lhe passar o restante;

2 - A mensagem pode ser algo para levar do grupo;

3 - A pessoa que recebeu o cordão escolhe outra pessoa e faz o mesmo que a primeira;

4- O processo continua até que todos estejam segurando uma ponta do cordão, formando uma figura parecida com uma teia de aranha;

5- Pedir para alguém cortar o cordão, todas as partes que conectam as pessoas do grupo, cada um pode ficar com sua parte do cordão para lembrar da mensagem que recebeu.

APÊNDICE G - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Identificação do perfil

1. Sexo
2. Idade
3. Qual a cor da sua pele?
4. Você estuda? (Para os/as que estudam) Faz que série ou curso?
5. Você trabalha?
6. Pretende trabalhar em que futuramente?
7. Você é casada/o, solteira/o?
8. Com quem você mora?
9. Você tem filhos/as? Se sim, quantos? Com quem eles(as) moram?
10. Em média qual a renda da sua família?

Questões sobre o uso de álcool

1. O que você já ouviu sobre o uso de álcool?
 - em casa/família
 - na escola
 - no trabalho
 - entre os/as amigos/as
2. O que você já ouviu dizer sobre os homens jovens que bebem?
3. O que você já ouviu dizer sobre as mulheres jovens que bebem?
6. Com que idade você começou a beber?
7. Em quais lugares você costuma beber?
8. Você bebe sozinha/o ou acompanhada/o?
9. Tem algum motivo que faz você beber?
10. Existe algum momento em sua vida que você bebe mais?
11. O uso de álcool ajuda alguma coisa em sua vida?
12. O uso de álcool já atrapalhou alguma coisa em sua vida?
13. O que você ouvi das outras pessoas (família, escola, amigos) sobre o uso de álcool afeta de alguma forma como você faz uso de bebidas alcoólicas?

14. O que você sabe sobre o uso de bebidas alcoólicas por jovens da cidade?
15. O fato de você ser um/a jovem da cidade você acha que ajuda ou atrapalha você conseguir seus objetivos?
16. Quais são os problemas que você acha que os/as jovens têm enfrentado?
17. O que pode ser feito em relação a esses problemas?
18. Você tem enfrentado quais dificuldades para alcançar seus objetivos?
19. O que você tem feito para alcançar seus objetivos?
20. Você acha que esses problemas vivenciados pelos/as jovens podem levá-los/as a fazer uso de bebidas alcoólicas?
21. E com você, as dificuldades que você enfrenta contribui para o uso de álcool?
22. Você conhece as comunidades quilombolas? O que já ouviu falar sobre as comunidades?
23. O que você sabe sobre o uso de bebidas alcoólicas por jovens das comunidades?
24. Há alguma coisa a mais que você gostaria de falar?